

André Bonsanto Dias

**O PRESENTE DA MEMÓRIA**

**Usos do passado e as (re)construções de identidade da *Folha de S. Paulo*, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'**

**Universidade Federal do Paraná  
Curitiba  
2012**

**ANDRÉ BONSANTO DIAS**

**O PRESENTE DA MEMÓRIA**

**Usos do passado e as (re)construções de identidade da *Folha de S. Paulo*,  
entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em Comunicação, Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Gadini

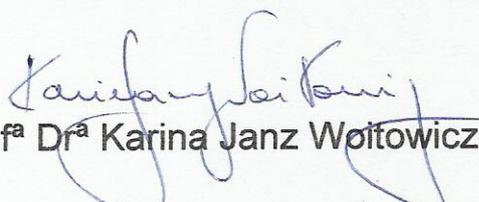
**CURITIBA  
2012**



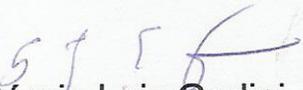
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
Rua Bom Jesus, 650 Fone e Fax: 3313-2025

## PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **André Bonsanto Dias**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado “**O Presente da Memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o ‘golpe de 1964’ e a ‘ditabranda’**” é de parecer favorável à aprovação do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Política e Atores Coletivos” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 23 de março de 2012.

  
Profª Drª Karina Janz Wolfowicz

  
Profª Drª Luciana Panke

  
Prof Dr Sérgio Luiz Gadini  
Orientador e presidente da banca examinadora

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador Sérgio Luiz Gadini e às professoras Marialva Barbosa e Luciana Panke, pelas valiosas contribuições ao longo desse trabalho, e à professora Karina Janz Woitowicz pelas contribuições na banca de defesa.

Ao PPGCOM da UFPR, pela caminhada pioneira do programa. A todos os professores e ao pessoal da primeira turma, em especial ao Hendry, Lucas, Claiton, Taiana, Monica, Sheila e Tássia pelo companheirismo ao longo desses anos.

A Grazi, por preencher minha memória das mais doces e encantadoras lembranças.

A toda minha família e amigos que não precisam ser nominalmente citados, pois sabem o valor que têm em minha vida e em tudo que venho construindo até aqui.

Ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca Pública do Paraná, Departamento de Comunicação da UEPG e ao banco de dados do grupo Folha que posteriormente digitalizou todo seu acervo, agilizando sobremaneira o trabalho de coleta das fontes desta pesquisa.

A CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa que viabilizou o devido comprometimento e dedicação a este trabalho.

A todos que estiveram comigo ao longo desses dois anos, me apoiando e/ou incentivando de alguma forma.

com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como.

José Saramago

## RESUMO

O estudo objetiva compreender a memória social do regime militar no Brasil (1964-1985) construída e propagada nos discursos do jornal *Folha de S. Paulo*. Percurso que procura problematizar mais de meio século da história do jornal ao analisar as efemérides do acontecimento “golpe de 1964” a cada dez anos, até o polêmico caso da ditabranda em 2009. O caso “ditabranda” - que gerou uma série de discussões após a *Folha de S. Paulo* publicar em editorial (17/02/2009) o termo que qualifica o regime militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985 como “brando”, se comparado a outros na América Latina - abriu uma possibilidade única para expandir ainda mais algumas questões referentes aos “usos do passado” na imprensa, a partir do momento em que se ampliou o debate sobre as lembranças de um período recente do país. Desta forma, a análise será pautada, metodologicamente, em uma busca pelos rastros memorativos do jornal no e sobre o período que, a partir da condição de produção de um discurso inscrito sempre por uma memória discursiva particular aciona aquilo que, seja pelo uso, abuso ou manipulação da lembrança e do esquecimento, contribuiu para (re)construir, em um processo ambíguo e conturbado, a(s) própria(s) identidade(s) do jornal frente àqueles anos.

**Palavras-chave:** comunicação; política; memória; *Folha de S. Paulo*; ditadura militar.

## ABSTRACT

This study intends to understand the social memory of Brazilian military regime (1964-1985) built and spread by the discourse of the newspaper *Folha de S. Paulo*. A quest that seeks to problematize more than half a century of the newspaper history analysing the special editions about the event “military overthrow of 1964” every ten years, until the controversial “ditabranda” case in 2009. The “ditabranda” case generated a series of debates when *Folha*'s opinion editorial (02/17/2009) from used the term to describe the Brazilian military regime as “mild”, if compared to other regimes through out Latin America. It opened a unique possibility to expand even more some discussions about the “uses of the past” by the press, when it broaden the debate about the memory of recent national events. Therefore, the analysis will be methodologically set by a search for the memory path of the newspaper in and about the period that, under the condition of discourse production always set by a particular discursive memory, enables what, be by the use, abuse or manipulation of the memory and forgetfulness, contributes to(re)build, in an ambiguous and troubled process, the very identity(ies) of the newspaper about those years.

**Keywords:** communication; policy; memory; *Folha de S. Paulo*; military regime.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01.....	p. 37
<i>Folha – 1964 x 1984 (embate de memórias)</i>	
Figura 02.....	p. 69
<i>Folha - edição comemorativa 90 anos (90 reportagens que fizeram história)</i>	
Figura03.....	p. 70
<i>Folha - edição comemorativa 90 anos (anúncios)</i>	
Figura 04.....	p. 76
<i>Folha - edição comemorativa 60 anos</i>	
Figura 05.....	p. 87
<i>Folha - edição comemorativa 70 anos</i>	
Figura 06.....	p. 106
<i>Folha - 20 de março de 1964 (Marcha da Família com Deus Pela Liberdade)</i>	
Figura 07.....	p. 108
<i>Folha - março de 1964 (Revolta dos Marinheiros)</i>	
Figura 08.....	p. 111
<i>Folha - 1º abril 1964</i>	
Figura 09.....	p. 113
<i>Folha - “64-Brasil Continua”</i>	
Figura 10.....	p. 133
<i>Folha – março de 1974 (Ponte Rio-Niterói)</i>	
Figura 11.....	p. 137
<i>Folha – 16 de março de 1974 (posse de Geisel)</i>	
Figura 12.....	p. 142
<i>Folha – 31 de março de 1974 (10 anos do golpe)</i>	
Figura 13.....	p. 155
<i>Folha – março de 1984 (20 anos do golpe - “álbum de figurinhas”)</i>	
Figura 14.....	p. 171
<i>Folha – março de 2004 (40 anos do golpe)</i>	

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	p. 09
<b>CAPÍTULO I - Memória, imprensa e ditadura militar: rastros, lembranças e apagamentos</b> .....	p. 18
1.1. Da memória coletiva aos lugares de memória: a problemática da “cultura da memória” na sociedade contemporânea.....	p.19
1.2. Memória e esquecimento: usos e abusos da lembrança.....	p. 25
1.3. Os embates pela memória do regime militar no Brasil.....	p. 32
1.4. Estabelecendo os fatos: memória, imprensa e o regime militar no Brasil.....	p. 44
1.5.. Imprensa e censura: algumas lembranças.....	p. 48
<b>CAPÍTULO II - <i>Folha de S. Paulo</i>: visões do passado a partir de seus “rastros” memoriais</b> .....	p. 55
2.1. Memórias sobre a <i>Folha</i> : lembranças que consolidam a atuação de um jornal.....	p. 55
2.2. Memórias da <i>Folha</i> : a tentativa de construção de uma história.....	p. 62
2.2.1. Da memória que se torna história: a cristalização de uma identidade.....	p. 65
2.2.2. Da história que reforça a memória: lembranças legitimadas, rastros esquecidos e apagados.....	p. 78
<b>CAPÍTULO III– Acontecimento e o discurso midiático em sua inscrição na temporalidade: a construção, reconstrução, usos e apropriações do “golpe de 1964” nas páginas da <i>Folha</i></b> .....	p. 91
3.1. Pensar o acontecimento sob uma perspectiva histórica.....	p. 92
3.2. A construção do acontecimento “golpe de 1964” nas páginas da <i>Folha</i> .....	p. 99
3.3. Para uma análise metodológica do discurso e do acontecimento midiático.....	p. 118
3.3.1. Usos do passado, tempo e narrativa.....	p. 118
3.3.2. Memória discursiva e o interdiscurso.....	p. 124
3.4. A rememoração do “golpe de 1964” pelas narrativas da lembrança E do esquecimento.....	p. 128
3.4.1 1974: O “milagre econômico” e a consolidação financeira do jornal.....	p. 128
3.4.2. 1984: A campanha das diretas e momento de reformulação da identidade do jornal.....	p. 146
3.4.3.1994/2004: A volta da democracia e o período de prosperidade do jornal.....	p. 162
3.4.4. 2009: O caso “ditabranda” e a “crise de identidade” do jornal.....	p. 177
<b>Considerações Finais</b> .....	p. 190
<b>Fontes</b> .....	p. 196
<b>Referências bibliográficas</b> .....	p. 198

## INTRODUÇÃO

Publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 17 de fevereiro de 2009, o editorial *Limites a Chávez* teve o intuito de refletir sobre o referendo que possibilitou reeleição ilimitada ao governante venezuelano. Desferindo uma crítica ao atual sistema político naquele país, a análise do jornal acabou dando origem ao termo “ditabranda”, neologismo que qualificou o regime militar vigente no Brasil entre os anos de 1964 a 1985 como “brando”, se comparado a outros regimes militares da América Latina. O editorial afirmava:

Mas, se as chamadas “ditabrandas” - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente.<sup>1</sup>

O termo foi o responsável por criar, segundo seus críticos, “a maior crise de credibilidade da história do jornal”<sup>2</sup>, gerando uma série de manifestações que, curiosamente, não envolveram outros órgãos da chamada grande imprensa escrita. A seção de cartas do jornal esteve, por semanas, repleta de críticas ao termo utilizado pelo editorial. *Blogs* e *sites* na internet publicaram diversas matérias, o que motivou grande discussão sobre o tema. A maior parte desse conteúdo enfatizava o papel do jornal como colaborador do regime. O termo foi recebido pelos críticos como uma tentativa de “relativizar” a história que o jornal estaria tentando camuflar, esquecer e apagar.

As críticas aumentavam de teor e tamanho com o passar dos dias, mas o caso ganhou maior projeção quando os professores da Universidade de São Paulo, Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Mesquita Benevides, enviaram cartas à redação e foram publicamente criticados pelo jornal. Comparato escreveu que o autor do editorial do dia 17, bem como quem o aprovou, “[...] deveriam ser condenados a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro”.<sup>3</sup> Em contrapartida, a *Folha* editou uma nota em que afirmava respeitar a opinião de seus leitores, publicando algumas das manifestações, mas quanto aos professores Comparato e Benevides foi enfática em afirmar: “figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio às ditaduras de esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, sua “indignação” é obviamente cínica e mentirosa”.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> LIMITES A CHÁVEZ. *Folha de S. Paulo*. ano 88. nº 29.175, p. A2, 17 de fevereiro de 2009.

<sup>2</sup> CAROS AMIGOS, nº 145, abril de 2009.

<sup>3</sup> COMPARATO, Fábio Konder. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.178, p. A3, 20 de fevereiro de 2009.

<sup>4</sup> NOTA DA REDAÇÃO. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.178, p. A3, 20 de fevereiro de 2009.

Foi aí o “estopim” do caso, que fez com que o “Movimento dos Sem Mídia”, do *blogueiro* Eduardo Guimarães, organizasse uma manifestação, dia 07 de março, em frente ao prédio da redação do jornal. Juntamente, circulava pela internet um abaixo-assinado com repúdio ao termo e apoio aos professores, assinado por personalidades como Chico Buarque e Oscar Niemeyer. O movimento ganhou força na rede, mas foi praticamente ignorado pelas grandes corporações de mídia, com exceção da rede televisiva Record, que aproveitou o tema para rebater críticas que já vinha recebendo do jornal.<sup>5</sup>

Diante de inúmeras pressões e críticas, com manifestações crescendo e se espalhando pela internet, Otávio Frias Filho, diretor de redação e herdeiro do jornal, acabou recuando e escrevendo em nota que apesar de ainda defender, sob o ponto de vista histórico, que o regime no Brasil teria sido menos repressivo que seus congêneres latino-americanos, “o uso da expressão “ditabranda” em editorial de 17 de fevereiro passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis.”<sup>6</sup>

No entanto, o assunto não se esgotou aí. As discussões a respeito do papel dos grandes veículos de comunicação na construção da memória coletiva do período militar no Brasil estão ressurgindo sob forte discussão. O caso “ditabranda” será aqui pensado como um importante objeto de estudo para entender a questão da memória como ferramenta de construção de identidade para o discurso midiático. O caso configurou-se em um palco central no processo de “confrontamento” de memórias coletivas que o editorial da *Folha* supostamente acabou por motivar.

Este trabalho parte da premissa de que com as reverberações do caso, a pauta sobre aquilo que ainda “resta” da ditadura no país voltou a ser discutida com reconhecida força no campo midiático. Hipótese que foi vivenciada por este pesquisador ao se deparar acidentalmente com o editorial e que - a princípio por curiosidade - acompanhou a repercussão que o caso foi tomando na cena pública. As polêmicas, mais do que “lembrar” sobre um período ainda não resolvido na história do Brasil, colocaram em discussão novamente o papel de setores da imprensa enquanto cúmplice e porta-voz do regime militar no país. Não à toa, vale lembrar que a história da *Folha de S. Paulo* caminhou paralelamente com o período ditatorial brasileiro. Fundado em 1921 o grupo Folha se consolida enquanto

---

<sup>5</sup> A Record aproveitou o momento de crise do jornal para desferir críticas diretas à atuação da *Folha* durante o regime militar, questão muito mais pautada por disputas mercadológicas de audiência do que políticas. Para uma análise dos embates entre Record e *Folha* durante o caso em questão consultar DIAS (2011).

<sup>6</sup> FOLHA avalia que errou, mas reitera críticas. *Folha de S. Paulo*. ano 88. nº 29.194, p. A6, 08 de março de 2009.

empresa apenas em meados da década de 1960 quando a *Folha de S. Paulo* acaba por englobar os outros jornais pertencentes ao grupo. Não apenas a *Folha*, mas praticamente toda a grande imprensa do Brasil se moderniza e garante estabilidade financeira em meados da segunda metade do século XX. Momento em que o empresariado necessitava de investimentos, muitos se atrelaram às necessidades do governo autoritário para prosperar. Com o fim do regime, e como espécie de uma prática da “reconciliação”, preferiu-se esquecer sobre o período para que a recente sociedade em democratização caminhasse de maneira mais sadia.

O esquecimento foi o gancho que motivou este pesquisador a um estudo mais aprofundado sobre o caso, até então não abordado de forma comprometida. Pouco discutido – pelo menos no campo acadêmico – o caso foi logo esquecido, silenciado. Contrariamente, em alguns setores da imprensa – em especial na imprensa escrita e na internet - pipocavam matérias e análises a respeito do período militar que pareciam antes ganhar destaque apenas em situações de efeméride. Momento propício impulsionado também pelas recentes políticas de memória do governo da presidente Dilma Rousseff, que deram novo salto às discussões nos meios de comunicação.

A questão dos direitos humanos, central nos discursos da presidente logo no início de seu mandato, mostra a preocupação de uma sociedade que ainda não encarou seu passado de forma comprometida. As discussões no Supremo Tribunal Federal para a revisão da Lei de Anistia, ainda que caminhando de forma lenta<sup>7</sup>, evidenciam que está se procurando rever uma forma de punir crimes contra a tortura e os direitos humanos. As lutas pela implantação da Comissão da Verdade, que busca esclarecer os casos de tortura e desaparecimento de presos políticos, reacendem também as discussões. Enviado ao congresso no início de 2010 e recentemente promulgado, o projeto ganhou destaque na mídia impressa ao debater com ex-ministros, lideranças políticas e especialistas em direitos humanos a questão da tortura e da forma mais correta de se rever e julgar as “verdades” sobre crimes políticos cometidos no passado.

As pressões públicas pela revisão da Lei de Anistia e pela implantação da Comissão da Verdade ganharam impulso real com as investigações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que autuou o Estado brasileiro pela sua inércia frente à questão dos crimes

---

<sup>7</sup> Em países vizinhos, onde a ditadura foi menos “branda”, muitos dos responsáveis por tortura e maus tratos foram julgados, condenados e presos pelos crimes cometidos no período. Para uma análise interessante sobre as memórias da ditadura latino-americana consultar SARLO (2007) e HUYSSSEN (2005). No Brasil, vale uma consulta aos livros de FICO (2004) e TELES e SAFATLE (2010). Será discutida de forma mais clara a questão da memória na ditadura militar durante o primeiro capítulo desta dissertação.

da ditadura, em especial no caso da Guerrilha do Araguaia, onde cerca de 70 militantes do Partido Comunista e camponeses da região sofreram tortura e foram supostamente assassinados, sendo que muitos corpos estão desaparecidos até hoje. Frente a essas preocupações, impulsionadas inclusive por órgãos globais como a Organização das Nações Unidas – da qual o Brasil é membro efetivo - que considera a tortura um crime irremediável, a presidente vem adotando posturas mais agressivas em relação às políticas de memória.

Pela primeira vez desde 1965, o Ministério da Defesa impediu que os militares comemorassem o 31 de março, retirando do calendário oficial das Forças Armadas os festejos da “Revolução democrática de 1964”, como assim denominam a data em que João Goulart foi deposto do poder. O “decreto de esquecimento”, no entanto, foi tratado com certa insubordinação por alguns clubes militares que ainda assim realizaram palestras e solenidades sobre o tema. “Nós não esquecemos o passado, mas o comemoramos e cultuamos”, dizia um general nas diversas manifestações que ocorreram pelo Brasil.<sup>8</sup>

Maria do Rosário, ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do governo Dilma, chegou a afirmar inclusive que há a possibilidade de se construir um memorial para as vítimas da ditadura.<sup>9</sup> Em seu discurso de posse em 2011, afirmou que chegou o momento em que o Estado deve se responsabilizar pelos crimes cometidos e agir com objetividade e responsabilidade. Vale ressaltar, no entanto, que esta não é uma postura unânime do governo. As memórias do período militar no país vêm se constituindo por embate e assim também o são as atitudes no plano político. Há o caso, para citar ao menos um exemplo, do também ministro - do Gabinete de Segurança Institucional – general José Elito Carvalho Siqueira que, ao discursar em sua posse, enfatizou, sobre a implantação da Comissão da Verdade, que não se deveria ficar “vendo situações do passado” de um momento já considerado “histórico”, fato praticamente resolvido.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> As “insubordinadas” comemorações militares do 31 de março de 2011 repercutiram na grande imprensa e ganharam matéria de capa na revista *Carta Capital*. Para mais sobre o caso consultar: *Carta Capital*, ano XVI, nº 640, 06 de abril de 2011.

<sup>9</sup> Com uma política de memória bem mais comprometida, o Chile inaugurou em sua capital Santiago, no início de 2010, o *Museo de La Memoria y Los Derechos Huamanos*. Com um espaço de mais de 5mil metros quadrados, o museu já pode ser considerado um marco para a memória das ditaduras latino-americanas. Para mais consultar: <http://www.museodelamemoria.cl/>

<sup>10</sup> “Não há confronto nenhum, entre direitos humanos e Forças Armadas. Não podemos conduzir pra frente olhando para trás. Nós temos que conduzir para frente um país pujante, que é o nosso, com manancial de virtudes que ninguém tem. Temos é que pensar para frente, na melhoria do nosso país para as nossas gerações, e podemos estar perdendo tempo, espaço, velocidade se ficarmos sendo pontuais em situações isoladas do passado”, afirmou o general. A divergência entre os ministros sobre a questão da ditadura foi noticiada por boa parte da grande imprensa escrita. Como referência, consultar <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1083136>

Mas não é apenas no plano estritamente político que as memórias sobre a ditadura repercutem no campo midiático. Em 2011 estreou no SBT a telenovela *Amor e revolução*, primeira produção da teledramaturgia brasileira a abordar o período da ditadura no Brasil como trama central. Como pano de fundo há o controverso romance entre os protagonistas José Guerra, militar e membro dos órgãos de Inteligência do governo, e Maria Paixão, guerrilheira e líder de um movimento estudantil. Salvo as particularidades típicas de uma produção televisiva desses moldes, rodada em horário nobre e que visa disputar audiência, a produção vem causando grandes polêmicas e gerou muita discussão não apenas por ter mostrado o primeiro beijo gay de uma novela no Brasil. Há fortes discussões políticas envolvendo a trama que perpassa uma preocupação com a questão da memória, como afirma o próprio diretor Reynaldo Boury: “Vamos contar a história do Brasil em uma época de muita turbulência, mas que está praticamente esquecida ou é desconhecida pelas novas gerações.”<sup>11</sup>

A ideia de contar a história de uma época “praticamente esquecida” não agradou a todos. Antes de completar a segunda semana de exibição, um grupo de militares criou um abaixo-assinado encaminhado ao Ministério Público para interromper a transmissão da novela. Criado pela Associação Beneficente dos Militares Inativos e Graduados da Aeronáutica (ABMIGAer), o documento afirma que a produção tem sido feita sob encomenda e negociação do governo federal com Silvio Santos, proprietário do SBT. Segundo os militares, o governo estaria preocupado em garantir legitimidade à implantação da Comissão da Verdade e aproveitou o momento de crise do grupo – na época com o caso da falência do Banco Panamericano – para negociar com o empresário a produção do material. O caso repercutiu bastante nos veículos de comunicação, em especial na internet e gerou manifestações por parte dos produtores da novela, que afirmaram ter sido alvo de censura. Em contrapartida, outro abaixo-assinado foi criado e encaminhado ao ministro das Comunicações em apoio à continuidade de transmissão da novela.<sup>12</sup>

Essas discussões nos remetem a apenas alguns exemplos sobre como a questão da memória está cada vez mais intrínseca ao campo das disputas pelo poder nas mídias, mas

---

<sup>11</sup> Trecho retirado do blog oficial da novela: <http://amorerevolucao.webnode.com/>

<sup>12</sup> “A memória histórica do país é patrimônio inalienável do povo brasileiro!”, afirma o documento logo no início de seu texto, que pode ser acessado no endereço: [www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N8794](http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N8794). Não foi possível localizar a hospedagem do abaixo-assinado criado pelos militares e nem seu paradeiro, matérias na internet que mencionam o caso remetem o link a outro documento: [http://www.militar.com.br/modules.php?name=Abaixo\\_Assinado&file=assinar&asid=19](http://www.militar.com.br/modules.php?name=Abaixo_Assinado&file=assinar&asid=19). Apesar das acirradas discussões a novela continuou em exibição, mesmo veiculando com índices não muito altos de audiência. No Chile há atualmente um caso parecido. *Os arquivos do Cardeal*, série de TV veiculada em horário nobre na televisão estatal chilena, é baseada nos anos do regime do general Augusto Pinochet (1973-1990) e vem causando discussões infladas no campo das políticas de memória naquele país.

também evidenciam que a imprensa parece estar mais comprometida com um discurso sobre o passado para firmar suas posições no presente. Mais que isso, deram suporte para problematizar uma inter-relação entre mídia e memória e abrir novas possibilidades para pensar o processo de comunicação em uma perspectiva histórica. A mídia - e em especial, como aqui queremos enfatizar, o discurso da grande imprensa escrita - cada vez mais se utiliza do passado para garantir inteligibilidade às suas narrativas e este tema em especial garante uma ampla reflexão sobre o papel da mídia na constituição de nosso presente. Como importante “lugar de memória”<sup>13</sup> da contemporaneidade, a mídia trabalha com uma espécie de “agendamento” da lembrança e do esquecimento no cotidiano. Ao construir o acontecimento, seleciona e enquadra aquilo que pretende querer ser visto e lembrado, relegando o que “não ocorreu” à sombra do esquecimento e acaba por atuar como construtora e norteadora das percepções temporais do cotidiano. Selecionar o acontecimento, enquadrar as lembranças, não é um ato involuntário, envolve a construção de uma cena narrativa particular, dotada de sentido e opinião.

Desta forma, a problemática da memória será crucial nesta dissertação. Entendida como um processo social e coletivo que garante não apenas unidade aos grupos, mas evidencia confrontos, relações de poder. Memória é identidade e a imprensa, ciente ou não, trabalha com ela ao construir seus acontecimentos, a partir do momento em que seleciona, usa e “abusa” de um passado que quer fazer lembrar ou esquecer. Problemática relativamente recente no campo da comunicação – mas fortemente consolidada nas ciências humanas e na filosofia como um todo -, a memória vem ganhando cada vez mais espaço em nossas reflexões epistemológicas. O caso da “ditabranda” abriu uma possibilidade única para expandir ainda mais algumas discussões referentes à questão do “ato de lembrar” na mídia, a partir do momento em que ampliou o – ainda pequeno - leque de debate sobre as lembranças de um período recente de nosso país. A memória está intimamente ligada à produção do acontecimento e garante um estatuto próprio aos discursos produzidos pelas mídias noticiosas. A presente pesquisa procura também percorrer essas questões e entender o acontecimento como intrínseco a uma temporalidade particular, ligado a uma memória discursiva que o constitui garante a ele inteligibilidade.

O caso “ditabranda” serve, portanto, como um mote inicial para as reflexões aqui propostas, que não se limitam a ele. Tem-se como objetivo principal compreender, a partir do

---

<sup>13</sup> Os conceitos referentes à memória serão tratados em seguida, no capítulo I dessa dissertação. Para a questão dos “usos” do passado no discurso jornalístico ver em especial os trabalhos BARBOSA (2005; 2007; 2008; 2009); MATHEUS (2010) e CASADEI (2010).

caso, a memória social do regime militar no Brasil construída e propagada nos discursos do jornal *Folha de S. Paulo*. Ou seja, a análise não se limitará ao caso em si, mas procura problematizar como a *Folha* transita entre as memórias conflitantes da ditadura ao realizar supostos “enquadramentos” de memória, embates pela legitimação de poder e identidade que se dão pela constituição da memória e do esquecimento. Analisar suas lembranças suscita um percurso pelos rastros de seu passado, de sua história. É desta forma que se analisará as próprias lembranças da *Folha* ao longo do período, como esta se constituiu e foi lembrada por seus atores naqueles anos. Percorrido este trabalho, ciente de como o jornal se portou durante o período é que poderá ser feita uma análise das reverberações no presente.

A dissertação que se segue será delimitada em três capítulos complementares que pretendem construir um percurso coerente, não necessariamente linear, para a formação de um discurso inteligível sobre o tema. O primeiro, introdutório e de caráter mais teórico-explicativo, pretende problematizar a questão da memória no campo das teorias sociais e históricas. Percurso inicial fundamental para balizar as discussões posteriores, que partem para análises mais instrumentais. Constituída por tensões, a memória é um processo social, seletivo e, portanto, utilizada com objetivos particulares. Problematizar os “usos” deste passado parece ser fundamental, a partir do momento em que a imprensa está constantemente se utilizando de um passado para garantir inteligibilidade às suas narrativas. O primeiro capítulo discute também como estão estabelecidos alguns dos embates pela memória na atual conjuntura nacional e como a imprensa se relacionou com o período. Momento caracterizado pela modernização da grande imprensa no país, o período do regime militar no Brasil caminhou paralelamente com as transformações do campo midiático brasileiro. Evidenciar algumas dessas relações são fundamentais para balizar as análises posteriores, que tratam especificamente da *Folha de S. Paulo*.

No segundo capítulo procura-se estabelecer alguns fatos sobre a atuação da *Folha* durante o regime militar a partir das lembranças de jornalistas, proprietários e colaboradores do jornal, inscritas em livros, biografias e análises referentes ao tema. Trata das memórias sobre a *Folha* durante o período. Como pessoas envolvidas com o jornal naquele período lembram-se dos acontecimentos? Como os rememoram a partir de seu presente? Posteriormente, será realizada uma análise sobre as próprias memórias da *Folha*. Analisando algumas edições comemorativas de aniversário do jornal, projetos editoriais e materiais publicados por sua editora, busca-se compreender a tentativa de construção de uma história particular para o periódico naquele momento. Uma história que parte de suas próprias lembranças, de memórias inscritas em suas páginas. Lembranças que evocam a construção de

uma história, que reforçam a memória e que procuram cristalizar a identidade de um jornal que, de apoiador do “golpe de 1964”, passou a porta-voz da sociedade civil no período de redemocratização das Diretas-Já, imagem que supostamente se estendeu ao longo de grande parte da recente experiência democrática.

Feita uma análise sobre a tentativa de construção de uma história particular do periódico, o terceiro capítulo busca afunilar e aprofundar ainda mais a discussão ao problematizar como a *Folha de S. Paulo* efetivamente construiu e, posteriormente, lembrou o acontecimento “golpe de 1964” em suas páginas ao longo dos anos. Tem-se o intuito de verificar como se constituiu uma formação discursiva particular sobre o acontecimento nas páginas do jornal com a sua inscrição na cena pública, em 1964, e com as memórias durante as efemérides, a cada dez anos: 1974 – “milagre econômico” e o momento de consolidação financeira do jornal; 1984 – durante a campanha das “Diretas” e o processo de reformulação de identidade do periódico; 1994-2004 – a volta da democracia e o momento dito de “prosperidade” da empresa; 2009 - crise de credibilidade com o caso “ditabranda”.

Procura-se com essas discussões problematizar um estatuto particular de acontecimento que é instaurado pela imprensa em sua inscrição com a temporalidade. Como o discurso jornalístico se inscreve e produz sentido em uma temporalidade que lhe é própria? Como o discurso que se constitui na mídia, um importante “lugar de memória” da contemporaneidade, vem a se inscrever na memória coletiva das sociedades e se relaciona com a dialética da lembrança e do esquecimento a partir do acontecimento?

As propostas metodológicas terão como aporte essencial as concepções do filósofo Paul Ricoeur (1994) em sua obra *Tempo e narrativa* que abre a possibilidade para entender a produção do acontecimento em uma tripla temporalidade. Construído por intriga, o discurso produz um acontecimento presente constantemente “usado” por um passado e que, conseqüentemente, antecipa um futuro. Desta forma, se insere a questão da memória no discurso. Os conceitos de “memória discursiva” e “interdiscurso”, provenientes da tradição Francesa da Análise de Discurso (PÊCHEUX; ORLANDI), serão balizares também para compreender e interpretar um texto que, inscrito na história, é marcado por uma enunciação que se repete, se opõe e se transforma, pois é instaurado por uma memória discursiva que o faz sempre emergir em condições específicas a partir de um presente particular.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que o acontecimento “golpe de 1964” é lembrado em perspectivas particulares ao longo dos anos nas páginas da *Folha*, inscrito em uma memória discursiva própria. Suas condições de produção são diferentes em cada década e, portanto, é fundamental perceber os jogos e relações de um discurso inscrito na história. O

jornal, enquanto dispositivo e suporte que garante unidade e sentido aos seus textos deve ser inserido em um contexto específico de produção.

Desta forma, pode-se dizer que a pesquisa pretende trilhar dois caminhos. O caso “ditabranda” é tomado como exemplo inicial e para ele se volta como forma de uma análise final. Mas perpassa aqui toda uma discussão sobre o papel da mídia noticiosa como importante lugar de cristalização e propagação da coletiva memória em nossa sociedade. A *Folha de S. Paulo*, ciente ou não, construiu suas próprias lembranças sobre o período e foi influente no processo de confrontamento de memórias que repercutiram no caso “ditabranda”. Foi preciso, portanto, seguir seus rastros memorativos, realizar uma análise sobre as próprias lembranças da *Folha*, uma memória que se tornou história e constitui a(s) identidade(s) do jornal.

Esta pesquisa procura percorrer alguns rastros do passado para problematizar questões fundamentais do presente. Assim como a memória, ela é apenas um aspecto seletivo da “visão” de um pesquisador. Assim como a memória, ela é fragmentária, incompleta, conflituosa, um ponto de vista que pretende contribuir para discussões que, a meu ver, são extremamente fundamentais ao campo da comunicação. Vamos a elas.

## **CAPÍTULO I – Memória, imprensa e ditadura militar: rastros, lembranças e apagamentos**

Ficou-me a memória, que talvez não seja memória fiel e fidedigna, registro falho, transfigurado pela interpretação, esse demônio que se introduz entre o menino e o homem, intervalo abrupto e cruel que nos transforma de seres sensíveis em máquinas insensatas. E, assim como um relógio que marca as horas erradas, as memórias se desdobram, de impressão em impressão, de versão em versão, até que do fundo do cérebro comece a transparecer a luz da verdade, ou que parece verdadeira aos nossos olhos.

Carlos Hard<sup>14</sup>

A questão da memória será o ponto central que norteará esta dissertação, entendida em seu aspecto coletivo, social e político. Ao trabalhar a narrativa midiática em uma inscrição temporal, não se pode deixar de problematizar a memória como algo inerente ao processo de construção de uma identidade própria ao discurso jornalístico. Identidade que se constitui a partir de tensões, de conflitos entre aquilo que é lembrado e o que, seja por efeito de “manipulação” ou de “silêncio”, é esquecido ou apagado. Este capítulo inicial busca refletir sobre o papel crucial que o ato de lembrar possui na sociedade contemporânea e, no caso particular deste estudo, em sociedades marcadas por acontecimentos “traumáticos” como as ditaduras militares que assombraram praticamente todo o território latino-americano ao longo da segunda metade do século XX e que constituem campo particular para os estudos desta problemática de pesquisa. A memória, seletiva em sua forma de reger o passado, é um ato político. Envolve questões de poder, identidade e é sempre lembrada a partir de uma perspectiva atual e particular. Tem-se aqui também a preocupação de fazer uma relação entre esses campos: a memória, a ditadura militar no Brasil e a imprensa, que esteve ativamente envolvida nos embates pela legitimação de determinadas memórias, a partir da lembrança e do esquecimento, de apagamentos, silenciamentos e “abusos” sobre os usos do passado. Como um importante “lugar de memória”, a imprensa foi – e ainda é – um palco crucial onde memórias se digladiam clamando por legitimidade ou aversão. Ao carregar determinadas lembranças, a imprensa assume um lado, mostra o que quer lembrar e “impede” aquilo que quer esquecer, forma sua identidade e reforça as coletivas. Este capítulo procura percorrer algumas dessas observações iniciais, antes de focar no caso específico da *Folha de S. Paulo*.

---

<sup>14</sup> Um dos pseudônimos utilizados por Claudio Abramo para assinar seus textos na imprensa. Retirado do artigo: Memórias? Memórias. Folha de S. Paulo, 06.01.1982. In: ABRAMO, 1988, p. 43.

### **1.1. Da memória coletiva aos lugares de memória: a problemática da “cultura da memória” na sociedade contemporânea**

Ao tratar do papel da memória em nossa sociedade para pensar suas influências e apropriações no campo da comunicação, deve-se levar em conta uma longa tradição que problematiza esta questão, em especial nas ciências sociais e históricas. A questão da memória vem ganhando cada vez mais espaço nos mais diversos setores sociais. Seja no âmbito acadêmico ou político-social, fala-se muito em memória, sendo que esta problemática tornou-se central em diversos debates políticos e culturais referentes ao ato de preservação e do lembrar. Comentou-se brevemente na introdução deste trabalho como as recentes políticas de memória do atual governo Dilma e suas repercussões no campo midiático vêm ampliando o debate sobre as memórias da ditadura militar no Brasil, evidenciando um panorama de constante embate e negociação. Mas vivencia-se também uma grande efervescência de assuntos ligados à questão da memória que não se limitam a aspectos relativos às ditaduras. Há teóricos (HUYSEN, 2001) que afirmam vivermos em uma “cultura da memória” disseminada pela constante democratização de arquivos, da moda *retro*, do apego às tradições, com o medo de um esquecimento irrecuperável. Este *boom* da memória se dá em grande parte com o auxílio dos meios de comunicação de massa, grandes “lugares” em que as memórias se cristalizam e se refugiam, atualizando e reconfigurando o passado em um presente particular. Há nesse discurso uma forte necessidade do ato de recordar, preservar, comemorar, rememorar, para “resguardar” um passado que corre o risco de não mais existir.

Falar que memórias se confrontam e entram em “negociação” é afirmar que estas se dão sempre a partir de uma perspectiva atual. Para Ulpiano Bezerra de Meneses (1992), a crescente “popularidade da memória” vem obscurecendo sua natureza de fenômeno social, fenômeno este crucial para se pensar a questão sob o viés das teorias sociais. Segundo o autor, a memória deve ser vista como um processo permanente, um trabalho de construção e reconstrução, sendo que “a memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante de feição adaptativa” (MENESES, 1992, p.11). A memória deve, portanto, ser encarada como um fenômeno heterogêneo, por isso é praticamente impossível falar em seu “resgate”. Para ele, é do presente que deriva a ambiguidade da memória, que deve ser vista como uma dinâmica social, logo, que desautoriza a ideia de uma simples “reconstrução do passado”. “A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENESES, 1992, p.11).

Nesta perspectiva, pensar na relação memória e sociedade é pensar em tensões constantes pela formação da identidade em determinado contexto social. Os estudos referentes à memória são antigos e nos remetem à tradição grega.<sup>15</sup> No entanto, este trabalho irá se preocupar, em especial, com a memória em sua perspectiva social, que tem como marco as formulações do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004). É dele a premissa fundamental de que as memórias são sempre constituídas pela lembrança dos outros, garantindo o grupo como unidade. Contrariamente à ideia de uma memória psicológica e individual, proposta principalmente pelo filósofo Henri Bérghson<sup>16</sup>, Halbwachs acredita que cada memória individual é um ponto de vista sobre memórias coletivas que se estabelecem a partir de “quadros” memoráveis. O ato de “lembrar”, neste sentido, seria uma ação que se configura no presente sob uma perspectiva do grupo. Reconstrução, reinterpretação e não um simples “resgate” do passado. Não há memórias completamente isoladas e fechadas, pois estas são sempre “apoiadas” pela constituição de um presente dinâmico e em constante reformulação (HALBWACHS, 2004).

Na concepção de Halbwachs, só lembramos na medida em que nos inserimos em uma perspectiva de grupo, portanto, ela é uma reconstrução do passado com dados emprestados do presente. A lembrança só ganha sentido enquanto ainda estiver no cerne de formação de uma identidade, pois é sempre vista a partir de um contexto social, do que é lembrado. São os indivíduos que lembram, mas é o grupo que define aquilo que deve ou não ser lembrado. Toda memória social parte, então, segundo ele, dessas lembranças, que são constituídas no interior de um grupo e que o garantem como unidade. Vistas a partir do presente, é importante pensar também que essas relações de memória estão em constante negociação. Ou seja, “reconstruímos lembranças” sob linhas já demarcadas por nossa memória ou pela memória dos outros, mas que sempre se configuram por transformação. Na medida em que lembramos temos percepções diferentes em relação ao passado, algumas impressões podem se apagar, outras podem se sobressair com maior intensidade. Nunca fazemos, por exemplo, a mesma leitura de um livro, ela se dá de acordo com nosso presente que se configura de forma particular.

Inserir a memória coletiva nesta perspectiva é entendê-la como sempre fragmentada, seletiva, sendo o cerne da formação de identidades. Mas é complicado pensar em memória

---

<sup>15</sup> É de Aristóteles, por exemplo, a ideia que irá ser discutida mais à frente de uma distinção entre *mneme* (uma simples lembrança “armazenada” e evocada) e *anamnesis* (recordação, busca ativa, rememoração). Para mais sobre os estudos clássicos da memória consultar em especial o trabalho de RICOEUR (2007).

<sup>16</sup> Não irá ser problematizado profundamente o caráter psicológico, individual e subjetivo da memória, pois acredita-se não ser este o aspecto central deste estudo. Para as noções de memória em Bérghson, ver BERGSON (1999).

sem pensar em tensões entre os indivíduos. Para Michael Pollak (1992), memórias são sempre “enquadradas” a partir de perspectivas particulares dos grupos, que evidenciam conflitos existentes para a legitimação de memórias coletivas hegemônicas em determinada sociedade. A construção da identidade pela memória se dá em sua relação com o outro, por confrontos e negociações. Pollak afirma que os elementos que constituem a memória são aqueles “vividoss pessoalmente” e os “vividoss por tabela” e que às vezes nos identificamos com um passado de maneira tão forte que podemos falar de uma “memória quase que herdada”. Desta forma, a memória acaba por sofrer flutuações a partir “do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 04).

Em seu trabalho sobre memória e esquecimento<sup>17</sup>, Michael Pollak (1989) contrapõe o princípio de memória coletiva defendido por Halbwachs na medida em que acredita que o “enquadramento” que determinados grupos fazem da memória evidencia uma seleção que mais enfatiza os conflitos do que a coesão entre os grupos. Halbwachs, de uma tradição sociológica “Durkheimiana”, enxerga a memória quase como uma instituição, uma “coisa” que garante unidade à sociedade. Nesta concepção, as memórias se constituem no plural, podem configurar percepções opostas, mas devem auxiliar para garantir uma unidade, reforçar a coesão social.<sup>18</sup> No entanto, Pollak acredita que se deve ir além desta perspectiva que enxerga a memória enquanto um processo de “coesão” social, considerando os processos de “negociação” e “conflitos” e suas relações entre memórias coletivas e memórias individuais. Nesta perspectiva, a memória entra em disputa e os objetos são escolhidos onde há confronto entre memórias “subterrâneas” e memórias “hegemônicas”: “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 04).

---

<sup>17</sup> A questão do esquecimento será tratada mais adiante. Mas aqui já adiantamos: memória e esquecimento não são termos que se opõem. Pelo contrário, devem sempre caminhar juntos para que possamos trabalhar com uma “política da justa memória”, como afirma o filósofo Paul Ricoeur. A memória é desta forma, simultaneamente, recordação e esquecimento.

<sup>18</sup> Para Halbwachs, um grupo só garante unidade na medida em que suas lembranças ainda possam lhe garantir sentido no presente: “Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.” (HALBWACHS, 2004, p. 38-39). Pollak acredita que esta é uma tradição típica da Europa do século XIX, onde a nação seria a forma mais acabada de um grupo e a memória nacional, a mais completa das memórias coletivas.

De uma forma geral, Pollak acaba por “politizar” o pensamento de Halbwachs, inserindo em sua perspectiva a problemática do poder. A questão do enquadramento da memória é tema central em seu trabalho e se torna essencial para se pensar a problemática da memória no campo da comunicação. A imprensa, ao selecionar aquilo que deve ou não ser lembrado, acaba por enquadrar os acontecimentos a partir de uma perspectiva particular. É desta forma que se articula uma das perguntas centrais deste estudo: como os subsequentes “usos” do passado utilizados pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao longo dos anos - que repercutiram no caso da “ditabranda” -, vieram a enquadrar e selecionar memórias em conflito sobre o regime militar no Brasil? Ao utilizar um neologismo para classificar o regime, a *Folha* evidenciou uma série de tensões que ainda estão latentes em nossa sociedade e mostram que a questão da memória da ditadura em nosso país ainda está longe de ser resolvida. É partindo deste pressuposto que irão ser efetivadas diversas leituras sobre a *Folha* durante o regime militar no Brasil. Parte-se aqui da concepção de que elas se “reatualizam” sempre a partir de um presente, não são estáveis e, portanto, não devem ser encaradas como algo que se evoca a partir de um ponto comum. Memória se constitui por confronto e ao longo dos anos a *Folha* transitou por diversas memórias, constituindo assim sua(s) identidade(s) para os anos vindouros.

Mas, afinal, o que seria a memória? Como ela se inscreve na sociedade? Qual a relação entre a memória e a história? De acordo com o historiador Jacques Le Goff (2003), deve-se ter clara uma distinção entre esses dois termos. O primeiro faz parte do jogo do poder, se autoriza a manipulações e a interesses, sejam eles individuais ou coletivos. O segundo, como ciência, busca legitimar uma verdade em seu discurso. Memória, um objeto da história, deve ser encarada como um componente elementar de sua criação. A memória é onde se cresce a história, lugar onde a história é alimentada, em sua relação sempre incompleta e conflituosa entre o presente e o passado. Memória se constitui por rastros, que chegam ao presente a partir do passado e que assim constituem e legitimam o discurso historiográfico.<sup>19</sup> Desta forma, Le Goff acredita que existem dois tipos de discursos em nossa sociedade: aqueles propagados pela memória coletiva e os propagados pelos historiadores. A mídia, diferente do que se pensa no senso comum, não constrói história ao inscrever seus acontecimentos, ela produz memória, múltiplas memórias que se articulam nas narrativas do cotidiano.

---

<sup>19</sup> Em consonância com as considerações de Le Goff, o historiador francês Pierre Nora (1993), acredita que a memória deve ser encarada como um fenômeno sempre atual, carregado por grupos vivos e, portanto, em constante transformação. Já a história, é uma representação, é a reconstrução sempre incompleta de um passado que não mais existe.

A memória constituída na e pela mídia revolucionou a forma de lembrar coletivamente. Segundo a concepção de Le Goff, desde o aparecimento da escrita, a sociedade ocidental vem experimentando novas formas de preservar a sua noção de permanência no tempo, antes limitada à oralidade, aos mitos e em técnicas conhecidas como as “artes” da memória.<sup>20</sup> A escrita fez com que se pudesse “ancorar” as lembranças, permitindo a emergência da comemoração, através de monumentos comemorativos.<sup>21</sup> O espírito comemorativo só se tornou possível a partir do momento em que as memórias coletivas puderam se consolidar e se inscrever em monumentos, evidenciando rastros e suportes memoráveis.

A emergência da memória, com o advento dos meios de massa, fez insurgir um novo objeto para os historiadores. Sob a pressão do “tempo presente” propagado em exaustão pela mídia a história estaria, cada vez mais, atrelada à memória dos acontecimentos midiáticos. A história dita “nova” se legitima a partir das memórias coletivas, há uma “conversão” do olhar histórico que agora procura dar primazia aos rastros memoriais, suportes de lembrança da coletividade. Assim, como afirma o também historiador Peter Burke (2006), se constitui uma multiplicidade de identidades sociais, evidenciando a coexistência de memórias concorrentes. Há “usos de memórias” por diferentes grupos sociais, “que talvez também tenham diferentes visões do que é importante ou “digno de memória” (BURKE, 2006, p. 84). Para isso, é útil se pensar que existem diferentes “comunidades de memória” em uma determinada sociedade, sendo que devemos sempre nos indagar: “quem quer que quem se lembre o quê e por quê?”. Tornar-se “senhor da memória”<sup>22</sup> ou do esquecimento é peça central nos jogos de poder entre memórias coletivas em conflito e parece cada vez mais ser este o papel das mídias na sociedade contemporânea.

A aceleração da história reflete em uma sociedade condenada ao esquecimento. Pierre Nora, historiador francês que dedicou um longo estudo sobre a questão da memória e da identidade em seu país acredita que se vive hoje uma oscilação tão grande da percepção do tempo que temos a impressão de viver um presente contínuo que torna o passado praticamente morto. Fala-se tanto em memória, pois ela não mais existe. Há um “desmoronamento da memória”, pois vivemos em um mundo de constante massificação e mediatização. Há hoje, segundo Nora, uma percepção histórica que, com a ajuda da mídia, substituiu “[...] uma

<sup>20</sup> Sobre as mais variadas formas de “arte” da memória, consultar o livro de Yates (2007).

<sup>21</sup> Para Le Goff, vale ressaltar, todo documento é monumento, que dá “suporte” à memória coletiva: “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 2003, p. 535-536). Para mais sobre esta questão consultar o capítulo “documento/monumento” da obra citada.

<sup>22</sup> Termo cunhado por Le Goff.

memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade.” (NORA, 1993 p. 08)

É neste panorama de constante mediatização que surge, segundo o autor, os “lugares de memórias”, lugares onde memórias se refugiam e cristalizam. Primordiais, eles constituem peça fundamental em uma sociedade que não mais habita sua própria memória. Existem hoje lugares de memória, pois não existem mais meio de memória. Paradoxalmente, com o “esfacelamento da memória”, criou-se uma necessidade geral do ato de recordar e registrar, função que é muito bem executada pelos meios de comunicação e que trataremos mais adiante. Realmente, vive-se uma contradição: a aceleração do tempo, ao mesmo tempo em que aniquila o passado por um “imperialismo” do presente, faz emergir uma urgente necessidade de recordação. A aceleração produz um “vazio de passado”<sup>23</sup> que as práticas de memória procuram incessantemente compensar.

Assim, os “lugares” de memória somente ganham sentido, pois, segundo Nora, não possuímos mais memórias espontâneas:

é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação a história se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1993, p. 13)

A memória se democratizou a partir da materialização dos arquivos (um imperativo da época, afirma Nora). Cabe aos arquivos lembrar pela memória que agora não mais está presente de forma autônoma. Na medida em que esta memória “tradicional” desaparece, há uma obrigação pelo acúmulo de vestígios, documentos, testemunhos, “sinais visíveis” do que se foi, onde o “sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável.” (NORA, 1993, p. 14). A razão fundamental dos lugares de memória é, desta forma, a de bloquear o trabalho de esquecimento: “a memória dita e a história escreve” (NORA, 1993), trilhando assim as características de uma “cultura da memória” que pesquisadores como Andreas Huyssen (2001) acreditam ser o palco de uma sociedade onde se travam as batalhas

<sup>23</sup> A expressão é da pesquisadora argentina Beatriz Sarlo (2005).

pela lembrança e o esquecimento. Fenômeno cultural e político surpreendente, a “cultura da memória” causou a percepção de um mundo que está se “musealizando”. Para Huyssen, é ela a responsável pelo *boom* da comercialização em massa da nostalgia, sendo que a crescente comercialização da memória para a indústria cultural do ocidente se tornou obsessão sem precedentes em todos os campos do planeta.

Huyssen fala a partir de um ambiente bem particular, a Europa marcada pela experiência do Holocausto e que convive com o dilema entre a dialética da lembrança/esquecimento sobre o acontecimento. Vivemos em uma situação em que esta “cultura da memória” é bem menos evidente, inclusive se levarmos em conta a realidade de nossos vizinhos argentinos e chilenos, que possuem uma política de memória muito mais “eficiente” em relação à ditadura militar. No entanto, não há como negligenciar a importância do termo cunhado por Huyssen que é facilmente perceptível na sociedade contemporânea. Sua disseminação geográfica é tão ampla quanto também é variado seu uso político, visto que esta memória é muitas vezes imaginada e não vivida efetivamente. A obsessão contemporânea pela memória se choca com um medo público de esquecimento que faz o autor se indagar sobre qual das duas questões vem efetivamente em primeiro lugar: Seria o medo do esquecimento que dilata o desejo de lembrança, ou seria o contrário? “É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento?” (HUYSSSEN, 2001, p. 19).

Como se pode observar, as mídias ocupam um papel central na sociedade fundamentada em memórias. Há nesta indagação um papel extremamente político que envolve o ato de lembrar que os meios de comunicação não deveriam negligenciar. Ao trabalhar com a identidade de uma nação ou de determinada cultura, a imprensa constantemente evoca um passado particular carregado de pontos de vista e opinião, esconde outros, camufla e apaga impressões. Conscientemente ou não, ela trata de uma das questões mais cruciais para a formação das sociedades contemporâneas. A memória, portanto, é um ato político e, assim como o esquecimento, precisa ser abordada com comprometimento.

## **1.2. Memória e esquecimento: usos e abusos da lembrança**

Durante o XX Congresso do Partido Comunista da então União Soviética, realizado em 1956, Nikita Krushev, partidário e, na ocasião, líder do mundo comunista denunciou os crimes, expurgos e abusos de poder cometidos por Stalin ao longo dos seus anos no governo.

Foram revelações que abalaram o mundo, gerando uma reviravolta sem precedentes na história e que evidenciaram, acima de tudo, ressentimentos de indivíduos que foram silenciados por anos pela memória dominante. Até então, essas memórias foram impedidas de se expor publicamente por um Estado que pretendia a dominação hegemônica das lembranças, legitimadas por um “culto” à memória de Stalin. Rompido esse tabu sobre o passado, quando memórias “subterrâneas” conseguiram emergir, reivindicar seu lugar nas disputas pelo poder, percebeu-se de forma mais evidente como se constrói a lembrança em uma sociedade marcada por embates políticos e tensões pela legitimação de sua identidade.

Este exemplo, colocado por Pollak, é fundamental para entender como se constituem memórias em disputa em uma sociedade marcada por contradições. A memória, nesta concepção, é, portanto, extremamente política. Como um ato político, as lembranças traumatizantes, apesar de silenciadas, persistem, esperando sempre um momento propício para se expressar. O silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, “é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p.05). Existe aí um caráter claro de disputa entre memórias, evidenciado para melhor problematizar o nosso objeto de estudo sobre as memórias do regime militar no Brasil. Desta forma, refletir sobre a questão da memória é ter como premissa que se deve também considerar a questão do esquecimento. Muitas vezes ligada à dominação, que se dá a partir do embate entre memórias “hegemônicas” e memórias “subterrâneas”, entendidas sob o viés de um Estado dominador e uma sociedade civil, a dialética da lembrança e do esquecimento, alerta Pollak, deve ser vista também em sua utilização entre grupos minoritários e uma “sociedade englobante” que pode possuir um aparato legitimador destas memórias.

Os meios de comunicação de massa, neste caso, possuem papel fundamental para cristalizar algumas memórias que por anos perduram na coletividade. Como uma espécie de “senhores da memória”- para utilizar o termo de Le Goff (2003) - os meios de comunicação, seja através da inserção e da lembrança de acontecimentos diários na imprensa, seja através de produtos destinados ao entretenimento, consolidam muitas memórias no imaginário da sociedade civil a partir de um enquadramento próprio. Confira o caso da *Folha de S. Paulo*. Durante o golpe de 1964 e por quase mais de uma década, a memória produzida pelo jornal foi aquela considerada “hegemônica”, disseminada pelo discurso oficial do Estado e que legitimava as ações do governo autoritário, silenciando, seja através da proibição, da censura, ou do apagamento, muitas memórias subterrâneas que ficaram sem voz durante o período. Com o passar dos anos e com o processo de abertura e insatisfação ao regime, memórias

subterrâneas foram emergindo no espaço público e a *Folha* deu voz a estas lembranças. Procura-se perceber, assim, de que forma estas memórias perpassaram nas páginas do jornal, memórias que não foram e não são homogêneas, mas sim conflitantes e lembradas sempre sob uma perspectiva particular que envolve questões de caráter fortemente político.

Para que uma sociedade possa se constituir a partir de uma memória oficial, garantindo o grupo como unidade (como acreditava Halbwachs), é preciso que outras sejam silenciadas, apagadas, continuem subterrâneas. Quando se busca uma revisão sobre determinado passado, memórias emergem, pedem voz, às vezes reaparecem como forma de clamar por legitimação. Estas lembranças podem levar anos para serem expressas sendo que, desta forma, a procura por uma reinterpretação do passado é sempre perigosa. O caso dos judeus é extremamente importante para ilustrar esta situação. Pollak relata que muitos recém saídos dos campos de concentração preferiram utilizar a política do silêncio do que partir para um “mal entendido” sobre a questão, que ainda estava relacionada a lembranças muito traumáticas. Na medida em que os anos foram passando, a política do silêncio impulsionou uma nova onda pela memória, pela lembrança, pela “comemoração” das vítimas que procuravam barrar toda e qualquer forma de esquecimento. Desta forma, a política relacionada ao anti-semitismo ainda é um tabu na sociedade contemporânea, pois mostra uma situação completamente delicada envolvendo o ato de lembrar. Há, portanto, razões políticas que envolvem não apenas a questão da memória, mas que também engloba o esquecimento e o silêncio:

existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. [...] Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. (POLLAK, 1989, p. 08)

Visto em longo prazo, o problema maior para as memórias ditas “subterrâneas” é o de sua transmissão na “clandestinidade”, até o momento em que possam finalmente emergir, aproveitando “uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização” (POLLAK, 1989, p.10). Desta forma, qual seria a melhor maneira de refletir sobre o passado? O que se deve lembrar? O que se deve esquecer

para garantir uma sociedade mais justa em sua relação com o presente? Deve-se pesar, como numa balança, a quantidade ideal de lembrança para não ofuscar a necessidade de esquecimento? Essas perguntas deixam claro que trabalhar com a memória pressupõe sempre um “uso” sobre o passado. Toda memória está ligada a uma forma de gestão, ela é uma operação coletiva que se dá de forma consciente, procurando reforçar os laços de pertencimento entre as coletividades. Referência ao passado, a memória, ao mesmo tempo em que mantém a coesão entre os grupos, revela traços de oposição que muitas vezes são irreduzíveis. (POLLAK, 1989)

Trabalhar por uma “política da justa memória” que dialogue constantemente com a lembrança e o esquecimento parece ser o caminho ideal. O filósofo Paul Ricoeur (2007) parte desta premissa ao elaborar uma obra crucial sobre a questão da memória, da história e do esquecimento. Um de seus temas cívicos confessos, a problemática da “justa memória” deve ser encarada para ele como uma preocupação pública frente ao “inquietante espetáculo” que nos é apresentado pela obsessão das comemorações, pelo excesso da memória ou do esquecimento e que nos impedem de refletir de forma clara sobre a permanência - ou ausência - do passado no presente. Assim, lembrança e esquecimento são ambos constituintes da memória e devem ser encarados com a mesma preocupação.

Ao realizar a proposta de uma fenomenologia da memória, Ricoeur procura estabelecer parâmetros para análise da lembrança, da forma que procure se compreender efetivamente: de *que* há lembrança? de *quem* é a memória? A distinção entre *mneme* (evocação, uma simples lembrança armazenada) e *anamnesis* (recordação, “busca ativa” da lembrança) emprestada de Aristóteles é um dos caminhos iniciais para Ricoeur. Se a simples lembrança advém como uma afecção, a recordação é sempre uma busca constante pelo ato de rememorar. Como uma busca, o esforço de recordação não é garantido, pode ter sucesso ou fracassar. Se bem-sucedida, ela se configura como aquilo que Ricoeur denomina de memória “feliz”. A busca da lembrança, alerta Ricoeur, demonstra uma das principais finalidades da memória, a de lutar contra o esquecimento. Uma recordação bem-sucedida seria, desta forma, a melhor ocasião para articular uma “memória do esquecimento”. O “dever de memória”, clamado por muitas sociedades contemporâneas, consiste-se então em um dever de “não esquecer”: “Assim, boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer. De maneira mais geral, a obsessão do esquecimento passado, presente, vindouro, acrescenta à luz da memória feliz a sombra de uma memória infeliz.” (RICOEUR, 2007, p. 48)

Lembrar – e, por que não, esquecer – deve ser, portanto, encarado como um ato de busca que não é involuntário. A memória, a partir do momento em que é vista sob esta

perspectiva, é tida como uma lembrança “exercitada” e que realiza sempre um “uso” sobre o passado. Consequentemente, o uso da memória garante a possibilidade de se realizar “abusos” sobre o passado e é justamente o “abuso” de memória que a política de Ricoeur procura evitar e combater.<sup>24</sup> Ricoeur trabalha com uma tipologia dos abusos da memória que podem ser caracterizadas em três categorias: memória impedida (em seu nível patológico/terapêutico), memória manipulada (nível prático) ou memória obrigada (nível ético/político).<sup>25</sup>

A questão da memória impedida está intrinsecamente ligada à psicologia e às formas de recalque e luto articuladas por Freud. Desta forma, o passado atua como uma alternativa para a “cura” do presente. Ricoeur dialoga aqui com as “patologias” da memória que são extremamente prejudiciais para a política de uma justa lembrança e que, seja por “compulsão” de repetição típica do recalque, ou pelo “impedimento” da lembrança do luto, servem de reflexão para pensar como se dão alguns impedimentos de memória típicos de sociedades que presenciaram recentemente acontecimentos “fundadores” e que aprisionam os indivíduos ao passado.<sup>26</sup>

A memória manipulada, um nível prático de abuso da lembrança e do esquecimento, retoma novamente a problemática da identidade. Abuso aqui resulta em manipulação direta da memória pelos detentores de poder. Há alguns “sintomas inquietantes” que Ricoeur enumera na relação lembrança/esquecimento: “*excesso* de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória – *insuficiência* de memória, em outra, portanto, abusos de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada” (RICOEUR, 2007, p. 94). A função narrativa é para Ricoeur questão crucial. Ligada à ideologia, a memória se configura e se articula pela forma como é narrada. A narração possui uma função seletiva e que, portanto, oferece oportunidade e meios

---

<sup>24</sup> Que fique claro: a política da “justa memória” de Ricoeur propõe dialogar de forma igualitária com a questão da lembrança e do esquecimento. Não é a intenção do autor fazer uma apologia pelo “dever de memória” que tem como fim a busca por uma memória “feliz”. Pelo contrário, ele critica esta obsessão pelo passado típica da “cultura da memória” e procura alternativas que possam dialogar, de forma equilibrada, com a questão do esquecimento. Há um contraponto interessante à questão da memória no trabalho de Nietzsche (1980), que sugere alternativas para uma sociedade livre de seu fardo do passado.

<sup>25</sup> Uma análise mais detalhada destas categorias será retomada nos capítulos seguintes, quando se tratar das questões referentes à memória e a ditadura na *Folha de S. Paulo*.

<sup>26</sup> “Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execução, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura. Mais precisamente, o que, na experiência histórica, surge como um paradoxo, a saber, o *excesso* de memória aqui, *insuficiência* de memória ali, se deixa reinterpretar dentro das categorias de resistência, da compulsão, de repetição e, finalmente, encontra-se submetido à prova do difícil trabalho de rememoração. O *excesso de memória* lembra muito a *compulsão de repetição*, a qual, segundo Freud, nos leva a subsistir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado” (RICOEUR, 2007, p. 92). Encaramos aqui o “golpe de 1964” como um típico acontecimento “fundador” que, portanto, nos faz problematizar a questão da memória de forma particular.

para uma estratégia de abuso da memória: “é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece” (RICOEUR, 2007, p. 98). Tanto no nível da lembrança (rememoração) quanto no do esquecimento, a memória “narrada” pode facilmente enquadrar e manipular lembranças. Ricoeur acredita que uma memória manipulada, ensinada e, assim, cristalizada no imaginário social, é comumente vista como aquela “autorizada” pela história oficial, celebrada publicamente: “a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum” (RICOEUR, 2007, p. 98). É desta forma que se celebra a história, forçando a memorização, instigando e convencendo comemorações. Há, assim, um certo elo de ligação entre o ato de memorizar, rememorar e comemorar que nos parece essencial.

Chega-se ao nível ético-político da memória obrigada onde alerta Ricoeur: não se pode “ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido” (RICOEUR, 2007, p. 99). Tomado de forma sempre particular, o dever de memória é carregado de ambiguidades, ele pode constituir, ao mesmo tempo, o cúmulo do “bom uso” e do “abuso” da memória, dependendo da situação. No entanto, o dever de memória sempre remete a uma obrigação pelo ato de lembrar que de certa forma o configura como um de seus abusos. Para Ricoeur, o que se deve questionar é o dever de memória como ideia de justiça, que acaba por abusar da memória em um nível de manipulação: “É a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto” (RICOEUR, 2007, p. 101). Assim, o dever de memória deve estar intimamente ligado a uma problemática moral. Para efetivar uma política da justa memória, deve-se desvencilhar o dever de memória de seu abuso para um uso consciente e adequado. Encarar de forma cética o frenesi das comemorações que buscam a todo o momento enquadrar a memória em um presente particular.

A proposta de Ricoeur, ao trabalhar com uma política da “justa” memória deve, portanto, ser encarada a partir de uma problemática do poder. Lembrar, esquecer, não são atos involuntários, estão condicionados a usos, a “abusos” de um presente que podem sufocar, apagar, ou até reforçar um passado a partir de interesses particulares. Assim, não se deve problematizar a lembrança como algo necessariamente “bom”, em detrimento do esquecimento, algo “ruim” e que precisa ser evitado. Lembrança e esquecimento caminham juntos e é este caráter intrínseco da memória que constitui a identidade de uma sociedade. A memória sobre a ditadura no país passa por esse dilema. Foi necessário haver certa

reconciliação, esquecer, deixar de lado alguns aspectos de nosso passado sombrio, para que a sociedade em redemocratização pudesse caminhar sem maiores traumas. Será esse um caminho recomendável? Para o pesquisador Tzvetan Todorov, é fundamental “submeter ao exame” nosso passado, só assim pode-se compreender melhor o presente. Mas, ainda assim, alerta o autor: Será mesmo que o passado permite compreender melhor nosso presente? Será que ele também não nos serve para ocultá-lo? (TODOROV, 2002)

Em seu livro *Memória do mal, tentação do bem*, Todorov (2002) procura esclarecer algumas indagações referentes ao século XX, que trouxe à cena um regime político inédito: o totalitarismo. Ao relembrar este acontecimento, o autor procura fazer um “bom uso” da memória, aquele que, pare ele, serve a uma causa justa e não apenas a utiliza para reproduzir o passado. É preocupação do autor estabelecer procedimentos explicativos para compreender como reviver o passado no presente a partir das narrativas de memória, trabalho que, para ele, passa por uma série de etapas de lembrança.

A primeira etapa, denominada *estabelecimento dos fatos* é, de acordo com Todorov, a base sob as quais devem repousar as construções seguintes. Sem este primeiro passo não é nem possível falar sobre um trabalho que se busca o passado. Estabelecer os fatos é fazer um trabalho de seleção, de hierarquização, pois “[...] de todos os sinais deixados pelo passado, escolheremos só reter e só consignar alguns, julgando-os, por uma razão ou por outra, dignos de ser perpetuados” (TODOROV, 2002, p. 143).

A *construção de sentido* é a etapa em que há uma interpretação dos fatos, reconhecendo suas causas e efeitos para buscar uma compreensão do sentido do acontecimento. Se o *estabelecimento dos fatos* é algo definitivo, a *construção de sentido* é sempre suscetível de mudanças, sendo que a memória procura buscar uma interação entre estas duas etapas da lembrança. É na fase da *construção do sentido* que deverá ser feito o trabalho de interpretação e produção de algo concreto para o conhecimento do passado. Na primeira fase, se constitui um arquivo, na segunda, se escreve a história propriamente dita. “Com efeito, uma vez estabelecidos os fatos, é preciso interpretá-los, isto é, essencialmente, relacioná-los uns aos outros, reconhecer as causas e os efeitos, formular semelhanças, gradações, oposições. Aqui reaparecem, mais uma vez os processos de seleção e combinação” (TODOROV, 2002, p.144).

O terceiro estágio da vida do passado no presente é constituído pelo *aproveitamento*. Após reconhecido e interpretado, o passado deve ser “utilizado”. Segundo o autor, as ciências humanas possuem finalidades políticas e, sendo boas ou más, precisam se “aproveitar” deste passado para construir o discurso do presente, atitude que, segundo ele, é comumente

repugnada pelos pesquisadores, mas que deve ser encarada como fundamental. Todorov enxerga esta problemática como uma forma de o pesquisador agir no presente, mudar a realidade em que está inserido, não apenas “utilizando” o passado como uma forma de melhor conhecê-lo. Apesar da procura do autor em sistematizar os estágios de análise, Todorov acredita que, na prática, os três estágios coexistem simultaneamente. Em geral, não se começa pela coleta desinteressada dos fatos, mas por sua utilização. “É por ter em vista uma ação no presente que o indivíduo busca, no passado, exemplos suscetíveis de legitimá-la” (TODOROV, 2022, p. 150-151).

O que se busca neste trabalho é percorrer as etapas da lembrança pautadas em Todorov. Estabelecer fatos, construir sentidos, sempre a partir de um presente particular que não deve ser negligenciado pelo pesquisador. Assim como a memória, esta dissertação faz um trabalho de “seleção”, pois irá hierarquizar e se utilizar de determinados fatos considerados cruciais para entender como se constituíram as memórias do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o período militar no Brasil. Assim como a memória, este trabalho será apenas um “ponto de vista” de suas lembranças, o que mostra que, como alerta Todorov, a pesquisa será resultado da interpretação daquilo que foi selecionado e procurou-se “aproveitar”.

### **1.3. Os embates pela memória do regime militar no Brasil**

As conjunturas atuais do governo brasileiro vêm ampliando o debate a respeito das “políticas de memória” que possam repensar sua atuação sobre o passado recente no período militar. Foi visto como o governo Dilma está relembando alguns desses acontecimentos que agora emergem na cena pública com cada vez mais força. As lutas, ainda que um pouco tímidas, pela implantação da Comissão da Verdade, a revisão da Lei da Anistia, impulsionadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ampliam um debate até então pouco explorado, se levar em conta, por exemplo, a força que estas questões têm em países vizinhos que passaram por situações similares. No palco político e midiático as lembranças estão a fervilhar. O caso “ditabranda” evidenciou isto de forma clara. A sociedade brasileira ainda não esqueceu este período. Pelo contrário, quer lembrá-lo e repugna seu esquecimento. Há um claro “dever” de memória, onde os atores portadores dessas lembranças são instáveis e mudam de cena de acordo com a conjuntura e o tempo. Este palco caloroso de discussões é, no entanto, algo relativamente recente. Os debates em torno daquilo que “resta” da ditadura na sociedade democrática foram um pouco silenciados nos momentos iniciais de redemocratização. A princípio, a atitude mais sadia a se tomar seria esquecer o passado

recente, evitar mexer em feridas frágeis e abertas, esquecer o passado como forma de reconciliação. Hoje o palco é outro, a distância temporal parece confortar e permite olhar para o passado com outras perspectivas. Um passado que parece possuir uma “incrível capacidade de não passar”, encontrando sempre uma forma “insidiosa de se manter”, sendo que seus resquícios são ainda evidentes em nossa cultura, práticas políticas e sociais.<sup>27</sup>

As memórias sobre o regime militar no país, constituídas por tensões e alvo de intensos debates, evidenciam cada vez mais a importância de se pensar novas políticas de memória que problematizem de forma mais clara o passado. Políticas que são impulsionadas por um amplo debate acadêmico e historiográfico que vem se consolidando nos últimos anos, mas que de certa forma tardaram a aparecer, devido à dificuldade em se trabalhar com uma história do tempo presente e pela falta de documentação, ainda muitas na posse dos militares, que acabou por dificultar em um primeiro momento a ampliação destes debates na sociedade civil.

Segundo o historiador Carlos Fico (2004), as primeiras revelações factuais mais precisas viriam apenas com o período de distensão política em fins dos anos 1970, quando começou a se permitir a revelação de episódios já então considerados “históricos”. É também no final dos anos 1970 que, segundo ele, foi se avolumando uma “memorialística” em torno do tema com o depoimento de políticos, artistas, jornalistas e outros atores sociais que, por iniciativa pessoal ou estimulados, têm deixado seus depoimentos para a história. O período foi importante por consolidar a memória da dita “luta armada” e das esquerdas no país, tornando *best sellers* livros como de Fernando Gabeira (*O que é isso companheiro?*, 1979) e de Alfredo Sirkis (*Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, 1980).<sup>28</sup> Esta memorialística tem sido amplamente utilizada, seja como fonte ou objeto histórico, pois procura evidenciar uma suposta intenção pela “versão correta” dos fatos, animando o debate por “réplicas” e “tréplicas” destas versões.

O historiador Daniel Arão Reis (2004) acredita que, se em 1974 os debates sobre a ditadura só poderiam ser realizados no exílio, em 1984 e 1994, completos 20 e 30 anos do “golpe de 1964”, quando se inicia e se consolida nossa experiência democrática, a sociedade

---

<sup>27</sup> *O que resta da ditadura* é uma obra fundamental para se pensar questões sobre o que “persiste” deste passado em nosso presente. O livro, fruto de um seminário realizado em 2008 na USP, possui um objetivo bastante político: “O que propomos neste livro é, pois, falar do passado recente e da sua incrível capacidade de não passar. Mas, para tanto, faz-se necessário mostrar, àqueles que preferem não ver, a maneira insidiosa que a ditadura militar brasileira encontrou de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações extorquidas” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 09).

<sup>28</sup> Carlos Fico elabora em seu livro um extenso e importante glossário bibliográfico sobre estudos referentes ao golpe e ao regime militar no Brasil que merecem ser consultados.

“não pareceu ainda muito propensa a debater o tema, como se estivesse mais inclinada a esquecer do que a recordar com espírito crítico um passado que, visivelmente, mais incomodava do que interessava, ou satisfazia, a imensa maioria” (REIS, 2004, p. 09). O autor defende a ideia de que somente a partir de meados dos anos 2000, finalmente, a sociedade parece vencer o “cerco do esquecimento”. Livros, conferências sobre o tema, auditórios lotados, o início do século XXI emerge como um palco tomado pelas batalhas de memória em nossa sociedade.

Jacques Wainberg (2010) também sustenta a tese de que houve um grande período de silêncio no Brasil sobre os anos da ditadura que só ganhou maior visibilidade no início do século XXI. Foram precisos praticamente 15 anos de relativo silêncio, desde o fim do regime militar, para que os autores começassem a analisar com maior intensidade as experiências traumáticas do passado. Amostra realizada pelo autor <sup>29</sup> catalogou 347 obras publicadas no país entre os anos de 1964 e 2009. Há nesta parcela uma quantidade significativa de obras lançadas somente a partir do século XXI, corroborando a ideia de que a ampliação do debate sobre o tema só tenha se dado, de forma mais consolidada, a partir de então. <sup>30</sup> O tom desses trabalhos é, na grande maioria, visto pela ótica das esquerdas e possui um caráter testemunhal, com apelo de denúncia ao regime e ao “golpe de 1964”. As obras que têm como porta-voz os testemunhos da direita também estão presentes – apesar de que em menor escala - e, ao realizar uma defesa dos militares e do regime (“revolução de 64”), costumam denunciar ações subversivas de grupos tidos como “terroristas”.

Se no campo acadêmico as discussões de certa forma tardaram a aparecer, na grande imprensa escrita – que por unanimidade apoiara o golpe em 1964 - buscou-se desde o processo considerado o de distensão política alternativas para se pensar a nova sociedade democrática que então aflorava. É notório o caso da *Folha de S. Paulo* durante a campanha para a votação das eleições diretas em 1984. Fruto de um processo que procurou reformular a identidade do jornal, a *Folha* foi vista naquele momento como o “jornal das diretas” e usou seu espaço para articular discussões envolvendo – mesmo que de forma desigual - tanto órgãos da direita, ainda favoráveis ao regime, como da esquerda, adeptos à redemocratização do país. Criada com a reforma técnica do jornal a partir do final da década de 1970, a página 3

---

<sup>29</sup> Amostra retirada dos acervos das bibliotecas da UFRGS, PUCRS, USP, UFRJ, Biblioteca Nacional, Livraria Cultura, Banco de Teses e Dissertações e listas na internet. A pesquisa consistiu em busca rápida utilizando as seguintes palavras-chave: “ditadura brasileira”, “golpe militar”, “golpe de 1964”, “revolução de 1964” e “comunismo brasileiro.” A amostra foi baseada em um acervo “total” catalogado pelo Grupo de Estudos sobre a Ditadura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que conta com um acervo de 1.041 referências entre artigos, livros, teses e dissertações publicadas entre os anos de 1971 e 2000.

<sup>30</sup> Entre os anos de 1964 e 1999 o autor encontrou em sua busca apenas 98 livros publicadas no país. Já entre 2000 e 2009 foram mais de 250 obras.

“Tendências/Debates” abriu espaço para opinião de intelectuais, políticos e jornalistas que repercutiam na cena pública diversas interpretações sobre o período militar.

Interpretações que legitimam as batalhas pela memória ao longo do acontecimento. Para Daniel Aarão Reis (2004), as “reconstruções da memória” sobre o acontecimento do regime militar no Brasil devem ser encaradas a partir dos embates que se travaram, da celebração ao estigma e, em especial, “para a forma como interpretaram, na época e depois, os acontecimentos vividos, ou seja, para como elaboraram a *memória* do que se passara” (REIS, 2004, p. 34). Com as direitas no poder, a memória sobre o período teve a princípio, segundo Reis, uma “intervenção salvadora” sendo que, no curto prazo, evidenciou uma memória hegemônica sobre o período que se referia ao acontecimento como uma “revolução” e não como um “golpe” militar. Na medida em que o regime foi se tornando impopular, se mostrando insustentável, as versões das “memórias de esquerda” começaram a aparecer com mais vigor. Estas memórias evidenciavam a esquerda como vítimas atingidas e perseguidas pelo movimento golpista. Versões que, segundo o autor, predominaram a partir dos anos 1980, com a redemocratização do país. “Assim, as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória.” (REIS, 2004, p. 40)

Será possível perceber ao longo da análise como a *Folha* transitou entre esse embate de memórias do período e acabou por construir uma identidade própria sobre sua atuação durante o regime militar no Brasil. De apoiadora da “revolução democrática” de 1964, passou a ostentar oposição ferrenha ao “movimento” e depois ao “golpe” de 1964 até sofrer fortes críticas ao utilizar o termo “ditabranda” e instaurar uma crise de credibilidade frente a seus leitores. O que alguns possivelmente não sabiam é que as memórias – e conseqüentemente a(s) identidade(s) - do periódico não foram unânimes e sim marcadas pela contradição, lembradas sempre a partir de um presente particular. Perceber como o jornal se utilizou de um passado para construir suas narrativas no presente é apreender seus jogos políticos para a construção de uma imagem frente a seu público. Rememoração que tem o intuito de evidenciar como o jornal pretende ser visto e lembrado e, pelo esquecimento, como não quer que seja reconhecido.

Podemos ilustrar esta questão com um exemplo de como a *Folha* foi, ao longo do tempo, mudando sua posição frente ao regime. No início de 1964 o jornal, em processo de reestruturação financeira, temia uma radicalização política no país e criticou duramente as reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart. O grande comício realizado pelo presidente, em 13 de março daquele ano na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, agitou

ainda mais o delicado momento político que vivia a nação. Em resposta, a direita conservadora organizou aquele que viria a ser, segundo o jornal, o “maior movimento cívico” já observado no Estado de São Paulo. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade que reuniu em 19 de março meio milhão de pessoas em manifestação na praça da Sé foi vista pelo jornal como uma manifestação popular que parou São Paulo em defesa da Constituição e do regime democrático. A edição da *Folha* do dia seguinte deu ampla cobertura à manifestação (ver fig. 01). Em editorial, declarava sua opinião: “Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria, ciosos de suas tradições e de suas crenças e consciente de seus destinos democráticos.”<sup>31</sup> O “povo” para a *Folha* era, naquele momento, a população contrária às políticas radicalizantes de João Goulart. Povo que, para defender o “regime”, apoiara a “revolução democrática” que acabou por colocar os militares no poder ainda no final daquele mês, desvirtuando um pouco os “destinos democráticos” que esta parcela da população tanto almejava. A *Folha* construiu uma imagem que na verdade era a de seus próprios leitores. O jornal e seu público caminhavam juntos, ambos receosos com o futuro incerto da nação.

Em 1984, quase 20 anos após o golpe que derrubou Goulart, o panorama político era completamente outro e a *Folha* protagonizou aquela que viria a ser considerada uma das maiores campanhas da grande imprensa em prol da redemocratização no país. Naquele momento, com o regime militar já em franca decadência, criticado por grande parte da sociedade civil, o jornal aproveitou as brechas proporcionadas pela política de distensão do governo para não só manifestar apoio, mas conduzir a população às ruas. As lutas pela campanha das eleições diretas se desencadearam por meses, recebendo ampla cobertura do jornal. O marco se deu com o grande comício realizado no dia 25 de janeiro de 1984, na cidade de São Paulo. A edição da *Folha* de 26 de março (ver fig. 01) possui uma das capas mais emblemáticas da história do jornal e que, não à toa, será utilizada em outras ocasiões como forma de reforçar a sua memória enquanto agente ativo no processo de redemocratização do país. Logo no início, o texto da capa assinado pelo jornalista Carlos Brickmann afirma que “uma coisa é certa: este comício foi a maior manifestação já realizada em São Paulo desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964.”<sup>32</sup> Por mais que o jornal esteja tratando de dois acontecimentos opostos e distantes temporalmente, ambas as capas se assemelham não só pelas aproximações visuais e temáticas da manifestação, mas

---

<sup>31</sup> POVO, apenas povo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.696, p. 04, 20 de março de 1964.

<sup>32</sup> BRICKMANN, Carlos. 300 mil das ruas pelas diretas. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.021. Capa. 26 de janeiro de 1984.

pela própria narrativa do acontecimento que é rememorado pelo jornal. O texto também celebra o povo, “verdadeiro herói” da manifestação que provou “ser possível (e desejável) fazer política com amor, garra e alegria. O povo se manifestou, cantou, dançou [...] era uma festa, medo de quê?”<sup>33</sup>



**Fig. 01:** *Folha* – 1964 x 1984 (embate de memórias)

Capas da *Folha* em 1964 (esq.) e 1984 (dir.). Exemplos de memórias conflitantes ao longo da ditadura. De um lado, o povo e o apoio à “revolução democrática”. De outro, o povo e as lutas pelo fim da “ditadura militar”. O jornal apoiou as duas causas, embora lembre mais da segunda.

Duas décadas após a primeira manifestação, podemos perceber que há uma troca dos atores em cena. Comícios, antes repudiados pelo jornal devido à possibilidade de agitação política, agora são não só necessários, mas incentivados. O povo, que antes lutava para defender um regime, agora o quer em ruínas. Se antes o clima era de incerteza, agora é de festa. As manifestações, por mais que lembradas de forma semelhante pelo jornal, eram outras. Isso porque a *Folha* e suas próprias memórias sobre o regime também o eram. Em ambos os casos o jornal retratou o “povo” como sendo um só. A *Folha* apoiou ambos, mas lembrou-os de formas diferentes ao longo dos anos, pois assumir lembranças de uma empresa que foi porta-voz da redemocratização se mostrou muito mais interessante para a identidade da empresa em um momento em que as ditas “memórias de esquerda” se tornaram

<sup>33</sup> BRICKMANN, Carlos. 300 mil das ruas pelas diretas. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.021. Capa. 26 de janeiro de 1984.

hegemônicas perante a sociedade. A *Folha* e seu público aqui também caminhavam juntos, desejando o fim de um regime em extinção que, aos poucos, vai sendo também apagado das lembranças do jornal. Apagado não pelo impedimento da lembrança, mas pelo uso, seleção e enquadramento do passado na narrativa das memórias do jornal que serão construídas e rememoradas, em sua grande maioria, a partir de uma franca oposição ao regime.

Esta versão de memória começa a se consagrar na mídia e na academia sob certa “orientação de hostilidade à ditadura”, afirma o historiador Daniel Aarão Reis. Versão que se torna hegemônica apenas com as comemorações dos 30 anos do golpe de 1964, em fins do século passado. Os vencidos de então foram celebrados, condenando os poderosos que comandavam o país pelos crimes e torturas e revelando uma arquitetura praticamente simplificada da memória coletiva: “de um lado, a ditadura, um tempo das trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamado *anos de chumbo*. De outro, a *nova república*, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática” (REIS, 2000, p. 07-08).

Devido a esta particularidade do acontecimento e às tensões e conflitos existentes, Reis acredita que a sociedade brasileira possui certa dificuldade para recordar o período do regime militar. Na concepção do autor, é preciso encarar o acontecimento como um processo de construção histórico-social e não como um mero “acidente de percurso”. Reconhecê-lo seria uma iniciativa preliminar para compreender seu fundamento histórico e para criar condições de melhor interpretação.

Na gênese da ditadura, tende-se a apagar o grande embate social. O projeto reformista revolucionário evaporou-se, transformado em um *fantasma*. As esquerdas foram vitimizadas. Os amplos movimentos sociais de direita, praticamente apagados. Os militares, estigmatizados *gorilas*, culpados únicos pela ignomínia do arbítrio. A ditadura, quem apoiou? Muito poucos, raríssimos, nela se reconhecem ou com ela desejam ainda se identificar. Ao contrário, como se viu, todos *resistiram*. Mesmo a esquerda revolucionária transmutou-se numa inventada *resistência democrática* de mãos armadas (REIS, 2004, p. 50).

Para melhor compreender os embates sociais travados no campo da memória, é fundamental evitar cair em generalizações e abstrações sobre o período que, como bem colocado por Reis, acabam por estigmatizar as interpretações. A interpretação do passado é sempre conflituosa e fragmentada, decorre do ponto de vista e da escolha do pesquisador em seu presente. Percorrer “rastros” memoriais é, portanto, fundamental para balizar o processo de interpretação de um acontecimento marcado pela contradição. O passado, como afirma a pesquisadora argentina Beatriz Sarlo (2007), não é convocado por um simples ato de vontade.

“O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 09). Pode-se dizer que o passado “se faz presente” a partir do olhar interpretativo e que se elaboram visões do passado a partir de construções particulares. Neste sentido, procura-se construir “visões” sobre o período, visões estas que são apenas fragmentos de um passado.

As visões do passado, no sentido proposto por Sarlo, evidenciam uma forte “guinada subjetiva” na área de estudo das ciências humanas que conferem ao testemunho um ícone de verdade, como um dos recursos mais importantes para a reconstituição do passado.<sup>34</sup> Para a autora, a memória foi uma espécie de dever para os países em redemocratização na América Latina “como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática” (SARLO, 2007, p. 20). O ato de lembrar foi, neste sentido, uma atividade essencial para restaurar laços sociais e comunitários que se perderam pela constante violência de Estado e que deram um novo impulso aos estudos referentes ao período.

Laços sociais só são restaurados quando se atam as lembranças em prol de um bem comum. Também é preciso que se deixe de lado algo sobre o passado, esquecer para evitar conflitos e constrangimentos.<sup>35</sup> É pensando desta forma que para uma parcela da sociedade, afirma Reis, a ditadura e os ditadores foram “demonizados”. Ninguém procura se identificar com ela nos dias de hoje, até mesmo aqueles que “se projetaram à sua sombra, e que devem a ela a sorte, o poder e a riqueza que possuem, não estão dispostas, salvo exceções, a ocorrer em sua defesa” (REIS, 2000, p. 07). Há certa hostilidade à ditadura, que se consolida com a

---

<sup>34</sup> Sarlo possui uma visão “cética” com relação ao estatuto de “verdade” legítima que são conferidos a estes testemunhos. A ideia de seu livro *Tempo passado* é aferir uma crítica à “guinada subjetiva”, no entanto, a autora deixa claro que o papel da memória ainda se mostra essencial para a constituição da identidade em nações no processo de redemocratização.

<sup>35</sup> Huyssen (2005) realiza uma análise interessante acerca do caso dos desaparecidos políticos na Argentina, país que segundo ele é o que mantém os debates sobre memória mais intensos entre os latino-americanos: “No plano narrativo, *Nunca más* estabeleceu a figura do *desaparecido* enquanto vítima inocente do terror de estado. Esta estratégia “esquece” a dimensão política da insurgência esquerdista que a ditadura militar tratou de erradicar. Este esquecimento era absolutamente necessário na época por duas razões: primeiro, era necessário derrotar os argumentos da defesa dos generais que se fundamentava no pressuposto de que o golpe e a repressão haviam sido causados pelo terrorismo armado da esquerda radical. Segundo e mais importante, era necessário permitir a toda sociedade Argentina – incluindo, tanto os que não participaram, quanto os que se beneficiaram da ditadura – congregarem-se em torno a um novo consenso nacional: a clara separação entre aqueles que haviam perpetrado os crimes e as vítimas, os culpados e os inocentes” (HUYSSSEN, 2005, p. 27). Ao meu ver, este também é o caso aqui no Brasil. No entanto, os militares parecem não ter muita voz na Argentina, suas memórias são esquecidas, apagadas e, principalmente, punidas. Basta ver os inúmeros casos de militares que foram julgados pelos crimes cometidos ao longo da ditadura em seu país. No Brasil, como foi visto, por mais que a “hegemonia da memória” pertença às lembranças de esquerda, ainda ocorrem muitas manifestações “à margem” de apologia ao regime e de repúdio aos ditos “terroristas” e nosso país foi o único no continente que não julgou ou prendeu algum responsável pelos crimes em regimes militares totalitários. Para uma versão sobre a “mitificação” das memórias de esquerda no Brasil ver REIS (2000).

hegemonia das lembranças de esquerda. O caso da “ditabranda” é notório nesta ocasião. Memórias que procuram “relativizar” o regime – hoje consideradas memórias “subterrâneas”, se pensar em Pollak - possuem pouco espaço no campo das lembranças sobre o período. A *Folha de S. Paulo*, ao procurar construir uma história que pretende se desvencilhar de uma imagem colaborativa com o regime, em um projeto que se estende desde os preparativos para a campanha das Diretas-Já, acabou dando um “tiro nos próprios pés” defendendo uma versão tida hoje como silenciada. Praticamente considerada como um lugar-comun, as memórias de esquerda habitam livros didáticos, discursos políticos, filmes, artigos na imprensa. “Em tudo isto, sobressai uma tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura.” (REIS, 2000, p.10)

Há inclusive um embate bastante evidente também no campo “editorial” pelas lembranças da ditadura. Wainberg (2010) relata que o silêncio imposto aos “derrotados da memória” fez com que surgissem manifestações dos militares já em meados da década de 1980. Em resposta ao livro organizado e amplamente divulgado pela arquidiocese de São Paulo, *Brasil: Nunca Mais* (1985) que procura evidenciar o papel do regime militar na tortura e no desaparecimento de presos políticos no país, o exército editou uma obra de quase mil páginas denominada Projeto ORVIL. Ignorado por praticamente todas as editoras comerciais do Brasil, o livro foi sendo divulgado clandestinamente pela internet.<sup>36</sup> O site, com um rico material de oposição às memórias “vencedoras”, desabafa:

Aos poucos, a maioria dos “perseguidos políticos” ocupava cargos públicos, setores da mídia e universidades. Bons formadores de opinião, passaram a usar novas técnicas na batalha pela tomada do poder e pela tentativa de desmoralização das Forças Armadas. [...] Passou a predominar no País a versão dos derrotados, que agiam livremente, sem qualquer contestação. As Forças Armadas, disciplinadas, se mantiveram mudas. [...] Aos poucos, a farsa dos revanchistas começou a ser aceita como “verdade” pelos que não viveram a época da luta armada e do terrorismo e que passaram a acreditar na versão que lhes era imposta pelos meios de comunicação social. [...] Em razão de uma afirmação descabida, desonesta e mal intencionada e para que os leitores possam comparar, avaliar e concluir, resolvemos divulgar o “Projeto Orvil” no site - [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com), para consulta livre e gratuita.<sup>37</sup>

O site em questão tem como objetivo principal divulgar outra obra, esta à venda e intitulada *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* (2006). Em sua sexta edição, o livro é escrito pelo coronel reformado do Exército brasileiro

<sup>36</sup> A obra completa em versão pdf, bem como vários textos de embate à dita “memória de esquerda”, podem ser encontradas no site: [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com)

<sup>37</sup> Disponível em: [http://www.livrariabrasil.net/product\\_info.php?products\\_id=104](http://www.livrariabrasil.net/product_info.php?products_id=104) Acesso em 07 jun 2011.

Carlos Alberto Brilhante Ustra e se mostra uma resposta ao projeto do governo “Memórias Reveladas”<sup>38</sup> e ao livro *Direito à Memória e à Verdade* (2007), publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República do governo Lula, que ampliou consideravelmente o acesso aos arquivos “secretos” da ditadura. A sinopse de *A verdade sufocada* deixa claro como estão postos os embates entre memórias que aqui estamos procurando problematizar:

A obra desfaz mitos, farsas e mentiras divulgadas pelos derrotados para manipular a opinião pública e para desacreditar e desmoralizar aqueles que os venceram. [...] Realmente é uma história que muitos não querem que o Brasil conheça. É verdade que alguns setores não querem difundir-la. Ainda continuam tentando sufocá-la. Poucas livrarias se dispuseram a vender o livro. Algumas vendem, mas não o expõem nas vitrines. É um livro que incomoda, porque traz à luz a verdadeira história dos “heróis” cultuados hoje, de seus atos terroristas, de seus crimes e das organizações a que pertenciam.<sup>39</sup>

As memórias de esquerda querem, portanto, lembrar para que não mais aconteça; as de direita, para que se mostre uma “verdade” há anos silenciada pela hegemonia dos “vencedores”.<sup>40</sup> É evidente que a *Folha de S. Paulo* entrou em um ambiente conturbado com seu editorial que procurou abrandar a atuação do regime. Evidenciou e/ou rememorou, para quem havia esquecido ou desconhecia, as intenções da grande imprensa escrita com o golpe civil-militar que irrompeu no Brasil em 1964. Mais que isso, colocou em cena novamente o papel da imprensa como portadora de discursos sobre o passado recente em nosso país. As diversas manifestações, encadeadas em especial por *blogs* e pela imprensa alternativa, mostraram o papel fundamental que a mídia noticiosa ocupa hoje neste embate comunicacional pela lembrança e esquecimento da ditadura militar no Brasil. Verificar, como propõe Wainberg (2010, p. 50) “a natureza dos traços de memória que perduram no tempo a partir da narrativa jornalística” será uma das questões centrais deste estudo.

<sup>38</sup> [www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br)

<sup>39</sup> Disponível

em:

[http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5&Itemid=6](http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=6) Acesso em 07 jun 2011. O site, apenas no dia em que escrevo esta nota, já contava com mais de três mil acessos únicos (em um total de mais de 6 milhões de visitas). É evidente que não podemos garantir ao certo qual a porcentagem destes leitores compartilham das ideias expostas nos textos. Mesmo assim, os números indicam que estes embates pelas memórias do regime militar no Brasil ainda estão longe de terminar em “conciliação”.

<sup>40</sup> O papel da memória enquanto portadora de uma “verdade” histórica parece ser questão que permeia os dois campos. Em texto escrito para o projeto “Memórias Reveladas”, Herenice Guerra, então ministra da Casa Civil da Presidência da República em 2010, relata sobre como a memória procura ser “resgatada” com o intuito de se buscar legitimidade aos fatos do passado: “A memória é um bem público que está na base do processo de construção da identidade social, política e cultural de um país. Isto significa que a memória é fundamental para a construção da verdade sobre os acontecimentos históricos.” (Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2&sid=2> Acesso em 08 jun 2011)

As celebrações, edições comemorativas e produtos de entretenimento veiculados em exaustão pela mídia ampliam ainda mais este embate. Como espécie de “senhores da memória” os meios de comunicação agem como porta-vozes para buscar superar uma suposta “amnésia coletiva” da sociedade brasileira que ainda insiste em não discutir de forma clara e comprometida os problemas de seu recente passado político. Atuam com um enquadramento particular de lembranças e esquecimentos que procura garantir relevância e legitimidade aos fatos do passado, tornando-os públicos e de interesse comum para a coletividade. A memória coletiva necessita deste conhecimento para se manter estruturada e arraigada nas lembranças e manter outras, opostas, à margem do esquecimento.

Uma controvérsia atual bastante perceptível que pode auxiliar a visualizar esta questão é o debate em torno da Lei da Anistia, que ganhou recentemente um novo episódio. Praticamente toda a grande imprensa, *blogs* e mídias alternativas divulgaram matérias referentes à decisão do Supremo Tribunal Federal de extradição do argentino Norberto Raul Tozzo, responsável pela tortura e morte de 22 presos políticos em seu país no ano de 1976, episódio conhecido como Massacre de Margarita Belén. A extradição reacendeu as discussões em torno da controversa Lei da Anistia brasileira, colocando em cena novamente a questão. A imprensa, como porta-voz cada vez mais convicta das memórias ditas de esquerda, procura dar uma “função social” à memória, enquadrando-a pela busca de uma “verdade”, uma justiça pelos crimes cometidos na ditadura.

A memória veiculada pela mídia está neste ponto intrinsecamente ligada à opinião. Para o pesquisador Pierre Laborie (2009), há uma grande inter-relação e influência entre estas duas áreas. Através da rememoração e dos “usos” do passado no presente, a mídia noticiosa acaba por transmitir representações particulares sobre o passado e, desta forma, acaba por intervir na fabricação da opinião sobre determinado tema: “Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, processo que pode ser amplificado pela mídia” (LABORIE, 2009, p. 81). As opiniões refletem representações do presente mas não estão unicamente relacionadas a ele. Traduzem “reações cambiantes” que são ligadas em um fluxo temporal de significância. “Nas hierarquias de importância ligadas ao contexto, eles remetem, pois, ao mesmo tempo, à visão do presente, às interpretações do passado e às expectativas do futuro” (LABORIE, 2009, p. 80-81). A opinião é um processo, um movimento que envolve uma relação com o tempo. Está ligada a um contexto e a um sentido que determinada memória pretende dar às representações do presente. Disseminadas pela mídia, essas opiniões ajudam a

consolidar uma memória que, com um enquadramento particular, são carregadas de significação.

A memória coletiva não precisa, necessariamente, da opinião. Existe, caminha, produz sentidos sem ela. Como uma espécie de “ator social invisível” está arraigada nas “estruturas mentais” da sociedade. Mas esta só consegue sua legitimação com o auxílio e o aparato da opinião. Da mesma forma, o sentido que dá a memória ao passado intervém de maneira decisiva nas opiniões sobre o presente. Em um relacionamento ambíguo e conturbado, memória e opinião são em parte independentes, mas necessitam uma da outra para seu reconhecimento. A opinião é constituída pela memória, que também a faz “reemergir” na cena pública. O problema maior, colocado pelo autor, é quando a opinião acaba por se apropriar da memória, transformando opinião em uma verdade sobre o passado, muitas vezes vista como verdade única e irrefutável:

Ao ajudar o discurso da memória a sair de sua visibilidade limitada, a opinião aumenta a sua força, sua recepção e sua influência. Mas, e isso é importante, ela transforma sua natureza fazendo da verdade sobre o passado uma questão de opinião, conferindo às representações da memória um estatuto de verdade. Faz-se da autenticidade, justamente atribuída à memória, uma espécie de garantia e de certeza de verdade. Por deslocamentos sucessivos, passa-se da memória portadora de *uma* verdade à memória lugar e expressão *da* verdade sobre o passado. O que era uma narrativa, uma representação ou um ponto de vista sobre o passado torna-se a história desse passado (LABOIRE, 2009, p. 92).

Como portadora de uma opinião em particular e construtora de memórias, a mídia deveria estar atenta a estas ambíguas relações. Ao se utilizar de determinado passado para legitimar um discurso do presente, está dialogando intimamente com questões políticas e identitárias, constituintes da sociedade. Até que ponto os textos propagados pela mídia estão confundindo memória e opinião? Há a busca por uma verdade histórica sobre este passado? Como foi visto nos embates “editoriais” pela memória da ditadura, ambos os lados buscam, a partir de suas lembranças, uma “verdade” sobre os fatos do passado. Esta questão é crucial para se pensar a problemática política da memória coletiva. A relevância deste embate, problematiza Wainberg (2010), está no fato de que, vitoriosa, uma das versões que competem entre si irá se garantir como portadora da “meme” das gerações futuras. A grande imprensa, enquanto empresa porta-voz de grupos hegemônicos, possui sim uma “opinião” sobre como enxerga o passado e a carrega em seus discursos. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, buscou com o período de redemocratização legitimar a construção de uma história, “a” história constituinte de sua identidade, vista como única e carregada de opiniões. Qual foi, afinal, a

sua relação – e da imprensa em um contexto geral - com o regime militar vigente no Brasil e como isto veio a refletir em seus discursos atuais sobre a representação do passado?

Partindo das etapas de lembrança problematizadas por Todorov, será feito um trabalho pelo “estabelecimento dos fatos”, buscando construir um “sentido” e se “aproveitar” deste passado no presente, garantindo assim uma maior inteligibilidade às representações do passado que perduraram na memória coletiva e em alguns dos atores sociais que consolidaram a atuação da imprensa do país no período em questão. Mais que isso, a ideia será problematizar de que modo a imprensa ajudou a consolidar e propagar os embates entre memórias que constituem a atual conjuntura das discussões em torno daquilo que “resta” da ditadura militar no Brasil.

#### **1.4. Estabelecendo os fatos: memória, imprensa e o regime militar no Brasil**

O período marcado pelo regime militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, foi um momento em que a imprensa sofreu grandes transformações tanto em nível profissional quanto mercadológico, recebendo grandes investimentos. Momento característico pela forte modernização da imprensa brasileira que passou de um jornalismo baseado em “paixões políticas” para um jornalismo mais técnico e pragmático, que privilegiava a informação e a notícia em detrimento de iniciativas próprias e pessoais de seus donos e empresários. Esta modernização deu-se em grande parte pelo apoio e cumplicidade das empresas com o regime, que se beneficiaram com o golpe e o “milagre econômico” dos militares.

De acordo com Alzira Alves de Abreu (2002), os anos de “modernização da imprensa” foram marcados pela conjuntura político-social do país em um processo de transição. Enquanto empresas, preocupadas com lucros e com seu leitorado, uma ampla maioria da grande imprensa escrita no Brasil deu suporte ao movimento que derrubou o regime constitucional vigente em 1964. Muitos jornais precisavam neste momento de apoio financeiro para modernização técnica e de redação e viam no governo, a princípio, um dos seus principais aliados. Seus maiores anunciantes eram nesta época, em geral, órgãos estatais, o que leva a autora a crer que os militares financiaram grande parte da modernização de muitos jornais que se encontram no mercado até hoje.

A ideia de uma “modernização” da imprensa era de extrema importância enquanto estratégia político-ideológica dos militares para garantir uma conjuntura de segurança nacional. Para a autora, a implantação de um sistema capaz de integrar o país “era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as

atividades fundamentais em termos políticos” (ABREU, 2002, p. 15).<sup>41</sup> Nos idos do golpe de 1964, a imprensa atuava com forte empenho na propagação dos preceitos “nacionais” e “democráticos”, pelo estabelecimento da “ordem” e da “legalidade”. Foi peça-chave no combate contra o dito “fantasma do comunismo”, uma das principais justificativas para a intervenção militar naquele momento. O grande empresariado via com ceticismo o projeto de reforma do governo João Goulart e por isso foi praticamente unânime em apoiar o levante dos generais. No entanto, vale lembrar que, como relata Abreu (2005), em um primeiro momento, os donos de jornais defenderam os preceitos democráticos, dando espaço para discursos que favorecessem a preservação do regime. A mudança de lado começou a ficar mais perceptível quando o governo de Goulart se aproximou dos grupos de esquerda radicais e, conseqüentemente, foi perdendo apoio de grupos do centro mais conservador, instaurando uma crise política. Com um clima cada vez mais incerto e instável, os jornais foram mudando seus discursos.

E como explicar a mudança de posição da imprensa em tão curto espaço de tempo? Para Alzira Abreu (2005), deve-se considerar neste panorama uma relação entre a crise econômica e política que assolava o país, relacionando-as às orientações ideológicas e institucionais que entraram em cena naquele momento de incertezas.<sup>42</sup> Este é um momento em que a grande imprensa brasileira buscava se legitimar sob os moldes de uma dita “modernização”. Necessitava de investimentos oficiais e, portanto, o clima de incerteza proporcionado por Jango não era favorável. A radicalização do governo começou a ser vista cada vez mais com maus olhos e os jornais se prontificaram a combatê-las, em especial quando Goulart começou a colocar em prática a realização do grande comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, que estimulou no empresariado o medo pelo “perigo comunista”. Com a radicalização chegando inclusive à hierarquia militar na chamada “Revolta dos Marinheiros”, em finais de março de 1964, os jornais assumem oficialmente seus discursos anti-radicalização e pedem a saída do então representante da nação.

O exemplo mais notório é sem dúvida o do *Correio da Manhã*, jornal carioca liberal e representante da classe média que, a princípio, apoiara o governo Goulart. Seus três editoriais: “Basta”, “Fora” e “Não pode continuar” são vistos como um “incentivo” à queda do então presidente e ajudaram a consolidar na sociedade civil a legalidade do golpe (ou

---

<sup>41</sup> A *Folha* garante sua autonomia financeira apenas em meados dos anos 1960, com a implantação de uma postura mais empresarial vinda de Octavio Frias de Oliveira. É evidente que para alcançar estabilidade, a empresa procurou apoio às parcelas hegemônicas da população, o que não poderia ser possível com um enfrentamento direto ao regime vigente. Tocaremos nesta questão mais adiante.

<sup>42</sup> Para um panorama recente da análise historiográfica sobre o governo Goulart e o conturbado ano de 1964, consultar FERREIRA (2010).

revolução/movimento) de 1964. Há um livro que rememora a atuação do *Correio da Manhã* nos ditos “anos de chumbo”. Pery Cotta, então editor de política do jornal, “testemunha e participante direto dos acontecimentos” discorre a respeito do “lado oculto” da história do Brasil, momento em que o jornal atingira uma postura de franca oposição ao regime. O livro é lançado em fins da década de 1990, período em que, teoricamente, as memórias ditas de esquerda já estavam consolidadas no imaginário nacional. No entanto, ainda podemos perceber o forte caráter combativo desta lembrança, como demonstra o texto de apresentação do livro:

Se o futuro depende do que se faz no presente, fatos do passado recente continuam a influir nos dias atuais. No entanto, há uma estranha tentativa de manter alguns acontecimentos importantes longe do crivo e julgamento da opinião pública. E de nunca mostrar a brutalidade do regime autoritário, como se ainda estivéssemos sob a pressão da censura (COTTA, 1997).

O caráter combativo é constantemente reforçado ao longo do livro, como podemos perceber neste trecho: “Por que o *Correio da Manhã*, depois de silenciado e ultrajado, precisa ficar mergulhado no esquecimento? Quem vai tomar a primeira iniciativa no sentido de resgatar a memória deste herói das liberdades individuais e dos direitos sociais? Quem?” (COTTA, 1997, p. 76). Estas lembranças parecem ter como finalidade um objetivo bem claro: remeter o jornal à sua atuação combativa frente ao regime. Para isso, o livro ao menos cita o momento inicial de sua atuação no conturbado período de março de 1964, em que foi totalmente a favor da “revolução”. Com a *Folha*, pode-se perceber que ocorre a mesma tentativa de uma inversão de memórias. O que o jornal pretende, a partir dos anos 1980, é gerar uma política de reformulação da memória que praticamente apaga suas lembranças iniciais de apoio ao regime. A atuação dos jornais ganha respaldo inclusive com os próprios estudos sobre o tema. Se em março de 1964 praticamente toda a grande imprensa escrita no Brasil apoiou o regime, é consenso entre alguns pesquisadores afirmar que esta situação logo foi mudando, como afirma a historiadora Alzira Alves de Abreu:

Assim, em março de 1964 a imprensa atuou em favor da ruptura do regime constitucional, mas diante das primeiras medidas tomadas pelos militares ao assumirem o poder como a censura aos meios de comunicação e o início da perseguição a lideranças políticas, sindicais e intelectuais e com a promulgação do 1º Ato Institucional (9/4/64) que previa cassação de mandatos e a suspensão de garantias constitucionais, alguns jornais que apoiaram a queda do governo como o *Correio da Manhã* começaram imediatamente a se distanciar do governo militar e a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo novo regime” (ABREU, 2005, p. 20).

Esta atitude foi tomada por grande parte dos donos de jornais que procuraram logo em seguida um desvencilhamento à imagem de “cúmplices” do golpe de 1964: “apoiamos, como todos, mas logo recuamos”; “apoiamos, *pero no mucho*”, são visões que parecem ecoar entre o empresariado brasileiro numa busca pela negação e esquecimento do colaboracionismo, agora visto com distanciamento e repúdio. Adiante se verá como esta foi – e ainda parece ser – uma das principais preocupações da *Folha de S. Paulo*: consolidar a imagem de um jornal plural e independente que se tornou porta-voz ativo no processo de redemocratização do país e que, portanto, nada teve com o regime ditatorial, principalmente após o AI-5.<sup>43</sup>

O livro *O golpe de 64: a imprensa disse não*, lançado 15 anos após a queda de Goulart ajuda também a legitimar esta versão. Thereza Cesario Alvim, organizadora da obra, reuniu inúmeros textos publicados na imprensa entre 1964 e 1965 antes do golpe completar um ano. No entanto, possui material apenas dos jornais *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, todos do Rio de Janeiro.<sup>44</sup> Vale ressaltar que a obra foi lançada no processo de distensão política do regime militar, momento em que praticamente toda a grande imprensa havia mudado de lado e criticava severamente o lento processo de abertura comandado pelo governo Geisel. Com o fim “oficial” da censura e com visíveis sinais de liberdade, a imprensa a partir da lembrança de inúmeros testemunhos, procura se desvencilhar de um passado já então considerado sombrio. Os proprietários de jornais, escoltados por esta memória que começa a emergir e se materializar como hegemônica, aproveitam o momento para se livrar das amarras do colaboracionismo. Não só o apoio da imprensa ao golpe, mas a consolidação das empresas com auxílio financeiro e oficial do estado autoritário começa a ser relegado às sombras do esquecimento numa amálgama que parece englobar uma série de “abusos” de memória: ela se torna impedida, manipulada e obrigada quase que simultaneamente.

---

<sup>43</sup> Interpretações que vem sendo revisitadas aos poucos. Pode-se citar, por exemplo, o estudo de Juliana Gazotti (2006) sobre a atuação do periódico *Jornal da Tarde* (pertencente ao grupo do *O Estado de São Paulo*). O artigo revisita a versão dos proprietários do grupo de que os jornais assumiram um lado oposicionista após a promulgação do AI-5 em 1968: “A hipótese, aqui, é de que realmente o jornal tornou-se mais combativo em relação ao regime depois dessa data, mas a maneira como essa oposição ocorreu revela sobretudo seu caráter conservador” (GAZOTTI, 2006, p. 67). O livro de KUSHNIR (2004) é também uma obra fundamental e reveladora que procura problematizar outras formas de relação que se deram entre os jornais e o Estado ao longo do regime militar.

<sup>44</sup> A obra foi organizada, segundo a autora, por textos que representam uma “oposição vigorosa e sistemática aos desmandos da nova situação. Esse fenômeno só se processou, nessas proporções, no Rio de Janeiro. É assim que ele se reflete neste livro. Mas honra seja feita às vozes isoladas que surgiram em outros Estados, rompendo barreiras mais sólidas que as nossas. Honra, principalmente, aos jornalistas que, por terem percebido e denunciado os preparativos do Golpe, foram por ele silenciados” (ALVIM, 1979, p. 11-12).

### 1.5. Imprensa e censura: algumas lembranças

O jogo muda de cena, principalmente em um momento em que as lembranças – e também esquecimentos - legitimam o discurso dos jornais. Neste momento, inclusive, as próprias memórias de direita acabaram por auxiliar no processo de “refundação” da identidade de alguns órgãos da imprensa, que procuram se afirmar como vítimas de um período marcado pela repressão. Segundo uma parcela considerável de políticos e militares, a imprensa agora era considerada cúmplice do perigo comunista e a censura foi responsável por vigiar e punir possíveis acordos selados. O medo instaurado por um processo de comunização no país ainda aflorava nos corações e mentes, se não da sociedade civil, ao menos dos políticos e militares que comandavam a nação. Desta forma, pode-se afirmar que pensar em uma relação imprensa x militares no período é pensar em um processo ambíguo e conturbado, pois, ao mesmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar suas matérias, interferindo assim no conteúdo das informações e naquilo que deveria ou não ser esquecido e/ou lembrado.

Há muitos estudos referentes à censura da imprensa durante o período militar que evidenciam diversas faces das relações do regime com os meios de comunicação no período. É evidente que a censura à imprensa no Brasil teve seu “ápice” a partir da promulgação do AI-5 em 1968, que, permitindo “praticamente tudo”, sistematizou e tornou rotineira a repressão às grandes empresas de comunicação no país, mas esta já vinha sendo executada, de forma não declarada, desde a instituição do regime militar.<sup>45</sup>

Paolo Marconi realiza uma análise no início dos anos 1980, período final da distinção política, mas ainda durante a vigência dos militares, que auxilia a perceber como se constituíram algumas das memórias vigentes até então sobre o período. Neste sentido, é um livro de um testemunho, de um ator social que vivenciou o processo de abertura política. De acordo com o prefácio de Antônio Callado à obra, livros como estes são essenciais para não deixar esquecer do acontecimento, fazendo parte de um verdadeiro “banco de memória” do país.<sup>46</sup> Segundo o autor, foi certa “psicose” de segurança que levou o regime a “fechar o

---

<sup>45</sup> Carlos Fico (2004) faz uma análise interessante a respeito da censura na imprensa. Para ele, as lembranças sobre a censura estão comumente representadas pelo seu último momento, durante os “anos de chumbo” do regime militar. Neste sentido, principalmente entre os mais jovens, as memórias da censura remetem apenas a este período mais recente. No entanto, alerta o autor, a censura à imprensa sempre existiu, sendo que formas diferenciadas dela persistem até hoje em nosso país.

<sup>46</sup> A questão da memória e do apelo pela lembrança é central durante a obra, que começa com o alerta do autor: “Mesmo num país desmemoriado como o Brasil, cada palavra sempre teve seu peso e significado específico. Os

cercos” contra a esquerda e os órgãos de imprensa. Quando nada mais justificava sua longa permanência no poder, os militares utilizaram-se da ideia do “perigo comunista” e passaram a denunciar sua infiltração em diversos setores do país, inclusive na imprensa. Os militares se viram levados a combater toda e qualquer espécie de argumentação crítica que não lhes era favorável. A obra de Marconi reúne inúmeros depoimentos de políticos e militares que alertam sobre o “perigo comunista” que estava então dominando os veículos de comunicação, evidenciando como estes tentavam legitimar seus discursos frente à opinião pública e contra os detentores dos veículos de informação no país. Devido à riqueza dos relatos para a interpretação do período, vale aqui citar alguns deles:

Os jornais brasileiros não são comunistas, comunistas são os repórteres que colocam a linha comunista nos jornais. E esse problema é insolúvel pois os diretores dos jornais não se importam com o que os jornais estão dizendo. (Deputado José Bonifácio. *Jornal do Brasil*, 26.02.1977, p.04. In: MARCONI, 1990, p. 22)

É extremamente triste que certos setores da imprensa, usando a caneta, diuturnamente, através de inverdades, de falsas verdades, explodem, ao sabor de seus interesses ocultos – mas bem definidos – a tentativa de subversão da sociedade. (Coronel Erasmo Dias, ex-secretário da Segurança Pública de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, 01.08.1977, p.03. In: MARCONI, 1990, p. 23)

Todos os meios de comunicação estão, efetivamente, comandados por grupos de comando comunista. Basta ler todos os jornais. Nenhum deles – e ninguém que escreva neles – faz qualquer crítica ao comunismo. Ao contrário, vêm em cima de mim com a maior violência porque denunciei os comunistas. Nenhum aconselha nada ou escreve contra o comunismo. Injustamente me atingem porque falei contra. Então a técnica é apavorar todos os demais para não falarem contra. (Deputado José Bonifácio, *Jornal do Brasil*, 19.08.1976, p. 04. In: MARCONI, 1990, p. 25)

Os serviços de segurança acompanham atentamente a infiltração comunista em órgãos de comunicação, órgãos de classe, na administração pública, particularmente na área do ensino, e também nos partidos políticos (Discurso do Presidente Geisel em 1º de agosto de 1975 – menos de três meses depois o jornalista Vladimir Herzog morreria na prisão do DOI-CODI. In: MARCONI, 1990, p. 25)

De acordo com a concepção de Marconi, os militares atuaram em duas frentes para conter a produção das notícias durante o regime: “A primeira foi supervalorizar a “informação” (não confundir com comunicação); a segunda foi controlar todo o fluxo de notícias, veiculado pelos meios de comunicação, através de decretos e leis nem sempre

---

providenciais e abundantes eufemismos, largamente utilizados para abrandar e escamotear a crua e negra realidade destes últimos anos, são apenas um dos aspectos – dos menores por sinal – de como se enganou, se manipulou e se desprezou toda uma Nação” (MARCONI, 1980, p. 11).

legítimas” (MARCONI, 1980, p. 27-28). Portanto, conclui o autor, houve pouca resistência da grande imprensa à censura militar no período graças à constante proibição de centenas de assuntos que perdurou por anos em quase a totalidade da grande imprensa brasileira. Os governos conseguiram “anestésiar” a opinião pública, atribuindo valores consagrados como o do “milagre econômico” e camuflando o caráter repressor do regime que, para Marconi, já no início dos anos 1980 estava começando a ser desmascarado. Hélio Fernandes, proprietário da *Tribuna da Imprensa*, em depoimento a Marconi, procura explicar a suposta inércia da grande imprensa à censura imposta pelo regime da seguinte maneira:

Por que a imprensa brasileira foi tão bem comportada? É porque quando Gutemberg inventou a primeira máquina de imprimir, acabou a liberdade de imprensa. O jornal livre é aquele que a gente vê nos filmes de faroeste, onde tem aquele velhinho compondo na caixa o jornal tablóide com quatro páginas, ele mesmo escrevendo o editorial e o filho distribuindo pessoalmente o jornalzinho pela cidade. Esse é que é o jornal livre. O jornal-empresa, que tem os mesmos problemas de uma fábrica de sabonetes, de uma siderúrgica, de uma fábrica de cimento, não pode se dar ao luxo de ter a liberdade que vai afetar o desenvolvimento de sua empresa” (depoimento de Hélio Fernandes. in: MARCONI, 1980, p. 167).

A ideia de censura colocada por Marconi relativiza um pouco algumas questões. É evidente que a obra, escrita ainda no processo de distensão política, colocou a tona questões importantes referentes à atuação do regime contra os órgãos de imprensa. Para a discussão aqui proposta, a obra é importante também por evidenciar como o regime via a imprensa neste momento e como essas lembranças foram se consolidando aos poucos no imaginário político da nação. Muitos jornais ainda hoje se aproveitam destas lembranças para procurar se desvencilhar do regime. A ideia de uma imprensa “combativa” permanece como legítima. Mas deve-se atentar a outras observações.

Escrito praticamente 20 anos após a obra de Marconi, *Censura, imprensa e estado autoritário*, da historiadora Maria Aparecida de Aquino procura repensar uma memória que se construiu e se consolidou sobre a censura e que elimina a dimensão muitas vezes conflituosa dessa experiência. Ao propor este trabalho, a autora combate algumas questões até então consideradas legítimas não apenas no senso comum, mas em muitos estudos e memórias sobre o período: a ideia de uma censura encarada de forma unilinear, executada à distância por um Estado todo poderoso e sem contradições internas; a imprensa, vítima, um órgão que sempre lutou para restaurar a liberdade de expressão, mas que nada poderia fazer frente à força do Estado repressor. Visão maniqueísta e que, segundo a autora, esconde e esquece os múltiplos fatores que permearam o processo de resistência e colaboração com o regime ao

longo dos anos. No livro em questão a autora faz uma análise do jornal *O Estado de São Paulo* e de *Movimento* durante o regime militar. A ideia é realizar um comparativo entre a dita grande imprensa e a imprensa alternativa para perceber as variedades de atuação da censura praticada pelos militares. *O Estado de São Paulo* foi, inclusive, um dos únicos órgãos da grande imprensa escrita que sofreram censura prévia nas redações.

Outro aspecto que reforça as dimensões diversas da censura na imprensa é o que se pode chamar de “autocensura”, um “acordo forçado” que fez com que o regime estabelecesse a censura à imprensa, se firmando a partir de uma espécie de rotina nas próprias redações. De acordo com a obra de Anne-Marie Smith (2000), o “acordo forçado” seria algo como uma “modalidade de resistência”, um “consentimento” praticado pela própria imprensa à censura.<sup>47</sup> Há, nesta visão, uma imprensa que atuou constantemente a partir de “modalidades diárias de inércia” que se constituíram sob um “padrão de aceitação cotidiana da repressão, de cumprimentos das normas e de comportamento esperado, sem que haja necessariamente uma atribuição de legitimidade ao sistema de dominação” (SMITH, 2000, p.10). Para Smith, o consentimento da imprensa à censura era praticamente total, sendo que durante anos os jornalistas aceitaram as proibições impostas pelo regime. É evidente que houve exceções e métodos mais agressivos impostos pela censura, mas segundo a autora, para a ampla maioria da grande imprensa escrita, sujeita à rotina, o consentimento cotidiano se deu essencialmente a partir desta “inércia” diária.

Mas a que se deu esta suposta inércia da grande imprensa à censura do regime? Muitos jornais apoiaram o regime por suas posições anticomunistas alinhadas aos ideais do golpe, mas deve-se considerar também que estes possuíam interesse pela autonomia profissional e institucional, sendo que muitos de seus donos, por mais que cumprissem, não apoiavam as restrições impostas às suas empresas. Houve, portanto, uma espécie de “apoio” e de “medo” que dominou o dia-a-dia nas redações, mas estas ações se deram, acima de tudo, mais por uma “rotina” da censura que era imposta quase que diariamente. Neste sentido, os jornais toleravam e obedeciam as proibições, mas não as consideravam legítimas. “Seu consentimento às restrições não emanou de seu apoio ao regime. Em momento algum seu apoio ao regime suscitou o endosso dessas restrições à sua própria liberdade” (SMITH, 2000, p.11). Para a autora, a censura à imprensa acabou por banalizar-se em uma rotina. A imprensa aceitava, pois também possuía os seus interesses particulares e esta ação passou a

---

<sup>47</sup> A “autocensura” seria, para Smith, algo como uma “subcategoria da censura”: “Existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente” (SMITH, 2000, p. 136).

funcionar de certa forma quase que automaticamente. Neste sentido, a autocensura, em seu aspecto rotineiro, teve o objetivo de buscar uma legitimidade ao sistema, mas não alcançou seu objetivo. A imprensa curvou-se às restrições, sentia-se incapaz de atacá-las, mas as considerava ilegais. A burocratização da autocensura não conseguiu dar a ela esse cunho da “legitimidade”, mas foram eficazes para estabelecer as “modalidades diárias de inércia” na imprensa.

O conceito de autocensura é fundamental para perceber as dimensões combativas dessas relações, que não se deram de forma tão maniqueísta como comumente parecem ser mostradas e lembradas. Em um livro revelador, Beatriz Kushnir (2004) evidencia como havia em algumas redações profissionais “híbridos”, espécies de jornalistas-censores-policiais, os denominados “cães de guarda” do regime que atuavam, profissionalmente, de forma colaborativa. A análise da autora é pautada no jornal *Folha da Tarde*, pertencente ao Grupo *Folha*. É interessante perceber a trajetória do jornal analisada no livro. A *Folha da Tarde*, que durou apenas dez anos, entre 1949 e 1959, foi relançada em 1967 como uma espécie de jornal de esquerda, buscando um leitorado jovem que ansiava por notícias referentes às lutas contra o regime. Enquanto pôde, o jornal manteve em seu discurso um ar combativo que, de acordo com a análise da autora e dos inúmeros depoimentos coletados, só ganhou espaço no Grupo por interesses de mercado. Com a promulgação do AI-5, o jornal muda completamente sua postura, demitindo grande parte do quadro de jornalistas e passando a corroborar com o regime de forma clara. “A tentativa pré-AI-5 da *Folha da Tarde* foi uma experiência, uma aposta em um nicho de mercado, que não pode ser sustentada com as alterações do cenário. Já o caminho que se seguiu neste jornal foi além de uma outra aposta em direção oposta, também uma escolha” (KUSHNIR, 2004, p. 232). A *Folha da Tarde* em sua atuação durante o regime se tornou, segundo Kushnir, “um dos *locus* embrionários de um jornalismo contestador que a repressão fez sucumbir.” (KUSHNIR, 2004, p. 234)

Há aí interesses claros entre as empresas e o regime que muitas vezes são silenciados. Deve-se lembrar mais uma vez: o período dito de “chumbo” do regime militar foi, coincidentemente, o momento em que a grande imprensa escrita no país mais se consolidou. A modernização da imprensa está intimamente ligada ao regime e aos benefícios propiciados pelo Estado para a consolidação dessas empresas e deve, portanto, ser pensada a partir de uma ideia de censura que não foi simplesmente imposta pelos militares. Muitos grupos acabaram por se beneficiar com a suposta “inércia” de suas empresas.

O jornalista Bernardo Kucinski (1998) afirma inclusive que a autocensura possui, salvo as particularidades, resquícios vigentes desde o regime militar, onde a informação era

controlada pelos donos de jornais. Num processo que ele denomina de “síndrome da antena parabólica”<sup>48</sup>, o autor analisa como a grande mídia ainda mantém atitudes consideradas como já superadas pelo período autoritário. A hipótese central do trabalho é que a autocensura, que determinou o controle da informação durante a vigência do regime militar, em sua “prática prolongada”, “pode ter gerado uma cultura jornalística na qual se destacam a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso” (KUCINSKI, 1998, p. 51). A autocensura tratava-se de uma questão de valoração, sustenta o autor: “Os jornais ou jornalistas que valorassem mais a resistência e a verdade assumiriam riscos um pouco maiores. Os que valorassem a segurança pessoal ou empresarial pouco ou nenhum risco assumiriam” (KUCINSKI, 1998, p. 54).

Kucinski acredita que houve quatro fases do controle da informação ao longo do regime militar no Brasil. O primeiro período, entre 1964 e 1968, é denominado por ele como o da “autonomia jornalística”, momento em que se evidencia a implantação de uma autocensura antes mesmo da realização do golpe, ocasião em que os “barões da imprensa” participaram da “conspiração” e mantiveram em segredos suas intenções.

O segundo período, em direção aos “anos de chumbo”, de 1968 a 1972, foi marcado pela inviabilidade da autonomia jornalística e a criação de duas formas de manifestação: a oficial e a alternativa. Com a promulgação do AI-5, o regime deixa claro que irá se consolidar a etapa do autoritarismo e os donos dos jornais se adaptam rapidamente a esta situação, demitindo inclusive os jornalistas tidos como mais combativos.

Em um terceiro período (entre 1972 e 1975), a autocensura se legitima para a criação de um consenso na prática da grande imprensa jornalística. Já com ares de “baixa confiança” o regime implantaria duas formas de censura, “uma totalitária, contra a imprensa alternativa, e outra envergonhada, defensiva, junto aos jornais burgueses.” (KUCINSKI, 1998, p. 60). Kucinski acredita que a atitude da grande imprensa parecia evidenciar que esta pouco se identificava com as questões combativas ao regime. Desta forma, a autocensura foi uma das

---

<sup>48</sup> O termo foi cunhado pelo autor para exemplificar um acontecimento polêmico da política nacional. Na primeira disputa entre Lula e FHC, em 1994, Rubens Ricupero, então ministro da Fazenda, declarou com os microfones desligados antes de uma entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo que iria se aproveitar do cargo para fazer campanha à candidatura de FHC: “Eu não tenho escrúpulos, o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde.”, dizia o ministro. A conversa fora captada por antenas parabólicas e disseminadas por todo o país, gerando um grande escândalo político. O autor procura fazer uma “outra análise” sobre o incidente. Para ele, o jornalista do JN fez um “simulacro” da realidade escondendo do interesse público algo que deveria ter sido noticiado. Assim, a autocensura estaria ainda presente nos veículos empresariais. Ao resguardar seus interesses econômicos e políticos, mostrariam apenas aquilo que lhes fosse conveniente, o que faz o autor indagar: “Seria a autocensura parte do *éthos* do jornalismo brasileiro formado nos tempos da ditadura? Seria o atual consenso em torno do projeto neoliberal uma construção dos tempos da ditadura, uma continuação do triunfalismo de nossa imprensa no trato do ‘milagre econômico’?” (KUCINSKI, 1998, p. 51).

soluções aparentemente mais viáveis para os proprietários dos jornais. Ao contrário da censura permanente, a autocensura não afetava diretamente a economia das empresas.

Melhor que os próprios jornalistas se autocensurassem. Melhor fazer com que as empresas nomeassem elas mesmas um quadro de sua maior confiança para manter contatos com o Estado e assim auscultar os temas delicados, sensíveis, que deveriam ser cobertos com moderação, ou mesmo evitados. [...] Para o Estado autoritário a autocensura era mais interessante do que a censura, porque lhes permitia não assumir a responsabilidade e, freqüentemente, nem sequer admitir que controlava a informação. Assim, com base no mecanismo da autocensura, constituiu-se o pacto não-escrito entre os barões da mídia e a hierarquia militar. A autocensura passa a definir o padrão desse pacto e o padrão do controle da informação (KUCINSKI, 1998, p. 61-62).

O quarto período é o denominado pelo autor como de controle do “padrão de abertura”, iniciado em 1975 com a gradativa liberalização da imprensa, momento em que os próprios militares, em consenso prévio com alguns setores empresariais, assumem um processo de abertura lenta e gradual. A imprensa assume neste período, segundo a visão do autor, o papel de um dos principais mecanismos de articulação política. Neste momento de transição a autocensura não bastava, e o discurso consensual dos jornalistas parecia um bom motivo para dar ares de “legalidade” ao processo de abertura política.

Tomar como exemplo estes períodos é importante para perceber qual a relação da grande imprensa com o Estado em um momento tão conturbado. Muitos atores passaram, ao longo do regime, de cúmplices a combatentes do governo militar em um processo que, no entanto, não foi desencadeado de forma natural. Será a preocupação do próximo capítulo perceber como a *Folha* se inseriu neste processo, que não se deu necessariamente da forma unânime como retrata Kucinski, pois pensar o processo de censura e cerceamento da informação na imprensa é pensar em rupturas, caminhos e descaminhos, num processo de ir e vir. Ela não foi algo que se deu de cima para baixo, de um Estado repressor para uma imprensa encarcerada, oprimida e calada. É preciso rever este período de forma clara para melhor compreender como se constituíram algumas das memórias que perduram até hoje no imaginário nacional. Memórias estas que se consolidaram, se tornaram hegemônicas e se disseminaram no porvir, carregando uma espécie de “verdade” sobre os fatos do passado. Seguindo os “rastros” desse passado, a análise se deterá mais detalhadamente em como a *Folha de S. Paulo* se inseriu neste conturbado processo de rememoração do período.

## **CAPÍTULO II - *Folha de S. Paulo*: visões do passado a partir de seus “rastros” memoriais**

Não tinha nenhum gosto pela atividade, tanto que eu não queria comprar a *Folha*. Eu passei a minha vida lendo *O Estado* até chegar à *Folha*, mas eu não era um grande leitor de jornal.

A *Folha* não era um jornal agressivo. Não era porque nós éramos iniciantes, não conhecíamos o *métier*. [...] Os primeiros tempos foram agônicos, absolutamente agônicos. Depois de quinze dias, eu estava louco para cair fora.

Nunca tivemos prejuízo, mas tínhamos que pegar os empréstimos. Foram dez anos assim. [...] Eu tinha a preocupação, desde o início, de fazer um jornal independente.

Octavio Frias de Oliveira <sup>49</sup>

Percorrido um trajeto que procurou situar a questão da memória em um contexto mais específico: a imprensa e a ditadura militar no Brasil, procura-se agora estabelecer alguns fatos sobre como se constituíram algumas memórias *sobre a Folha* no período. Como os atores envolvidos neste processo vêm a lembrar o acontecimento? Como “rememoram” o período a partir de seu presente? Situada esta etapa da lembrança, a preocupação se volta para a interpretação e construção de sentido de um passado em que a *Folha de S. Paulo* procurou legitimar uma história própria sobre sua atuação durante o regime militar. Estabelecer e interpretar alguns “rastros” memoriais de um passado que, lembrado, rememorado e comemorado, garantiu a(s) identidade(s) do periódico. Preocupada em construir uma identidade para os anos vindouros, a *Folha* assumiu determinadas lembranças, esqueceu outras e se consolidou, de um jornal que apoiou o regime, ao grande porta-voz da sociedade civil no momento de redemocratização. A memória não é um ato involuntário, como se pretende ver a seguir.

### **2.1. Memórias sobre a *Folha*: lembranças que consolidam a atuação de um jornal**

Discorrer sobre as memórias da *Folha de S. Paulo* durante o período do regime militar no Brasil é discorrer sobre a gestão dos Frias que se inicia a partir dos anos 1960, mais especificamente em 1962. Até então, a *Folha*, que surgiu em 1921 sob o nome de *Folha da Noite*, sofreu diversas reformulações, sendo que se torna complicado falar em uma

---

<sup>49</sup> Trechos retirados da biografia de PASCHOAL (2007).

continuidade marcante em sua trajetória. O jornal foi comprado e vendido inúmeras vezes ao longo de quase cinco décadas, até se estabilizar na direção com a família Frias. Para Nicolau Sevcenko, historiador que comentou a edição comemorativa das principais capas da *Folha* em 60 anos, o jornal possui uma característica em constante reformulação, vivendo de rupturas que vão da direção da empresa à linha editorial. A história da *Folha* seria, portanto, “[...] muito mais a trajetória de muitas mudanças, do que o desdobramento linear de uma identidade permanente, estável, resolvida” (SEVCENKO, 1985, p. 13).

Marcado por rupturas, pode-se afirmar que, quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho adquirem a empresa em 1962, o jornal passa a assumir uma característica própria e mais marcante do que viria a se consolidar futuramente. O fato inicial se dá com a concretização da *Folha de S. Paulo* como o principal jornal do grupo, antes fragmentado em três edições diárias.<sup>50</sup> No entanto, a *Folha* encontrava-se em uma situação financeira complicada e seus proprietários necessitaram de grande empenho para sair da “esclerose administrativa” pela qual a empresa passava. Cláudio Abramo, importante jornalista nesta fase da *Folha*, relembra o momento em que assumia a chefia de redação:

O jornal estava sem dinheiro, Frias devia para todo mundo, passava metade do dia lutando contra os bancos, fazendo papagaio cobrindo aqui, levantando dali. O pessoal ganhava muito mal, andava maltrapilho. Tanto que, um dia, pedi para um menino pegar um copo de água, pensando que era o contínuo; era o editor da Internacional. (ABRAMO, 1988, p. 86-87)

Como Frias e Caldeira eram do ramo do empresariado, adotaram uma postura mais profissional frente ao jornal e se preocuparam, em um primeiro momento, em reorganizar e modernizar o jornal enquanto uma empresa capitalista.<sup>51</sup> Neste sentido, o golpe foi bem recebido nas páginas da *Folha* visto que o jornal dependia ainda, e muito, de capital externo para se estabilizar. Ideologicamente, também não havia muita discordância entre o empresariado e o governo militar que tomou posse em 1964. Não foi apenas a *Folha*, mas praticamente toda a grande imprensa no país apoiou o regime. Este apoio da imprensa se consolidou pelo constante combate à “radicalização” dos ideais comunistas que, obviamente, não interessavam a uma empresa capitalista.

A obra de Taschner (1992), que analisa o processo de formação empresarial do grupo

---

<sup>50</sup> O jornal *Folha de S. Paulo* viria a se constituir apenas em 1960 quando se “fundiram” os três jornais do grupo: *Folha da Noite* (fundado em 1921), *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1949). Para a história inicial do grupo *Folha* recomenda-se a consulta a MOTA e CAPELATO (1981).

<sup>51</sup> De acordo com MOTA e CAPELATO (1981), esta primeira fase da gestão Frias/Caldeiras foi dividida em três momentos: a) 1962/1967: reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; b) 1968/1974: a “revolução” tecnológica; c) 1974/1981: definição de um projeto político-cultural.

Folha, possui alguns testemunhos interessantes referentes ao apoio da empresa ao golpe de 1964:

A Folha foi atrelada, até determinado momento, por razões econômico-financeiras, de pagar as suas dívidas. Então ela se atrelou ao governo (...) hoje, se ela fizer, vai ser por opção editorial; não fez, é um jornal independente. (Boris Casoy, então editor-chefe da Folha de S. Paulo, entrevista à autora em 3.9.1981. In: p. TASCHNER, 1992, p. 117).

Rememorado a partir de um presente particular, pode-se perceber que neste depoimento já fica clara a procura por um “desvencilhamento” do regime no processo de transição política. Ao mesmo tempo em que o jornalista, então editor-chefe do jornal, afirmava que a *Folha* apoiou o golpe, tenta relativizar este apoio, relacionando-o apenas a questões financeiras e mercadológicas. A questão política é aqui negada e apagada. Boris Casoy foi, segundo Smith (2000), quem declarou com mais sinceridade o apoio da imprensa ao regime. Em entrevista à autora o jornalista afirma, contraditoriamente, que o apoio do jornal ao golpe foi movido por interesses políticos e ideológicos:

O que eu quero dizer é que havia pontos de contato [entre as maneiras de ver da imprensa e do regime]. Os jornais são empresas vinculadas ao capitalismo, ao anticomunismo, e nunca estiveram do lado dos guerrilheiros, até aprovavam a repressão contra eles. O resto nós não aprovávamos mas aceitávamos. Do fundo do meu coração, eu os apoiava, apoiava! (Boris Casoy, entrevista à autora. In: SMITH, 2000, p. 174).

Por mais que na obra de Smith não fique claro o momento de realização da entrevista, pode-se pressupor que esta tenha sido realizada pouco antes do lançamento do livro, em meados da década de 1990, ou seja, em um período em que o jornalista já gozava de ampla liberdade democrática. Daí possivelmente ter advindo o caráter mais “combativo” da lembrança. Estes depoimentos, rememorados pela mesma pessoa em perspectivas temporais diversas, evidenciam de forma muito clara o caráter conflituoso e fragmentário da memória.

De acordo com os próprios relatos de Frias<sup>52</sup>, os primeiros dez anos de sua gestão foram destinados a pagar dívidas e empréstimos, tanto que a *Folha*, neste primeiro momento, não se caracterizava como um jornal “agressivo”. Frias relatou que nunca teve gosto pelo “fazer jornalismo”, principalmente no início de sua carreira. O jornalista Carlos Brickman, em depoimento à Beatriz Kushnir (2004), reforça a identidade fortemente “empresarial” de Frias no momento de re-fundação da *Folha da Tarde* em fins dos anos 1960: “Naquela época, ele

---

<sup>52</sup> Para uma exposição mais detalhada da atuação de Frias na *Folha*, consultar sua biografia: PASCHOAL (2007).

disse na minha frente que, em primeiro lugar, era criador de pintos, em segundo, comerciante, em terceiro, industrial, em quarto, nada, em quinto, nada, em sexto, jornalista.”<sup>53</sup>

Os primeiros anos, “agônicos”, foram momentos em que o empresário assumiu ter vontade de “pular fora”. Para Frias, portanto, “os primeiros dez anos de *Folha* foram difíceis, muito difíceis. Depois, entramos no *boom* nacional. O país progrediu. Nós progredimos junto com o milagre econômico. E aí começou a sobrar dinheiro” (PASCHOAL, 2007, p. 121).

Os momentos iniciais de consolidação da *Folha* sob a nova direção são lembrados, portanto, como muito mais econômicos do que políticos. As impressões sobre a edição de 1º de abril de 1964, logo após a consolidação do golpe, foi caracterizada da seguinte maneira por Frias: “Que fosse factual. Mas não acompanhei a edição, não. Eu estava olhando para as dívidas e como é que eu ia pagá-las.” (PASCHOAL, 2007, p. 123). É evidente que, para que a empresa se consolidasse enquanto um grande conglomerado, as relações com a política deveriam ser amigáveis no sentido de que não barrassem a sua expansão.<sup>54</sup>

Neste período, a empresa manteve importantes relações com o Estado, sendo ele um dos seus principais anunciantes. Disto decorre o fato de que a grande expansão tecnológica da empresa, momento em que o jornal obtém lucros expressivos, se deu exatamente durante o período caracterizado pelos “anos de chumbo” do regime. No entanto, as lembranças da *Folha* que mais predominam, em especial aquelas rememoradas por seus donos e principais jornalistas – e que repercutem em pesquisas e interpretações sobre o tema -, estão mais preocupadas em legitimar a ideia de uma “revolução tecnológica”, momento em que o jornal apenas se preocupou em consolidar-se financeiramente, sem que, para isso, necessitasse de inúmeros acordos com o Estado, um de seus principais financiadores. Assim, tem-se a memória de uma empresa que agiu de forma passiva, não provocou e ao menos teve relações com o regime ditatorial, caminhando paralelamente e praticamente por conta própria. Salvo da “esclerose administrativa”, o jornal aproveitou o momento de distensão política para firmar uma definição mais consolidada de sua política editorial.

É devido a esta postura que a *Folha* é lembrada como um jornal que praticamente não sofreu censura durante o regime, como afirma Otávio Frias Filho em depoimento a Taschner (1992): “A *Folha* lutou pouco contra a censura. Ela inclusive não sofreu censura [...] A *Folha* acatou, enquanto outros jornais, o *Estado*, enfrentaram a censura, tiveram censor na

<sup>53</sup> BRICKMAN, Carlos. Entrevista concedida à autora em 21/4/1999 In: KUSHNIR, 2004, p. 233.

<sup>54</sup> Nos capítulos seguintes veremos como há algumas contradições entre as memórias *sobre a Folha*, rememoradas pelos jornalistas e empresários em um presente particular, e as próprias memórias *da Folha*, que constituíram suas páginas e refletiam diretamente a opinião do jornal naquele momento.

redação”.<sup>55</sup> Atitude que, segundo a autora, mostra casos em que a imprensa, ao invés de sofrer com a repressão e a censura, aproveitou para acatar e, por motivos particulares, se beneficiar com o regime.

Seguindo os “rastros” dessa lógica memorativa, a segunda metade da década de 1970 é considerada como o momento em que a *Folha* procura definir mais claramente o seu projeto “político-editorial”. Com suas dívidas sanadas e uma maior independência financeira, a empresa começa a praticar uma política de “avanços e recuos”, assumindo uma postura mais crítica e menos omissa em relação ao governo militar. Com a política de distensão proposta pelo presidente Geisel, a censura prévia é suspensa das redações e os jornais começam a caminhar com mais desenvoltura. Paralelamente a isto, segundo Taschner (1992), há uma “depreciação do valor da mercadoria”, assim, temendo perder seu espaço no mercado, os jornais passaram a relatar com mais clareza os fatos de subversão ao regime.

Interessante perceber aqui um contraponto essencial entre algumas lembranças no processo de transição política. Como se verá, a *Folha* procurou legitimar uma história em que se considera porta-voz das mobilizações das Diretas-Já em início dos anos 1980. A sua história, muitas vezes, assume uma postura de que agiu de forma independente, procurando retratar os anseios da sociedade civil naquele período de transição. No entanto, muitas lembranças sobre o período afirmam que esta foi uma mudança que se deu, essencialmente, por questões mercadológicas a partir de uma espécie de “acordo tácito” entre os donos de jornais e o regime. De acordo com o jornalista Cláudio Abramo, no livro póstumo<sup>56</sup> *A regra do jogo*, Frias decidiu mudar a posição da *Folha* por questões basicamente de mercado. Ao perceber que seu jornal só prosperaria num regime democrático, começou a adotar uma linha mais combativa. Abramo acredita também que possivelmente houve neste momento um acordo tácito ente os militares e os donos de jornais, onde deve ter havido um entendimento implícito entre eles para retirar da chefia das redações aqueles que eram considerados “*trouble-makers*”.<sup>57</sup>

Este “acordo tácito” entre a imprensa e o regime parece ter sido crucial para articular uma nova postura empresarial ao grupo, que via na abertura política uma grande possibilidade

---

<sup>55</sup> FRIAS FILHO, Otávio. Atual diretor da redação da Folha de S. Paulo, em entrevista à autora em 10.10.1986. In: TASCHNER, 1992, p. 118.

<sup>56</sup> Livro lançado em 1988, um ano após sua morte e que reúne diversos relatos, depoimentos e entrevistas do jornalista ao longo de sua atuação profissional.

<sup>57</sup> Abramo é, inclusive, afastado da redação em 1977 devido a problemas com os militares no chamado “caso Diafêria”, momento em que a *Folha* já assumia uma postura mais combativa em relação ao regime. Sobre o caso, consultar MOTA e CAPELATO (1981).

de expandir seus negócios, como se pode perceber no seguinte depoimento de Otávio Frias Filho:

No começo de 74, antes de o Geisel tomar posse, o meu pai teve uma conversa com o general Golbery no Rio de Janeiro. E nessa conversa ele disse ao meu pai quais eram os planos do governo Geisel, o que eles queriam [...]. Enfim, na linguagem dele, queriam recolocar o regime nos trilhos iniciais. Queriam acabar com os abusos e seria muito importante ter um jornal que caminhasse nesse sentido. O meu pai, que já tinha se sensibilizado com isto, pelas discussões que a gente vinha tendo internamente, achou que aquilo era quase um sinal de novos tempos no país. E começou a orientar o trabalho da gente nessa direção.<sup>58</sup>

A mudança de postura da *Folha*, se analisarmos sob estas circunstâncias, se deu a partir de um acordo comum, visando unicamente ampliar sua expansão no mercado e garantir um leitorado que agora clamava por outra orientação. Neste sentido, não houve uma “livre iniciativa” do jornal, visto esta que a *Folha* pretende muitas vezes consolidar, como se verá adiante.

Com a entrada definitiva de Cláudio Abramo na direção de redação, se consolida na *Folha* uma mudança estrutural e política na linha editorial, que Paschoal (2007) afirma ser o início de uma “política de pluralidade”. Abramo, que já havia colaborado com a *Folha* desde fins dos anos 1960, assume uma postura mais crítica a partir da metade da década de 1970, implementando diversas mudanças na redação que viriam a acarretar mais tarde no “Projeto Folha”, projeto que “revolucionou” o fazer jornalístico no Brasil em meados dos anos 1980. Um ano após sua entrada, o jornalista idealiza aquele que vem a ser considerado o espaço que melhor evidencia a mudança de posição do jornal. A página 3, “Tendências/Debates” ocupou, segundo Paschoal (2007), um papel decisivo no processo de redemocratização do país ao abrir espaço para o debate de ideias que fervilhavam na sociedade civil, “abrigo inclusive textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar. Pautada pelo princípio da pluralidade, a seção “Tendências/Debates” passou a publicar artigos de todos os matizes ideológicos” (PASCHOAL, 2007, p. 160).

O “Projeto Folha” iniciado com a entrada de Otávio Frias Filho na direção da redação em 1984 viria a consolidar definitivamente a nova postura editorial iniciada por Abramo nos anos 1970. O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva retrata os “Mil dias” que presenciou durante a implantação do projeto entre os anos de 1984 e 1987, momento em que, segundo ele, a *Folha* foi uma espécie de porta-voz das ansiedades da sociedade civil e “[...] se

---

<sup>58</sup> FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista à revista Lua Nov, Brasiliense, CEDEG, vol. 1, nº 2, jul-set. 1984., p. 34. In: TASCHNER, 2002.

organizava para restabelecer o Estado de direito e a democracia. Havia entre leitores e jornal uma cumplicidade carregada de emoção e cheia de contradições que tornavam a sua leitura uma aventura intelectual diária” (SILVA, 2005, p. 14-15).

Delineado já em meados de 1981 com os documentos: “A Folha e alguns passos que é preciso dar”; “A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo” (1982) e “A Folha depois das Diretas Já” (1984), é apenas a partir de maio de 1984, com a entrada de Frias Filho na redação, que a *Folha* começa a ser identificada como um jornal que procurou colocar efetivamente, na prática, um projeto de redação que buscasse alterar o modo de se produzir jornalismo no país, baseado no apartidarismo, na “independência jornalística” e no espírito crítico. É decorrente daí sua notória atuação durante a campanha das “Diretas-já”, tida como marco inicial da nova postura crítica do jornal em sua relação com o processo de transição democrática. A *Folha*, neste período conhecida como o “jornal das diretas”, captou, segundo Lins da Silva, o espírito das pessoas que consomem informação política e se engajou no movimento que seria o mais significativo da história recente do país. Neste momento o “jornal das diretas” alcançou a maior popularidade e credibilidade de sua história (SILVA, 2005).

Com um índice de aprovação “invejável”, a empresa aproveitou a conjuntura para “revolucionar” seu modo de fazer jornalismo, sendo que os pressupostos básicos do “Projeto Folha” foram incorporados por quase toda a imprensa brasileira, para o bem ou para o mal, como afirma Lins da Silva:

Ninguém pode contestar que ele foi um precursor de tendência. Praticamente tudo que a *Folha* dos anos 80 fez sob apupos quase generalizados da concorrência acabou, positiva ou negativamente, adotado por ela - textos curtos, uso intensivo de gráficos e tabelas, cadernização do jornal, organização mais racional e metódica que a tradicional da atividade produtiva na redação jornalística e muito mais (SILVA, 2005, p. 17).

O projeto é considerado o grande responsável que fez com que a *Folha* elevasse a qualidade de seu jornalismo, tornando-se um dos diários mais influentes do país. Na metade da década de 1990 o jornal atingiu uma circulação paga de 1,6 milhões de exemplares, a maior até então da história da imprensa brasileira. A ideia de um jornalismo crítico, apartidário e independente parece, sob esta visão, ter sido adotada por toda a grande imprensa em nosso país a partir de então. A *Folha* foi vista como precursora e entrou no processo de redemocratização com grande credibilidade, se tornando o “fenômeno mais importante do jornalismo brasileiro” nos anos 1980, o diário que obteve maior crescimento e circulação e o

que mais provocou polêmicas e repercussões entre os leitores (SILVA, 2005).<sup>59</sup>

De um jornal que apoiou e precisou do regime militar para sua reestruturação e consolidação, a *Folha* passou a ser identificada como um jornal de resistência, uma espécie de “porta-voz” das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização. O jornal mudou de acordo com suas necessidades, para sobreviver enquanto empresa e para satisfazer as necessidades de seu leitorado, que clamava por outro tipo de posicionamento e informação. São evidentes, nestes rastros percorridos, as rupturas de memórias que são sempre conflituosas e seletivas, lembradas e reafirmadas a partir de seu presente. Procurou-se estabelecer alguns desses fatos, essenciais para compreender a atuação do jornal no período. Estas lembranças e esquecimentos ajudaram o jornal a consolidar a construção de uma história própria sobre sua atuação durante o regime. Uma história carregada muitas vezes de “manipulações” e “impedimentos” de lembranças e pautadas numa forte opção pelo esquecimento. Será preciso problematizar melhor como a *Folha* procurou construir esta história a partir de algumas de suas produções para compreender o processo de rememoração e dos “usos” do passado que se inscreveram em suas próprias páginas ao longo do tempo, dando sentido ao acontecimento “golpe de 1964” e aos embates sobre a memória e o esquecimento do regime militar no Brasil, protagonizados pela imprensa em uma conjuntura atual.

## **2.2. Memórias da *Folha*: a tentativa de construção de uma história**

A *Folha* é um jornal que gosta de contar história. Em um trabalho que se estende desde o processo de redemocratização, a empresa vem buscando uma política de consolidação de sua história que perpassa um emaranhado de produções, seja através de edições comemorativas de aniversário ou a partir de depoimentos e livros publicados por sua editora *Publifolha* e por diversos pesquisadores ao longo dos anos. Há nessas produções uma tentativa clara de legitimar determinadas lembranças de um passado recente que busquem afirmar sua atuação enquanto um jornal crítico, plural e apartidário, fruto do “Projeto Folha” e dos constantes projetos editoriais reformulados até então, preocupados em atender os anseios de uma nova sociedade civil que aflorava no país. Se a princípio a *Folha* era vista como um jornal “fragmentado”, disperso e sem uma identidade própria, a nova direção que se consolida

---

<sup>59</sup> Anexando suplementos aos jornais, como enciclopédias, coleções de literatura, cinema e música, o crescimento de tiragem do jornal, pode-se dizer, não aumentou gradativamente de forma espontânea. Foi resultado de um processo de ampla campanha mercadológica elaborado pela empresa.

com a entrada de Otávio Frias Filho à redação em meados da década de 1980 procurava esquecer esta imagem e firmar de vez uma identidade marcante à empresa. A análise de Taschner (1992) afirma que as *Folhas*, em seu período inicial de expansão foram “[...] um empreendimento pleno de ambigüidades [...], elas nunca tiveram um projeto editorial claro. [...] O jornal ora espelhava as opiniões dos donos, ora se curvava ante a preocupação de ‘atender ao mercado’” (TASCHNER, 1992, p. 46-47).

Não há uma preocupação clara do periódico em formar uma identidade sólida antes da década de 1980. Em uma consulta ao acervo do jornal, percebeu-se que a primeira aparição comemorativa que celebra seu aniversário se dá em 1971, quando a *Folha* completa meio século de existência. No entanto, neste momento a preocupação maior do jornal é exaltar seu progresso tecnológico e as virtudes de uma empresa que até então vinha crescendo com o Brasil. Diferente das comemorações posteriores, há nesta edição apenas um editorial, na página quatro do primeiro caderno, que celebra a data: “Neste meio século de progresso, a Folha é a indesmentível prova de que vale a pena confiar no Brasil. E o compromisso que reafirma, nesta hora, é não se afastar da linha que sempre se impôs - de só servir ao interesse do público”.<sup>60</sup> É fundamental também percorrer estes rastros antes de analisar os próprios textos presentes na página do jornal que noticiaram ao longo dos anos o acontecimento “golpe de 1964”. Saber em que medida a *Folha* acabou por se apropriar de alguns dos “abusos” de memória, nos moldes daquilo que Ricouer (2007) vem a problematizar.

Deve-se primeiramente pontuar: os meios de comunicação possuem uma forma particular de escrever história e de se “utilizar” do passado para legitimar suas narrativas cotidianas. Uso que requer uma forma de controle sobre um tempo que pretende ser encarado de forma particular. É uma memória que possui “opinião” e busca consolidar uma identidade. Ao inscrever acontecimentos na cena pública e rememorar-los como espécie de “marcos emblemáticos”, a mídia procura se firmar como um campo cada vez mais forte de produção de conhecimento histórico, diferente daquele a que estão acostumados os historiadores profissionais, mas que ganha cada vez mais credibilidade e reconhecimento. A “operação midiográfica”, conceito elaborado por Sônia Maria de Meneses Silva (2011)<sup>61</sup> em tese de

<sup>60</sup> MEIO SÉCULO. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.223, p. 04, 19 de fevereiro de 1971.

<sup>61</sup> A reveladora obra de SILVA (2011), que veio à tona em meio ao processo de execução deste trabalho, será fundamental para balizar algumas questões. Sua análise consiste em perceber como se inscreveu o acontecimento “golpe de 1964” nas páginas da *Folha* ao longo dos anos e como este foi se “resignificando” em seus textos, proposta que aqui também será percorrida. No entanto, sua preocupação é de caráter mais epistemológico e pretende responder de que forma a mídia procura realizar uma escrita particular sobre o passado. Esta dissertação possui uma preocupação maior com a questão da memória, com os “usos” de um passado nos embates recentes pela lembrança do regime militar. Será mantido um diálogo com a obra ao longo desse trabalho na medida em que se tornar pertinente.

história recém-defendida, procura pensar uma nova forma de escrita da história veiculada pelos meios de comunicação. Conceito crucial e que nos faz enxergar os textos produzidos pela mídia sob outro viés:

Em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos. Destaco, especialmente, a relação entre as três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história. Tais elementos são articulados em uma complexa operação cujo produto final é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação; a esse processo denomino de operação midiográfica (SILVA, 2011, p. 23-24).

Essa escrita da história particular se daria a partir de uma inscrição do acontecimento na cena pública e na sua constante re-significação na duração, ao realizar constantemente “usos” sobre um determinado passado. Desta forma, os meios de comunicação atuam simultaneamente como “tecedores de presentes” e importantes “urdidores de passados” da coletividade. Resultado de um processo polissêmico, a “operação midiográfica” se caracteriza pela produção de um conteúdo simbólico que percorre e perpassa diversas temporalidades. Marcado pela instância efêmera do presente, se articula a um fluxo de significação entre passado e futuro que procura lhe garantir inteligibilidade. Há um novo regime de historicidade instaurado por essa produção que, acredita a autora, faz repensar a própria questão de como compreender o tempo, os marcos históricos e a percepção daquilo que nos é lembrado no cotidiano. Ao procurar direcionar uma reflexão sobre o presente, esta escrita peculiar lança simultaneamente um “olhar futuro” para o passado. Há aqui intrínsecas relações com a identidade, com uma ideia própria de história que seus escritores pretendem lançar para a posteridade.

Problematizada desta forma, a escrita de uma história construída pela *Folha* pode ser encarada sob outra perspectiva. Suas lembranças não são involuntárias, os fluxos de significação problematizados pelo periódico, além de procurar evidenciar uma “verdade” sobre o passado, pretendem encarar o presente sob um viés particular, carregado de opinião. Verdade que é legitimada pela construção de uma narrativa que se utiliza de um passado para garantir inteligibilidade aos textos. Isso se dá pelo fato de que a imprensa se constitui hoje como um importante “lugar” de memória, onde lembranças são armazenadas e se cristalizam e é nela que irão se pautar as análises sobre os acontecimentos do passado referentes ao nosso objeto de estudo. Mas a imprensa também assume outro papel crucial para a legitimação das memórias coletivas em nossa sociedade. De acordo com Todorov (2002), os vestígios do passado se mantêm no presente pela inscrição de alguns discursos que são, em essencial, os da

testemunha, do historiador e do comemorador. Testemunha no sentido do indivíduo que evoca suas lembranças, um vestígio solitário que constitui sua identidade. Historiador que constrói e analisa o passado a partir de uma “verdade” impessoal. Comemorador que - como a testemunha - se guia por interesses particulares e - como o historiador - produz um discurso para ser utilizado no espaço público, lançando sempre algo a ser tido como verdade irrefutável, pois não possui a fragilidade de um depoimento pessoal. Assim, a memória produzida pelo comemorador é sempre vista como um “discurso que evolui no espaço público. Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou um grupo dentro da sociedade querem dar de si mesmos.” (TODOROV, 2002, p. 155)

A comemoração tem, nas páginas da imprensa, um local privilegiado para se proliferar. Alimentada pelo discurso das testemunhas e dos historiadores, a comemoração não precisa se submeter ao teste da verdade, mas busca ela a todo momento. O comemorador não fala de si mesmo, procura se beneficiar da impessoalidade do historiador para legitimar seu discurso como verdadeiro. Mas, afirma Todorov, isto não se dá de forma tão simples. “A história complica nosso conhecimento do passado; a comemoração a simplifica, já que seu objetivo mais freqüente é o de nos fornecer ídolos a venerar e inimigos a abominar. A primeira é sacrílega, a segunda sacralizante.” (TODOROV, 2002, p. 155) Tomada por interesses particulares, a comemoração deve ser encarada como um dos “abusos” da memória problematizados por Ricoeur. Uma memória selecionada e utilizada como prática social para fins determinados. Esse constante processo de rememoração – que a imprensa produz em exaustão, vale dizer – é um dos procedimentos que impulsionam a prática de uma memória que impede o próprio trabalho do esquecimento.

### 2.2.1. Da memória que se torna história: a cristalização de uma identidade

As edições comemorativas da *Folha* deixam claras estas questões. Desde meados da década de 1980, quando o jornal completa 60 anos de existência - e quando o periódico começa a busca pela consolidação de uma postura pró-redemocratização -, são lançados materiais que celebram e reforçam sua identidade, sempre realizando um enquadramento sobre o passado com um “olhar futuro”. Há a preocupação por parte do jornal em realizar aquilo que Silva (2011) denomina de um processo de “instrumentalização da memória”, pautado em estratégias de esquecimento articuladas para eclipsar sua relação direta com os acontecimentos do golpe de 1964. Isto se dá no processo de redemocratização, com a

campanha das Diretas e se reforça com a proclamação de uma nova identidade que se firmava com a ideia de um jornal plural e apartidário:

Nesse aspecto, o elemento mais importante a ser superado pelo jornal, com a abertura política em princípio de 80, era a fragilidade de uma identidade atrelada aos militares, ressaltando assim a necessidade de refazer publicamente seus percursos em relação ao golpe. A grande questão sobre “quem somos nós” exigia a passagem da resposta “fomos apoiadores do regime” para “somos os porta-vozes da democracia”. Tal empreendimento contou, direta ou indiretamente, com a participação de teóricos e intelectuais que, após os anos 80, ajudaram a história do jornal praticamente eclipsando os primeiros 15 anos de regime ditatorial de sua trajetória política (SILVA, 2011, p. 185).

Recentemente, ao completar 90 anos, em 19 de fevereiro de 2011, a *Folha* lançou em material impresso e na internet inúmeros suplementos: documentários, cadernos especiais e um projeto de digitalização de seu acervo. Em projeto pioneiro no país, a *Folha* digitalizou integralmente todo seu acervo de jornais desde sua fundação em 1921. Os noventa anos de história do grupo estão catalogados em mais de 1,8 milhões de páginas, agora disponíveis em poucos cliques para um período de “degustação”. Interessante perceber como este projeto se encaixa bem na ideia de uma “cultura da memória” que viemos discutindo. O passado, tão importante e caro ao jornal para formação de sua identidade, pode aqui ser consumido de forma banal, um passado que se “degusta” sem maior problematização. Parece ser esta a ideia que a *Folha* pretende querer passar a seus leitores. Ao mesmo tempo em que se preocupa e procura reformular constantemente sua atuação no passado, seus leitores devem consumi-lo de forma descartável, como uma forma de celebração, um olhar curioso sobre algo que aconteceu há tanto tempo que deve ser visto apenas como uma efeméride. Há inclusive uma opção no site do acervo em que o leitor pode comprar e colecionar capas do jornal em especial:

Você já pensou em ter em casa a Capa da Folha do dia em que nasceu? Ou a do dia do seu casamento? Ou então aquela que entrou para a história? Escolha as datas que representam os eventos mais marcantes para você e receba em casa a Capa da Folha desses dias, impressa em papel especial em formato de pôster.<sup>62</sup>

Conscientemente ou não, a *Folha*, que tanto se preocupou em realizar um trabalho seletivo sobre seu passado, abriu a possibilidade para que qualquer interessado possa “resgatar” um período de sua atuação. Ao arquivar toda sua história, a empresa impede a possibilidade de um esquecimento sobre seu passado. Paradoxalmente, se pensarmos nos

<sup>62</sup> Disponível em: <https://assinatura.folha.com.br/capas/> Acesso em: 21 jun 2011.

moldes daquilo que problematiza Fausto Colombo (1991) em estudo sobre a “obsessão pela memória” na sociedade contemporânea, o importante para o jornal parece não ser mais “recordar, praticar a memória, é saber que a recordação está depositada em algum lugar e que sua recuperação é – pelo menos na teoria – possível” (COLOMBO, 1991, p. 104).

Incluindo dois cadernos exclusivos: *Meu caso com a Folha* e *toda a Folha*, com um total de 72 páginas – o equivalente a quase uma edição “normal” diária -, a intenção das comemorações parece ser celebrar uma história, ao mesmo tempo em que procura reforçá-la para os anos vindouros. Há pelo menos duas décadas, o jornal não “comemorava” tanto como fez nesta edição dos 90 anos. É evidente na edição uma preocupação em mostrar textos que “fizeram história”, “marcos memoráveis” que têm intuito de reforçar e renovar o compromisso do jornal com a ideia de pluralidade e apartidarismo, lembranças que procuram consolidar a identidade de uma empresa que sempre foi independente e transparente. Em editorial escrito na edição comemorativa dos 90 anos, o jornal afirma:

A sociedade brasileira é múltipla. Há décadas esse periódico procura refletir essa fecunda diversidade, seja ao abrigar opiniões variadas e contraditórias, seja ao ressaltar que cada fato admite mais de uma versão, julgando seu dever trazê-las ao conhecimento do leitor. Sem esquivar-se de emitir seu próprio ponto de vista, a Folha cultiva a pluralidade. O leitorado tampouco é homogêneo; as mais diversas inclinações nele se encontram representadas. Até por esse motivo, o jornal reivindica uma posição apartidária, no sentido de rechaçar todo alinhamento com partidos políticos, grupos econômicos ou correntes de opinião. Considera que ceder às paixões partidárias seria abrir mão de sua autonomia para exercer um jornalismo livre.<sup>63</sup>

Praticamente 30 anos após uma tentativa de reformular a identidade do jornal, os “rastros” desse passado ainda perduram no presente e procuram direcionar a ideia de um futuro para seus leitores. Segundo o editorial, a preocupação por um trabalho pautado na pluralidade se mantém por décadas, sendo praticamente um dos únicos compromissos do jornal para com seu leitorado. O período da ditadura, onde muito dificilmente o jornal conseguiu manter as opiniões múltiplas, é esquecido como forma de reforçar esta nova identidade. Como Silva (2011) problematiza, o esquecimento aqui não se dá pelo apagamento dos rastros, mas por uma memória seletiva que direciona as lembranças de acordo com intenções particulares.<sup>64</sup> A função seletiva da memória, como alerta Ricoeur, carrega um

<sup>63</sup> NOVE DÉCADAS. *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 29.907, p. A2, 19 de fevereiro de 2011.

<sup>64</sup> Há inclusive na edição comemorativa um texto do jornalista Oscar Pilagallo intitulado *90 anos em 9 atos* em que é citado de forma sutil o papel do jornal na ditadura: “A Folha apoiou o golpe militar em 1964, como praticamente toda a grande imprensa brasileira. Não participou da conspiração contra o presidente João Goulart, como fez o “Estado”, mas apoiou editorialmente a ditadura, limitando-se a veicular críticas raras e pontuais” (PILAGALLO, Oscar. *90 anos em 9 atos. Toda a Folha. Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 29.907, p. 08, 19 de fevereiro de 2011).

forte traço de “ideologização” da lembrança. Através da narrativa, ela é incorporada à constituição da identidade ao oferecer: “à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (RICOEUR, 2007, p. 98). Ao rememorar suas ideias de história, o jornal celebra uma versão tida por ele mesmo como autorizada, uma memória imposta e manipulada com forte traço de pertencimento à sua identidade. Memória carregada de opinião que, portanto, confunde passado, presente e futuro, numa busca pela interpretação “correta” da lembrança, garantindo legitimidade ao acontecimento.

Na mesma edição, o jornal além de trazer inúmeros textos e fotos que “fizeram história”, numa espécie de linha cronológica que relata os acontecimentos mais significativos não só para a empresa, mas para toda a história do Brasil, procura firmar uma ideia daquilo que, rememorado, deve ser entendido como “o” passado, uma história particular carregada de significados. Vale observar que a linha cronológica do jornal, que abarca os anos 1959-2011, não chega a citar o período de 1960-1966, que compreende um dos momentos em a *Folha* mostrou maior apoio ao governo militar. As reportagens que citam o período a partir de 1967 aparecem em pequena quantidade e enfatizam o processo de abertura e insatisfação com o regime. A impressão que fica enquanto leitor é que, ou este era um período pouco significativo para a história do jornal ou a empresa, enquanto portadora de memórias particulares sobre o período, procurava, implicitamente, se desvencilhar a elas. Das 90 reportagens selecionadas pelo jornal, apenas 12 (ver fig. 02) remetem ao período de 1959-1981 que, se pensarmos desde o tempo de fundação da empresa (1921), corresponde a 60 anos de sua história. Fica evidente mais uma vez a política de memória empregada pela *Folha*. Ao procurar direcionar as lembranças, acaba fazendo com que o leitor siga uma linha que rememora muito mais a fase pós anos 1980, momento de redemocratização e de ampliação das liberdades do jornal.



**Fig. 02:** Folha - edição comemorativa 90 anos (90 reportagens que fizeram história)  
A linha cronológica da Folha (1959-1981) e seus textos que "fizeram história".

O caderno *Meu caso com a Folha* é constituído por inúmeros depoimentos de jornalistas, colunistas e colaboradores que possuem uma relação de longa data com o jornal. Há na seleção desses depoimentos uma tentativa clara de dar respaldo à ideia de história que a empresa procurou constituir ao longo dos anos: um jornal plural, independente e porta-voz da redemocratização. Vejamos alguns exemplos:

Um caso de leitor agradecido pela demonstração das virtudes da pluralidade de um jornal sem rabo preso (Elio Gaspari – colunista de *Poder*);

Antes e depois da campanha das Diretas-Já, em 1984, nenhum jornal brasileiro contribuiu mais do que a Folha para o fim da ditadura militar. É ainda hoje na luta contra o autoritarismo, o pensamento único e a acomodação mental que a Folha se destaca (Marcelo Coelho – colunista da *Ilustrada* e membro do Conselho Editorial);

Na história, 1984 é o ano das Diretas-Já! Sócrates usava caneleiras amarelas, pelas diretas. Para saber a verdade, eu lia a Folha” (PVC – colunista de *Esporte*);

Comecei a ler a Folha na época das Diretas. Meu pai levava-a para casa todos os dias dizendo que enfim havia um jornal contra a ditadura. Para mim, foi nesse momento que o lugar da Folha na imprensa nacional se formou (Vladimir Safatle – Colunista da página A2, *Opinião*);

A Folha sempre atraiu minha atenção pela pluralidade de opiniões e de tendência. Sinto-me honrada por ser colunista desse jornal (Maria Inês Dolci – Colunista de *Mercado*).<sup>65</sup>

Em ambos os cadernos há também diversos anúncios homenageando a atuação do jornal e exaltando seu papel enquanto construtor de uma história para a nação pautada na credibilidade e na “transparência” das informações. Destacam-se ao menos dois (ver fig. 03): o anúncio que fecha o caderno *Meu caso com a Folha*, tomando todo o espaço da contracapa, criado pela agência Lew Lara para a Sabesp, empresa fornecedora do abastecimento de água no Estado de São Paulo: “Informação é como água: precisa ser transparente para você confiar”<sup>66</sup> e um anúncio interno de página inteira presente no caderno *toda a Folha*, criado para a construtora Tecnisa:

Este jornal noticiou duas grandes guerras da humanidade. Este jornal acompanhou a perda e a reconstrução do orgulho de um país. Este jornal viu a economia de um país ser pulverizada pela inflação. Este jornal esteve presente na deposição e na eleição de presidentes e políticos. Este jornal participou da redemocratização de uma nação. Homenagem da Tecnisa aos 90 anos da Folha de S. Paulo. Um jornal que faz parte da construção deste País.<sup>67</sup>



**Fig. 03:** *Folha* - edição comemorativa 90 anos (anúncios)

Exemplo de anúncios que se apropriam da identidade construída pelo jornal.

<sup>65</sup> MEU CASO com a Folha. *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 29.907, 19 de fevereiro de 2011.

<sup>66</sup> MEU CASO com a Folha. *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 29.907, p. 48, 19 de fevereiro de 2011.

<sup>67</sup> TODA A Folha. *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 29.907, p. 09, 19 de fevereiro de 2011. grifo nosso.

Interessante perceber como os anúncios se apropriam de uma identidade consolidada pela empresa. O último anúncio evidencia isso de forma clara. A *Folha* “participou” somente do processo de redemocratização do país. Durante o regime militar, apenas “acompanhou” o processo, se mantendo isenta. Mesmo assim, mantém forte a sua imagem de “construtora” da nação. A preocupação do jornal, em deixar explícita quem é e como pretende ser vista sua história, parece ter se exaltado nas comemorações de 90 anos da empresa, visto a quantidade de espaço destinado às celebrações e o grande material produzido para fins de rememoração. Este é um momento que, vale lembrar, procede os acontecimentos polêmicos do caso “ditabranda”, onde memórias do jornal até então esquecidas retomaram a cena pública com bastante intensidade. Motivo que parece ter influenciado a decisão do jornal em reforçar ainda mais uma identidade que se mostrou abalada por um momento de suposta crise. No entanto, a preocupação do periódico com a construção de uma história para os anos vindouros remonta a décadas e precisa ser compreendida. É preciso ver como ela se constituiu e foi se reforçando pela constante rememoração.

Uma das primeiras obras que procuram consolidar a imagem da *Folha* – a mais citada por praticamente todos os trabalhos que realizam um estudo histórico sobre o periódico - é, pode-se dizer assim, sua obra “oficial”. *A História da Folha de S. Paulo (1921-1981)* escrita por Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, renomados historiadores da USP, é a única obra de fôlego que retrata o surgimento e a consolidação do grupo. O livro foi escrito por encomenda, a pedido de Otávio Frias Filho, para ser lançado, possivelmente, nas comemorações de 60 anos do jornal, o que torna mais fácil se pensar em alguma intenção particular da empresa para a consolidação de determinadas lembranças.<sup>68</sup> Na obra, a ênfase se dá no processo de expansão mercadológica do grupo. Escrita em fins do regime militar, a análise não se estende nas relações entre a imprensa e o processo de abertura, relações estas que ainda eram ambíguas e pouco claras para uma interpretação mais aprofundada, como afirmam os próprios autores. A ideia mais clara presente nas páginas do livro se dá pela

---

<sup>68</sup> Sem ter a intenção de relativizar a qualidade do trabalho dos historiadores, mas problematizando um pouco a “apropriação” que o jornal pode ter realizado de algumas obras que ainda serão analisadas, vale citar um ácido trecho do prefácio de Mino Carta à obra de Cláudio Abramo, a respeito de como os jornalistas trabalham com esta relação: “Os donos do poder são especialistas neste gênero de rapina, que praticam com a inestimável colaboração dos seus lacaios e jagunços. É um pessoal que não prima pelo senso de humor, o que talvez esclareça por que como assaltantes são de uma eficácia a toda prova. De fato, não há história de jornais e jornalista que mantenha um razoável apego à realidade, quer dizer, que não enxovalhe o compromisso básico da profissão. As evocações que as empresas jornalísticas fazem de seus feitos, e mesmo livros com pretensões a pesquisa científica, de autoria de profissionais embandeirados de ensaístas, magnificam sistematicamente os donos e diminuem, quando não cancelam, quem bolou e fez o serviço. A omissão é uma das formas mais sutis e eficientes de assalto à verdade. Omitida, ela vai ao fundo como um barco furado e ninguém a recupera mais” (CARTA, Mino. Prefácio. In: ABRAMO, 1988, p. 07-08).

interpretação de uma empresa que passa por uma “revolução tecnológica” e conquista sua “autonomia financeira” na época do período ditatorial. Conseqüentemente, a busca por um projeto político cultural mais sólido surge a partir do processo de distensão política, momento em que a empresa enxerga possíveis brechas e, sanada de sua “esclerose administrativa”, trabalha com uma política mais firme no processo de transição democrática.

É nesse sentido que os autores analisam o período a partir do seguinte viés: 1962/1967: reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; 1968/1974: a “revolução” tecnológica; 1974/1981: definição de um projeto político-cultural. Versão que será comumente utilizada nas análises históricas de outros autores referentes ao periódico. Retratar o período de 1968/1974 sob o viés de uma “revolução tecnológica” silencia um pouco os embates e contradições presentes naquele conturbado momento em que o jornal estava inserido. A análise não esconde o apoio da empresa ao golpe, mas reforça a tese de que, naquele momento, a preocupação maior do jornal era procurar uma consolidação de sua estrutura administrativa. Período marcado por um forte fervilhar na cena política nacional, a obra dá mais ênfase às grandes “revoluções tecnológicas” praticadas pela empresa nos períodos iniciais do regime, exaltando seu pioneirismo enquanto portadora de uma postura agressiva e empresarial. Ao se tornar o jornal mais moderno e de maior circulação no país, a *Folha* passou os “anos terríveis” num processo de reformulação interna.

A obra de Gisela Taschner, *Folhas ao vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil* consolida ainda mais a ideia de uma história pautada no processo de expansão tecnológica da empresa ao longo do regime militar.<sup>69</sup> A análise da autora consiste no processo de consolidação da indústria cultural no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970 a partir da formação do grupo *Folha*. A constituição de uma indústria cultural, muitas vezes com o respaldo do regime autoritário, deu uma característica peculiar às empresas que dele se beneficiaram. Daí decorre a grande expansão do grupo ao longo desses anos.

É baseado nestas análises e nos inúmeros depoimentos que legitimaram as obras que as memórias sobre a *Folha* ao longo do período militar – e em especial nos seus momentos iniciais – podem ser consideradas como muito mais econômicas do que políticas. Memória manipulada em um nível prático, que a empresa enquanto um grupo carregado de opinião pretende quase que “obrigar” ao deixar de lado aquilo que procura esquecer. Tanto no nível da lembrança quanto no do esquecimento, a memória “narrada” pode facilmente enquadrar e manipular lembranças. Lembrando, rememorando e comemorando: é desta forma que se

---

<sup>69</sup> A obra é lançada em livro no ano de 1992, mas é fruto de sua tese de doutorado em sociologia, defendida na USP em maio de 1987. Taschner dialoga constantemente com o trabalho de Mota e Capelato.

celebra a história, uma história “obrigada”, celebrada publicamente pelo abuso de memória e esquecimento: “História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Ao entrar em um processo de transição, ganhando respaldo do Estado para atuar de forma mais aberta, a *Folha* muda não só a sua atuação enquanto empresa, mas na forma como rege a política de suas lembranças. O livro de Mota e Capelato, lançado no ano de comemoração dos 60 anos do jornal, momento que precede a ampla campanha pelas Diretas “comandada” pela *Folha*, parece ter auxiliado a consolidar uma postura que a empresa procura colocar em suas páginas com o processo de abertura. Não é à toa que há uma citação estampada na contracapa do livro:

A abertura de uma nova década configura um momento especialmente propício à reflexão. É como se se pudesse *recomeçar tudo do marco zero*. Mas, na verdade, o tempo não volta atrás. Por essa razão, tornam-se oportunos os balanços nessas épocas, quando se criam *ocasiões novas para se projetar o futuro*.<sup>70</sup>

Retirado do editorial “A década da incerteza”, o trecho procura fazer um balanço dos anos vindouros e demonstra uma clara postura que a *Folha* pretende assumir a partir de então. Se a década é de incerteza, a atitude da *Folha* para com o passado não o é. O jornal pretende “recomeçar tudo do zero”, mas como o tempo não volta atrás, o futuro será projetado a partir de “balanços”, lembranças e rastros que serão selecionados a partir daquilo que o grupo pretende legitimar como um “passado a ser futuro”.

Com respaldo da análise dos autores, o jornal passa a ser visto como uma empresa preocupada em se legitimar enquanto referência no período de transição, passando de um processo de “autonomia financeira” à “independência política”. Decorrente disso, uma postura mais crítica em relação a sua política editorial já pode ser percebida na edição comemorativa dos 60 anos da empresa, publicada em 19 de fevereiro de 1981, onde já começam a ficar claros os caminhos que a empresa pretende trilhar a partir de então. A edição é apresentada com uma nota na capa convidando os leitores às comemorações na sede da empresa, que seria precedida por um “culto ecumênico”. Essa celebração é utilizada de forma corrente pela *Folha* desde então e é mais uma iniciativa do grupo para reforçar sua ideia de “pluralidade”. A partir da celebração do sexagésimo aniversário do jornal já se mostram bem

---

<sup>70</sup> A DÉCADA da incerteza. *Folha de S. Paulo*, 01 de janeiro de 1980. grifo nosso. In: MOTA e CAPELATO, 1981.

mais marcantes as relações com a identidade que a efeméride pretende instaurar. Pela primeira vez, em seus 60 anos, o jornal começa a dar amplo destaque às comemorações em suas páginas, sendo que neste ano foi praticamente uma semana de matérias relacionadas às comemorações, que se ampliaram por um ciclo de debates promovidos pela *Folha*. “Brasil: caminhos da Transição” discutiu no próprio auditório da empresa assuntos considerados “tabus” durante o regime militar, como a necessidade de uma nova Constituinte, a cidadania e a questão do aborto.<sup>71</sup> Em editorial intitulado “Os caminhos da transição” o jornal afirma que é este o momento para se refletir sobre o processo de transição democrática, pois

É tão íntima a relação da imprensa com o rumo das instituições, que ela costuma funcionar como uma espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais. Não é à toa que nas tentativas - bem ou malsucedidas - de golpes de Estado no passado, uma das primeiras preocupações dos poderosos do momento foi controlar a informação, cerceando os jornais mediante diversas formas de censura. Por outro lado, o termômetro jornalístico tem servido também para indicar os sentimentos que prevalecem na população, como ocorreu exemplarmente no fim do governo João Goulart. Naquela ocasião, a queda do presidente da República foi pontuada por contundentes editoriais, entre os quais merecem especial menção os do extinto “Correio da Manhã”, que se incorporavam definitivamente à história do jornalismo no Brasil. Nem conduzir a história, pretensão descabida - pois apesar das aparências a imprensa não faz governos nem desfaz regimes, mas registra os sentimentos, desejos e esperanças da população.<sup>72</sup>

Atuando como um “termômetro das oscilações políticas”, o jornal assume que não possui – diferentemente da postura que pretende passar - a capacidade de “conduzir a história”. Ao afirmar isto, se mostra apenas um “observador” no processo de redemocratização e, acima de tudo, no período do governo militar. Os golpes de estado são para o jornal um “passado”, momento em que a imprensa sofreu um grande cerceamento de informação. Visão que legitima a ideia relativista de censura, onde a imprensa é apenas vista como vítima de um estado opressor. Se as censuras foram diversas, a imprensa tinha apenas uma única opção: calar-se. Como foi visto, não são estas as lembranças sobre a *Folha* durante sua atuação no regime, que não apenas acatou as imposições, mas também lucrou no período. Relação ambígua e conturbada que se não é apagada, se torna, ao menos, esquecida. A análise de Silva (2011) sobre este momento afirma, inclusive, que a *Folha* ao citar apenas o editorial do *Correio da Manhã* se isenta de sua atuação no golpe num processo de “despolitização” de sua identidade. Tentando recalcar e homogeneizar as lembranças do período, omite as

---

<sup>71</sup> Uma comemoração com “pretensões” e impacto como este só foi superada na edição de 90 anos do jornal, em 2011.

<sup>72</sup> OS CAMINHOS da transição. *Folha de S. Paulo*, ano 61, nº 18.950, p.02, 19 de fevereiro de 1981.

especificidades de atuação da imprensa e procura criar uma “verdade” sobre o passado que se pretende histórica, carregada de opinião.

Aquela que objetiva fundar marcos memoráveis e a instituir uma clara articulação temporal entre as tensões das ocorrências do presente e as orientações para o futuro. Efetiva-se ainda uma tentativa de significação sobre o passado, posto que, define padrões de representação histórica para as eventualidades que narra. Sua atuação trabalha não somente com a idéia de uma informação necessária ao presente, mas, como conteúdo que pretende direcionar referências futuras. A necessidade de atribuir a algumas circunstâncias cotidianas *status* de fenômenos memoráveis coloca em cena a pretensão de uma ordenação de um tempo que se situa além do presente. Exatamente por isso, o passado é evocado como elemento de legitimação ou justificativa para os eventos imediatos (SILVA, 2011, p. 74-75).

O editorial dá ênfase também ao processo de transição, momento crucial para a prática de uma imprensa livre e plural. No entanto, o fim da censura prévia não era suficiente, era preciso a “pluralidade de órgãos” e a “independência financeira” das empresas. A *Folha*, já livre de dívidas e em ampla expansão, se encontrava pronta para assumir este processo, bastava que outros órgãos caminhassem junto a ela para buscar esta dita “liberdade”. Liberdade que, por exemplo, não seria possível às ditas mídias alternativas, pois segundo o editorial seriam órgãos muito mais político-partidários do que jornalísticos. A *Folha* nesse momento já começa a se preocupar em evidenciar que é um jornal livre, plural e apartidário, sua identidade começa a se reformular.

Na mesma edição, ocupando toda a página sete do primeiro caderno (ver fig. 04), há mais uma vez a utilização de depoimentos que procuram legitimar a nova identidade do jornal. Inúmeros políticos e parlamentares exaltam a atuação da empresa enquanto uma “trincheira da liberdade” (Reinaldo de Barros, prefeito de São Paulo), afirmando que a festa é considerada um “marco da liberdade de imprensa no Brasil” (deputado Djalma Marinho), de toda a nação preocupada com os preceitos da democracia, papel que a “Folha sempre assumiu na defesa das instituições democráticas” (ex-chanceler Afonso Arinos). Todos os depoimentos apagam a atuação do jornal ao longo do regime, rememorando a sua incansável luta em prol da redemocratização. Momento de efeméride, o “abuso” da lembrança – e do esquecimento controlado - parece ser a alternativa mais sadia. Com o apoio de políticos, o jornal parece se mostrar à vontade para evidenciar aos seus leitores que este era o caminho a seguir, irremediavelmente.



Fig. 04: Folha - edição comemorativa 60 anos. Folha de S. Paulo, 19 e 20 de fevereiro de 1981.

A página ainda contém um espaço de três colunas para fazer menção ao lançamento da obra *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)* de Mota e Capelato. O texto escrito pelo próprio autor procura evidenciar uma trajetória “fiel à verdade” e relativiza ainda mais a atuação do periódico durante o regime. Apaga as lembranças de seu posicionamento no golpe de 1964 ao afirmar que, em 31 de março o jornal publicava apenas que “informação é liberdade, quando disseminada sem restrições”. Ao mesmo tempo em que apaga das lembranças o colaboracionismo do jornal com o golpe, relativiza ainda mais sua atuação nos anos de chumbo, período em que, segundo o texto, o jornal foi frequentemente “cerceado” em suas iniciativas. Estas visões, que são ampliadas no livro, assumem no texto jornalístico um tom mais simplificador. A narrativa jornalística permite que as lembranças e os esquecimentos se legitimem com ainda mais facilidade. Com o texto jornalístico, o historiador assume a identidade de um “comemorador” discurso que, como afirma Todorov (2002), possui uma pretensão de verdade ao procurar refletir a imagem que um grupo pretende dar a si mesmo. Simplificando o conhecimento do passado, o comemorador não fala de si mesmo, procura se beneficiar da impessoalidade do historiador para legitimar seu discurso como verdadeiro, um típico “abuso” da memória no sentido de direcionar as lembranças a partir daquilo que a imprensa pretende legitimar como o que deve vir a “ser lembrado”.

Na edição do dia 20 de fevereiro (ver fig. 04), os depoimentos continuam. Em matérias que ocupam duas páginas inteiras do primeiro caderno há relatos da confraternização ocorrida no dia anterior e testemunhos de políticos, anunciantes e leitores. Alguns trechos merecem destaque:

Este, para mim, é um evento da maior significância, que marca os 60 anos contínuos da vida do jornal. E essa comemoração, hoje, dá-se na medida exata de quanto um jornal, sobretudo respeitado, pode ser o símbolo de um regime livre (senador Jarbas Passarinho);

Uma questão a ressaltar é a exemplar imparcialidade com que vem se comportando a Folha (presidente do PMDB, Ulisses Guimarães);

a coisa mais marcante que a Folha conseguiu, nestes anos todos de dificuldade para a expressão da opinião no Brasil, foi manter suas páginas abertas a todos aqueles que queiram contribuir para a redemocratização (professor Fernando Henrique Cardoso).<sup>73</sup>

Na página seguinte, há destaque para as lembranças do então governador de estado Paulo Maluf: “Desde a sua fundação, a Folha se destacou na defesa dos interesses do País, nos mais variados setores. Memoráveis foram, nesses 60 anos, várias de suas campanhas.”<sup>74</sup> Na tônica dos discursos, há desde aqueles que exaltam a participação do jornal como porta-voz da redemocratização como aqueles que afirmam que a *Folha* “sempre se preocupou” com a nação e os preceitos da democracia, apagando, intencionalmente ou não, os “rastros” do colaboracionismo.

O caráter “aberto” da *Folha* ganha ainda mais destaque nas comemorações com o pronunciamento de Frias Filho, estampado em editorial na edição do dia 21 de fevereiro e em matérias seguintes, afirmando com orgulho o papel de “balaio de gatos” ao qual era atribuído o jornal naquele momento em que vivenciava uma “harmoniosa convivência dos contrários”, ganhando uma distinção particular:

Somos um jornal que se coloca à margem do atual quadro da imprensa brasileira, situado entre a imprensa tradicional com seus preconceitos e ódios oligárquicos e a imprensa alternativa castigada por perseguições injustas e sufocada pelo sectarismo partidário. Nós somos mesmo um balaio de gatos que enfrenta muitos tigres juntos e com sucesso.<sup>75</sup>

Com o discurso de um de seus principais representantes, a *Folha* pretende ser vista como um novo jornal, moderno, não tradicional, representado por um “balaio de gatos” que

<sup>73</sup> *Folha de S. Paulo*, ano 61, nº 18.951, p. 04, 20 de fevereiro de 1981.

<sup>74</sup> DESDE O INÍCIO, a defesa do país, lembra Maluf. *Folha de S. Paulo*, ano 61, nº 18.951, p. 05, 20 de fevereiro de 1981.

<sup>75</sup> ALMOÇO DESTACA caráter aberto da Folha. *Folha de S. Paulo*, ano 61, nº 18.952, p. 04, 21 de fevereiro de 1981.

enfrentou e venceu os “tigres” da ditadura. Pela memória o jornal conseguiu executar uma narrativa da lembrança e do esquecimento que, de forma seletiva, fez reger um novo estatuto à sua identidade. A *Folha* havia criado uma história para si mesma e, pela lembrança, ajudou a consolidar sua atuação frente ao conturbado processo de reestruturação democrática do país. Lembranças que, ora manipuladas, ora silenciadas, foram usadas com objetivos específicos e particulares, evidenciando mais uma vez como o abuso de memórias está intrinsecamente ligado à constituição daquilo que um agente pretende fazer saber frente à coletividade.

### 2.2.2. Da história que reforça a memória: lembranças legitimadas, rastros esquecidos e apagados

Amparada pela análise da obra de Mota e Capelato, rememorada constantemente a partir de então em suas páginas e respaldada pela ampliação dos testemunhos, a empresa começa a construir, na prática, um amplo Projeto Editorial para que se consolide a identidade de um jornal plural e que – sempre – lutou pela redemocratização. Projeto que irá culminar na campanha das Diretas-Já, momento tido de maior prestígio e credibilidade da empresa, onde suas memórias de apoio ao regime militar parecem ter sido praticamente incineradas. A ideia da criação de um projeto editorial mais sólido foi visto pela *Folha* como iniciativa crucial para estabelecer alguns parâmetros de como a empresa, enquanto prestadora de serviços para a sociedade, entendia sua ideia de informação, traduzindo um conjunto de ações que mais tarde seria delineado no “Projeto Folha”.

Pautado na característica de um jornalismo crítico, apartidário e pluralista, o projeto terá como marca esta nova ideia de fazer jornalismo para a empresa. O projeto inicial, “A Folha e alguns passos que é preciso dar”, lançado em junho de 1981, já evidencia de imediato a proposta de se criar um novo tipo de jornal: “O objetivo de um jornal como a Folha é, antes de mais nada, oferecer três coisas ao seu público leitor: informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos.”<sup>76</sup> Estes preceitos estão legitimados pela busca – por mais que o projeto acredite ser praticamente impossível atingir a total imparcialidade jornalística – de uma interpretação mais clara e fiel da realidade. No entanto o jornal deixa claro que, ainda assim, se busque uma postura crítica para marcar sua identidade.

---

<sup>76</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1981*. A Folha e alguns passos que é preciso dar. Um tipo de jornal. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_81\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_81_1parte.htm) Acesso em: 29 jun 2011.

É necessário que o jornal, sem discriminar opiniões diversas das que adota (e, ao contrário, estimulando polêmicas com elas), tenha as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Elas é que transformam o jornal em um ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar.<sup>77</sup>

Em outro texto intitulado “Um ponto de passado e de futuro”, o projeto faz um balanço da história do jornal, afirmando que já em inícios da década passada começara um processo que delinearía sua postura crítica atual.<sup>78</sup> Mas numa tentativa de esquecer as lembranças daquele passado afirma: “Não cabe aqui inventariar as condições que permitiram ao jornal fazê-lo nem cabe tampouco sumariar os passos que vem dando e a estratégia geral que vem seguindo desde então.”<sup>79</sup> Deixa claro apenas uma postura que pretende assumir, alguns “ingredientes que parecem importantes”, de acordo com o projeto: a saúde econômica e financeira da empresa, que lhe garantia a independência jornalística para seguir avançando. Tal “narrativa do esquecimento” procura ponderar algumas questões. Afirma que na década passada, período em que se iniciou a “revolução política” de abertura do jornal, a *Folha* enquanto portadora de uma “ideia de jornal” ainda não tinha muito que oferecer, a não ser intenções. Se hoje a empresa é vista como um jornal independente e plural, isto se deu pelos méritos de sua “revolução política” e uma postura agressiva. Ela caminhou sozinha e seus dirigentes foram os responsáveis pela ampliação do empreendimento que, tímido nas décadas passadas, agora caminhava a largos passos.

Esta premissa é evidenciada no texto que fecha o projeto de 1981. “Os passos necessários” procura definir uma espécie de “cartilha” a ser seguida por seus dirigentes, na busca por consolidar a ideia de jornal almejada naquele conturbado processo de transição:

a Folha é hoje um jornal mais influente, mais forte e mais conhecido do que era na década passada e mesmo nas décadas anteriores. Parece especialmente fora de dúvidas que a Folha vem prestando, de forma concreta, um serviço útil à democracia pela publicação honesta dos fatos e pela divulgação de um amplo painel de idéias, em artigos ou em debates realizados no jornal. O Brasil atravessa um período de graves dificuldades

<sup>77</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1981*. A Folha e alguns passos que é preciso dar. Um tipo de jornal. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_81\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_81_1parte.htm) Acesso em: 29 jun 2011. Aqui já se delinea a polêmica ideia do “mito do vampiro” que Bernardo Kucinski (1992) relata em seu livro. Frias Filho recorre à analogia do mito para falar da ambígua relação de seus leitores com o jornal, que seria a mesma do vampiro com sua vítima: “O vampiro não pode entrar numa casa sem antes ter sido convidado. [...] O marketing jornalístico manipula a atribuição de uma curiosidade ao público e fica à espera de sua resposta, que será um convite ou uma proibição [...] só é possível manipular quem desejou ardentemente ser manipulado.” (FRIAS FILHO, Otávio. *Vampiros de papel*. *Folha de S. Paulo*, Caderno Folhetim, 05 ago 1984. In: KUCINSKI, 1992, p. 73)

<sup>78</sup> Mas, como se verá adiante, a *Folha* ainda em março de 1974 mantinha um forte apoio ao regime e ao presidente Geisel.

<sup>79</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1981*. Um ponto de passado e de futuro. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_81\\_2parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_81_2parte.htm) Acesso em: 29 jun 2011.

econômicas e sociais, que se justapõem a um momento de transição política. Estas circunstâncias naturalmente *submeterão o jornal a duras provas, para o enfrentamento das quais ele deve estar preparado*. Nesse passo, o núcleo dirigente do jornal (editores, subeditores, diretores de Sucursal e correspondentes no exterior) precisa estar consciente e capacitado para *impedir qualquer arranhão na linha de independência* que vimos trilhando. Trata-se de *aprofundar essa característica numa conjuntura em que ela será atacada*, em que interesses de variada natureza (legítimos, de resto, se postos em seu leito adequado) tentarão introduzir-se em nossas páginas com intenções hegemônicas ou excludentes do livre curso de opiniões e em prejuízo do registro isento dos fatos. A manutenção do princípio da independência, portanto, *exige uma atitude firme e justa*, sem hesitações quanto à sua aplicação. Não se trata, frisamos, de estabelecer no jornal qualquer discriminação ideológica ou política na seleção de temas a serem abordados ou de pessoas que conosco trabalhem, mas de *manter a linha independente do jornal, sem concessões de quaisquer espécies*. O que propomos, então, para esta nova fase que vivemos? É nossa convicção de que existe, já consolidado, um projeto do jornal, apenas esboçado neste documento mas claramente desenhado nos últimos anos.<sup>80</sup>

Pelo texto é possível perceber que há uma preocupação clara por parte da empresa em firmar sua identidade e o jornal deve estar preparado para mantê-la firme. Em circunstâncias políticas particulares seus dirigentes precisam estar prontos para enfrentar ataques que provavelmente virão. A diversidade deve estar presente nas páginas, desde que não afete sua premissa máxima: evidenciar ao leitorado sua postura enquanto jornal crítico, plural e independente, porta-voz da redemocratização. Procura-se dessa forma manter certo controle sobre as lembranças do passado para que estas não venham a arranhar seu projeto de independência. Alvo de intensas polêmicas, o “Projeto Folha” não foi compreendido de forma unânime na empresa.<sup>81</sup>

O projeto pretende legitimar ainda mais as lembranças construídas e rememoradas em exaustão a partir de então. Com a campanha das Diretas, o jornal saiu aparentemente vitorioso. Suas lembranças como porta-voz da redemocratização se legitimam e as memórias de uma imprensa cúmplice e apoiadora do golpe se tornam subterrâneas, esquecidas, depositadas em um reservatório que parece não mais poder se alcançar pela rememoração. O projeto editorial de 1984 pretende trilhar um caminho a seguir depois deste panorama. “A Folha depois da campanha diretas-já” afirma que “credibilidade exige responsabilidade” em um momento em que o jornal conduziu um processo crucial na história do Brasil, consolidando sua identidade ao ponto de afirmar: “Antes da campanha, era difícil ignorar

<sup>80</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1981*. Os passos necessários. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_81\\_3parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_81_3parte.htm) Acesso em: 29 jun 2011. grifo nosso

<sup>81</sup> Para uma leitura mais detalhada do “Projeto Folha” e sua repercussão na e para a empresa, consultar SILVA (2005).

a Folha; depois dela, tornou-se impraticável.”<sup>82</sup> O momento de consolidação de sua identidade exige uma postura responsável, visto que a empresa é agora encarada como uma grande porta-voz dos preceitos democráticos, ajudando a reconstruir a história da nação. Seu trabalho é formar e informar estes novos cidadãos em espírito crítico, plural e atuante.<sup>83</sup>

A análise de Carlos Eduardo Lins da Silva sobre o “Projeto Folha”, presente na obra *Mil dias*<sup>84</sup> pondera que, se num primeiro momento os documentos que antecedem o Projeto estão preocupados em articular uma nova visão política à empresa, os novos textos, a partir do sucesso e consolidação da campanha das Diretas – e que irão constituir a sua base -, reforçam a identidade da grande revolução técnica vivenciada pelo jornal. É um momento em que, segundo o autor, se deu menos destaque ao “proselitismo” político para se preocupar com a técnica da atividade. A empresa dedicou-se neste momento à reformulação de uma ideologia jornalística que era muito mais técnica do que política. Havia um processo de transição política, o jornal se apoiava nele, mas estava preocupado em se legitimar enquanto uma empresa plural, apartidária e que, acima de tudo, revolucionara seu modo de fazer jornalismo. “Era o início da constatação de que os anos 70 haviam levado a uma hipertrofia do plano político do jornal e de que os anos 80 deveriam levar, em contrabalanço, a uma opção maior pela parte técnico-jornalística” (SILVA, 2005, p. 100-101).

Para o autor, os projetos iniciais mal citam o jornal, podendo muito bem ser encarados como textos de um programa de partido político. Analisando apenas conjunturas e intenções, estes projetos procuram articular uma “ideia” de jornal, uma história de sua atuação que pretende reforçar suas memórias. Consolidado o processo de transição é que se dá necessariamente a realização do “Projeto Folha”, instrumentalizado no Manual de Redação, como afirma uma de suas edições: “O Projeto *Folha*, em suas sucessivas versões, indica o jornal que queremos fazer; o *Manual Geral da Redação* define o método e os procedimentos práticos que consideramos apropriados para atingir esse objetivo.” (apud: SILVA, 2005, p.

---

<sup>82</sup> FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1984*. A Folha depois da campanha das diretas-já. Credibilidade exige responsabilidade. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_84\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_84_1parte.htm) Acesso em: 29 jun 2011.

<sup>83</sup> Posteriormente a este projeto editorial de 1984, se seguem ainda quatro que se estendem até o ano de 1997. Nossa intenção aqui é apenas compreender como se deu o processo inicial de criação e consolidação de uma nova identidade para a empresa, que irá se refletir na postura de rememoração do acontecimento “golpe de 64” em suas páginas, preocupação nossa no próximo capítulo. Os projetos seguintes têm o intuito de dar continuidade à “ideia de jornal” da empresa, atualizando-a às conjunturas atuais. Para uma consulta detalhada de todos os projetos ver: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto\\_editorial.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm), Em 1984 é lançado o *Manual de Redação da Folha*. Visto como um marco neste novo fazer jornalístico da empresa, o manual também passará por várias reformulações ao longo dos anos e se tornou sucesso editorial para o público externo. Segundo Silva (2005), foram vendidas mais de 17 mil cópias do Manual em apenas um ano.

<sup>84</sup> A obra, lançada em 1988 ganhou uma nova edição revista e ampliada em 2005. Lançada pela Publifolha, podemos considerá-la mais um dos livros que entram no rol das obras que procuram “reforçar” a memória particular da empresa.

122) Visão paradoxal que remete a um momento conturbado. Ao mesmo tempo em que, para o autor, a *Folha* assume um processo de “mercantilização” da imprensa, não se deve negligenciar o fator político que no início dos anos 80 fervilhava com a campanha das Diretas.

Não há, portanto, um abandono do caráter político, mas este deve ser encarado também a partir de outras versões.<sup>85</sup> Versões que contrapõem a ideia de uma imprensa pautada essencialmente nos preceitos técnico-jornalísticos e que a própria empresa assume como verdadeira. Partindo dessas lembranças, o autor procura afirmar que a *Folha* assume uma preocupação maior com a parte técnica do fazer jornalístico que começa a se evidenciar por uma visão de mercado. Esta lógica, afirma o autor, não se daria nem por preceitos éticos nem políticos, mas por questões mercadológicas: “O jornal não pretende falar em nome de toda a sociedade ou da “opinião pública”, mas somente falar a todos os grupos que constituem o seu leitorado” (SILVA, 2005, p. 130). Portanto, a ideologia do “apartidarismo” se sustenta a partir desta visão. Há a necessidade de um pluralismo, mas para que ele abarque a capacidade de representar um “real” para um público heterogêneo que agora consome o jornal.

O jornalista Bernardo Kucinski acredita que o marketing é o grande foco de estratégias da *Folha* que conseqüentemente atingiu os preceitos de seu projeto editorial naquele momento:

Ao se lançar com todo o empenho na campanha das Diretas Já de 1984, a ponto de conduzir a campanha, a *Folha de S. Paulo* perseguiu o poder político não pelo político, mas primordialmente para fazer o marketing de si mesma. Era o marketing de lançamento da *Folha* como o jornal da abertura política, um jornal com ideologia, com aura. Pois as técnicas do marketing obrigam todo produto a ter uma aura. [...] Era natural que aproveitasse os ventos da abertura para concentrar seus esforços na criação de impacto opinativo que permitisse ao jornal alçar-se no conceito público (KUCINSKI, 1998, p. 75).

Essa visão, por mais que apresente uma versão crítica ao jornal, também auxilia a apagar as relações políticas da empresa. Para o bem ou para o mal, a ideia de uma memória técnico-mercadológica auxiliou a esquecer as atuações políticas da *Folha* naquele momento.

Reconstituída sua história, o jornal parece se sentir livre para estabelecer uma memória particular sobre o período. Neste momento a empresa procura, através da

---

<sup>85</sup> De acordo com a análise de Sônia Meneses, o lento processo de distensão política ajudou a *Folha* (e os demais grupos que apoiaram o golpe) a preparar um também lento processo de esquecimento, requerendo para si a “graça anistiantes”. Desta forma, “A obra de Lins da Silva pode ser compreendida como parte de um projeto, muito mais amplo que a mudança técnica-editorial implantada na *Folha* nos anos 80, significa, especialmente, a política de construção de uma nova identidade do jornal que teve como ponto capital a formulação de uma nova memória” (SILVA, 2011, p. 177).

rememoração, reforçar a ideia de qual história ela pretende fazer lembrar como verdadeira, ou pelo menos aquela que julga digna de ser lembrada. Em 1985 é lançada a primeira edição do livro *Primeira Página* que pretende retratar as páginas mais “significativas” publicadas pela *Folha* desde 1925.<sup>86</sup> Trabalho complicado - afirma Frias Filho em introdução à obra - que se daria numa espécie de recolhimento de fragmentos para que, pesados numa balança, fossem selecionados alguns, dignos de serem vistos como uma imagem do mundo, um “truque de ilusão.” Bem sabemos que a memória não é “ilusão”, ela é rastro, fragmento, que nos chega do passado com uma intenção clara: formar identidades, pertencimento, agrupar ou fragmentar coletividades, indivíduos. Ela é ambígua, conflituosa, pode ser utilizada como um “truque”. Mas ao ser seletiva, fazem-se usos, abusos dessas lembranças e a *Folha*, conscientemente ou não, estava trabalhando com ela ao selecionar capas para serem vistas como “as mais significativas” da história.

Não é à toa que o jornalista afirma que essas capas representam “uma fatia de época, flagrada na sua intimidade e na intimidade do jornal.” As páginas, agora eternizadas, têm a possibilidade de voltar mais uma vez ao olhar do público:

agora ele não vai olhar com avidez nem com susto e sim com aquele olhar de sorriso que é o olhar fácil do futuro. Mas às vezes dá a impressão de que é o mundo da época que nos olha ingenuamente da página, como se esperasse de nós, nesta segunda chance, um instante de reconhecimento, de compreensão ou pelo menos de silêncio. (FRIAS FILHO, 1985, p. 07)

Pelo texto de Frias se evidencia que o “fácil olhar” da *Folha* pode agora selecionar e lembrar apenas aquilo que julgar “significativo”. Com silêncio, não olharão as páginas deste livro, pois elas estarão ali, depositadas para a rememoração. Em silêncio, ficam as páginas esquecidas, as menos “relevantes” e que, ao olhar da empresa, podem bem ficar depositadas no “duro olhar” do passado.

Precedida por algumas reflexões sobre o conceito de “primeira página” no jornalismo, a obra contém textos interessantes para análise. De acordo com Matinas Suzuki Jr., professor e então editor da *Folha Ilustrada*, a primeira página é tida como o momento máximo da “esquizofrenia” jornalística. Ao intermediar uma busca de identidades, o jornalista acaba por trabalhar em nome do leitor, hierarquizando e selecionando acontecimentos. É a página mais impessoal do jornal, mas ao mesmo tempo aquela que força o jornalista a assumir a personalidade do outro, introduzindo o sujeito à notícia e narrando os acontecimentos a partir de um recorte particular. Ao selecionar os acontecimentos e produzir uma modalidade própria

---

<sup>86</sup> A obra também é lançada como parte das comemorações dos 60 anos de fundação da empresa.

de conhecimento, Suzuki Jr. acredita que o jornalista produz uma História vista como um “espelho do mundo”, retratando um “simulacro” da realidade. É por isso que, acredita ele, cada jornal constitui sua identidade ao narrar sua história. O jornal, atuando como uma “firma reconhecida” da História, uma espécie de “vitrine” dos acontecimentos, ajudaria a garantir legitimidade e significância àquilo que ocorre no mundo.

O acontecimento é visto aqui como algo que reflete a história. Momento em que procura construir uma identidade particular, o jornal se assume como construtor de uma realidade que, na verdade, é produzida pela própria história e não propriamente pelo jornalismo. Assim, se isenta da construção do acontecimento, ao mesmo tempo em que clama para si o papel de porta-voz daquilo que ocorreu. Encarando a primeira página sob esta premissa, deve-se considerar que, como “construtora de história”, ela é carregada de memória. Memória que é selecionada, enquadrada e lembrada como uma realidade que aconteceu. Desta forma, conhecer uma realidade só seria possível a partir do momento em que ela é “lembrada” pela mídia, garantindo também a consolidação de uma identidade. A *Folha*, atuando como um dispositivo particular carregado de sentido, ao selecionar aquilo que ela pretende “fazer saber” está sim construindo memórias, lembranças sobre um determinado período que, posteriormente, poderão se legitimar como História. O acontecimento enquadrado não representa por si só a construção de uma escrita da história, pretensão que a *Folha* pretende carregar em sua nova identidade.

A seleção das capas foi feita pelo historiador Nicolau Sevcenko, o que parece garantir certa legitimidade à escolha do material. O historiador aproveita o espaço para refletir um pouco sobre a história da *Folha* e sobre a importância estratégica da obra para a constituição da identidade do jornal.<sup>87</sup> Os processos de seleção, afirma o historiador, foram múltiplos, parciais e discutíveis, visto que está ciente do poder “vibrante” que o documento carrega. “Há fatos que nos ficam registrados na memória justamente em função do choque produzido por uma primeira página impactante e bem sucedida” (SEVCENKO, 1985, p. 14). A primeira página, instrumento que cimenta a memória, reproduz também um contraponto, salienta Sevcenko: o esquecimento. Para ele, houve acontecimentos marcantes que, reproduzidos em primeiras páginas, lhe serviram de constante rememoração, como o assassinato do presidente Kennedy, a cena dos tchecos pintando os tanques soviéticos, o palácio chileno de La Moneda em chamas. Mas pouco se falou, por exemplo, de um acontecimento importante como o massacre dos negros em Sharpeville nos anos 1960, instituído pela ONU como data de

---

<sup>87</sup> O historiador cita neste momento a obra de Mota e Capelato, lançada anos atrás (1981) e que deveria ser consultada para uma análise mais aprofundada do jornal.

lembrança mundial em repúdio ao racismo. É desta forma que, acredita ele, as notícias tidas como pouco relevantes são deixadas à margem. Se o jornal não as noticia, é como se não tivessem acontecido e, portanto, não serão lembradas da mesma forma. “Disso sabem muito bem aliás, os censores, figuras infaustas tão lastimavelmente presentes na História da imprensa brasileira, e é claro, da Folha de S. Paulo também” (SEVCENKO, 1985, p.14).

Com essa afirmação, o historiador parece dar respaldo à atuação do jornal durante o regime militar ao mesmo tempo em que acaba por justificar seu processo de seleção das capas. Se alguma notícia ou fato marcante não esteve presente nas páginas do jornal e, conseqüentemente, nesta seleção, é porque o jornal esteve sob censura durante o período. Noticiaram o que puderam em um momento em que mal podiam se expressar. O esquecimento se deu sob condições particulares e não pela intenção da empresa. Ao observar as páginas, percebe-se que grandes fatos políticos são relembrados: a eleição, renúncia e morte de Getúlio Vargas, a posse e renúncia de Jânio Quadros em 1961, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964 e a capa de 1º de abril de 1964 anunciando o golpe. As capas sutilmente procuram não fazer muita menção a este conturbado período inicial do regime, acontecimento que é “sufocado” por notícias como o bicampeonato do Brasil na Copa do Mundo de 62, o assassinato de Kennedy em 1963, manchetes sobre a Guerra Fria e os conflitos na faixa de Gaza. A trajetória das capas representa muito bem a ideia de história que o jornal pretende consolidar: preocupado com sua situação financeira, pouco ataca no começo, acatando a imposição dos militares, visão que começa a mudar com o processo de abertura e a pretensão de firmar uma posição político-editorial mais clara. Com o processo de abertura, as capas esbanjam posições políticas definidas, como é o exemplo da considerada clássica capa da Marcha pelas Diretas, de 26 de janeiro de 1984 (capa da fig. 01.) e que é inclusive utilizada pela *Folha* em outras ocasiões. As capas, um “espelho do mundo”, refletem bem a imagem de um jornal que construiu uma história particular sobre o período e que a reforça a partir de suas lembranças para cristalizar sua identidade. A memória se torna história. A história, rememorada, garante que o jornal se represente como um espelho daquilo que pretende ser. Ela acaba criando o seu próprio espelho de mundo.

Quando completa 70 anos, em 1991, a *Folha* lança mais uma obra que pretende consolidar como os *20 textos que fizeram história*. Se as capas refletiam a ideia de história do jornal, agora estes textos a escrevem. A introdução do livro mais uma vez realiza um panorama daqueles tempos “difíceis” e discorre sobre o sólido e inovador projeto que a empresa implantou com o processo de distensão. Ao introduzir o que o leitor pode esperar daqueles textos, relata: “Este não é um livro só de reportagens, mas de textos que marcaram a

história da Folha e do país. Você está entrando neste momento num túnel do tempo” (FOLHA DE S. PAULO, 1991, p. 07). Se nas obras anteriores parecia haver uma tentativa de esquecimento sobre os anos do regime militar, aqui eles são completamente apagados. A história que esses 20 textos escrevem começa apenas em 1974, com o incêndio do edifício Joelma em São Paulo e termina com uma matéria sobre os anos Collor em 1991. Como construtor de uma história particular, o jornal se sente no privilégio de poder construir o túnel que quiser para que seus leitores embarquem na viagem de rememoração dos acontecimentos.

Esta atuação para com a história demonstra a atitude de um jornal consolidado que se preocupa apenas em rememorar um passado para lhe garantir unidade no presente. A edição comemorativa de 70 anos deixa claro isso. Tímida, se comparada à anterior, ela reflete um momento diferente, onde o próprio contexto sócio-político nacional garante um clima de maior estabilidade. Na década de 1980, momento de transição política, havia uma preocupação do jornal em constituir uma identidade de desvenhimento do golpe que parece ter sido alcançada a partir de então. Na edição de 19 de fevereiro de 1991 há apenas um editorial na capa e uma página interna se referindo ao aniversário da empresa (ver fig. 05). O editorial, muito mais ponderado, reflete sobre a atuação de um jornal que esteve atrelado à história do país e que, portanto, passou por momentos conturbados, mas que hoje se consolida como um jornal plural, democrático e inovador. “Superada a fase da democratização política, a sociedade está às voltas com a estabilização da economia para retomar seus planos de desenvolvimento.”<sup>88</sup> O discurso da *Folha* sobre o panorama nacional parece refletir sua própria atuação: superada uma fase, esta parte da história já está construída. É preciso lembrá-la, mas, primordialmente, caminhar para frente.

Na matéria interna há um levantamento breve sobre o histórico da empresa que, mais uma vez, não cita sua relação com o regime militar. O texto procura perpassar as “4 fases” da empresa evidenciando como chegou a se consolidar como um jornal que fez somar apartidarismo à tecnologia, ostentando uma dupla posição: seu constante posicionamento crítico frente aos governos aliado a uma inovadora revolução tecnológica que o tornaram o jornal mais lido do país, com uma circulação média de 400 mil exemplares diários. Discurso consolidado, as rememorações parecem assumir sua função mais banal: “comemorar”. Sua identidade enquanto um jornal tecnologicamente inovador simplifica o passado e procura “resgatá-lo” apenas como uma efeméride, um passado que se “sacraliza”, celebrado de longe.

---

<sup>88</sup> EDITORIAL, 70 anos. *Folha de S. Paulo*, ano 71, nº 22.602, 19 de fevereiro de 1991. Vale lembrar que o editorial cita a sua participação na política de distensão e seu “empenho” na campanha das Diretas Já, mas ao menos menciona o período inicial do regime militar.

Todorov (2002) alerta sobre a preocupação de se fazer um julgamento “moral” dessas comemorações. Até que ponto elas não estariam desvirtuando e banalizando uma melhor interpretação do passado? Ao que parece, as comemorações da *Folha* pretendem a partir de então assumir esse tom, isolando radicalmente a lembrança e a utilizando como fins de rememoração para cristalizar sua identidade. Identidade que se reforça a partir do silenciamento de um outro passado que se abriga nas sombras do esquecimento. O momento agora é de comemoração, no sentido celebrativo da palavra. O tom político da lembrança vai passando às entrelinhas. Pode-se perceber esta atitude quando a *Folha* realiza uma “intervenção poética com raio laser” nos prédios da avenida Paulista em São Paulo, convidando poetas e artistas visuais a reproduzir suas obras em lasers refletidos no concreto. A *Folha* aqui está apenas preocupada em celebrar seu aniversário. Utilizando equipamentos “até hoje inéditos no país”, os artistas comemoram, mostram sua arte e ainda reforçam a identidade do jornal enquanto uma empresa prestigiosa e moderna.



Fig. 05: Folha - edição comemorativa 70 anos. Folha de S. Paulo, 19 de fevereiro de 1991.

A *Folha* adentra o século XXI procurando passar uma imagem que esbanja credibilidade. É um jornal que faz história, independente, moderno e inovador. Possui a maior

tiragem do país e se vangloria de um passado crítico, combativo e “aberto”, que sempre se preocupou com as necessidades da sociedade civil. Não à toa, inaugura-se em 2002 a cátedra Octavio Frias de Oliveira. Em uma parceria acadêmica entre as Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM) e o grupo Folha, o espaço é destinado à formação de novos profissionais da área de comunicação social. Agora a *Folha* possui maturidade suficiente para discutir os rumos do jornalismo e mostrar que tipo de profissionais pretende formar para o novo mercado. Fruto desta parceria é lançado no ano seguinte o livro *Um país aberto* que reúne um apanhado de palestras e comunicações realizadas em encontros da cátedra e que refletem um pouco sobre as quatro décadas de trabalho de Frias e a história da *Folha*. O livro comenta os “acontecimentos marcantes” do jornal e procura ser “ao mesmo tempo, um compêndio de jornalismo contemporâneo e uma memória do passado”. Memória que novamente legitima sua história. Dos seis textos que compõem a sessão “História da Folha”, nenhum retrata especificamente o período militar e três são dedicados exclusivamente ao período de redemocratização e à campanha das Diretas. Ao mesmo tempo em que se apagam os rastros do colaboracionismo com o regime, parece haver uma grande preocupação aqui em legitimar a história da *Folha* com a história das Diretas. A folha de rosto que abre o livro é estampada com a capa do dia 26 de janeiro de 1984, que noticia a grande mobilização em São Paulo. A imagem reforça a ideia do jornal e faz o leitor rememorar aquele momento, antes mesmo de iniciar sua leitura. As lembranças já o direcionam para aquilo que o livro irá refletir.

No entanto, a visão da empresa é a de que está editando um livro aberto às mais variadas ideias, como sugere a apresentação da obra. “O resultado sugere uma polifonia, em que se escutam as vozes mais diversas – bem no espírito do homenageado, renomado defensor de um jornalismo pluralista” (FOLHA DE S. PAULO, 2003, p. 05). As vozes diversas são constituídas por autores já conhecidos do homenageado: personalidades, jornalistas que atuaram no jornal, jornalistas/historiadores que escreveram sobre e para a *Folha* ao longo dos anos. Percebe-se facilmente, como é normal em momentos comemorativos, o tom emotivo das mensagens que vangloriam a atuação do jornalista ao longo da construção e consolidação de sua empresa. Vale destacar alguns trechos dos discursos que abrem a obra:

[Octavio Frias de Oliveira] luta em defesa da liberdade de imprensa, viabilizando uma organização jornalística moderna, plural e independente. Trata-se também de um cidadão que se fez por conta própria, optando pela iniciativa privada como espaço de atuação pública. (Bandeirante Midiático – José Marques de Melo, p. 15)

num combate permanente entre a luz e a treva, entre a verdade e a mentira, entre a liberdade e a escravidão, Octavio Frias de Oliveira se destaca, há mais de 40 anos, como símbolo da ética no trabalho. [...] Nunca se afasta de seu compromisso com a liberdade de informação, nem de suas profundas convicções democráticas. (Firme e discreto – Edevaldo Alves da Silva, p. 17)

O fato mais significativo da transformação da Folha ou de seu impacto na imprensa brasileira, no meu modo de ver, foi justamente o fato de ter se constituído num espaço para o debate democrático. A Folha foi o primeiro jornal a abrir suas páginas para o debate amplo e irrestrito. Isso se deveu à determinação, à orientação, à coragem de Octavio Frias de Oliveira. [...] Proporcionou, assim, as condições para que o debate político em nosso país avançasse. (Desbravador da imprensa brasileira – Paulo Renato Souza, p. 18)

Os 40 anos do Sr. Frias à frente da Folha de S. Paulo já entraram para a história do jornalismo brasileiro e vão ficar marcados principalmente, talvez, por um motivo: o pioneirismo que ele foi capaz de imprimir às atividades da Folha nestas quatro décadas. (Quatro décadas de pioneirismo – Carlos Eduardo Lins da Silva, p. 23)

Quem vê o sucesso jornalístico e empresarial da Folha raramente consegue avaliar os esforços e os sacrifícios, a estratégia e a inteligência que são combustíveis desse sucesso. [...] E não foi por um golpe de sorte que eles produziram uma empresa jornalística com tal credibilidade e sucesso empresarial. (Empresário primoroso, jornalista completo – Boris Casoy, p. 29-30)

Desbravador, pioneiro, inovador, o jornalista é visto como o grande responsável por consolidar a nova postura empresarial da *Folha* nestas últimas décadas, que não se constituiu por um simples “golpe” de sorte. Sua história estava escrita, sua memória, celebrada. Além desses depoimentos, o livro é composto por textos que fazem um balanço da história do jornal. Os historiadores Maria Helena Capelato e Nicolau Sevcenko, que já haviam escrito livros sobre a História e as capas da Folha, respectivamente, apenas reproduzem seus discursos assumidos anteriormente. Já os artigos que compõem a reflexão sobre as Diretas são em certa parte “conflituosos”, mostrando diferentes pontos de vista e citando de forma breve a participação da *Folha* na ditadura. Mas, no geral, percebe-se que o intuito das reflexões é legitimar uma memória da *Folha* como jornal preocupado com a abertura e a democracia. Está escrita sua história e o passado lembrado – a partir de um enquadramento da memória - tem objetivos claros de reforçar uma visão particular carregada de opinião, que direciona um presente a ser futuro.

O jornal comemora seus 80 anos procurando passar uma visão bem clara de quem é e de como pretende ser visto e lembrado. Sua edição comemorativa impressa é bastante

parecida com a anterior, pouco diz, mais celebra do que discute.<sup>89</sup> Sua identidade está consolidada, o jornal não precisa mais construir uma história, apenas reforçá-la pela rememoração. Já não há mais necessidade de nos atermos a essas lembranças, seus discursos já estão estabelecidos, se repetem e cristalizam a ideia de uma história que garante a identidade do jornal. Se antes a empresa não possuía a capacidade de conduzir a história, é porque não tinha a sua própria formada. Agora, com a identidade consolidada e uma história construída, a *Folha* se denomina um agente influente para a consolidação da história do país. Passou de um observador a ator ativo no processo. Pouco antes da próxima efeméride, mal saberia o peso que uma palavra como “branda” poderia causar ao processo de legitimação dessas lembranças. O caso “ditabranda” foi visto como o momento em que se instaurou a maior crise de credibilidade da empresa, nas vésperas das comemorações dos 90 anos de um jornalismo “plural, apartidário e independente”. Encadeado por um discurso que partiu de suas próprias lembranças sobre o período, sua identidade foi, pela primeira vez, posta à prova de forma definitiva.

No entanto, para entendermos o caso como um processo que perpassou diferentes identidades do jornal ao longo dos anos, é preciso percorrer outros rastros comemorativos. Compreender como a *Folha* construiu e celebrou em suas páginas um acontecimento marcante para a constituição de sua identidade: o “golpe de 1964”, que se inscreveu de formas variadas e diversas ao longo dos anos. É preciso ater-se a uma análise discursiva dessas lembranças para melhor compreender como a *Folha* se utilizou desse passado para legitimar sua atuação no presente. As memórias sobre o período militar no Brasil se constituem por conflito e ainda estão presentes no imaginário coletivo da nação. A *Folha* foi uma das grandes responsáveis por colocar novamente à tona essas discussões na agenda midiática, só que dessa vez ela não conduziria a história.

---

<sup>89</sup> Há novamente a celebração a partir de um pluralista ato ecumênico em homenagem ao jornal. A edição do dia 19 de fevereiro de 2001 pouco relata sobre a sua atuação no passado, apenas enfatiza as comemorações festivas da empresa. É uma edição bastante modesta se compararmos à que se seguirá e à que se precedeu nos anos 1980. No entanto, o jornal lança um extenso suplemento na internet. Aqui não cabe analisá-lo uma vez que ele irá se repetir em um processo de rememoração que já estamos longamente discutindo. Nosso intuito foi perceber como se formou e se constitui essa identidade da empresa a partir da constante rememoração do passado. Consolidada sua história, seu processo de rememoração se torna repetível. Vale por curiosidade uma consulta ao site: [www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/)

### **CAPÍTULO III – Acontecimento e o discurso midiático em sua inscrição na temporalidade: a construção, reconstrução, usos e apropriações do “golpe de 1964” nas páginas da *Folha*.**

Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra). [...] É possível não falar do passado. Uma família, um Estado, um governo podem sustentar a proibição; mas só de modo aproximativo ou figurado ele é eliminado. [...] Em condições subjetivas e políticas “normais”, o passado sempre chega ao presente.

Beatriz Sarlo (2007)

Como o discurso jornalístico se inscreve e produz sentido em uma temporalidade que lhe é própria? Como o discurso que se constitui na mídia, um importante “lugar de memória” da contemporaneidade, vem a se inscrever na memória coletiva das sociedades e se relaciona com a dialética da lembrança e do esquecimento a partir do acontecimento? A memória, legitimada na e pela mídia, impõe uma nova “temporalização” que se dá e se constrói na constante “presentificação” do acontecimento do passado. Ao produzir seu discurso, atualiza constantemente o passado sob um “enquadramento” próprio do presente. O discurso em sua relação com a memória na mídia, portanto, como aqui se quer evidenciar, envolve a noção de acontecimento, tempo e narrativa em uma perspectiva interdisciplinar que articula um “universo de possíveis” (BARBOSA, 2007) entre os campos da Comunicação e da História. Este percurso será fundamental para balizar olhares sobre o acontecimento “golpe de 1964” inscrito, lembrado e rememorado nas páginas do jornal *Folha de S. Paulo* ao longo dos anos. O capítulo final desta dissertação buscará, portanto, perceber qual a memória que a *Folha* construiu em relação ao regime militar vigente no Brasil, analisando como esta veio a se inscrever ao longo do tempo nas páginas do jornal com o acontecimento “golpe de 1964”. Se memória é identidade, o intuito aqui será refletir sobre a(s) identidade(s) que a empresa construiu para si com os discursos do golpe, contrapondo-as com algumas lembranças *sobre* o jornal que já problematizamos. Procura-se evidenciar a constituição de uma “memória discursiva” particular sobre o regime militar nas páginas do jornal. O discurso jornalístico, ao trabalhar com a memória e o esquecimento, acaba por constituir uma narrativa própria sobre o passado.

### 3.1. Pensar o acontecimento sob uma perspectiva histórica

A discussão sobre o acontecimento é bastante complexa se tomarmos em conta as análises referentes à disciplina histórica. Outrora abandonada por uma história de “longa duração”, quase imóvel, proposta pela primeira geração da Escola dos *Annales*<sup>90</sup> francesa, a história “factual” e dos “acontecimentos” fez-se novamente emergir com a constituição da sociedade de massas e os meios de comunicação. É evidente, foi com a consolidação da imprensa que o “acontecimento” ressurgiu na história com um novo olhar. A noção de acontecimento reconfigura a temporalidade histórica na medida em que propõe a ideia de um “presente contínuo” que, sob o viés do historiador François Dosse (2001), instaurou um ritmo cada vez mais acelerado, fazendo com que ocasionasse certa “dilatação” da história no mundo contemporâneo.

A temporalidade midiática inscreve incessantemente um presente, a partir de uma atualidade que lhe é sempre nova. Para Dosse, os acontecimentos devem ser detectáveis em seus vestígios, sejam eles discursivos ou não, que instauram uma multiplicidade de situações.

O movimento apoderou-se do tempo presente até modificar a relação moderna com o passado. A leitura histórica do acontecimento já não é redutível ao acontecimento estudado, mas é vista em seu vestígio, situada numa cadeia de acontecimentos. Todo discurso sobre um acontecimento veicula, conta uma série de acontecimentos anteriores, o que confere toda importância à trama discursiva que os liga, formando um enredo (DOSSE, 2001, p. 92).

Ainda sob o viés da historiografia, é fundamental a concepção que o historiador Pierre Nora realiza com relação ao “retorno do fato” na história contemporânea. Para ele, a atualidade e a rapidez gerada pela mídia fizeram com que se produzisse uma nova percepção sobre o sentido histórico inscrito no acontecimento. Nora acredita que a mídia é quem obtém o monopólio das narrativas históricas contemporâneas, sendo que é somente a partir dela que o acontecimento marca a sua presença na sociedade.

A mídia, neste sentido, acaba por impor o vivido como história em uma inserção diária de novos acontecimentos que se repetem constantemente, sob uma espécie de “vulcões da atualidade”, tornando o acontecimento “monstruoso”, como coloca o autor. “Não porque sai, por definição, do ordinário, mas porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o

---

<sup>90</sup> A Escola dos *Annales* reuniu importantes historiadores franceses ao longo de todo o século XX que, ao combater a ideia de uma escola “metódica” na historiografia, acabaram por renovar o fazer historiográfico naquele período. Não é intenção deste texto dialogar com as múltiplas vertentes historiográficas ao longo do tempo. Para um olhar breve, consultar DOSSE (2001).

sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimentos” (NORA, 1976, p. 183). Esta noção de acontecimento relacionada à historiografia, ainda que configurada em meados da década de 1970, parece bastante atual e pertinente às discussões aqui propostas. A mídia – aqui falamos em especial da grande imprensa escrita - impõe uma nova temporalização à noção de acontecimento e o inscreve em uma constante re-figuração do passado no presente. No entanto, se para a história a imediatez da mídia torna mais “perceptível” a decifração do acontecimento, é preciso pensar que o acontecimento produzido a partir do discurso midiático se inscreve em uma relação temporal que se instaura em uma “intriga” entre presente e passado. A partir do momento em que o acontecimento midiático reafirma o passado em sua narrativa, ele acaba por fazer com que o passado persista no presente e entre em constante refiguração. A noção de “rastros” colocada pelo filósofo Paul Ricoeur (1994), fundamental nas análises sobre a questão do tempo e da narrativa que será tratada adiante, deve ser entendida como um aspecto importante na formulação do sentido do texto jornalístico. “O que queremos dizer quando afirmamos que algo “realmente” aconteceu?” A questão colocada por Ricoeur nos remete diretamente à temporalidade do acontecimento que, na mídia, só torna o passado inteligível na medida em que ele acaba por “persistir” no presente (RICOEUR, 1997). E em que sentido este passado “persiste” no presente em um acontecimento midiático? Qual a particularidade de um texto jornalístico para que este possa ser configurado a partir de uma perspectiva narrativa própria? Qual a especificidade da notícia enquanto produtora do acontecimento?

Na verdade, torna-se complicado – e de certa forma até equivocado - assumir uma perspectiva que procure separar de forma clara o acontecimento histórico do jornalístico. Na concepção de Berger e Tavares (2010), o acontecimento jornalístico se alimenta do “vivido” pela história e acaba por intervir na percepção deste. Se, para a história, o acontecimento corresponde à emergência das reverberações perceptíveis no cotidiano, no jornalismo esta noção está intrínseca à construção do acontecimento enquanto material noticioso que “constrói” a realidade. Realidade que, “capturada” no e pelo tempo da história, é tomada de sentido pela constituição do discurso jornalístico. Ao reconhecer e interpretar este acontecimento que “irrompe na superfície lisa da história” – em uma apropriação do já clássico conceito proposto pelo historiador Fernand Braudel e assimilado por Rodrigues (1993) – o jornalismo acaba por construir sua própria noção de acontecimento, mediando-o e tornando-o “reconhecível” na sociedade.

Aproximando história e jornalismo, instaura-se a possibilidade de encarar ambos como construtores de histórias narradas, ponto que ganhará atenção mais adiante. Vale colocar, no

entanto, que é a partir desta constatação que se supera a ideia de um jornalismo visto como mero espelho do real, que apenas reproduz aquilo que “acontece” na realidade. A ideia de um acontecimento construído garante um novo estatuto à percepção daquilo que é relatado em notícia pelo jornalismo. Nesta perspectiva, o acontecimento não se situa “fora” do texto, ele o constitui e o garante inteligibilidade<sup>91</sup>. O jornalismo, assim como a história, se constrói por uma narrativa, organizando os fatos que devem ser encarados como dignos de serem contados, reconhecidos e lembrados. Ele determina o que deve ter existência pública e, portanto, não reflete objetivamente apenas aquilo que emerge da realidade.

O jornalista deve ser visto, sob esta perspectiva, como agente ativo na construção do acontecimento. As notícias não refletem o mundo exterior sob a ótica de um profissional meramente observador que se “anula” e apenas reproduz o acontecimento na notícia. As notícias “são como são” porque é assim que os jornalistas e sua máquina burocrática trabalham ao pretender construir “estórias” a um determinado público consumidor. Eles a constroem a partir de interesses particulares e por critérios de noticiabilidade que perpassam relações de poder, seleção e enquadramento que, direta ou indiretamente, atuam na constituição de nossas lembranças e esquecimentos. Como afirma Nelson Traquina (1993), se o acontecimento tem a capacidade de criar a notícia, a própria notícia, relatada a partir do discurso jornalístico, também cria acontecimentos. Sob este viés, o acontecimento jornalístico deve ser dotado de um caráter especial, pois ele se distingue daqueles inúmeros relatos que “emergem” do cotidiano da história, seja por seu poder de seleção e classificação ou pelas leis que regem seu grau de noticiabilidade: “o acontecimento jornalístico irrompe sem nexo aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registrado na memória.” (RODRIGUES, 1993, p. 28). Paradoxalmente, este acontecimento pode ser definido como uma “anti-história”, pois pertence ao “mundo do acidente”, do imprevisível, que dissolve identidades, deixa vestígios, alterando as forma de percepção sobre o mundo que acontece.

---

<sup>91</sup> Esta perspectiva construcionista do acontecimento procura superar o “empirismo ingênuo” positivista que desde o final do séc. XIX normatizou as teorias da profissão jornalística. A ideia de um jornalismo tido como “espelho” da realidade, mero mediador que traduz o acontecimento em texto coloca-o como algo transparente, submetido sempre a uma ética profissional. A concepção de acontecimento exterior ao texto avalia se o jornalista é fiel ou não aos relatos do cotidiano pelo seu grau de neutralidade e imparcialidade “a partir do momento em que forja um discurso ético que prevê a separação da opinião da informação, a supressão das discussões ideológicas por um discurso de neutralidade, a troca da persuasão pela busca pela verdade e a crescente importância do texto escrito de modo direto, claro e conciso. [...] Portanto, pode-se dizer que, no exercício profissional e em sua ética, são hegemônicas as buscas pela objetividade, pela verdade, pela transposição dos fatos em relatos objetivos e pela seleção dos acontecimentos que importam para o público” (PONTES; SILVA, 2010, p; 53). A ideia de uma produção “neutra” do acontecimento jornalístico é ainda muito forte em sua prática profissional. Como vimos em alguns casos, este é um dos discursos que procuram legitimar a identidade da *Folha de S. Paulo* ao longo de sua história. Para mais sobre as diversas vertentes da teoria do acontecimento no jornalismo, consultar TRAQUINA (1993) e BENETTI e FONSECA (2010).

Adriano Rodrigues (1993) denomina de “meta-acontecimentos” aqueles que são “provocados pela própria existência do discurso jornalístico”. Como espécie de “acontecimentos segundos”, o discurso jornalístico transforma a própria linguagem em acontecimento discursivo: “atualizações de enunciados pertencentes a vários regimes enunciativos que se encadeiam entre si segundo regras de encadeamento próprias.” (RODRIGUES, 1993, p. 30). Ao relatar o acontecimento, a mídia estaria produzindo não apenas uma descrição do acontecido, mas emergindo um novo acontecimento que vem a integrar o mundo a partir de seu discurso. A notícia emerge à cena pública naquilo que ela pretende fazer ser vista, reconhecida, e lembrada.

A pesquisadora Marcia Benetti (2010) acredita inclusive que, quando o jornalismo é abordado sob o viés do acontecimento discursivo, como uma espécie de “meta-acontecimento”, se garante o estatuto do jornalismo como acontecimento. Este reconhecimento é, para ela, um “salto de qualidade” conceitual, uma vez que nos permite compreender um regime discursivo particular – o jornalismo – como um acontecimento. Olhar que garante uma melhor interpretação do acontecimento midiático, a partir do momento em que se percebem seus jogos e relações, sua inscrição na temporalidade.

Já para Muniz Sodré (2009), o jornalismo mobiliza diferentes tipos de discursos, mas este, em essencial, se apóia na notícia que se configura como um procedimento que preside e estrutura a construção do acontecimento. Acontecimento que, para ele, está intimamente ligado à questão do tempo, como algo irredutível à lógica da história. Sodré coloca uma distinção entre fato e acontecimento, demonstrando assim como o discurso constrói narrativamente as mutações no fluxo do cotidiano. Para ele, a notícia, enquanto produtora de um acontecimento (que parte do fato), é um relato de algo que “foi” ou “será” inscrito nas relações cotidianas de um “real-histórico” determinado por fatores espaciais, temporais, institucionais e políticos (SODRÉ, 2009). O fato seria então o que acontece, uma experiência sensível da realidade que funcionaria como um ponto de partida para o conhecimento de algo. Assim, afirma Sodré, o jornalismo se configura sob um tipo particular de conhecimento do fato, pois a informação jornalística parte de objetos tidos a *priori* como “factuais” para posteriormente obter, sob a mediação do acontecimento, uma clareza sobre o fato sócio-histórico. Já o acontecimento, consistiria em uma representação social do fato, uma “referência apropriada por uma seqüência de enunciados cronologicamente ordenados” (SODRÉ, 2009, p. 27). Materializado na forma de notícia, o acontecimento atuaria como uma espécie de “vetor” para a teoria da instantaneidade que fundamenta o discurso midiático. A notícia, entendida neste fluxo entre o fato e o acontecimento, se constituiria como um relato

de um acontecimento factual e que, portanto, estaria inscrito em uma realidade histórica particular.

O acontecimento, no sentido proposto por Sodré, seria definido por uma “marcação” e uma “pontuação rítmica” que o compõe em sua estrutura narrativa. Enquanto “fato marcado”, o acontecimento jornalístico define a noticiabilidade de um fato por critérios que garantem valor à notícia e que constituem, nas palavras do autor, “categorias de organização ou controle dos fluxos” (SODRÉ, 2009, p. 75). “Marca-se”, portanto, um acontecimento, devido a sua possibilidade de instaurar uma narrativa. Quanto à “pontuação rítmica”, esta se dá, no acontecimento, sob um fluxo temporal dos fatos no cotidiano. Esse fluxo não é algo “natural”, alerta o autor, mas sim “a resultante de uma sensação ou uma percepção das interrupções e passagens da experiência cotidiana, elaborada na consciência dos sujeitos sociais” (SODRÉ, 2009, p. 80). As interrupções marcadas pela “pontuação rítmica” do discurso acabam por gerar “regimes particulares de temporalidade”, que garantem ao acontecimento uma estrutura própria no tempo e no espaço do discurso. O acontecimento, visto como um “aspecto temporal do fato social”, define então o cotidiano a partir de seu artifício narrativo que é instaurado pela mídia e que “presentifica” o passado e o futuro num sentido de um “aqui” e um “agora” (SODRÉ, 2009).

Pensar o acontecimento a partir dessas perspectivas é torná-lo constituinte de uma memória que garante inteligibilidade àquilo que ocorre no cotidiano. Neste aspecto, pode-se pensar as memórias, atreladas ao seu contexto social, enquanto instituições que auxiliam na legitimação de dado conhecimento da realidade objetiva. Ao pensar a memória como “fato social”, como propõe Halbwachs, uma memória quase que institucionalizada, há de se considerar que, assim como a realidade, a memória é também constituída socialmente. É desta forma que se abre a possibilidade de trabalhar com a questão da memória sob o viés do discurso jornalístico, refletindo sobre como memórias são institucionalizadas e legitimadas na e pela mídia, a partir do momento em que representam determinado tipo de “realidade” construída e constituída socialmente. Pode-se inclusive trabalhar com a dialética “conhecer” x “lembrar”, onde a realidade se daria a partir do “conhecimento”, ou seja, daquilo que nos é “lembrado”. Ao pensar um processo de construção da realidade constituída pela memória na mídia, pode-se afirmar que esta se dá no momento em que o jornalista faz uma apropriação seletiva do passado. Segundo Marialva Barbosa (2005), este é um trabalho constante entre a dialética da lembrança e do esquecimento, pois

ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar alguns elementos em detrimento de outros, os meios de comunicação

reconstruem de maneira seletiva o presente, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido (BARBOSA, 2005, p. 108).

Isso faz pensar que a memória propagada na e pela mídia, uma memória institucionalizada, constrói e legitima uma realidade a partir do momento em que seleciona aquilo que deve ou não ser noticiado, conhecido e lembrado. Portanto, os jornalistas tornam-se uma espécie de “senhores da memória” da sociedade que “ao legitimar o acontecimento, divulgando-o e tirando-o de zonas de sombra e de silêncio, impõe uma visão de mundo que atua outorgando poder” (BARBOSA, 2005, p. 109). Ao construir o acontecimento, este profissional seleciona parte da realidade, partindo do pressuposto de que os leitores “gostariam de saber” algo do que as instituições querem “fazer saber”. A questão do acontecimento também está sujeita a “enquadramentos” e se condiciona a uma perspectiva que é muitas vezes pré-construída

Vale aqui uma observação fundamental: para problematizar o discurso midiático não se deve nunca negligenciar os suportes em que eles são inscritos e se constituem. Os jornais ordenam os acontecimentos inscrevendo-os em objetivos particulares. Não se deve encarar a mídia como aquela instituição que apenas transmite o que “ocorre” na realidade social, esta realidade é “construída” sempre a partir de um olhar. O acontecimento construído se encontra inscrito em um “mundo a comentar” (CHARAUDEAU, 2006). Assim como foi problematizado em relação à memória, pode-se afirmar que os acontecimentos produzidos pelo discurso jornalístico são também selecionados e enquadrados sob determinados pontos de vista, evidenciando que há um diálogo intrínseco com questões de poder e identidade. O linguista Patrick Charaudeau defende a tese de que não há uma captura da realidade no acontecimento midiático sem que este passe um filtro e um ponto de vista particular. “Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 131). Ou seja, um acontecimento só existe a partir do momento em que é “nomeado” e acredita-se ser esta a função do jornalismo no processo de legitimação das lembranças, ou daquilo de que ele pretende mostrar como o que realmente “ocorreu”.

Partindo desta premissa analítica, Maurice Mouillaud (2002) acredita que a informação jornalística não se pauta apenas naquilo que possa ser possível mostrar, mas também no que julga ser importante “fazer saber”. Algo é marcado para ser percebido pois há um caráter imperativo na informação. Supor que acontecimentos são enquadrados é afirmar que eles não se dão da mesma forma ao longo do tempo, cada escolha induz a uma história

diferente, afirma Mouillaud. Ao selecionar determinado acontecimento em detrimento de outro, ao lembrar um fato, relegando outro à sombra do esquecimento, a mídia impressa acaba por trabalhar, diariamente, com a questão da memória em seus textos. O enquadramento como um processo de visibilidade dos acontecimentos acaba então por delimitar um campo onde os fatos “ocorrem”. Delimitando um quadro, a imprensa especifica aquilo que deve ou não ser visto, conhecido e lembrado.<sup>92</sup> Partindo de cenários pré-construídos, os jornalistas trabalham com “baterias de informações preparadas” evidenciando que o conceito de informação, intrínseco ao acontecimento, se constitui em um processo de tensão pela disputa de visibilidade. Assim, a busca por uma “coerência” na análise dos acontecimentos se constitui em uma intriga que vai da informação ao acontecimento, realizando um trabalho de seleção daquilo que é possível ser mostrado: “Desta forma, pistas se desenham, caminhos se abrem, uma rede de sentidos se institui: uma lógica e uma cronologia se instalam” (MOUILLAUD, 2002, p. 51).

Deve-se, portanto, encarar os acontecimentos como produtos de estratégias que se dão a partir de certos acordos entre o jornalista – o “montador” dos acontecimentos, na colocação de Mouillaud - e o suporte em que este se encontra inserido. O discurso produzido pelo acontecimento não está solto no tempo, se inscreve naquilo que Mouillaud denomina como um “dispositivo” e que se relaciona com o sentido que o jornal pretende dar ao enunciado. De acordo com ele, os estudos relacionados às mídias frequentemente realizam uma distinção entre a descrição do jornal (enquanto sua materialidade, um “suporte”) e a descrição dos conteúdos (onde estariam contidos os “sentidos” de um acontecimento). Mouillaud acredita ser esta uma simplificação que enxerga a língua como um mero “envelope” do sentido.<sup>93</sup> O

---

<sup>92</sup> O conceito de enquadramento para Mouillaud é discutido a partir de uma metáfora própria das obras artísticas, onde se enquadra o acontecimento sob a percepção de uma “cena”, uma “moldura”. Isolado da experiência cotidiana e, separado de seu contexto, o enquadramento permite conservar e transportar no tempo o acontecimento, garantindo sua identidade graças ao estatuto da informação, que lhe é intrínseco: “Continuamente, a percepção cotidiana enquadra cenas para poder-ver, à maneira de uma cena de teatro, que isola certos personagens em uma unidade de espaço e de tempo e que se opera uma certa transformação de suas relações. [...] Continuamente, o que fica fora do campo sai do quadro” (MOUILLAUD, 2002, p. 43). Portanto, afirma Mouillaud, não podemos absorver e analisar o acontecimento a partir de uma só olhada, ele não forma um texto único, pelo contrário, a partir do momento em que é “enquadrado”, se torna fragmentário, disperso: “A apreensão de um acontecimento exige que ele seja fragmentado em cenas parciais que, para serem passíveis de leitura, devem ser, cada uma, monossêmicas (partir de um ponto e estar orientada a uma direção) [...] Entretanto, a monossêmia é um limite jamais atingido. Se o enquadramento nos permitisse ainda apreender o acontecimento como uma instância objetiva, a reprodução em abismo dos acontecimentos retirar-lhe-ia o *status* substancial. [...] O que se chama acontecimento não pode sequer ser encarado como uma soma de micro-acontecimentos e, sim, como uma dinâmica inesgotável de apreensões” (MOUILLAUD, 2002, p. 62).

<sup>93</sup> O autor exemplifica esta questão utilizando novamente uma metáfora, desta vez oriunda do marketing. Para ele, devemos fazer uma relação entre a embalagem e seu produto. À primeira vista, embalagem e produto podem ser separados, sem que se perca a identidade, o “conteúdo” do produto. No entanto, este parece ser um equívoco metodológico para Mouillaud. O que aconteceria, por exemplo, se retirássemos o perfume de seu frasco? O

dispositivo não é apenas um suporte técnico que garante visibilidade ao enunciado, ele o envolve e está intimamente relacionado a um sentido de fluxo imaterial. Muito mais que suporte, eles são matrizes em que se inscrevem os textos - e que se inscrevem antes dos textos -, precedendo e comandando sua duração. Há um valor inerente ao “nome do jornal” que se deve levar em consideração ao analisar seus textos. Os discursos produzidos pela *Folha de S. Paulo* são discursos particulares e constituintes de um dispositivo próprio. Seu sentido está relacionado ao seu contexto, à sua história. O jornal envolve seus enunciados e lhes garante unidade, sendo que cada jornal carrega em si uma “expectativa de acontecimentos” que formam sua identidade.

### **3.2. A construção do acontecimento “golpe de 1964” nas páginas da *Folha***

Procurou-se até aqui, através das próprias lembranças sobre/do jornal, articular uma série de possibilidades para pensar a *Folha de S. Paulo* enquanto um dispositivo que garante sentidos particulares aos seus enunciados. É desta forma que se poderá realizar uma análise do acontecimento “golpe de 1964” frente a uma “expectativa” própria de análise. Isso significa que os sentidos que irão ser percorridos estarão íntima e diretamente relacionados ao contexto, à história e às memórias que o jornal veio a carregar consigo ao longo do tempo. Como vimos, a *Folha* mudou ao longo dos anos e procurou, a partir de suas memórias e esquecimentos, constituir uma história própria sobre sua atuação durante o regime militar no Brasil que, pelo discurso, materializaram sua(s) identidade(s).

Não há a possibilidade de interpretar como o golpe foi rememorado nas páginas do jornal ao longo dos anos sem antes perceber de forma clara como este acontecimento foi construído sob um contexto extremamente particular. O grupo Folha foi comprado por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho no início da década de 1960, contexto que remete a uma empresa em busca de reestruturação e consolidação financeira e que, para buscar sair da “esclerose administrativa”, como diziam seus dirigentes, precisava em um primeiro momento se atrelar ao governo vigente. A empresa procurou sua reestruturação financeiro-administrativa em um dos momentos mais delicados da política nacional, onde o governo também passava por um período conturbado, de transição e grande instabilidade. Em 1961, João Goulart assumia a presidência da república após a renúncia de Jânio Quadros. Sob

---

limite material do produto ainda nos parece evidente, mas e o limite simbólico? Este trabalho é criticado pelo autor, pois ele acredita que não devemos tentar extrair “categorias” analíticas, assim como separamos a amêndoa e seu caroço.

um governo parlamentarista que minava seus poderes de fato e o impediam de implantar as reformas previstas, instaurou-se certo clima de incerteza na nação que temia por suas propostas mais “radicalizantes”. As direitas conservadoras, o grande empresariado – grupo ao qual a *Folha* fazia parte e se identificava – e o governo oposicionista viam aquele momento como uma tentativa de aproximação do presidente dos preceitos radicais da esquerda comunista. Momento de tensão que se ampliou em 1963 quando Jango enfim assume o regime presidencialista, sob forte pressão.<sup>94</sup>

O clima de instabilidade aumenta e o ano de 1964 se inicia com grandes incertezas. A proposta do governo em delinear as reformas de base começou a se articular de forma mais clara naquele ano. A *Folha*, enquanto uma empresa em reformulação, precisava do governo para se reestruturar, mas não era esse o governo que imaginava e apoiava, temia atitudes mais radicais e que pudessem colocar a nação – e a empresa - em clima de instabilidade. Já no início de março daquele ano, o jornal dá ampla repercussão às intenções de João Goulart em realizar o grande Comício pretendido para o dia 13 daquele mês no Rio de Janeiro, onde o então presidente iria discursar à população em apologia às reformas. O editorial de 06 de março, sob o título de “Radicalização” comenta sobre as possibilidades do desdobramento do comício e já evidencia algumas questões interessantes sob as quais podemos conjecturar:

A radicalização das posições políticas no Brasil está-se aproximando de limites sumamente perigosos. [...] É cada vez mais difícil combater os excessos de um dos lados, sem parecer tolerante com os excessos do outro. As correntes convencionalmente designadas por esquerda e direita parecem empenhadas em apertar o cerco aos que se recusam a optar por uma delas, procurando conservar-se numa posição de equilíbrio, de equidistância e de bom senso que lhes permita continuar caminhando sem os olhos toldados pelo fanatismo.<sup>95</sup>

O que se pode perceber é que em um primeiro momento a *Folha* não dirige suas críticas diretamente às atitudes do governo, mas à radicalização política que, de ambos os lados, estaria se tornando perigosa. Mas aqui já há também críticas à “atividade nociva do comunismo” e alguns setores que, segundo o editorial, abusavam de conceitos para se referir ao povo e desvirtuar os preceitos da reforma: “Só eles são o povo, só eles são nacionalistas - ou só é povo e nacionalista quem os aplaude e apóia. Aí está a luta pelas chamadas reformas

---

<sup>94</sup> Não é aqui nossa intenção analisar detalhadamente o período. Precisamos apenas situar o contexto em que se deu o processo de construção do acontecimento nas páginas do jornal. Para mais consultar Ferreira (2010).

<sup>95</sup> RADICALIZAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.682, 06 de março de 1964.

de base totalmente descaracterizadas e transformadas em pretexto para agitação e subversão da ordem.”<sup>96</sup>

As críticas à reforma já aparecem, mas ainda não se direcionam diretamente ao governo de Goulart. O que o jornal combate neste momento é a radicalização das opiniões políticas, que partem de críticas tanto ao extremismo de esquerda quanto àqueles que se subvertem pelo outro lado. O que está em jogo é uma luta contra o “desvirtuamento” das reformas, e não contra as reformas em si. O jornal, inclusive, diz se sentir “orgulhoso” de ter patrocinado há um ano o Congresso Brasileiro Para a Definição das Reformas de Base que tinha como objetivo “dar conteúdo prático à pregação reformista.” Quase duas semanas após este editorial, a *Folha* ainda mantém suas opiniões frente à radicalização. Na edição de 19 de março, logo após a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, abriu-se a discussão sobre a possibilidade do Impeachment de João Goulart. O editorial “Impeachment, não” foi enfático em se contrapor à ideia ao afirmar que isto serviria apenas aos interesses daqueles que querem tumultuar ainda mais o país e criar um “clima para a subversão”. O jornal afirma que, sob este panorama de radicalização e confrontos ideológicos, uma atitude como esta seria tratada “sem a objetividade que exige” e guiada por paixões políticas “desencadeadas mais ou menos irracionalmente”: “Impeachment não. Já há fogueiras acesas em demasia, para que se lance mais combustíveis a elas.”<sup>97</sup>

Mas, ainda que o jornal tentasse se manter isento às manifestações políticas, era claro em seu discurso que as críticas à radicalização se dirigiam, em especial, ao setores da população tidos como de “esquerda”:

Mais vezes merecem críticas os radicalismos de esquerda que os de direita. É que eles são mais agressivos, mais provocadores, mais danosos ao país. Recebem hoje, é inegável, o beneplácito do governo federal e por isso são mais perigosos. A cada dia se tornam mais ousados nos ataques à iniciativa privada, por exemplo, cuja destruição significaria também a ruína do regime democrático.<sup>98</sup>

A radicalização de esquerda era a mais temida, pois poderia atingir diretamente não só os rumos políticos da nação, mas a própria iniciativa privada. Para uma empresa em processo de reformulação financeira, o clima de incerteza no governo só tenderia a agravar tal situação. No entanto, é possível perceber que, por mais que o jornal estivesse reivindicando uma autonomia financeira, o caráter político não é deixado de lado. Pelo contrário, é pelo tom político do discurso que o jornal procura pronunciar seu repúdio à radicalização. Se

<sup>96</sup> RADICALIZAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.682, 06 de março de 1964.

<sup>97</sup> IMPEACHMENT, NÃO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.695, 19 de março de 1964.

<sup>98</sup> RADICALIZAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.682, 06 de março de 1964.

retomarmos as análises feitas pela historiadora Alzira Alves de Abreu (2002), veremos que o período marcado pela “modernização” da imprensa que, a partir de meados da segunda metade do século XX, deixou de lado as paixões políticas para realizar um jornalismo mais pragmático e objetivo, foi uma realização lenta e gradual, ainda longe de se tornar realidade para o jornal.

O caráter político do jornal neste momento é pouco explorado nas análises referentes à *Folha*. Como se viu, o período inicial de reestruturação do grupo – entre 1962 e 1967 - foi legitimado pela análise de Mota e Capelato (1981) como a fase de reorganização financeiro-administrativa e tecnológica. Com respaldo das próprias lembranças de seus atores sobre o período, este momento foi interpretado como sendo muito mais econômico do que político. Tentamos ser enfáticos nessa questão ao longo do capítulo anterior para problematizar alguns contrapontos fundamentais entre as memórias *sobre a Folha*, rememoradas em um presente particular por seus donos, jornalistas e colaboradores, e as memórias *da Folha* que aqui iremos percorrer. A grande maioria das memórias sobre o jornal lembrava uma postura pouco agressiva frente ao regime, fruto de uma empresa preocupada apenas em sanar suas dívidas. Essas lembranças acabaram por apagar o caráter conflituoso da memória e da própria história do jornal durante o período. Para melhor ponderar esse contraponto, as análises sobre a construção do acontecimento “golpe de 1964” serão pautadas, em especial, nos editoriais do jornal, pois nos parece que o simples fato de a *Folha* manter um espaço para articular suas opiniões frente ao público (coisa que não aconteceu, por exemplo, na década seguinte), em uma fase de sua história marcada pela suposta reorganização financeiro-administrativa, já é algo digno de se considerar. Pensar como o acontecimento foi construído, enquadrado e “reconhecido” a partir das próprias opiniões da empresa será fundamental para problematizar como ela se via inserida naquele momento.

O tom político, que antes não atingia diretamente o governo de Goulart, vai aos poucos ganhando outros contornos. Na medida em que o Comício do dia 13 se aproxima, a *Folha* começa a manter mais convictas suas posições. A luta pela radicalização agora se projeta no próprio Comício que, segundo o jornal, não deveria mais ser realizado. Editorial do dia 07 de março afirma que o presidente revelará “alta dose de bom senso” se conseguir “esvaziar” a manifestação. Mas o ideal seria que “usasse de sua ascendência sobre os promotores para cancelá-la, pura e simplesmente.”<sup>99</sup> Há a partir de então uma campanha não só contra a radicalização, mas às próprias atitudes do presidente que estariam se desvirtuando.

---

<sup>99</sup> COMÍCIO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.683, 07 de março de 1964.

A possibilidade de reeleição, vista pelo jornal com uma iniciativa inteiramente “falsa” e “impatriótica” que determinados setores da esquerda estariam tentando realizar seria fortemente repudiada: “Quem acreditar nessa hipótese ou é ingênuo demais ou calculadamente sabido.”<sup>100</sup>

Mas, apesar dos esforços do jornal, “resultaram vãos” os apelos contra a realização do Comício. No dia 13, a *Folha* publica sua última análise antes da realização do acontecimento. Segundo o editorial, o comício a ser realizado neste dia não passa de uma “provocação” de um presidente que tem se portado “surdo ao bom senso” ao prestigiar uma manifestação vista com apreensão por “toda a opinião pública nacional que não se deixa embair pela pregação de uma dúzia de extremistas interessados em subverter o regime.”<sup>101</sup> Há grande expectativa por parte do jornal de que o comício se realize sob forte grau de insegurança e insubordinação visto que, paradoxalmente, os preparativos para sua realização tenham se dado sob grande aparato de segurança e proteção ao presidente. O jornal chega inclusive a fazer uma possível referência à tragédia que vitimou o presidente Kennedy nos Estados Unidos, possibilidade que surge, segundo o editorial, devido à radicalização de posições políticas, “provocada em grande parte por elementos ligados aos promotores do comício.”<sup>102</sup> Apesar das críticas, o jornal se sente otimista ao afirmar que as atitudes desafiadoras do presidente cairão no vazio, uma vez que “É duvidoso que compareçam aqueles que honesta e seriamente se preocupam com os verdadeiros problemas nacionais [que] [...] preferirão assistir de longe ao espetáculo, que lembra as maciças concentrações populares organizadas e dirigidas para sustentar ditadores e aspirantes a tal.”<sup>103</sup>

Com suas opiniões particulares sobre o evento, o jornal acaba construindo aquilo que Silva (2011) denominou de um “acontecimento-possibilidade” que se realiza, primeiramente, como expectativa, numa construção de possíveis fatos a comentar. A partir de suas próprias opiniões, a *Folha* construiu o acontecimento – como delimitando em um quadro - a partir de uma realidade que se pretendia fazer ser vista, conhecida e lembrada ao seu público. O acontecimento, “nomeado” a partir de um interesse próprio da empresa, acabou por dar um ar de “radicalização” e insegurança à manifestação que, segundo suas expectativas, deveria ocorrer sob forte grau de insubordinação. Insubordinação que parte agora única e exclusivamente dos órgãos de esquerda, visto que é duvidoso para o jornal que a direita, preocupada com os “verdadeiros problemas nacionais”, se manifestasse. Aqui já fica claro

---

<sup>100</sup> QUEREMISMO, NÃO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.686, 10 de março de 1964.

<sup>101</sup> COMÍCIO-PROVOCAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.689, 13 de março de 1964.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> Idem.

também a opinião da empresa sobre os possíveis rumos da nação. Para ela, manifestações como essas são dignas de ditadores. É da esquerda que parte a possibilidade de instauração de um regime ditatorial. Assim, o comício enquanto possibilidade vai criando expectativas frente ao conturbado cenário nacional visando direcionar um futuro a partir do presente: “o jornal “pré-escreve” o acontecimento concedendo-lhe uma aura de significação que poderá ou não influenciar a ocorrência propriamente dita no futuro.” (SILVA, 2011, p. 102)

A expectativa criada frente ao acontecimento é de certa forma frustrada devido ao fato de o Comício ter se realizado de forma relativamente tranquila. O editorial do dia 14 de março, logo após a realização da manifestação afirma: “Depois de uma longa, sensacionalista e até por vezes ridícula preparação psicológica, realizou-se sem maiores incidentes, como era de esperar, o comício que as esquerdas promoveram na Guanabara.”<sup>104</sup> Aqui o jornal se isenta de sua campanha contra as manifestações. Campanha que também ocorreu a partir de uma “preparação psicológica” da *Folha* que procurou alertar seu leitorado sobre os possíveis perigos a serem instaurados pela radicalização do regime. Visto que suas previsões não se concretizaram, o jornal parece procurar outro ponto para atacar. Já que o Comício se realizara de forma tranquila - da forma como (não) esperava o jornal - as críticas partem ao tom discursivo do então presidente. Aquele tom que, segundo o editorial, continha a “pregação reformista de sempre”, capaz de arregimentar a multidão para bater palmas nas horas planejadas, fazendo com que o presidente se portasse como uma espécie de “pré-fuehrer”. O que mais preocupava o editorial, no entanto, era que o tom dos discursos continham

muito dos movimentos que os candidatos a ditador seguem, para matar a democracia - a democracia tão rudemente caricaturada pelo presidente em suas palavras. [...] O comício de ontem, se não foi um comício de préditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart.<sup>105</sup>

Fica claro neste trecho que a *Folha* começa a partir de então uma campanha contra o governo de Goulart. Há um discurso de caráter fortemente político onde o jornal assume um lado e expõe claramente suas opiniões, o que contrapõe mais uma vez a ideia de uma empresa que, em um primeiro momento, pouco lutou, preocupada apenas com sua reestruturação financeira. A reestruturação da empresa dependia intrinsecamente de um regime democrático, de futuro certo e seguro. Regime que para a *Folha* não seria o de Goulart e suas reformas. Pelo contrário, pois este se assemelhava a governos autoritários, populistas e ditatoriais, que manipulavam a multidão com seus discursos inflados. O editorial finaliza com um apelo:

---

<sup>104</sup> PARA QUÊ? *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.690, 14 de março de 1964.

<sup>105</sup> Idem.

Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traindo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla.<sup>106</sup>

Antes de o golpe começar a se firmar no imaginário político da nação, o jornal já mantinha convicta sua opinião frente ao regime de Goulart. Se este era ditatorial, populista e radical, só restava às Forças Armadas, por sua tradição, honrar a Constituição, a pátria e devolver à sociedade suas instituições democráticas. A partir de então há uma busca pela legitimação das lutas em defesa do regime que se dão, na opinião do jornal, em oposição às reformas propostas pelo presidente. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação em defesa da “Constituição e dos princípios democráticos” começa a ganhar destaque nas páginas da *Folha* e legitima a postura do jornal em defesa da direita conservadora em resposta às radicalizações do governo. A marcha, realizada no dia 19 de março em São Paulo – e depois em várias outras cidades – ganhou amplo espaço na edição do dia seguinte, capa que já analisamos anteriormente (ver fig. 01, cap. 01). O acontecimento é tratado pelo jornal como uma manifestação popular jamais vista nas ruas da cidade. Povo que se juntou “espontaneamente”, “quase por milagre” e que estava nas ruas para defender suas crenças e tradições

povo que reconhece a necessidade de muitas reformas e prega a melhor adequação de muitas leis às necessidades do país. Mas que acredita que tudo isso se pode fazer dentro da ordem, sem agravo às instituições e, muito especialmente, sem a necessidade de, por uma série de atos injurídicos, inverídicos e insinceros, chegar, talvez sem querer, à expropriação da pátria, em benefício dos inimigos da democracia.<sup>107</sup>

O jornal busca efetivar a ideia de um “povo” em defesa de seus princípios e de seu leitorado. A marcha, organizada por entidades como a Igreja Católica, grupos empresariais e grupos civis e militares contrários ao governo de Goulart, foi retratada nas páginas do jornal como uma manifestação histórica, de caráter único e heterogêneo. Em nenhum momento se verifica nos discursos a possibilidade de subversão do povo que aqui estava consciente de seus atos e lutava em benefício de toda a nação. Multidão que, inclusive, “deixou os políticos à margem” e foi a protagonista das ações em defesa da democracia. Esta era, portanto, uma manifestação espontânea do “povo” que representava os anseios de toda a nação que o jornal, enquanto uma espécie de porta-voz das ansiedades do (seu) povo deveria apoiar. O comício de Goulart representava a demagogia de um líder populista e ditatorial, a Marcha da Família a

<sup>106</sup> PARA QUÊ? *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.690, 14 de março de 1964.

<sup>107</sup> POVO, APENAS povo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.696, p. 04, 20 de março de 1964.

esperança que se constituía por uma população consciente e heterogênea. Composta por quase meio milhão de pessoas, a multidão é vista pelo jornal como representante de toda a nação, o que acaba por garantir legitimidade ao seu discurso. No entanto, as matérias que compõe as páginas internas da edição (ver fig. 06) evidenciam um público bem específico que a *Folha* acaba por representar como único

Tipos humanos que possivelmente não tinham sido vistos até hoje em manifestações de rua em São Paulo, compareceram em massa à passeata. Desde a velha senhora, pesadona, de pernas inchadas, passos lentos difíceis casaquinho de lã, cabeça branca, sorriso esmaecido, até a menina-moça, do rosto afogueado, encantada no primeiro encontro com o fato político. Possivelmente terá sido a manifestação pública de composição mais heterogênea já ocorrida entre nós, mas, visivelmente caracterizada pela presença da classe média.<sup>108</sup>



**Fig. 06:** *Folha* - 20 de março de 1964 (Marcha da Família com Deus Pela Liberdade)

Páginas internas da edição de 20 de março de 1964 dão grande destaque à Marcha e à participação do “povo” em defesa da Constituição.

Em editorial publicado no dia 21 de março, a *Folha* faz uma análise otimista sobre o acontecimento que, segundo ela, teria superado as expectativas e de onde se poderia tirar uma só lição: “continuam vivas as tradições cívicas do povo brasileiro”. A marcha representou, segundo o editorial, a manifestação mais legítima de apoio e fé ao regime, em resposta à possibilidade de agitação e “subversão da ordem”. O que a Marcha mostrou foi que “o povo brasileiro é visceralmente contrário ao processo de agitação em curso no país, não aceita o estribilho demagógico dos que proclamam a falência da Constituição e quer que as reformas,

<sup>108</sup> MULTIDÃO deixou os políticos à margem. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.696, p. 09, 20 de março de 1964.

as tão exploradas reformas, se façam dentro da lei.”<sup>109</sup> Com essa postura, ao que parece é que o jornal pretende dar ao povo uma voz que na verdade parte de sua própria opinião. Se pensar naquilo que Charaudeau (2008) em suas definições sobre o discurso político denomina de enunciação “delocutiva”, podemos influir que a *Folha* apresenta seu discurso “como se a palavra dada não fosse da responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse apenas do ponto de vista de uma voz terceira, voz da verdade.” (CHARADEAU, 2008, p. 178).

Assim, o jornal transfere para o povo o fardo de um discurso que é constituinte de sua maneira particular de pensar, construir e lembrar o acontecimento. Discurso que coloca o orador como se fosse um “soberano” mesmo sem este se assumir enquanto tal. A Marcha da Família se constrói então como um acontecimento histórico, crucial para os novos rumos da nação e que acabou por “apagar” a possibilidade subversiva instaurada pelo Comício do dia 13. Como uma espécie de discurso da esperança, a *Folha* coloca no “povo” a imagem que gostaria de assumir frente ao regime. É apenas ele o responsável pelos rumos da nação e o jornal nada mais pode fazer do que apoiá-lo, por mais que fosse constituinte dessa própria parcela da população que pedia o fim das políticas radicalizantes de Goulart.

Com uma postura definida da empresa, os acontecimentos que “emergiam” à cena pública acabaram por refletir sua construção sobre o que ocorria no momento. O governo Goulart era repudiado mais pela sua forma de articulação do que por suas políticas em si. Por isso, era visto como ditatorial e demagógico manipulador das massas. O “povo” era apenas aquele que lutava pela democracia e, contra Goulart, temia as radicalizações. A subversão era o principal inimigo deste povo e da empresa. A *Folha*, a partir de seus discursos, “fazia ver” a seu leitorado uma versão particular dos acontecimentos. Era desta forma que ela os enxergava e desta forma é que mostrava a seu público aquilo que se deveria “fazer saber”.

A construção do acontecimento continua enfatizando o perigo das radicalizações. Se a Marcha da Família instaurou certo clima de segurança e otimismo, um novo acontecimento emerge e volta a tomar conta do quadro editorial do jornal. Em fins de março daquele ano a Revolta dos Marinheiros surge como engrenagem final no conturbado processo de radicalizações. A insubordinação, que chegara a atingir até a hierarquia militar, “imune” por suas tradições e apego à democracia, preocupava a *Folha*. Reunidos para comemorar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade tida como ilegal, a manifestação contou com a presença de grupos considerados subversivos, como

---

<sup>109</sup> FÉ NO REGIME. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.697, p. 04, 21 de março de 1964.

estudantes e sindicalistas que apoiavam as reformas de base de Goulart e reivindicavam melhorias na condição do grupo. O acontecimento foi visto pelos setores de direita como um processo de polarização das próprias forças armadas, o que acabou por conturbar ainda mais o cenário nacional.

A partir do dia 27 de março a revolta toma conta das páginas do jornal (ver fig. 07), noticiando o processo de insubordinação. Sílvio Mota, então ministro da Marinha, afirmava que não iria permitir subversão e emite mandado de prisão aos insubordinados. Muitos fuzileiros, ao invés de aderir ao pedido do ministro, apoiaram os revoltosos que pelas grandes pressões acabaram presos, mas logo anistiados por Goulart. Pressões que acabaram na própria demissão do ministro e que agravaram ainda mais a situação. No dia 29 de março a *Folha* se manifesta – em editorial - pela primeira vez sobre o caso ao afirmar ironicamente que a solução dada pelo presidente à crise se assemelhou a uma “capitulação” onde a “indisciplina saiu vitoriosa, e aos indisciplinados só falta conceder a medalha de honra ao mérito.”<sup>110</sup> O governo deveria ter se preocupado, segundo o jornal, em “restabelecer o primado da hierarquia” e não dar respaldo a marinheiros preocupados em aderir ao movimento reformista, que compactuavam com a insubordinação e acabaram por se promover como “quase-heróis”. “A nação não tem o direito de iludir-se mais. A vaga insurrecional que engolfa o país já atingiu também as Forças Armadas”.<sup>111</sup>



**Fig. 07:** *Folha* - março de 1964 (Revolta dos Marinheiros)

Pré-lúdio ao golpe. Insubordinação chega à camada militar e preocupa a *Folha*. Capas do jornal de 27 a 30 de março de 1964.

No dia seguinte o clima retorna ainda mais tenso e a *Folha* manifesta sua opinião na própria capa do jornal. O texto avaliava como atitudes de “firmeza e ponderação” a decisão

<sup>110</sup> INDISCIPLINA VITORIOSA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.705, p. 04, 29 de março de 1964.

<sup>111</sup> Idem.

das autoridades para exigir ordem de prisão aos rebeldes. Atitude que demonstrava, acima de tudo, “que o princípio da autoridade e o respeito à hierarquia nas Forças Armadas encontram guarida nos momentos mais críticos do país”<sup>112</sup>. Mais uma vez o jornal deposita expectativa nas ações oficiais dos militares ao afirmar que esta era, na verdade, uma atitude que “já se esperava”, pois a rebelião nada mais fez do que quebrar “todo o espírito disciplinar que deve reinar nas Forças Armadas”. A punição, não só oportuna, era “recomendável”, de acordo com o editorial, pois se corria o risco de “levantar a baderna” até mesmo nos órgãos militares, o que parecia inaceitável para a empresa.

O editorial representa bem o período conturbado das radicalizações que atingiram naquele momento até os órgãos vistos pela empresa como os mais disciplinados. O Clube Naval havia mandado um ultimato ao novo ministro da Marinha, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, para que os fuzileiros rebelados fossem enfim punidos, fazendo com que a ordem voltasse a reinar na instituição, o que de fato não ocorreu. No dia seguinte, os integrantes dos clubes Naval e Militar se reuniram para colocar efetivamente um fim à crise. Atitude que se esperava vir de alguma forma do presidente João Goulart que, pelo contrário, deflagrou um inflado discurso no dia 30 de março para os oficiais rebelados, durante cerimônia no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, o que irritou ainda mais as autoridades militares que viam na intervenção a única solução direta para a crise. O discurso foi interpretado pela *Folha* como um “infeliz” desejo de “lançar um desafio a toda a oficialidade das corporações militares”<sup>113</sup> e lembrava em muitos aspectos o Comício que “atacou duramente a Constituição” em 13 de março passado. Mais uma vez a *Folha* lamenta o tom discursivo do presidente, realizado em uma das mais sérias crises da história nacional. Momento conturbado que deveria ser intercedido pela “ponderação e o espírito de concordia e apaziguamento.”<sup>114</sup> O clima era tenso, a crise se agravava e o golpe naquele momento se tornava irremediável, mas a *Folha* ainda mantinha uma posição contrária às agitações políticas. O editorial acreditava que o discurso do presidente justificou as “mais graves apreensões”, mas enfatiza que

ainda é tempo de desejar um reexame de posições e aconselhar a todos a máxima ponderação. Um pouco mais de trabalho e um pouco menos de discurso e agitação eis o que gostaríamos de aconselhar aos homens do governo, que já teriam feito muito pela pátria se empregassem naquele objetivo de construir todo o empenho e toda a técnica que tem sido postos a serviço da destruição.<sup>115</sup>

<sup>112</sup> FIRMEZA E PONDERAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.706, capa, 30 de março de 1964.

<sup>113</sup> DISCURSO INFELIZ. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.708, p. 04, 1º de abril de 1964.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> Idem.

Sob este aspecto, pode-se afirmar que a posição frente ao golpe foi praticamente favorável por parte da *Folha* em seu momento crucial. Mas aqui o editorial pede apenas uma postura mais firme do governo, não há nenhuma opinião mais agressiva na edição do dia 1º de abril, que noticia as conturbadas movimentações dos militares no momento de deposição de João Goulart. (ver fig. 08) O jornal chega a afirmar que há praticamente um clima de “completa calma” no Estado de São Paulo. Em outro editorial estampado na página 4 da edição o jornal comenta que, apesar de tudo há de se ter confiança na busca por uma solução pacífica ao problema: “Não hão de destruir o Brasil aqueles que procuram solapar as bases em que devem assentar-se as instituições. Nem os que, a pretexto de deter a vaga subversiva, na verdade a engrossam” <sup>116</sup>. O jornal aqui procura se esquivar ao afirmar que os “desmandos” aparecem de ambos os lados. Mas, por mais que não tenha um tom agressivo, o texto coloca clara sua opinião. É contra as radicalizações e atitudes que possam, de alguma forma, desvirtuar os rumos da nação e conclama: “Firmeza, sim, na reação aos excessos do governo federal, mas também ponderação para que não se atire mais lenha à fogueira” <sup>117</sup>. Pelo discurso, pode-se inferir que a edição de 1º de abril que noticia o golpe foi, de certa forma “factual”, como lembra Frias em seu depoimento à Paschoal (2007), mas ainda assim há uma intenção, uma construção particular do acontecimento que procurava mostrar uma determinada visão sobre o que estava a ocorrer. O simples fato de o jornal publicar páginas de editoriais corrobora com a ideia de que ele possuía sim uma visão particular sobre o ocorrido, que não se dava apenas pela narrativa das matérias, mas pela sua própria maneira de “fazer ver” o acontecimento.

---

<sup>116</sup> CONFIANÇA, apesar de tudo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.708, p. 04, 1º de abril de 1964.

<sup>117</sup> Idem.



Fig. 08: Folha - 1º abril 1964

Edição de 1º de abril de 1964 noticiando a movimentação dos militares rumo ao golpe que depôs Goulart.

Se o jornal estava preocupado naquele momento em apenas pagar as dívidas, como relembra Frias, é evidente, deve-se pensar, que a empresa mantivesse uma postura própria frente ao conturbado processo das agitações políticas. Postura que se apresentava como otimista e esperançosa. O problema maior eram as radicalizações que, se contornadas, dariam novo rumo à nação. Um caderno especial, lançado em 31 de março – nos momentos mais delicados das radicalizações - sob o título de “64 – o Brasil continua”, reflete bem a opinião e postura do jornal enquanto empresa preocupada em caminhar de forma tranquila junto ao progresso e desenvolvimento econômico do país. O texto que abre o caderno afirma:

Construir é um ato que encerra muito mais do que ciência e técnica, porque é necessariamente um ato de fé. Fé na capacidade nossa de fazer e fé no destino ultimo do que fazemos. [...] Não importam os tropeços, os momentos de incerteza, aqueles instantes aflitos em que imaginamos parar, desistir, renunciar à tarefa, quando a eles opomos a fé em nosso propósito, em nossa determinação de vencer não para nós, egoisticamente, mas para todos, para a elevação de nossa gente, de nossa terra. Esta é a mensagem que 64-BRASIL CONTINUA, organizado pela equipe da FOLHA DE S. PAULO em intimo contato com as mais ativas forças da produção nacional, procura levar a todos os seus leitores, a todos os brasileiros. Mensagem de fé que antagoniza os que vivem a proclamar a incurabilidade de nossos males de nação em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energia capazes de superar os maiores obstáculos.<sup>118</sup>

Com 44 páginas, o suplemento é composto por inúmeros anúncios, depoimentos de grupos que, segundo o jornal, tem “contribuído com o máximo idealismo para a construção do

<sup>118</sup> 64- BRASIL CONTINUA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 03, 31 de março de 1964.

progresso do Brasil.” (ver fig. 09) Não é palavra sem conteúdo nem otimismo ingênuo, afirma o jornal, mas sim fatos que olham o futuro com plena confiança. O clima é de completo otimismo, mas ainda assim o jornal reconhece que se deve ter fé em um momento onde “Nem tudo são rosas, apenas rosas, em todos os campos. Há problemas, e graves. Mas o que existe de mais importante é que nenhum deles surge como insolúvel. [...] Mais do que as radicalizações, mais do que os fermentos de odio, importa essa lição de trabalho e de fé.”<sup>119</sup>

Os anúncios dão ainda mais respaldo à opinião do jornal de que aquele seria um momento para se comemorar com muito trabalho e otimismo. Assim como as empresas que anunciam, o jornal se coloca como um porta-voz do progresso, que tem trabalhado incansavelmente para dar continuidade ao regime de fé, democrático. Seus discursos refletem também a suposta imagem de seu próprio leitorado, que assumiu nas defesas pela Marcha da Família anteriormente. O suplemento é o exemplo mais concreto de que a *Folha* neste momento se comportava como uma empresa preocupada com seus lucros e em reestruturar-se financeiramente e que, para isso, precisava sim definir-se politicamente. Vale citar alguns dos anúncios que estampam as páginas:

Acreditamos nos resultados de uma dedicada e honesta aplicação da técnica. Acreditamos nos frutos do arduo trabalho. Acreditamos na capacidade do homem. Acreditamos no progresso do Brasil. (Aços Vilares, p. 05)

64 é o Brasil [...] Pense Brasileiro. Do nada fez-se uma nação. Pense e ajude a paz. Brasileiro: 64 é o Brasil. E depende de você. (Grupo Votorantim, p. 07)

AÇUCAR: Alavanca do Progresso. Nós confiamos no futuro do Brasil. [...] Por isso mesmo, nossa mensagem é de confiança nos destinos do Brasil. E essa confiança necessariamente é o traço marcante da forma pela qual encaramos o ano de 1964. (Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, p. 13)

Chama da paz e da esperança [...] Para todos os milhões de lares deste fabuloso país nossa mensagem de confiança e nossa certeza: 64 – Brasil Continua. (Cia. Ultragas S/A, p. 15)

VAMOS CONTINUAR. Todos estão trabalhando. Todos querem paz e sossego. Para as crises, verdadeiras ou provocadas (existem desde o primeiro dia do Brasil). Há uma resposta brasileira: “Vamos continuar” e vamos trabalhar! (Resistahl Aços de Alta Resistência, p. 24)

VOTO DE CONFIANÇA. É com prazer que a São Paulo Light oferece a sua colaboração à iniciativa da FOLHA DE S. PAULO, representada pela campanha construtiva, de fundo educacional e de alto sentido patriótico, sob a legenda “1964 – Brasil Contia”, que hora se inicia. É UM VERDADEIRO VOTO DE CONFIANÇA NO FUTURO. (São Paulo Light S.A. , p. 42)

<sup>119</sup> 64- BRASIL CONTINUA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 03, 31 de março de 1964.

**64-  
Brasil  
Continua**

**64 É O BRASIL**

1.500. INSCREVEREM-SE NA TELA SELVA. NADA QUATROCENTOS ANOS SE PASSARAM. QUANTO CUSTOU PARA O PAÍS COMEÇAR A CRESCER? PENDE BRASILEIRO. DO NADA SE FEZ 80 MILHÕES.

A SELVA FOI CORTADA. AO SONHAR VAGARIM UNI-SE O CANTO DO BOVADERO. DA RUA. DO HOMEM D'ÁGUA. DO PLANO. DO RUA-MEM-BRAN. SOCANDO O ARROZ. SOCANDO O CAFÉ.

EM UM DIA. AO QUE SE FEZ FALTA. E CRIOU-SE A INDÚSTRIA.

PENDE BRASILEIRO. DO NADA FEZ-SE UMA NAÇÃO. BRASILEIRO. 64 É O BRASIL. E DEPENDE DE VOCE.

**GRUPO VOTORANTIM**

S.A. INDUSTRIAL VOTORANTIM  
SOCIETATE: NADA BOMBA S/A  
CIA. BRASILEIRA DE ALUMINIO  
CIA. DE MINERAÇÃO DO MATO  
INDUSTRIAL E COMERCIAL SIDERURGICA ARCEL S/A  
INDUSTRIA BRASILEIRA DE AÇÚCAR ULTRAGAZ S/A

**ACUCAR:  
ALAVANCA DO PROGRESSO**

**NÓS CONFIAMOS NO FUTURO DO BRASIL**

**CHAMA DA PAZ  
E DA ESPERANÇA**

EM 1.500.000 LARES.  
TODOS OS DIAS.  
ALEGREM-SE AS DONAS  
DE CASA AO CALOR  
DA CHAMA ULTRAGAZ

o para todos os milhões  
de lares deste fabuloso  
país nossa mensagem de  
confiança e bom senso:

**64 - BRASIL CONTINUA**

**CIA. ULTRAGAZ S/A**  
27 ANOS DE BONS SERVIÇOS PRESTADOS

**VOTO DE CONFIANÇA**

**VAMOS CONTINUAR**

TODOS ESTÃO TRABALHANDO  
PARA O BEM. TRABALHANDO NO  
PROGRESSO DO PAÍS.

**"VAMOS CONTINUAR"  
E VAMOS TRABALHAR!**

PRINCIPAL DEBATE DA 10ª REUNIÃO DO CONGRESSO

**SÃO PAULO LIGHEIS S.A. - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE**

**Fig. 09:** Folha - “64-Brasil Continua”  
Suplemento especial lançado pela *Folha* em 31 de março de 1964.

O otimismo da *Folha* neste momento reflete uma empresa que aparentemente não mais teme o futuro, como se as radicalizações, agora com a intervenção dos militares, estivessem a ponto de se esgotar. Era como se o Brasil estivesse pronto para caminhar para frente, rumo ao progresso e o jornal seguro para apoiar a nação em seus novos caminhos. No final do suplemento há ainda um panorama geral que avalia a atuação da *Folha* naquele ano em que o jornal “cresceu e convenceu”.

Para a *Folha*, 1963 foi um ano de trabalho e de realizações excepcionais. Houve crise e dificuldades, mas em compensação nunca houve um ano tão dinâmico e tão profícuo. [...] Evidentemente, as crises ou ameaças de crise que afligiram o país em 1963 foram sentidas pelo jornal. Mas, dentro de um espírito positivo, encarando com confiança e serenidade o futuro do Brasil, a *Folha* levou a efeito toda uma série de empreendimentos e desenvolveu o programa de expansão do jornal.<sup>120</sup>

Apesar de todo o conturbado cenário que a *Folha* veio a construir em suas páginas, as crises e dificuldades eram vistas agora como passado, estavam no ano anterior e pareciam ter sido superadas. Só restava ao jornal apoiar, expandir o crescimento da nação e caminhar junto para que sua empresa ainda mais prosperasse. Desta forma, o texto afirma que 1963 foi o ano em que mais leitores começaram a comprar a *Folha*, sendo que seus esforços para “conservar-

<sup>120</sup> FOLHA-64: o jornal cresceu e convenceu. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 42, 31 de março de 1964.

se sempre imparcial e equilibrado” foram bem compreendidos pelo leitorado que, segundo o jornal seria “todo mundo (e cada vez mais todo mundo), e quem fabrica ou vende produtos para todo mundo "descobriu" que a FOLHA é o veículo ideal de comunicação.”<sup>121</sup> Aqui a empresa assume um discurso empreendedor, visto que o caráter do suplemento era mostrar a prosperidade da nação, o aumento das vendas, o crescimento da economia. Os textos evidenciam que não só a *Folha*, mas toda a sociedade brasileira atravessou positivamente o processo de crise e agora caminhava a passos largos. Aumentou suas vendas, ampliou seus leitores que, como se vê, estavam longe de ser representados como “todo mundo”, mas sim por uma parcela da população bem específica que se identificava com os preceitos de como o jornal enxergava a nação naquele momento. Os discursos, por mais que dotados de um caráter fortemente econômico, tinham um fundo político claro e procuravam direcionar seu leitorado para um novo processo de transição política. Aqueles que com fé acreditavam em seu país, poderiam com a empresa caminhar. Assim, a *Folha* fecha o suplemento com um texto que procura refletir sobre a missão da imprensa que, alheia a grupos e partidos políticos, procurava informar e formar a opinião pública:

Liberal, a FOLHA DE S. PAULO apresenta aos seus leitores uma página de editoriais que marcam o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incluir em suas páginas artigos de outros comentaristas que defendem, por vezes, pontos de vista diversos. Assim, procura o jornal ser, ele mesmo, uma clara definição contra as radicalizações de toda sorte, dando ao seu leitor a possibilidade de escolher opiniões diversas, que possa cotejar e julgar, aceitando-as ou desprezando-as. Não aceita a FOLHA, é claro, a pregação subversiva nem o comentário que a isto equivalha, isto é, o comentário que negue a democracia e procure de algum modo destruir os princípios pelos quais se torna possível a todo cidadão a liberdade de opinião e crítica, de que a FOLHA constitui marcante exemplo.<sup>122</sup>

O que se pode com esse texto é praticamente concluir que a *Folha* caminhou por um processo conturbado ao construir seus discursos. Dizia-se imparcial, aberta a todas as opiniões, mas desde que estas não atingissem um estatuto subversivo e contrário à democracia. Liberal e democrata, o jornal não aceitava comentários que pudessem ferir diretamente seus princípios. Seu discurso era, portanto, econômico e político. Econômico, preocupado com o processo político. Político, que visava a fins econômicos. Assim foi construído o acontecimento em suas páginas: o golpe foi visto como necessário porque em um

---

<sup>121</sup> FOLHA-64: o jornal cresceu e convenceu. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 42, 31 de março de 1964.

<sup>122</sup> MISSÃO da imprensa é informar e formar a opinião pública. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 43, 31 de março de 1964.

primeiro momento colocava um ponto final no processo de radicalização, o que para a empresa se tornava urgente e necessário.

Nos dias seguintes ao golpe os editoriais ainda sustentavam suas convicções frente à radicalização. A preocupação da empresa agora era discutir os rumos da nação, visto que o conturbado processo de insubordinação havia se dissipado e a empresa, para continuar o almejado crescimento, precisava andar paralelamente ao governo. O editorial do dia 02 de abril – cobrindo praticamente toda a página 04 de opinião do jornal - faz um grande balanço sobre o processo que desencadeou a tomada de poder pelos militares e situa de forma clara como o jornal entendia o processo naquele momento. Seu texto afirma de início que a posição da empresa foi clamar “em defesa da Constituição” e do regime democrático sem visar a ninguém pessoalmente, dirigindo as críticas a todos os setores, do presidente a grupos civis e militares. Mas, apesar de tudo, os “clamores foram vãos”, pois o processo de radicalização só tendia a se agravar com o passar dos dias e a “sementeira vermelha” havia se tornado cada vez mais abundante, o que não demorou a produzir seus “amargos e venenosos frutos” da manipulação de um “povo” condicionado aos líderes populistas. A situação foi ficando insustentável quando a tentativa de “golpe” abalara inclusive as Forças Armadas, maior órgão representante da legalidade nacional: “Numa verdadeira fúria de quem precisa realizar em pouco tempo uma obra imensa de destruição, [...] surgia o golpe que deveria pronunciar o fim da legalidade democrática.”<sup>123</sup> O “golpe” para o jornal era visto, portanto, como a tentativa da esquerda em destruir os preceitos democráticos, que teve seu estopim com a Revolta dos Marinheiros. Já o que acabou por derrubar a insubordinação foi um “movimento”, pautado nos princípios democráticos e em defesa da lei. A empresa tinha suas posições claramente definidas e as defendia em seus editoriais. Desta forma, não foi passiva, atuou diretamente na composição das posições políticas que polarizavam a nação. É sob esta perspectiva que a empresa pensava a situação:

Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos a Constituição, a lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra da disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas. [...] Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem

---

<sup>123</sup> EM DEFESA da lei. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.709, p. 04, 02 de abril de 1964.

derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito.<sup>124</sup>

De acordo com o editorial, é possível compreender que o “movimento” agiu em um processo baseado na legalidade, onde nada mais restava a fazer. O jornal assume, inclusive, a voz de (seu) “povo” ao afirmar que este repele as agitações subversivas. Ao se pronunciar em nome do outro, o editorial tenta garantir legitimidade à sua fala, se isenta da atuação, ao mesmo tempo em que procura conjecturar sobre os possíveis desdobramentos da nação. Momento “dramático”, mas que felizmente havia se encerrado sem maiores perdas. Findo o processo de radicalizações, o jornal parecia se sentir mais à vontade para colocar suas opiniões da forma que não atrapalhassem os ideais econômicos da empresa. Se em um primeiro momento a *Folha* procurava agir com cautela, temendo a polarização, agora não tinha mais o porquê de se manter impassível. “O Brasil continua”, afirmava o editorial do dia seguinte, em alusão à frase do suplemento lançado em 31 de março e que, para a *Folha*, fora uma espécie de “premonição” dos acontecimentos. Voltara ao regime de plena legalidade, apesar de que muitos, “ainda atônitos com os acontecimentos e em particular com o seu desfecho, talvez não se tenham dado conta de que o país se acha de novo subordinado ao regime constitucional.”<sup>125</sup>

É pelo tom político de seu discurso que a *Folha* procura instaurar, portanto, um clima de legalidade ao “movimento” que derrubou Goulart. Mas agora o que a empresa procura é, de certa forma, articular possibilidades, caminhos que a nação, seu leitorado, e ela mesma deveriam seguir. Convicta de suas opiniões, a campanha se voltava como um projeto. Repetidamente, o jornal procurou enfatizar esta opinião. No dia 05 de abril o jornal afirma que “o que se restabeleceu foi a legalidade - legalidade, mesmo. A legalidade da Constituição e das leis. [...] Essa legalidade que a FOLHA DE S. PAULO repetidamente reclamou, quando a violavam os poderosos.”<sup>126</sup> A ideia de “legalidade” surge como um movimento inverso à ideia de “radicalização” que antes dominava as páginas do jornal. Se esta se encontrava praticamente controlada, o que seria preciso neste momento era garantir respaldo para que o processo político continuasse de forma tranquila.

Desta forma, a implantação do primeiro Ato Institucional, dias depois, foi vista pela *Folha* como uma “importante medida” dos chefes militares, mais “sensíveis” que os civis aos

<sup>124</sup> EM DEFESA da lei. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.709, p. 04, 02 de abril de 1964.

<sup>125</sup> O BRASIL CONTINUA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.710, p. 04, 03 de abril de 1964.

<sup>126</sup> LEGALIDADE MESMO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.712, p. 04, 05 de abril de 1964.

problemas nacionais.<sup>127</sup> As medidas de exceção seriam cruciais, em sua opinião, para barrar a ameaça de “comunização” do país. Isso mostra que o projeto de “legalidade” que se pretende instaurar pela empresa é uma medida política clara para se manter os preceitos do “movimento” que derrubou Goulart. O Ato Institucional visava, portanto, minar supostos poderes de “revolucionários” e manter a “consolidação do processo democrático, retirando aos elementos comunistas, assim como aos políticos corruptos, a possibilidade de continuar a fazer da situação econômica do país o tremendo caos em que ela se vinha tornando.”<sup>128</sup> Por mais que assumisse que havia perigo e apreensão pela medida tomada, o jornal se colocava em defesa do regime que, com a eleição do presidente articulada para o dia seguinte, retomaria o crescimento e colocaria novamente em ordem o país.

Sob as imposições do Ato Institucional nº 1, o Marechal Castelo Branco, visto pelo jornal como um “elemento perfeitamente identificado com os altos objetivos da revolução”<sup>129</sup> é eleito o primeiro presidente do regime militar, em 11 de abril de 1964. Com a escolha do novo presidente, parece que a “revolução” estava “definida”, como afirmava o editorial do dia seguinte. Restava à *Folha* garantir-se firme frente ao regime para continuar progredindo: “Temos agora um homem de autoridade e respeitável a dirigir os destinos do país. Confiemos, sem renunciar jamais à nossa missão que hoje é mais do que isso, porque é dever para com a pátria, de informar e criticar, em permanente vigília.”<sup>130</sup> O acontecimento, inscrito nas páginas do jornal, se encerrava como que terminado um ciclo. À empresa restava apenas manter-se em vigilância, pois precisava continuar, assim como a nação, o seu crescimento.

O que se procurou aqui foi perceber o processo de sua construção, sua nomeação na cena pública, para compreender como este será rememorado, “utilizado” nas diferentes décadas ao longo do tempo. O “golpe de 1964”, como aqui denominado, não foi visto desta maneira pela *Folha* naquele momento. O que ocorreu para o jornal foi um “movimento”, uma “revolução democrática” que, pelo contrário, surgiu para derrubar uma possibilidade de “golpe” que partia da esquerda insubordinada. As direções tomadas pelo jornal para a construção do acontecimento evidenciaram posições de cunho fortemente político. Portanto, a *Folha* construiu o acontecimento a partir de suas próprias opiniões. Opiniões que remetiam a uma empresa em fase de reestruturação e que precisava de um governo democrático e estável para prosperar. Desta forma, ela enxergou o acontecimento de uma forma particular e assim

<sup>127</sup> O Ato Institucional Número Um - AI-1 - foi decretado em 09 de abril de 1964 e, dentre outras prerrogativas, suspendeu direitos políticos da oposição, com eventuais ameaças de prisão e cassação, instaurou eleições indiretas para a residência da República e suspendeu a Constituição brasileira durante seis meses.

<sup>128</sup> O ATO INSTITUCIONAL. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.717, p. 04, 10 de abril de 1964.

<sup>129</sup> NOVO PRESIDENTE. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.718, p. 04, 11 de abril de 1964.

<sup>130</sup> REVOLUÇÃO DEFINIDA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.719, p. 04, 12 de abril de 1964.

que o fazia “ser visto” ao seu público. Esta construção particular do acontecimento contrapõe em parte as lembranças de alguns de seus jornalistas e dirigentes que, em um presente particular, procuraram inscrever outro estatuto à identidade do jornal frente ao período.

Por isso, precisa-se agora analisar como ele foi lembrado pelo jornal. Confrontar as lembranças do golpe, inscritas nas próprias páginas da *Folha*, com aquelas lembradas por seus atores e que procuraram legitimar uma história particular do periódico será fundamental para pensar como a memória, a lembrança e o esquecimento estão intrinsecamente ligados à constituição de sua(s) identidade(s). Como será possível perceber, a condição de produção do discurso modifica seus sentidos. Um acontecimento, “nomeado” diversas vezes ao longo do tempo, pode se inscrever por diferentes significações, o que garante a sua enunciação em um caráter de atualidade. Há alguma intenção nestas “lembranças” por parte da empresa? Por estar tratando de um discurso que é constantemente reatualizado no presente, é possível afirmar que há uma seleção e um enquadramento próprio deste acontecimento visando objetivos atuais? Como ele é lembrado ao longo dos anos e nas diferentes décadas? Qual o sentido da reconstrução de um mesmo acontecimento, reafetado na duração? São essas algumas das indagações que as reflexões seguintes procuram problematizar.

### **3.3. Para uma análise metodológica do discurso e do acontecimento midiático**

#### **3.3.1. Usos do passado, tempo e narrativa**

A noção de tempo está cada vez mais intrínseca ao discurso midiático. Mas se da mesma forma que a ideia de um “presentismo” evidenciado pela narrativa jornalística instaura um novo tempo ao acontecimento, pode-se dizer que, cada vez mais, ela se utiliza do passado para construir e dar sentido aos seus textos. Os acontecimentos produzidos pelos profissionais da mídia pontuam estritamente uma inscrição no tempo. Mas qual é o sentido de tempo produzido, afinal, pelo discurso midiático?

O acontecimento narrado pela mídia impressa se entrecruza em um discurso pautado pela questão do tempo na medida em que precisa legitimar um acontecimento presente fazendo, constantemente, “usos” do passado para garantir inteligibilidade aos fatos. De acordo com a pesquisadora Marialva Barbosa (2008) os textos produzidos por estas mídias evidenciam um novo sentido temporal que emergem da dimensão narrativa. “Um tempo atual, incessante e permanentemente atualizado aparece com destaque ao lado da constante

evocação do passado.” (BARBOSA, 2008, p. 83) Há neste sentido um paradoxo colocado pela percepção inicial de que a mídia instaura um “presentismo” no acontecimento. Para legitimar um presente contínuo, o discurso do acontecimento utiliza-se, ao mesmo tempo, de rastros e vestígios do passado que fornecem um contraponto à necessidade constante de uma inserção na atualidade presenciada no mundo. “Que tipo de usos do passado os meios de comunicação produzem? Por que essas narrativas inserem o passado no presente em reatualizações permanentes?” Essas indagações colocadas por Barbosa são importantes para pensarmos qual “passado” é instaurado no discurso midiático. Para a autora, este passado, como uma expressão de historicidade própria de nossa época é sempre demarcado pela atualidade e apresentado como “o passado”, “como algo que se caracteriza pela invariabilidade. Só há um passado verdadeiro e é este que deve ser representado. Há, pois, um único passado: tudo aquilo que se distingue do presente como algo absoluto” (BARBOSA, 2008, p. 89). O papel da memória entra aqui em cena, pois, ao se utilizar de rastros e fazer “usos” de um passado, a mídia noticiosa sempre torna algo esquecido e/ou lembrado em seu discurso, questão esta que não se pode nunca negligenciar.<sup>131</sup>

A questão da temporalidade – central para a problemática epistemológica da comunicação - vem ganhando amplo espaço em discussões recentes de nosso campo. Reflexo de um momento conjectural, evidenciado pela “crise” da própria percepção da experiência temporal, esta questão parece crucial para colocar a mídia como entidade singular que se legitima como organizadora dos “quadros de referência” da atualidade. Com o advento das novas tecnologias de comunicação, por exemplo, muito se pergunta sobre qual seria o estatuto temporal que estes aparatos re-instauram nas relações cotidianas. As mídias tradicionais, por outro lado, se encontram em crise de identidade em um momento em que a “atualidade” e a obsessão pelo instante parecem não garantir mais espaço para que jornais diários abarquem seu fluxo temporal do presente. Em plena “cultura da memória”, jornais do dia anterior parecem não ter finalidade maior do que servir para “embrulho de peixe” (PALACIOS, 2010). A obsessão pelo presente, a dilatação de um tempo atual, efêmero e incessante, torna as experiências cotidianas cada vez mais paradoxais. Como se percebe a realidade a partir dos relatos midiáticos? Como o acontecimento jornalístico, tido como um importante norteador das relações sociais constrói sentido a essas percepções?

---

<sup>131</sup> A questão dos “usos” do passado nos textos da mídia é a problemática central nos estudos de Eliza Casadei. Pesquisa realizada em 2009 pela autora demonstrou que, de um total de 6.489 matérias produzidas pelas revistas *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital* naquele ano, 4.423 delas - o que representa 70% do total - mencionavam algum fato do passado acontecido ao menos quinze anos antes da veiculação da matéria. Estes “usos” do passado estão cada vez mais marcantes no discurso midiático e são, na visão da autora, fundamentais para articular sentido aos textos do presente. Para mais, consultar CASADEI (2009, 2010, 2011).

Se encararmos o tempo como um “relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais seqüências de acontecimentos em evolução contínua” (ELIAS, 1998, p. 13), será pela sucessão dessa seqüência que se encadeia um “quadro de referência” para a percepção temporal. Deve-se muito, portanto, àquilo que a mídia noticiosa coloca como o que realmente aconteceu. Seus discursos são construídos com o intuito de nortear percepções no presente, relacionando-o àquilo que ocorreu e que estará por vir. A própria prática do jornalismo procura articular a temporalidade de forma que possa garantir inteligibilidade aos fatos que se sucedem, pela capacidade que têm os indivíduos de identificar na memória “acontecimentos passados, e de construir mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso” (ELIAS, 1998, p. 33).

Desta forma, deve-se colocar o presente do discurso jornalístico sob evidência. A temporalidade midiática não é tão facilmente delimitável e não deve ser vista apenas com o olhar do instante. Para o pesquisador Elton Antunes (2007), que se debruçou sobre esta problemática em tese de doutorado, o acontecimento jornalístico perpassa diferentes temporalidades. Ao construir um relato a partir daquilo que “emerge” da história, o acontecimento jornalístico demanda interpretação que parte sempre de um contexto a ser significado. Assim, ele não se limita apenas a uma simples “aparição na atualidade”. A atualidade se articula entre passado, presente e futuro, constituindo a ideia de um “triplo presente” a ser interpretado e que garante inteligibilidade aos fatos.

os tempos que vivemos na atualidade não são, necessariamente, contemporâneos entre si. A mídia conforma uma temporalidade – o presente – mas é atravessada por outros tempos (passado/futuro), em um processo concomitante de sedimentação e estilhaçamento dos tempos. *A mídia curto-circuita os tempos*: ao mesmo tempo em que ela é padronizadora do tempo atual – ritma e ordena cronologicamente o cotidiano –, ela põe também em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas superpostas e atravessadas. Para tornar os tempos contemporâneos à experiência, a mídia dá visibilidade a tempos não contemporâneos. Daí que a mídia não apenas transporte o tempo; ela engendra relações temporais (grifo nosso. ANTUNES, 2007, p.289).

A obra de Antunes rediscute a ideia de “presentismo” do discurso jornalístico para afirmar que este não se dá pela simples dilatação do presente. Seu discurso “curto-circuita” os tempos a partir de uma intriga entre passado, presente e futuro. Intriga que se dá pelo processo de interpretação do acontecimento, que precisa se ancorar em experiências passadas, projetar um futuro, para que a notícia ganhe sentido em um presente a ser comentado. O “presentismo” instaura uma perda da faculdade de discernimento do discurso temporal no

jornalismo que, obcecado pelos relatos do presente, do instante, percebe a atualidade apenas como aquilo que está a ocorrer. A temporalidade é, neste caso, muitas vezes tomada como “mero dispositivo de ativação da atualidade” e analisada apenas pelo olhar do presente. Envoltos por uma crise de percepção temporal, os jornais diários não estariam conseguindo lidar com a representação de tempo, acredita o autor. Para trabalhar com a ideia de atualidade, o tempo do presente já não mais basta. Ao relatar um acontecimento, os jornalistas buscam, pela própria condição de compreensão do fato, uma referência à história, um “presente das coisas passadas” que desenrola uma expectativa – “presente das coisas futuras” - posto na sequência dos acontecimentos a comentar.<sup>132</sup> A atualidade, onde o presente emerge, não é portanto a única dimensão temporal que constitui a informação. É preciso ancorar a notícia em outros fluxos temporais para garantir inteligibilidade aos fatos.

Mecanismo essencial para a produção de sentido, a temporalidade deve estar ligada à construção do acontecimento. É preciso atenção especial às suas relações. Problematizar o acontecimento sob o viés da temporalidade é fundamental para efetivar, como coloca Antunes, um olhar “externamente de dentro” para a escrita jornalística. O tempo do relato é sempre o atual, mas ele se dá por um plano narrativo que, para garantir inteligibilidade à notícia, articula temporalidades múltiplas. A tripla temporalidade da produção da notícia é, portanto, o tempo por excelência do discurso jornalístico (DALMONTE, 2010) que só pode ser expresso a partir do momento em que assumimos uma perspectiva “construcionista” do acontecimento midiático. As notícias são “estórias”, narrativas que constroem uma realidade a ser comentada. Narrativa que se constitui por intriga, onde passado, presente e futuro se confluem, confundem e complementam.

Fernando Resende (2007) acredita que a perspectiva narrativa do discurso jornalístico é fundamental para identificar não apenas o conteúdo destes discursos, mas para reconhecer possíveis estratégias discursivas da notícia. Lugar de mediação, a narrativa auxilia no reconhecimento do contexto em que se inscrevem “estórias” que redimensionam o acontecimento. Compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento é, para ele, “dar ênfase à ideia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis” (RESENDE, 2009, p. 36). A narrativa é, portanto, um processo relacional onde os sujeitos – jornalista e leitor – entram em processo de negociação de sentidos. Em um mundo marcado pela aparente aceleração do tempo, pautado por discursos

---

<sup>132</sup> A concepção dos “triplos presentes” é originária de Santo Agostinho e fundamenta a obra de Ricoeur (1994) que iremos nos deter em seguida.

que comprimem o futuro em um constante presente, o passado acaba por adquirir uma significação particular.

Há de se considerar aqui que o discurso da mídia pauta-se pela questão do tempo e da narrativa, perspectiva que deverá auxiliar para compreender, metodologicamente, a noção do acontecimento. Partindo destas prerrogativas e, para apreender de forma clara o processo de rememoração do acontecimento “golpe de 1964”, construído e narrado pela *Folha de S. Paulo* ao longo dos anos, tem-se como mote o pressuposto colocado pelo filósofo Paul Ricoeur (1994) em sua obra *Tempo e Narrativa*, segundo o qual a atividade de narrar e o caráter temporal da experiência humana possuem uma correlação que não é puramente acidental. Para ele, o tempo torna-se “humano” na medida em que se articula pela narrativa e a narrativa, só ganha sentido, no momento em que se inscreve em uma condição de existência temporal. Como fio condutor para a mediação entre tempo e narrativa, Ricoeur se pauta pela interpretação da poética de Aristóteles e pelas concepções de tempo em Santo Agostinho, encadeando assim três momentos de uma *mimese*.<sup>133</sup> Articulando estas duas concepções, o autor acredita que a intriga constante entre tempo e narrativa se dá entre o tempo do autor (*mimese* I, uma referência que precede a composição poética), do texto (*mimese* II, a *mimese* criação) e do leitor (*mimese* III, ponto de chegada da composição poética). Nesta perspectiva, a *mimese* II se constituiria no pivô da análise por estabelecer um sentido que configura a tessitura da intriga entre a *mimese* I e a *mimese* III. Propõe assim o autor, a partir da *mimese* criação, o texto, extrair uma “inteligibilidade de sua faculdade de mediação, que é de conduzir do montante à jusante do texto, de transfigurar o montante em jusante por seu poder de configuração” (RICOEUR, 1994, p. 86). O desafio, coloca Ricoeur, está no papel do leitor (ou pesquisador?) ao analisar esta mediação que se dá pelo texto entre a prefiguração de um campo prático e a recepção da obra, no sentido da leitura. É preciso, portanto, entender esta intriga constante na relação de mediação entre as três *mimeses*, “chave do problema” na questão do tempo e da narrativa.

O discurso produzido pelas mídias noticiosas – em especial a grande imprensa escrita -, no sentido que aqui muitas vezes se evidenciou, pode ser enquadrado na *mimese* II proposta por Ricoeur, na medida em que produz um acontecimento presente constantemente “usado”

---

<sup>133</sup> Para uma melhor apreensão das teorias de Aristóteles e Agostinho, consultar o Tomo I de *Tempo e Narrativa* em RICOEUR (1994). Nossa intenção neste trabalho é dialogar com a tese de Ricoeur que, ao partir de uma relação entre esses dois textos, pressupõe um campo de investigação particular.

por um passado e que, conseqüentemente, antecipa um futuro.<sup>134</sup> Para produzir o discurso, no entanto, é preciso se compreender uma história e a tradição cultural que, de acordo com Ricoeur, precede a tipologia das intrigas, ou seja, está contida na *mimese* I. Se podemos narrar uma ação, continua o autor, é porque esta se articula em signos, regras e normas que são uma ação “simbolicamente mediatizada” (RICOEUR, 1994). A *mimese* II, considerando-a como um discurso jornalístico, toma a função intermediária, pois age enquanto mediadora de uma realidade constituída por uma constante intriga entre tempo e narrativa. A intriga é, portanto, mediadora, no sentido de que:

Faz mediação entre *acontecimentos* ou incidentes individuais e uma *história* considerada como um todo. [...] As duas relações recíprocas expressas pelo *de* e pelo *em* caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e história narrada. Em conseqüência, um acontecimento deve ser mais que uma ocorrência singular. Ele recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga (RICOEUR, 1994, p. 103).

Neste sentido, Ricoeur acredita que uma história pautada em acontecimentos, uma história “factual”, só pode ser uma história narrativa. Mas o acontecimento deve contribuir para o progresso de uma intriga, não ser breve, “nervoso”, como uma explosão (RICOEUR, 1994). É o que ocorre com relação ao acontecimento midiático analisado sob a perspectiva de Sodré (2009). Para ele, a informação jornalística se estabelece a partir de um conjunto de regras e convenções discursivas, bem como de hábitos e práticas sociais, construindo “um esquema narrativo, uma forma germinal de *enredo* ou *intriga* que transforma a factualidade da vida” (SODRÉ, 2009, p. 37). A informação e o que acontece são, desta forma, instâncias interdependentes.

É pensando a questão do tempo e da narrativa que se pode articular ainda mais as relações entre a Comunicação e a História. Para Marialva Barbosa (2009), falar em comunicação e história é se referir a dois pressupostos que norteiam essas duas áreas do conhecimento: narrativa e tempo. A história, visando as relações do passado e a comunicação, visando relações que envolvem ações presentes, estão dialogando com as ações humanas (sejam elas passadas ou presentes) e, portanto, buscam uma unidade pelo ato narrativo. Sejam atos do passado ou do presente, as práticas humanas sempre se materializam em atos comunicacionais. Em História, seguimos rastros, vestígios, que são sempre expressos por esses atos. Já o que se faz em Comunicação “[...] é colocar em evidência os processos comunicacionais numa época comum, o presente vivido, para tentar não apenas explicar essas

---

<sup>134</sup> Há trabalhos interessantes recentemente defendidos em programas de Pós-Graduação em Comunicação no país que dialogam com a mesma metodologia interpretativa. Para mais consultar: MATHEUS (2010) e BRASILIENSE (2006).

narrativas, mas compreender as ações desses homens do presente. Ações que só se constituem pelo ato narrativo” (BARBOSA, 2009, p. 13). Esta relação se constitui em um “universo de possíveis” e que, portanto, deve estar sempre e intimamente ligada à narrativa em sua questão temporal. Narrativas são produzidas no viver cotidiano e os discursos nada mais são do que esses “atos narrados”. A questão narrativa não deve, desta forma, se resumir apenas a uma problemática linguística. Narrar é “uma forma de estar no mundo, visualizá-lo, produzir interpretações, lançar no mundo outros textos decorrentes do ato narrativo, que por sua vez se transformaram em novas interpretações e em outros atos narrativos” (BARBOSA, 2009, p. 19).

Um texto só se inscreve de forma narrativa ao se aproximar do cotidiano. Ou seja, um texto, um discurso, o acontecimento, está inscrito no tempo, no espaço e, portanto, é constituinte de um mundo a comentar. Trabalhar com a ideia de contexto parece fundamental na medida em que se procura analisar discursos que se constituíram ao longo do tempo nas páginas de um jornal e que, inscritos em sua memória, organizaram sua identidade. A rememoração do acontecimento “golpe de 1964” será aqui analisada a partir de uma narrativa jornalística que, ao longo dos anos, foi-se moldando a partir da construção de “estórias” particulares sobre o período. Discursos que remetem a uma condição particular de produção de sentido no cotidiano e que se direcionam sempre a um passado a ser futuro, comentado no presente da produção do acontecimento.

### 3.3.2. Memória discursiva e o interdiscurso

Pautada nas acepções filosóficas de Paul Ricouer e nas discussões referentes à construção do acontecimento jornalístico, a análise das rememorações nas páginas do jornal *Folha de S. Paulo* serão instrumentalizadas pela Análise de Discurso de linha francesa, utilizada em especial por Michel Pêcheux e por adeptos como Eni Orlandi e Maria do Rosário Gregolin, instrumento necessário para entender como o discurso se instaura a partir da noção do acontecimento e que, marcado pela história, possui sempre uma relação com o tempo, com a memória. Se se pretende analisar o discurso da imprensa, marcado por uma pontualidade temporal e que é instaurado por “rememorações” de um passado no presente, deve-se entender como encarar este discurso que é sempre “renovado”, “reefetado” e que, portanto, possui uma memória, uma marca na história. Ligado em redes de memórias, os enunciados discursivos podem remeter ao mesmo fato, mas não constroem as mesmas significações ao longo do tempo. Veremos em seguida de que forma o acontecimento “golpe de 1964”, como

aqui denominados, não foi assim construído pelo jornal da mesma forma, nas diferentes épocas. Seus discursos remetem a questões ligadas diretamente ao contexto de produção daquele enunciado. Se, em um primeiro momento, a *Folha* apoiou o “movimento revolucionário” que depôs o presidente Goulart em 1964 e, vinte anos depois, se afirmava um jornal em franca oposição ao regime militar, o fundamental será perceber como e de que forma esses discursos foram se modificando na duração, emanando sentidos contrários, conflitantes e que, conseqüentemente, garantiram a própria identidade da empresa no período.

A questão do “papel da memória” é fundamental nesta concepção da Análise de Discurso que procura analisar como um acontecimento histórico se inscreve na continuidade interna e de coerência de uma memória. Assim, analisar o confronto discursivo sobre a denominação do acontecimento é, portanto, entender o acontecimento no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória: “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele evoca e já começa a reorganizar” (PÊCHEUX, 2002, p. 19).

A memória, alerta Pêcheux, deve ser vista como uma “estruturação de materialidade discursiva complexa” que se dá sempre entre um jogo de forças que, sob o choque do acontecimento, impossibilita a memória de ser vista como algo com sentido homogêneo, acumulada como uma espécie de reservatório. A memória, pelo contrário, deve ser necessariamente “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1998, p. 56). Dialogando com esta noção da memória discursiva, Pierre Achard (1999) acredita que é a estruturação do discurso que vai constituir a materialidade da memória social. Cada discurso, ao trabalhar com um imaginário a ser memorizado, vai fazer apelo sempre a uma reconstrução discursiva. No entanto, este passado memorizado e “reefetado” pelo discurso, só pode se inscrever a partir do momento em que for enquadrado em um discurso concreto, em um contexto específico sob o qual nos encontramos.

Toma-se a questão do contexto como central, na medida em que, como se afirmou, um discurso se instaura sempre na e pela sociedade. A Análise de Discurso de perspectiva francesa trabalha o discurso, a língua, a partir de um sujeito na história que está marcado por uma identidade que o constitui. Assim, Eni Orlandi acredita que os processos de produção do discurso se constituem em três momentos: na “sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”; na “sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas” e em “sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições” (ORLANDI, 2008, p. 09). Esta

concepção encara o homem no mundo em sua condição sócio-histórico de significância, o que garante à Análise de Discurso efetuar diferentes leituras de filiação de sentido que, remetendo à memória, mostra que os sentidos nunca estão só nos textos, mas em sua relação com a exterioridade e na condição de sua existência. O analista deverá estar sempre atento a estes “vestígios”, às situações em que são produzidos os discursos em condições determinadas e que, presentes no texto, garantem sua significância. Desta forma, a memória também faz parte do discurso. Entender como e quando ela é “acionada” é estar atento a estas condições de produção (ORLANDI, 2000). Os discursos não falam por si só, estão sempre interligados em formações discursivas próprias que, paradoxalmente, garantem sua unidade, sua descontinuidade, suas rupturas ao longo da história. Desta forma, textos estão sempre relacionados com outros textos, eles se filiam em redes de memória que podem mudar de sentido de acordo com as condições sócio-históricas em que são produzidos.

Levar em consideração as condições de produção de um discurso é perceber que ele possui uma circunstância primeira de enunciação (que é seu contexto imediato) e, em sentido mais amplo, sempre se inscreve em condições que incluem um contexto sócio-histórico, onde se filiam as redes de memória. É neste processo das condições de produção do discurso que se instaura a memória discursiva, o interdiscurso: “Algo fala antes, em outro lugar e independentemente”. Todos os sentidos já ditos têm um efeito sobre o que se diz, experiências passadas presentificam o enunciado. O interdiscurso afeta a forma como o sujeito significa seu discurso em uma situação dada. É desta forma que o discurso não fala sozinho, pois está intrinsecamente ligado à história. O saber discursivo se constitui ao longo da história, produz dizeres, memórias, que torna possível a um sujeito representar o eixo da constituição de seu próprio dizer: “só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2000, p. 33). A memória discursiva mostra que os discursos são produzidos por relações, ele é heterogêneo, incompleto, descontínuo, se liga a um passado, se projeta a um futuro. O interdiscurso determina, portanto, o discurso da atualidade, na medida em que um discurso é sempre proferido a partir de sua condição de produção. Há um percurso que se faz entre o interdiscurso, a memória discursiva e um texto: “ordem das palavras, repetições, relações de sentidos, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória ao imaginário.” (ORLANDI, 2008, p. 110)

A noção do interdiscurso entendida nesta relação entre dizeres, contextos e falas, é fundamental quando a deslocamos para o campo da Comunicação. A construção do acontecimento jornalístico comumente produz sentido a partir da “reefetuação” de outros textos, que se instauram sob memórias de um passado. Maria do Rosário Gregolin (2003a) acredita que as identidades discursivas, produzidas pela mídia, são constantes construções, por isso estas não se dão da mesma forma ao longo do tempo. A aparente instantaneidade da mídia noticiosa re-significa sentidos que estão enraizados no passado no momento em que memórias coletivas hegemônicas são recolocadas em circulação nos textos, permitindo que se possa analisar os movimento de interpretação e as retomadas de sentido que se dão de acordo com determinada situação.

Para interpretar os discursos produzidos pela *Folha* ao longo dos anos, deve-se, portanto, encarar a noção do interdiscurso. Constituído pela heterogeneidade e por uma memória própria, o interdiscurso na mídia acaba sempre por revelar ou ocultar significados, por isso a grande atenção do pesquisador ao analisar os textos.

Os deslocamentos de sentidos são índices que remetem às formações discursivas e ideológicas que estão subjacentes ao discurso da História interpretada na mídia, por isso a leitura exige a captação da materialidade do signo e sua reinserção no grande texto histórico do momento, que é construído pela sociedade de massa. Devido a esse estatuto icônico e heterogêneo, a construção de sentidos nos textos da mídia devem ser analisados por meio das relações entre um *trajeto temático*, sua *materialidade textual* e os *movimentos de interpretação contemporânea* do histórico. Tal análise pode estabelecer vínculos entre a memória discursiva e a atualização de temas que estão constantemente sendo recolocados nos textos que circulam em um dado momento histórico (GREGOLIN, 2000, p. 22).

O discurso jornalístico é constitutivamente heterogêneo, caracterizando-se pela presença de diferentes pontos de vista que se entrecruzam a todo o momento, mostrando que, “para ler os seus textos é preciso captar a relação que ele estabelece com outros textos, que lhe são anteriores e exteriores, que ele repete e transforma” (GREGOLIN, 2000, p. 29). Assim, a noção de interdiscurso acaba por fornecer as coordenadas históricas para a interpretação do sentido na mídia, na medida em que é constituído por esse emaranhado de vozes que se materializam em texto. Como afirma Gregolin, há textos que nos retornam incessantemente, são presentificados e acabam por se conservar na memória de uma cultura “pois, como se tivessem inesgotáveis tesouros de sentidos, têm de ser indefinidamente relançados, recomeçados” (GREGOLIN, 2003b, p. 52).

Acredita-se que os discursos produzidos pela imprensa possuem estas características, são marcados por uma enunciação que se repete, se opõe e se transforma, pois são instaurados por uma memória discursiva que os fazem emergir em condições específicas a partir de um presente particular. Será este o nosso trajeto de análise, que levará em conta o discurso sempre em sua inscrição na história, na memória e que é instaurado em uma relação temporal, inscrito a partir de uma narrativa. É preciso pensar em uma “abordagem integrada” entre contexto e discurso onde o jornal ocupa um lugar de fala determinado e desempenha um percurso no tempo.<sup>135</sup> “Falar sobre o jornal e contar sua história”, esta perspectiva parece essencial. Uma história que parte de suas próprias lembranças, de memórias inscritas em suas páginas. Procura-se compreender o jornal enquanto dispositivo e suporte que garante unidade e sentido aos seus textos. Sentido que só se conseguirá apreender ao analisar seu contexto que, no caso deste estudo, é bem particular e está ligado a inúmeras outras variáveis que modificaram a própria “tonalidade” dos acontecimentos inscritos nas páginas do jornal ao longo dos anos. Será preciso analisar como a *Folha de S. Paulo* se inscreveu neste contexto particular para interpretar seus textos cientes de como eles se constituíram. A análise será centrada, portanto, nas condições de produção do discurso a partir das efemérides do “golpe de 1964” a cada dez anos: 1974 - denominado aqui como o momento de consolidação financeira do jornal; 1984 - processo de reformulação de identidade do periódico; 1994-2004 - momento dito de “prosperidade” da empresa; 2009 - crise de credibilidade com o caso “ditabranda”.

### **3.4. A rememoração do “golpe de 1964” pelas narrativas da lembrança e do esquecimento**

#### **3.4.1. 1974: O “milagre econômico” e a consolidação financeira do jornal**

---

<sup>135</sup> Esta “abordagem integrada” nos parece fundamental e aqui dialogamos com o trabalho de José Luiz Braga (2002) em seu estudo referente à análise dos textos de *O Pasquim* durante os anos do regime militar no Brasil. O autor parte da premissa de que abordagens formais e sociológicas integradas favorecem alternativas complementares aos estudos que procuram entender textos em contextos na relação jornal x sociedade. Ao analisar o periódico ao longo de quinze anos, o autor acreditou ser fundamental entender o contexto de produção destas mensagens que, claro, também foram se modificando no tempo: “No começo, hesitei entre a história de *O Pasquim* e a análise de seu discurso. Parecia-me ter aí duas abordagens alternativas, dentre as quais era necessário escolher. Percebi em seguida que o abandono de uma das duas perspectivas impediria o desenvolvimento de uma imagem suficientemente compreensiva do objeto. Queria assim falar sobre o discurso do jornal – e contar a sua história. Sabia também que, para compreender o discurso, era necessário lembrar esse interdito que pesava sobre ele. O interdito tinha origem e base em um ponto da organização social, e se exercia também sobre outros discursos contemporâneos ao semanário *O Pasquim*. Eu era então levado a falar desse contexto – em que se encontravam certamente outras forças que agiam sobre o jornal. É também ao contexto que o jornal dirige sua resposta. A questão que se colocava era a de se observar o lugar que o jornal ocupava para interagir com seu entorno político-social. Ou seja: *o lugar criado pela construção de sua resposta*” (BRAGA, 2002, p. 323-324).

Passados dez anos do movimento que derrubou Goulart, encontramos um panorama bastante diverso daquele presenciado em 1964. O regime militar já havia testado todas suas possibilidades, instaurando cinco atos institucionais que acabaram por cancelar eleições, destituir partidos, aumentar a censura à imprensa. Teve um de seus períodos mais conturbados, em fins da década de 1960, com a grande repressão a estudantes, jornalistas e órgãos de esquerda que começaram a pressionar cada vez mais o regime. Os “anos de chumbo” haviam chegado e o “movimento democrático” cada vez mais se identificava como uma ditadura “escancarada”.<sup>136</sup> Paradoxalmente, o regime presenciou nesse período aquilo que ele, vangloriando-se, batizou de o “milagre econômico”. Comandado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici entre os anos de 1969 a 1974, o país viu sua economia crescer a níveis grandiosos, ao mesmo tempo em que a desigualdade social e a inflação se tornavam cada vez mais preocupantes. Enquanto o país comemorava euforicamente o tri-campeonato da Copa do Mundo de futebol sob brados e slogans de patriotismo, militantes do PCdoB adentravam as matas na região do Araguaia para implantar uma guerrilha – severamente aniquilada - contra o regime. Era um momento delicado, polarizado, contraditório, onde duas realidades “co-existiam negando-se”, segundo a expressão do jornalista Elio Gaspari (2002). Um “milagre” que se dava à custa de um regime opressor, mas que ainda gozava de relativa credibilidade.

Os poucos órgãos da imprensa que procuraram enfrentar o regime nessa época foram punidos, quando não fechados. Como foi possível perceber, aqueles que não receberam censuras diretas na redação acabaram por praticar a autocensura. Atitude essa que acabou por fazer com que muitas empresas se beneficiassem da situação. Tais grupos caminharam paralelamente junto aos militares, acataram ao mesmo tempo em que se diziam incapazes de agir. A *Folha*, nesse momento, já havia reformulado financeiramente sua empresa e entrava em um processo que Mota e Capelato (1981) denominaram de “revolução tecnológica”. Isso nos leva a crer que, durante o período, a empresa se identificou muito mais com os anos de “milagre” do que combateu os (anos) de “chumbo”, pois para reestruturar-se e efetivar tal revolução necessitava de incentivos que partiam em muito do Estado. Portanto, o jornal ainda se identificava com os preceitos do regime, apesar de seus dirigentes lembrarem, como discutiu-se nas análises anteriores, que durante os anos de 1970 a empresa começou a

---

<sup>136</sup> Termo em alusão à obra de Elio Gaspari (2002).

caminhar em um processo de transição, de caráter que seria, segundo os próprios interessados, mais combativo ao governo.

O ano de 1974 pode ser considerado como um momento de transição da empresa, mas as posições políticas ainda eram claramente identificadas com o regime. De 1962 até aqui, a empresa reformulou-se financeiramente e já podia caminhar de forma mais autônoma. Mas para que chegasse aonde chegou, vale lembrar, ela precisou atravessar um dos períodos mais conturbados da história da liberdade de imprensa no país. Era preciso, então, que esta se mantivesse “omissa” frente à situação política ou que assumisse claramente uma posição de apoio ao regime. Durante o golpe, em 1964, a empresa adotou uma postura de caráter político, assumiu um lado e construiu o acontecimento sob um olhar particular, apesar de este ser hoje identificado por seus dirigentes e antigos colaboradores como o momento mais “indiferente” da história do jornal. Passados dez anos, em um período dito de transição, a *Folha* manteve-se firme ao regime, mas aqui a construção do acontecimento se deu sob o viés da rememoração, a partir de uma construção seletiva da narrativa do acontecimento. Havia um projeto de Brasil que o regime construiu ao longo desses anos e o jornal, pelos “usos” da lembrança e esquecimento, procurou legitimar esse passado, projetando um futuro. Se em 1964 o acontecimento foi mostrado a partir das próprias opiniões do jornal, na década seguinte não havia um espaço específico onde se articulavam suas opiniões, que se construíram de forma um pouco mais sutil, em editoriais esparsos e/ou na construção das próprias matérias sobre o acontecimento.

Pela forma como as matérias eram apresentadas, fica evidente que o jornal apoiara o processo político-econômico implantado pelo presidente Médici ao longo de seu mandato. Em março de 1974 a *Folha* dá amplo destaque àquela que seria a última mensagem do governo ao Congresso Nacional. A edição do dia 02 daquele mês comenta o documento de 236 páginas que procurava realizar um balanço do mandato do então presidente, a se encerrar nos próximos dias. De acordo com a matéria, a “prosperidade foi a grande conquista de 1969 a 1973”<sup>137</sup>, período em que o país havia crescido a um nível jamais antes alcançado. Com uma ampla cobertura sobre o documento, o jornal não abre espaço para vozes contrárias ao regime, contando - com exceção de uma pequena nota sobre o posicionamento do MDB, partido de oposição - apenas com depoimentos do então presidente, de ministros e parlamentares governistas. Para Reis Veloso, então Ministro do Planejamento, as metas econômicas planejadas durante o governo Médici finalizavam um quadro não apenas positivo mas que,

---

<sup>137</sup> PROSPERIDADE foi a grande conquista de 1969 a 1973. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.327, p. 03, 02 de março de 1974.

fruto de um crescimento surpreendente, atingiram seus objetivos um ano antes do prazo estipulado. O presidente do Congresso Nacional daqueles anos, Paulo Torres, afirmava que “somos testemunhas e participantes de um processo histórico [onde] [...] a Revolução de março está no consenso da nação”<sup>138</sup>, pois esta ao condicionar “à ordem a salvação nacional, não erigiu uma ditadura”.

Pelo que se pode perceber, os discursos sobre o regime mantinham-se consolidados no imaginário político de seus líderes e a *Folha* os reproduzia sem maior problematização. O que houve há dez anos não foi um “golpe” ditatorial, mas uma “revolução” democrática que colocou o país nos trilhos da prosperidade. Os discursos aparecem como “consenso”, pois não são confrontados. Por mais que o jornal não tivesse, neste momento, uma página específica voltada aos editoriais, pode-se perceber que há uma opinião particular sobre o evento que se dá mais pelo caráter seletivo da lembrança. Mas ainda assim o jornal avalia o acontecimento no dia seguinte, ao afirmar que o governo em um “rumo ascensional”, cumpriu suas metas “para além das expectativas”. Metas que, segundo a empresa, não deveriam ser esquecidas, sendo que competia aos órgãos da imprensa “salientar que nunca, como hoje, o país esteve tão aparelhado para enfrentar o futuro”.<sup>139</sup>

A construção do acontecimento é apresentada como uma espécie de “dever” de memória. Dever que não é involuntário, mas se dá a partir de uma opinião da empresa, que constrói o acontecimento sob um olhar particular. Dever que, como pontua Ricoeur (2007) pode se constituir como abuso de memória, ao se articular de uma forma quase que “obrigada”. Do bom uso ao “abuso” da lembrança, deve-se sempre considerar em que condições o dever de memória é requerido. Neste caso em particular, fica evidente que o que a empresa procura é se respaldar em um discurso que pretende legitimar um regime que em muito a beneficiou. Tal discurso (hegemônico no jornal) usa de um passado, legitima-o no presente para projetar um futuro. Assim, o uso que o jornal faz do passado “manipula” uma memória e “impede” que outras lembranças emirjam. Ao efetivar um enquadramento favorável às conquistas do regime militar, mostra aquilo que ocorreu da forma que sua narrativa a condiciona. A memória é acionada pela condição do discurso que a produz, construindo a narrativa do acontecimento como um projeto que a própria empresa autentica como aquele que deve ser visto e lembrado.

---

<sup>138</sup> PAULO TORRES dá ênfase à importância do Legislativo. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.327, p. 05, 02 de março de 1974.

<sup>139</sup> A MENSAGEM do governo. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.328, p. 05, 03 de março de 1974.

A ideia de progresso e prosperidade foi, portanto, o mote essencial que condicionou a produção dos discursos neste momento. A narrativa do acontecimento fez com que se direcionassem as lembranças do regime como algo positivo, o que acabou por apagar o caráter ambíguo e conflituoso do processo de rememoração, silenciando vozes discordantes. A *Folha* nesse momento não era alvo de censura, como seus próprios dirigentes haviam afirmado, o que comprova que seus discursos eram construídos a partir de uma opinião de apoio ao regime, articulado pelo caráter seletivo da memória que refletia na construção do acontecimento. Um dos feitos mais marcantes do governo Médici se deu com a inauguração da ponte Presidente Costa e Silva - mais conhecida como a ponte Rio-Niterói - que ganhou visível repercussão nas páginas da *Folha*, enfatizando o papel do jornal em seu caráter de apoio e respaldo ao “milagre econômico” proporcionado pelos militares (ver fig. 10). A ponte é considerada pelo jornal como a “maioridade da engenharia nacional”<sup>140</sup>, um projeto que muito bem representava os preceitos do regime. Para o ministro dos transportes Mario Andreazza em pronunciamento “muito emocionado” durante a cerimônia de inauguração noticiada pela *Folha*, a “obra magnífica da engenharia é o nosso atestado de maioridade. Mais do que prova de nosso amadurecimento, a ponte Presidente Costa e Silva encerra também uma mensagem de confiança ao futuro do Brasil. Que as gerações que hão de vir sejam dignas delas.”<sup>141</sup>

A narrativa das matérias seleciona e enquadra o acontecimento sob um clima de comemoração enfatizando a grandiosidade da obra e a sua importância para a continuidade do regime. O tom é de otimismo incontestável. Agora a memória estava “concretamente” construída, consolidando um projeto de “futuro de nação”. Os discursos do regime – e que o jornal parece não só compartilhar, mas apoiar – ficam claros na placa inaugural, inscrita em um bloco de granito em uma das praças de pedágio, que o jornal reproduz em suas páginas:

Nesta paisagem tão rica de beleza e de história, a Revolução de março de 1964, ao completar-se seu primeiro e fecundo decênio, escreve em concreto e aço, os seus compromissos com a Pátria. Em presença do presidente Emilio Garrastazu Medici entrega-se a economia do Brasil, uma obra tão grande quanto a nossa obstinação e a nossa fé. A ponte Presidente Costa e Silva, monumento a estes inesquecíveis tempos de construção, é um exemplo de determinação do povo brasileiro em caminhar firmemente para o futuro.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> A RIO-NITERÓI é a maioridade da engenharia nacional. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.330, p. 04, 05 de março de 1974.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> MÉDICI percorre a ponte. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.330, p. 04, 05 de março de 1974.

A obra marca um processo. Comemora os 10 anos da “revolução”, relembra um passado glorioso ao mesmo tempo em que procura estabelecer marcos memorativos para projetar o futuro. Os compromissos para com a pátria estavam inscritos na memória da nação em definitivo. Concreto e aço que legitimam definitivamente um “lugar de memória” para cristalizar as lembranças do regime. São tempos “inesquecíveis” que o jornal, ao enfatizar esses discursos, também inscreve um “lugar” próprio de recordação, a partir da construção narrativa do acontecimento. O jornal, como um documento a ser monumento, enquadra o acontecimento a partir de uma ideia de nação e de como quer que o regime seja lembrado. A narrativa dá respaldo à iniciativa do governo ao enfatizar o apoio do próprio povo, em sua maior demonstração de “confiança, interesse e importância” à obra.

Homens e mulheres, velhos e crianças, suados e sorrindo, invadiram a ponte, sem cerimônia, e caminharam mais de dois quilômetros, subindo nos parapeitos e muretas centrais. [...] Uma senhora de 80 anos, apoiada numa bengala, não parava de repetir: antes de eu nascer já se falava dessa ponte. Eu hoje rezei pelo ministro Mario Andreazza para agradecer esta obra.<sup>143</sup>



**Fig. 10:** Folha – março de 1974 (Ponte Rio-Niterói)

Como um “lugar de memória” para o regime, a ponte Rio-Niterói cristaliza as lembranças do “milagre econômico”.

O clima de euforia presente na narrativa das matérias é a tonalidade predominante que irá condicionar as comemorações do regime nos dias seguintes. Com o fim do mandato de Médici parecia haver, por parte do governo e do próprio jornal, a necessidade de instaurar um momento de transição, renovado pelas grandes conquistas até então alcançadas. O clima de insegurança e tensão que motivou diversas manifestações ao longo do período e que fizeram

<sup>143</sup> A FELICIDADE do povo. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.330, p. 04, 05 de março de 1974.

com que o regime endurecesse cada vez mais é praticamente silenciado, citado de forma apenas contextual para situar os feitos grandiosos do governo. As lembranças eram aqui pautadas apenas por discursos oficiais que ajudaram a cristalizar uma memória dita “hegemônica”. Um dever de memória que condicionava a lembrança por sua “manipulação” narrativa, obrigando-a quase que involuntariamente.

No dia 14 de março o jornal faz uma análise – em que considera um “balanço positivo” - dos anos Médici. Para o diário, o governo do presidente iniciou-se sob expectativa de uma nação “disposta a apoiá-lo” e acabou por sair de um momento de crise político-militar “restabelecendo a ordem, acelerando o desenvolvimento, dando continuidade à Revolução, para ser fiel ao ideal de 1964. É preciso reconhecer que deixa saldos vultosos.”<sup>144</sup> Mais uma vez a tentativa do discurso é lembrar os feitos grandiosos do governo, mas aqui o jornal o contrapõe ao clima de insegurança e instabilidade pelo qual passara a nação. Instabilidade que havia sido restaurada por um governo que se manteve fiel aos preceitos do “movimento” de 1964. É com essa postura que o jornal finaliza sua análise:

Não há desenvolvimento sem ordem. A consciência de sua obrigação de preservá-la pode ter levado o governo Médici a alguns excessos na adoção de medidas de segurança. Só o futuro dirá se ele estava certo ou se poderia ter arriscado algumas aberturas ou perfilhado um estilo diferente. [...] Por dever de justiça, diga-se que muitas medidas oportunas e adequadas impediram o crescimento da vaga de terrorismo que ameaçava o Brasil, a ponto de convertê-lo numa ilha de paz no mundo conturbado e indeciso. Por tudo isso, e pela dignidade com que exerceu o poder, o general Emilio Garrastazu Médici é credor do reconhecimento e do apreço de seus compatriotas. A História lhe fará a justiça a que tem direito.<sup>145</sup>

Como se a memória discursiva do acontecimento estivesse presente no imaginário dos seus leitores, a *Folha* reforçava apenas aquilo que pretendia incrustar com convicção. Não cabia ao jornal julgar, ele passava esta responsabilidade ao fardo da História. Ao que parece, a preocupação maior do jornal era lembrar os feitos de um governo que, sob a rememoração no presente, poderia apenas descrever um passado. O presente era um momento de comemoração que traria resultados imediatos a um futuro próximo ao qual interessava o jornal. Os seus deslizes deveriam apenas ser citados com cautela. Quanto aos resultados e consequências ulteriores, o jornal nada poderia fazer. Estas questões evidenciam como o acontecimento, rememorado, procura ser trabalhado pelo jornal naquilo que Mouillaud (2002) acredita ser fundamental: voltado para um futuro, onde é incessantemente reproduzido e atualizando um passado, reoferecendo a sua atualidade enquanto acontecimento: “Tudo se passa como se o

<sup>144</sup> BALANÇO POSITIVO. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.339, p. 03, 14 de março de 1974.

<sup>145</sup> Idem..

jornal fosse escrito sob dois registros: uma superfície dada a ler, e um estoque de paradigmas mantidos em reserva à maneira de um arquivo” (MOUILLAUD, 2002, p. 74).

Assim, a memória discursiva do jornal acionava sempre um passado conturbado, incerto que, ao mesmo tempo, projetava um futuro promissor e grandioso. Os discursos davam a entender que a nação só caminhou e se desenvolveu porque houve iniciativa de um governo que soube recolocar o país em ordem. É assim que a empresa pretende direcionar seus textos aos seus leitores, apesar de não poder assumir a responsabilidade das ações. Com esta postura é que a *Folha* dá as boas vindas ao novo governo de Ernesto Geisel que se instaurava “dentro da louvável conjugação da hierarquia e renovação”. Era um momento crucial que, segundo o jornal preparava a sociedade para uma nova etapa histórica. “Afastado o nevoeiro da confusão e da propaganda, descortinou-se o futuro. Projetam-se agora as grandes linhas políticas e administrativas de uma Nação finalmente sedimentada e de um Estado que avança para a eficácia.”<sup>146</sup>

Para a empresa a nação estava sedimentada, como se o passado, intocável, estivesse cristalizado, uma vez que ela “impedia” que surgissem outras lembranças sobre o período. Uma história particular fora construída pelo regime e o jornal apenas a reforçava pela rememoração. Rememoração que tinha como objetivo “descortinar” o futuro. No entanto, é fundamental perceber um paradoxo colocado pela própria construção do acontecimento. O futuro para a *Folha* estava descortinado apenas quando se comentava o progresso e as conquistas do regime. Aqui ele era certo e promissor. Mas quando o encarava como forma de efetivar um julgamento do passado, tratava-o como incerto, de responsabilidade apenas da História. A memória se construía como opinião daquilo que o jornal carregava como uma verdade de valor praticamente incontestável.

Por julgar necessário comentar apenas o que lhe era mais conveniente, a *Folha* caracterizou aquele momento, reproduzindo a fala de Geisel, como a “hora da esperança” de uma nação que havia caminhado a passos largos e ganhara “inabalável confiança em si mesma”.<sup>147</sup> O processo de transição, representado pela posse do novo presidente, parece ter auxiliado o jornal a re-oxigenar a memória de seus leitores, lembrando-os que o “movimento democrático” continuava forte, garantindo à nação não só o crescimento econômico, mas a livrando de um passado incerto e conturbado. Reproduzindo o momento de otimismo proporcionado pelos discursos do presidente e se ausentando de uma análise mais detalhada dos acontecimentos, o jornal legitima a fala do regime, assumindo-a para si. Aqui a

<sup>146</sup> O NOVO GOVERNO. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.340, p. 03, 15 de março de 1974.

<sup>147</sup> ESTA É a hora da esperança, diz Geisel. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.341, capa, 16 de março de 1974.

rememoração é utilizada apenas para um fim “comemorativo”, onde o passado é usado para nada mais do que celebrar um presente a ser futuro.

Há de se fazer, portanto, uma crítica moral a essas comemorações. De acordo com Todorov (2002), todo passado que é utilizado para construir discursos particulares, muitas vezes acaba por assumir fins bem determinados de “abuso” da lembrança e do esquecimento, seja através da “sacralização”, onde a lembrança é radicalmente isolada, ou pela “banalização” do passado, em sua busca de assimilação abusiva no presente. Até que ponto a *Folha* veio a se utilizar dessas lembranças como forma de sacralizar e banalizar o passado? Vale lembrar que estas duas “escolhas” de uso de passado são sempre complementares, pois uma lembrança precisa, primeiramente, ser isolada para garantir sua melhor utilização no presente. Aqui ela se dá de forma abusiva a partir do momento em que o jornal a usa para fins específicos. Ao condicionar, pelo caráter seletivo da lembrança, a reprodução de um determinado tipo de discurso, a empresa acaba por “sacralizar” apenas aquele passado que ela isolou e rememorou. Pela memória, garante a cristalização da identidade do regime e da própria empresa que precisa, além de lembrada, não ser esquecida.

Com uma análise extensa sobre a posse (ver fig. 11), no dia 16 de março, o jornal constrói a narrativa do acontecimento sob um viés bem particular. O tom comemorativo é evidente, sendo que não há menção a processos conturbados de oposição que poderiam ter ocorrido naquele dia. A análise se pauta na descrição dos discursos de posse, da chegada de convidados, do clima de euforia propiciado pelo acontecimento, “calor humano e emoção” que os presidentes haviam presenciado. Desta forma, há um claro enquadramento de memória que se dá pela seleção construtiva do acontecimento. Nas matérias há apenas reprodução do discurso do presidente e dos ministros empossados, o que deixa claro qual é a visão que a empresa mantém sobre o ocorrido. Os discursos dos ministros são enfáticos em manter o clima de prosperidade do regime, sendo que o jornal em grande parte os reproduz:

vemos nessa paz social um dos fatores preponderantes do nosso progresso.  
- Ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro.

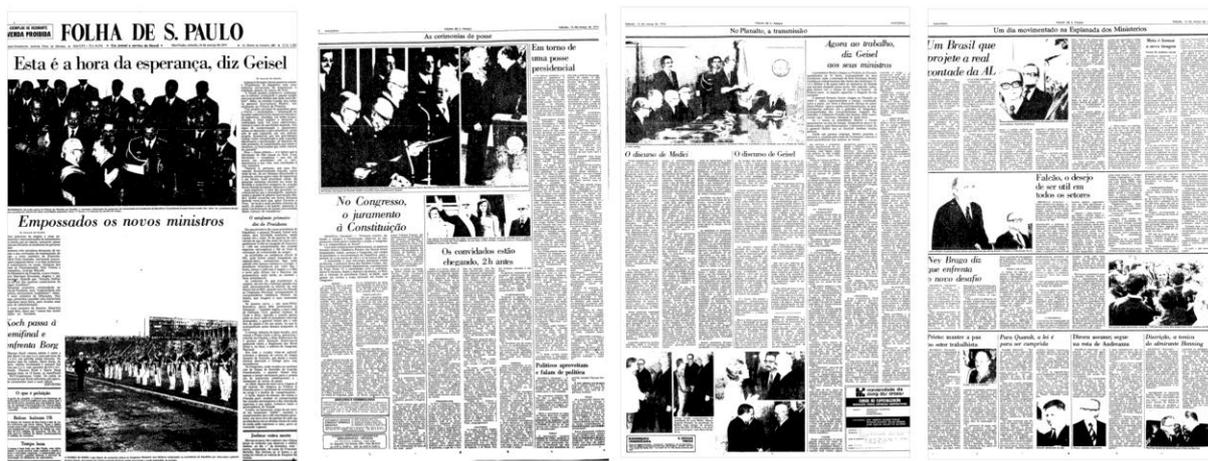
[mantenho] o firme propósito de tudo fazer para ser útil ao Brasil, ao presidente Geisel e à Revolução de Março de 1964. - Ministro da Justiça, Armando Falcão.

[o ministro Falcão representa] o começo do ciclo de consolidação política da Revolução de 64. - deputado Leopoldo Peres do Amazonas em pronunciamento ao ministro da Justiça, Armando Falcão.

A revolução inaugurou no país uma fase de governos cultores da austeridade e da competência e sei que nesta administração que se inicia

tudo se fará para que os sadios propósitos revolucionarios não sofram desvios. - ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.

Milagre brasileiro, eis a expressão com a qual vários comentaristas internacionais procuram sintetizar os nossos êxitos, expressão imprópria, como bem disse Antônio Delfim Netto, pois milagre é o efeito sem causa, e o nosso desempenho econômico jamais poderia ser confundido com qualquer produto da geração espontânea. - ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen.<sup>148</sup>



**Fig. 11:** Folha – 16 de março de 1974 (posse de Geisel)

Posse de Geisel em 16 de março de 1974. Narrativa do acontecimento seleciona e “enquadra” apenas os discursos oficiais de apologia ao regime.

Pela própria configuração do acontecimento construído, mais evidente vai se confirmando a forma como o jornal irá se posicionar nas comemorações dos 10 anos da “revolução de 64”, a ser celebrada no final do mês. Não havia para a *Folha* a necessidade de aferir críticas ao governo, uma vez que ela muito prosperou ao longo dos anos de “milagre econômico” do regime. Mais que isso, precisava mostrar aos seus leitores que este era o caminho a seguir. Não bastava apenas rememorar o passado, mas projetar um futuro a ser seguido junto aos passos da prosperidade democrática instaurada pelo governo militar. Se o conturbado passado não era mais lembrado, ao menos cabia ao jornal evidenciar que havia um futuro seguro à frente. Assim vai sendo construído o discurso sobre o regime, partindo de lembranças configuradas pela intriga entre passado, presente e futuro: passado a ser rememorado, presente a ser comemorado e futuro a ser celebrado, por um condicionamento sempre seletivo da memória, usado e “abusado” pelo jornal.

Findo o governo Médici, era como se uma etapa da revolução tivesse sido encerrada e o jornal a utilizava para evidenciar aos seus leitores aquilo que deveria ser digno de lembrança. A política que impulsionou o “milagre econômico”, carro chefe da campanha do

<sup>148</sup> *Folha de S. Paulo*. ano LIV, nº 16.341, p. 04-05, 16 de março de 1974.

regime desde então, é enquadrada na produção do acontecimento como uma forma celebrativa da memória. Passada a euforia do processo de transição política, a *Folha* faz uma análise daquele que para ela seria o maior feito do governo militar até o momento: a campanha econômica do então ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto. O editorial, uma espécie de pequena biografia comentada do “grande técnico que se revelou um hábil político”, faz uma análise em apologia às suas conquistas, que colocaram a economia nacional sob respeito da opinião pública mundial “verdadeiramente informada e esclarecida”. De acordo com o texto, Delfim Netto se utilizou do estilo pragmático “para fazer da administração econômica um exercício permanente de criação vigorosa. [...] Entrou há sete anos na administração pública como um técnico. Deixa hoje o Governo como um estadista.”<sup>149</sup>

Como o jornal naquele momento não mantinha lugares específicos para publicar seus editoriais, o simples fato de a empresa abrir um espaço para assumir suas posições frente ao público já evidenciava o quão importante eram aquelas opiniões para firmar sua identidade junto ao regime. Identidade que manifestava uma empresa cada vez mais convicta à cumplicidade, apoio e propagação dos ideais daquele governo. O editorial foi construído para dar espaço a uma lembrança carregada de opinião, o que tornava evidente a tentativa da *Folha* em deixar claros os benefícios que o “milagre” proporcionara à nação. No dia seguinte há ainda uma matéria<sup>150</sup> comentando o primeiro dia livre do “catedrático” Delfim Netto. O texto, ao relatar um corriqueiro jantar em família, tenta desta vez passar a imagem não só de um grande político, mas de um simples cidadão que em seu cotidiano poderia perfeitamente se identificar com o leitor comum.

Desta forma, a preocupação do jornal é, ao que tudo indica, manter um clima de normalidade à situação, tornando o presente uma espécie de “passagem” a um processo natural para o futuro a se conjecturar. Não havia espaço a críticas ao regime, pois este estava definido e garantia um futuro promissor. Críticas haviam àqueles que, segundo o jornal, reclamavam do governo, uma vez que os avanços conquistados pelo regime não deveriam se perder. A *Folha* nesse momento impunha o fim de um “espírito de contestação” que frente aos visíveis crescimentos ainda insistia em tentar “negar o inegável”. Essas eram as opiniões da empresa naquilo que ela afirmava serem as “Definições de rumo” para os próximos anos. Definições que exigiam a “contribuição de todos” onde se tornava indispensável a “criação de

---

<sup>149</sup> ANTONIO DELFIM NETO. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.342, p. 03, 17 de março de 1974.

<sup>150</sup> O PRIMEIRO domingo livre de Delfim Netto, o catedrático. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.343, p. 04, 18 de março de 1974.

um clima salutar de consenso básico em torno dos princípios e objetivos estabelecidos pela Revolução, cuja validade a ninguém é lícito honestamente negar.”<sup>151</sup>

Ao pedir aos seus leitores um clima de consenso, o jornal tentava mostrar a eles caminhos a seguir. Era um caminho de mão única, uma vez que, pela avaliação do jornal, não parecia “lícito” negar os benefícios conquistados pelo regime. Assim, ao colocar aos leitores a responsabilidade de uma escolha irrefutável, o jornal mais uma vez acaba por assumir, ele próprio, sua opinião sobre como enxergava a situação. O texto continuava afirmando que os preceitos básicos para se instaurar uma democracia plena só se dariam no exercício do desenvolvimento econômico e social que deveriam ser “a todo custo preservado de eventuais estagnações e retrocessos”. Daí justifica-se, acreditava a empresa, o governo ser armado de “instrumentos excepcionais”, pois apenas quando “estivermos seguros contra esses riscos, as proclamadas “aberturas” se efetuarão normalmente.”<sup>152</sup>

Como uma empresa que caminhou e se beneficiou junto ao regime, cabia a ela dar respaldo às opiniões de um governo que se via em um processo de transição. Tudo era justificado pelos preceitos democráticos da “revolução”. Ao longo do processo de rememoração o jornal procurou construir uma opinião particular sobre os acontecimentos e direcionar as lembranças de seu leitorado, que agora deveria caminhar em consenso rumo ao futuro. As memórias que a *Folha* construiu e propagou durante este momento procuravam consolidar uma ideia de nação ao mesmo tempo em que ajudaram a solidificar sua identidade. Estava construído aquilo que ela denominou de “modelo brasileiro”. Em um extenso editorial estampado na capa da edição de 31 de março, a qual comemorava os 10 anos da “revolução democrática de 64”, o jornal colocava de forma clara sua opinião:

Desenvolvimento econômico planejado, tornado viável por um sistema político que descartou a importação de figurinos estrangeiros supostamente universais e infalíveis - eis a espinha dorsal do chamado “modelo brasileiro” de ordenação econômica, social e política. De fato, um modelo decidido no Brasil, por brasileiros, para as condições brasileiras de uso. Aceitando a tese da impossibilidade da existência de um sistema social tamanho único, ajustável aos pés de qualquer sociedade e em qualquer tempo, o Brasil vem armando e aperfeiçoando, nestes últimos 10 anos, um modelo que pode não ser ou melhor ou pior que qualquer outro, mas tem a virtude de consular as características físicas e sociais do país, seu momento histórico e seu objetivo nacional.<sup>153</sup>

O projeto era, portanto, a característica mais marcante de um “modelo” construído pelo regime nesses 10 anos de “revolução”. Modelo que tinha suas particularidades, mas que

<sup>151</sup> DEFINIÇÃO DE RUMOS. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.348, p. 03, 23 de março de 1974.

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> O MODELO BRASILEIRO. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, capa, 31 de março de 1974.

representava muito bem o momento histórico presenciado pela nação. Projeto de longo prazo, afirmava o editorial, que exigiria o trabalho de ao menos uma geração para reestruturar um país que se via destituído dos preceitos democráticos e que precisava, primeiramente, garantir autonomia financeira. O editorial é enfático na defesa de uma preservação política centralizadora do regime, alternativa aparentemente mais correta para garantir o crescimento da economia nacional.

A experiência histórica mostra ser possível a existência de uma sociedade economicamente centralizada e politicamente fechada. Ou na contrapartida, uma sociedade econômica e politicamente aberta. Mas nenhum compêndio registra, no passado ou no presente, a existência de uma sociedade em que, ao lado da centralização do poder econômico, haja uma descentralização do poder político. Até 1964, o Brasil tentou inverter o processo, ensaiando uma democracia política sem a base de uma autêntica democracia econômica. O resultado foi econômico e politicamente desastroso. A partir de 1964, recolocando os bois adiante do carro, o Brasil passou a criar condições para a montagem de uma democracia econômica, pressuposto de uma democracia política, na expectativa de que a armação de um sistema econômico e politicamente aberto consolide, fechando o ciclo, uma legítima democracia social.<sup>154</sup>

E, novamente, a *Folha* procura evidenciar para seus leitores os benefícios econômicos do governo. A fala hegemônica procura dar legitimidade à história ao afirmar que nunca houve registros ao longo dos anos sobre sociedades que pudessem de alguma forma caminhar paralelamente com a abertura política e econômica. O endurecimento do regime, por mais que não citado no texto, fica incrustado como que numa memória discursiva do acontecimento e ganha o tom de uma atitude não só necessária, como fundamental, pois precisava corrigir desvios “desastrosos” que vinham do passado. Esta, no entanto, era apenas uma “primeira etapa” da revolução, afirmava o editorial, por isso a necessidade de alertar sempre o leitorado para os caminhos a seguir.

Passados dez anos do projeto que impulsionara a economia nacional, a *Folha* assumia posição para fazer uma “avaliação correta” dos resultados do modelo. Mas o texto, que fazia uma avaliação técnica de vários fatores que acabaram por colocar o país na categoria de nações em amplo processo de desenvolvimento, logo se contradiz ao afirmar que seus resultados “não podem ser honestamente avaliados pelos que vivem aqui e agora.”<sup>155</sup> O editorial procurava se articular como uma espécie de “cartão-postal” para as comemorações dos 10 anos da revolução, uma alternativa própria de direcionamento das lembranças que tinha supostamente a intenção de deixar claro ao leitor como o passado seria comemorado em

<sup>154</sup> O MODELO BRASILEIRO. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, capa, 31 de março de 1974.

<sup>155</sup> Idem.

suas narrativas. Talvez por isso considerasse melhor não julgá-lo, como se a própria comemoração falasse por si só.

O que o jornal constrói nas páginas seguintes (ver fig. 12) é uma grande quantidade de textos que se dão a partir de dois pressupostos: pela narrativa das matérias e por depoimentos de políticos que atuaram durante os anos de regime. A primeira reportagem a rememorar os acontecimentos, sob o título de “A conspiração em poucos dias” procura comentar o momento que precedeu a queda de Goulart, ano que, segundo o jornal “não começara bem, com crises, greves, agitações e violências.”<sup>156</sup> A narrativa praticamente reproduz os discursos que o jornal construiu sobre o acontecimento há dez anos. O Comício do dia 13 de março onde Goulart anunciaria as reformas era visto como uma “ebulição perigosa” que serviu pra deflagrar o “estopim da radicalização”. A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, tida com uma das “maiores manifestações populares que o país já conhecera”, fora a resposta do povo contra a insubordinação, que havia chegado dias depois inclusive às próprias Forças Armadas. Às instituições democráticas, “feridas”, só restava o restabelecimento da hierarquia pela “revolução” que recolocaria nos trilhos a “legalidade” da nação. Legalidade que efetivamente ocorreu com a posse do “cauteloso” General Castelo Branco que, com sua formação “rigidamente democrática”, iniciaria a reconstrução do país. De caráter meramente factual, a matéria tem o intuito de rememorar os “idos de março”. Mas pela própria forma como é reconstruído o acontecimento, remete diretamente a uma opinião particular de como a empresa enxergava aquele momento. A memória aqui se articulava de acordo com a narrativa, num enquadramento que irá favorecer as posições do regime. Memória manipulada sob um “abuso” do passado que “impede” que outras lembranças ganhem voz. Assim, as memorações vão sendo construídas e reforçadas pelo testemunho de pessoas que, num presente particular, articulavam suas opiniões próprias sobre aquele passado.

---

<sup>156</sup> A CONSPIRAÇÃO em poucos dias. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 04, 31 de março de 1974.



**Fig. 12:** *Folha – 31 de março de 1974 (10 anos do golpe)*

Edição comemorativa de 31 de março de 1974. Os 10 anos da “revolução democrática” lembrados por um enquadramento de memória particular.

Na mesma página da matéria anteriormente analisada, há um longo texto que comenta as “decisões políticas” do governo Castelo Branco. Escrito por um membro do governo - Luiz Vianna Filho, Chefe da Casa Civil durante o mandato do presidente -, a lembrança é, evidentemente, usada a partir de um “abuso” da lembrança que exalta a participação política do líder que mudou os destinos do Brasil para caminhos “novos” e “grandiosos”. O texto comenta sua “obra extraordinária” que, com uma “visão incomum” restabeleceu a ordem e a confiança da nação, sempre com “tenacidade, coragem e convicção”. Ao esbanjar dos adjetivos, mostra que não era apenas necessário lembrar os feitos do presidente, mas inscrevê-lo como um grande líder que deu início ao movimento que naquela data estaria comemorando 10 anos com grande credibilidade. Seu governo é tratado como aquele que buscou “impedir a todo custo que se implantasse uma ditadura em seguida à vitória da Revolução. Castelo jamais admitiu tornar-se um ditador.”<sup>157</sup> Em nenhum momento o texto cita as opiniões contrárias ao regime, que chega inclusive a fazer apologia aos atos institucionais, peças fundamentais para manter a ordem e fazer “baixar as águas e acalmar os ventos, que ameaçavam a Revolução.”<sup>158</sup>

Mas ainda assim Vianna Filho afirmava que seria cedo para escrever uma “História da Revolução”. A função de sua análise seria apenas a de “reunir um material” para avaliar caminhos futuros. Ao direcionar a lembrança a partir de uma imagem extremamente positiva do governo, ao que parece é que se buscava depositar e cristalizar uma memória particular

<sup>157</sup> VIANNA FILHO, Luiz. Decisões políticas do presidente Castelo Branco. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 04, 31 de março de 1974.

<sup>158</sup> Idem.

sobre o regime a partir de um “abuso” da lembrança. Inscrever lugares, depositar lembranças que futuramente poderiam ser consultadas para enfim se escrever uma história própria do regime. Se pensarmos nas nomenclaturas problematizadas por Todorov (2002), podemos caracterizar o texto de Luiz Vianna Filho como a dupla memória de uma testemunha, que simplesmente evocava suas lembranças e de um comemorador, guiado por interesses particulares. Buscando produzir um sentido de um valor quase irrefutável, o comemorador, procura sempre se beneficiar de uma suposta “impessoalidade” para legitimar seu discurso como verdadeiro, o que acaba por refletir na imagem que um determinado grupo pretende dar a si mesmo. É desta forma que o jornal vai cristalizando em suas páginas a memória da “revolução”. Depositada como que num reservatório, as lembranças poderiam ajudar a construir uma história, “simplificada”, pela constante rememoração de ídolos a se venerar.

O depoimento seguinte é ainda mais enfático no que toca ao caráter testemunhal da lembrança. O texto, intitulado “o que deveria ser e o que foi”, rememorado por Aduino Lucio Cardoso, ex-líder da UDN na Câmara dos Deputados e ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1967-1971, procura também realizar uma avaliação positiva dos 10 anos da “revolução democrática”, mas aqui o acontecimento é narrado pelas suas próprias lembranças e procura garantir uma maior proximidade do fato com o leitor, legitimando-o ainda mais como “verdadeiro”. Pode-se observar isso de forma clara no seguinte trecho que comenta os dias que precederam o golpe:

Foi nessa época que me encontrei com um amigo de juventude, o então ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota. [...] Com a intimidade de tantos anos de convívio, indaguei dele sobre as possibilidades de um golpe de Estado, uma ação partida do Governo contra o Congresso. E Silvio Mota me confidenciou que considerava isso certo, pois observava com grande apreensão a crescente indisciplina nas Forças Armadas. [...] Nessa ocasião, eu já havia entrado em contato com o general Castello Branco, cuja atitude pública constituía para nós uma esperança de apoio nas horas graves. Ele já tinha me dado notícia dos seus temores quanto à possibilidade desse golpe governamental. [...] Na Semana Santa de 1964, quando me achava em meu sítio em Teresópolis [...] o ministro da Marinha me deu notícias de graves acontecimentos [...] esclarecendo que esperava o golpe para as próximas horas. [...] Telefonei para o general Castello Branco, informando-o sobre minha entrevista com o ministro da Marinha. O general recebeu sem surpresa a notícia, dizendo-me apenas: “Estamos preparados para o contra-golpe. O senhor deve ir para Brasília imediatamente e fazer um discurso sobre a alarmante indisciplina nas Forças Armadas, assim como sobre as ameaças que pesam sobre o Congresso.”<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> CARDOSO, Aduino Lucio. O que deveria ser e o que foi. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 04, 31 de março de 1974.

O depoimento, utilizado como praticamente um “vestígio” do passado legitima todos os discursos construídos até então, uma vez que procura evidenciar aquilo que realmente ocorreu naqueles idos. Aqui a testemunha assume o papel de comemorador, pois está se pronunciando a partir de um lugar bem determinado frente às políticas de memória adotadas pelo periódico. Suas lembranças não são involuntárias, mas direcionadas a fim de construir uma visão particular sobre o passado. Visão que, por não ser confrontada, ganha o caráter de verdade quase irrefutável. As páginas seguintes são preenchidas por outros discursos que garantem a posição de fala do jornal. Se no primeiro momento as comemorações se pautaram por uma busca de legitimação do “movimento” que derrubou Goulart em 1964, agora os discursos voltam a vangloriar o regime no momento da efeméride. Vale citar alguns trechos para evidenciar a tonalidade das rememorações:

Consolidada pela seriedade de uma experiência de dez anos, o que se pode dizer é que ela respondeu vitoriosamente ao desafio a que se propôs: a nação, restituída à ordem e à paz, pode aplicar-se, com inegável eficiência, à sua própria vocação de grandeza. [...] Como governador de Minas e um dos responsáveis diretos pelo desfecho do Movimento de 64, no marco deste decênio, temos a certeza do acerto com que agimos, civis e militares, ao iniciar esta histórica jornada. (senador Magalhães Pinto, ex-governador Ministro das Relações Exteriores entre 1967-1969) <sup>160</sup>

Há precisamente dez anos, ingressava o Brasil na fase mais criativa e fecunda de sua história moderna. [...] A Revolução de 1964, entre outros inumeráveis méritos, teve o de haver-nos dado o instrumental sócio-administrativo que nos permitiu, com renovado vigor, continuar a cumprir nossa obstinada vocação de servir cada vez mais a pátria comum. [...] É escusado rememorar o quadro, bem vivo ainda para todos nós. [a revolução de 1964] Restaurou o princípio da autoridade, então gravemente deteriorado. [...] Implantou a ordem, seriamente abalada [...] Restabeleceu o senso da hierarquia, da disciplina, da responsabilidade, fundamentalmente comprometido. [...] Devolveu a todos nós a confiança em nós próprios. (Laudó Natel – governador de São Paulo) <sup>161</sup>

março de 1964. O povo exigia a restauração da dignidade nacional. [...] A Revolução não veio para negar o passado, mas para constituir o futuro ameaçado. Àquela época, claro apenas estava o sentido ideológico do movimento - garantir a Democracia. Hoje, dez anos após, com uma doutrina formulada e um programa de trabalho em plena execução, cujos frutos não podem ser negados pelos mais céticos, podemos afirmar, sem dúvida, que em 31 de março de 1964, o Brasil conheceu uma revolução no seu sentido mais amplo. (Araripe Macedo, ministro da Aeronáutica) <sup>162</sup>

<sup>160</sup> PINTO, Magalhães. O acerto com que agimos em 64. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 06, 31 de março de 1974.

<sup>161</sup> A REVOLUÇÃO, segundo Laudó Natel. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 07, 31 de março de 1974.

<sup>162</sup> ORDENS DO DIA: destacam os valores da nacionalidade. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 07, 31 de março de 1974.

A Revolução de 64 não se esvaiu em promessas vãs, antes demonstrou, com realidade e com números, a que veio realmente, através da obra fecunda que ora ostenta aos olhos todos do mundo. Natural é, portanto, que ela dramaticamente nascida como tinha de ser, de um dissenso dilacerador e profundo enfune agora velas de esperança a um futuro mais promissor ainda de generoso consenso nacional em torno do decidido e magnífico propósito de criação de um Estado próspero, soberano e justo - o Brasil de meus filhos, o Brasil de nossos netos. (Geraldo Henning, ministro da Marinha)<sup>163</sup>

Momento de efeméride, os discursos procuram sacralizar o passado buscando sempre um futuro a se celebrar. Não havia espaço para críticas ao regime, até porque esta seria a hora de comemorar seus feitos. O jornal já havia deixado claro naquele momento qual era sua opinião frente ao governo, bastava aos testemunhos as propagar e consolidar. Testemunhos que foram enquadrados claramente para efetivar uma análise positiva do regime. São várias linhas que, na verdade, chegam a se repetir, uma vez que encontramos aqui apenas depoimentos de pessoas ligadas diretamente ao governo. O caráter seletivo do acontecimento evidencia uma empresa ainda fortemente atrelada ao regime. Período tido de transformação econômica da empresa, mas que ainda mantinha convictas suas posições políticas. O processo de transição da *Folha* foi, portanto, lento e gradual e não se deu logo após o endurecimento do regime. O jornal caminhou junto ao “milagre econômico” e esqueceu os “anos de chumbo” até porque era uma empresa que ainda necessitava dos investimentos que o regime militar proporcionava àqueles que os apoiassem.

No momento em que o regime era efetivamente comemorado, o jornal dava mais voz aos testemunhos e acabava por rememorar o acontecimento sem precisar necessariamente se manifestar. Mas ao dar espaço a essas falas, o próprio jornal acabava assumindo o papel de comemorador que, pela construção seletiva do acontecimento, impunha sua visão particular sobre o passado. Na edição há espaço para outras análises sobre o regime, mas elas se repetem à exaustão: enaltecem a “revolução”, glorificam seus líderes, conjecturam possibilidades, embora afirmem ser um tempo ainda “escasso para que se faça um balanço de tudo o que aconteceu.”<sup>164</sup> O jornal já havia se manifestado de forma clara durante o momento de transição, nas efemérides parecia que deixava os testemunhos falarem por si só. A sua opinião ficava intrinsecamente depositada pela seleção dos atores que iriam rememorar o acontecimento. Pela comemoração abusiva do passado se construía uma espécie de amálgama de abusos da lembrança - ela se tornava impedida, manipulada e obrigada quase que

<sup>163</sup> ORDENS DO DIA: destacam os valores da nacionalidade. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 07, 31 de março de 1974.

<sup>164</sup> O MOVIMENTO tinha raízes profundas. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, p. 05, 31 de março de 1974.

simultaneamente. O jornal tinha claro, pela tonalidade de seus discursos, qual era o passado que queria impedir de ser lembrado e, pela manipulação, aquele que “obrigava” a ascender. Assim fica depositada a memória de um regime que a empresa procurou construir ao longo dos anos, seja implicitamente, pela construção do acontecimento ou por suas próprias opiniões daquilo que viria a ser considerado como digno de lembrança. Mas é na década seguinte que um projeto de articulação de memória se tornará mais evidente, dando uma reviravolta em todo o processo de formação de identidade do periódico. Processo que a empresa procura ferrenhamente manter até os dias atuais.

### 3.4.2. 1984: A campanha das diretas e o momento de reformulação da identidade do jornal

Trabalhar metodologicamente com um salto temporal de dez anos pode a princípio parecer arriscado, uma vez que aparentemente deixariam passar vazios, brechas fundamentais, que transformariam a análise em algo lacunar. Mas é desta forma que, acredita-se, poderá se tornar mais perceptível uma interpretação das políticas de memória utilizadas pelo jornal ao longo do tempo, rememoradas sempre a partir de um presente particular. É exatamente por isso que os processos de transição da identidade do periódico não são necessariamente o foco da análise que ora estamos realizando. Foi visto no segundo capítulo deste trabalho como a *Folha* procurou, a partir de determinado período, construir uma imagem particular de desvencilhamento aos anos do regime, pautada em um projeto de jornal crítico, plural e apartidário, que muitos estudos e interpretações sobre o tema acabaram por legitimar. O fundamental aqui será perceber como esta imagem foi se solidificando e ganhando respaldo a partir da própria rememoração do acontecimento golpe de 1964 e das lembranças do regime, que caminhavam paralelamente com uma ideia de reformulação da identidade do periódico. Por isso, vale situar algumas questões como forma de melhor problematizar a condição de produção do discurso que se instaurava naquele momento.

Se em 1974 a *Folha* ainda mantinha convictas suas opiniões frente ao regime militar e as propagava de forma clara para seu leitorado, nos anos seguintes pode-se afirmar que a empresa vai entrando gradativamente em um processo de transição política. Processo que foi se modificando essencialmente por questões de mercados, visando sempre um leitorado que começava a ficar cada vez mais insatisfeito com a situação do regime. Assim como na fase de reformulação financeira da empresa, era a questão econômica que pautava as decisões políticas. Quando o “milagre” dos militares começava a ruir e perder credibilidade, a *Folha* foi percebendo que não havia mais a possibilidade de continuar apoiando um regime que

ganhava cada vez menos apoio da opinião pública. O próprio regime havia, inclusive, garantido um processo de abertura política que possibilitava ao jornal pensar em novas maneiras para articular suas posições. Neste momento houve um acordo entre os militares e órgãos da imprensa para o processo de abertura que auxiliou na forma como a empresa começava a redirecionar a narrativa do acontecimento. Como vimos, foi o próprio general Golbery que entrou em contato com Frias no momento de abertura política, para que ambos selassem um acordo que garantisse ao regime ganhar legitimidade em seu ciclo final. Assim, o jornal foi realizando gradualmente, ao longo do final dos anos 1970, consideráveis mudanças estruturais: contratou novos jornalistas - muitos até então considerados de esquerda e que mantinham posição contrária ao regime -, ampliou os espaços para articular suas opiniões e criou a página considerada um “marco” na nova postura política da empresa, “Tendências/Debates” que diariamente discutia assuntos relativos à pauta política e social da nação.

Com o crescente desgaste político do regime, o jornal não via mais necessidade de manter a imagem de cúmplice de seus feitos. Daí resulta a procura da empresa por um processo de reformulação de sua identidade que se deu, apontamos aqui, a partir de um trabalho ordenatório da memória e do esquecimento. Das lembranças de um regime que agora “emoldurava” o acontecimento sob uma perspectiva praticamente inversa àquela construída e rememorada nas décadas passadas. Esse trabalho foi se dando gradualmente, como que caminhando paralelamente ao esgotamento do regime. Segundo a análise de Silva (2011), a *Folha* neste momento ia experimentando em suas páginas as possibilidades de abertura, alternando textos que ora criticavam, ora elogiavam o governo, mas ainda faltava à empresa desconstruir uma identidade de apoio ao golpe e a todo o processo “revolucionário” que então apoiara para se considerar efetivamente uma “porta voz” da sociedade civil.

Isto se deu em especial, acredita a autora, com a crise do caso Diaféria em 1977. Lourenço Diaféria, cronista de longa data do jornal havia escrito um texto em que, ironicamente, criticava a hierarquia militar. O texto não foi muito bem recebido pelos militares que prenderam o cronista logo em seguida. Em repúdio, a *Folha* suspendera seus editoriais, publicando no dia seguinte, em branco, a coluna de Diaféria. A crise repercutiu por dias nas páginas do jornal e se entendeu a ponto de Octavio Frias abandonar formalmente a chefia do jornal, demitindo jornalistas influentes como Claudio Abramo, tido como um dos responsáveis pela nova postura política praticada pela empresa. O caso foi, de acordo com Silva (2011) um importante “acontecimento de libertação” e fez com que a *Folha* acabasse

assumindo um papel de vítima, podendo posteriormente afirmar que sofrera censura durante o regime.<sup>165</sup>

É sob este panorama que a empresa vai construindo um lento processo de reformulação de sua identidade. Processo que se deu, na prática, com a criação do chamado “Projeto Folha”, visto por Silva (2011) como um projeto que, pelas suas repercussões, estava muito mais preocupado com a reformulação de sua memória-identidade do que com os preceitos técnico-editoriais. A “política de pluralidade” implantada pelo jornal procurou trabalhar incessantemente com uma lembrança que afastava o papel da empresa em apoio ao golpe e ao regime militar. Assim, a rememoração dos acontecimentos, neste momento, vai sendo utilizada como instrumento fundamental para legitimar a ideia de história que o jornal procurava construir a partir de então. Memória que procurava cristalizar a identidade de um jornal tido como (sempre) plural, apartidário e independente.

Desta forma, o jornal vai se firmando como um órgão cada vez mais preocupado com os preceitos democráticos da nação a ponto de ser considerado um dos grandes porta-vozes da redemocratização, ao comandar os debates e manifestações em apologia às eleições diretas, no começo da década seguinte. Já no início de 1984 a *Folha* inicia uma ampla campanha em suas páginas para discutir a questão das eleições e o fim do governo militar. Na primeira edição do ano, o jornal já estampava em sua capa: “Eleições, a maior esperança em 84.”<sup>166</sup> Praticamente todas as capas da *Folha* de janeiro e fevereiro citam a campanha em algum aspecto, evidenciando com que intensidade o acontecimento será construído em suas páginas e procurando direcionar o leitor a um caminho que seria, irremediavelmente, o futuro da nação. O editorial de 08 de janeiro é a primeira manifestação clara da empresa sobre sua nova postura. Ao comentar o processo de transição política o editorial afirmava que muitos setores da sociedade civil ainda insistiam em não discutir de forma clara as eleições diretas, inclusive alguns órgãos da imprensa que “passam a engrossar o coro das cantilenas autoritárias”. Postura completamente diferente da *Folha*, que “tem apoiado a caminhada pacífica e resoluta da sociedade brasileira rumo à reconquista de um direito necessário e irrecusável.”<sup>167</sup>

É interessante perceber que para o jornal o acontecimento começava a ser construído como que uma campanha. A busca se dava por uma “reconquista” de direito que, inclusive, o jornal ajudara a retirar da sociedade nos momentos conturbados de 1964 apesar de que, naquele período, a luta também tivesse se dado em prol de um suposto regime democrático. O

---

<sup>165</sup> Não iremos focar a análise neste período de transição que, vale ressaltar, já foi muito bem realizado pelo trabalho de Silva (2011). Para mais, consultar em especial o capítulo 3 da referida obra.

<sup>166</sup> ELEIÇÕES, a maior esperança em 84. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 19.996, capa, 1º de janeiro de 1984.

<sup>167</sup> O DIREITO ÀS DIRETAS. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.003, p. 02, 08 de janeiro de 1984.

editorial, ao mesmo tempo em que assume uma postura da empresa, pretende legitimar uma atitude de pioneirismo, uma vez que determinados setores da imprensa ainda apoiavam as “cantilenas autoritárias”. A partir de então o que o jornal procura construir é uma ampla campanha em prol das manifestações populares, espécie de “testes” que procurariam validar ou não o respaldo da população frente às expectativas colocadas pelo jornal. Mais uma vez, ao que parece é que o jornal constrói um acontecimento “possibilidade”, colocando ao leitor um futuro a se conjecturar. Mas aqui o discurso é outro. Se em 1964 o Comício de Goulart era visto como uma possibilidade negativa, de insubordinação autoritária, neste momento os “comícios” das diretas denotam esperança na retomada da democracia.

São vários dias de preparação que o jornal vai, pela construção narrativa do acontecimento, selecionando a seus leitores um momento particular de esperança e futuro da nação. Do primeiro comício em Curitiba no dia 12 de janeiro, visto como “sinal de esperança” em uma verdadeira “demonstração de força cívica”<sup>168</sup>, à derradeira passeata na praça da Sé em São Paulo no dia 16 de abril, considerada a maior manifestação popular ocorrida no Brasil, as páginas da *Folha* são estampadas com um clima de euforia comparados apenas com os momentos de efeméride. Mas a maior preparação se deu com o primeiro comício realizado na cidade de São Paulo, no dia 26 de janeiro. A manifestação, denominada pelo jornal de “comício-monstro”, era a mais esperada e a *Folha* colocava grande expectativa na narrativa do acontecimento, que seria realizado no dia em que a cidade comemorava seu 430º aniversário. O editorial “São Paulo na praça” comentava que não tinha como se recusar

a perspectiva de sucesso amplo para o ato público da Sé. O espírito pacífico e ordeiro da população paulistana deverá ser a melhor garantia da tranquilidade necessária a que os objetivos do comício atinjam plenamente seu alvo. A ordem aliada ao entusiasmo cívico que o evento reclama constituirão condições básicas da vitória política esperada neste dia. A multidão virá transbordar a praça de alegria e esperança, de convicção e patriotismo.<sup>169</sup>

É perceptível o clima de euforia que o jornal procura instaurar. O texto já predis põe em sua narrativa a possibilidade de que o comício ocorrerá com “sucesso amplo” dentro de um espírito “pacífico e ordeiro”, fundamental para que o evento se constituísse como uma verdadeira manifestação de apoio à democracia. O jornal, naquele momento, já se revela seguro para afirmar sua posição com tamanha disposição, uma vez que cita uma recente pesquisa de opinião, realizada pelo Instituto Gallup onde afirma que, em todo país, 81% da população era favorável à restituição do pleito direto nas eleições.

<sup>168</sup> SINAL DE ESPERANÇA. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.008, p. 02, 13 de janeiro de 1984.

<sup>169</sup> SÃO PAULO NA PRAÇA. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.020, p. 02, 25 de janeiro de 1984.

No dia seguinte, a *Folha* dá amplo espaço àquela que seria, segundo ela, a maior manifestação já realizada em São Paulo desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O acontecimento é construído para enquadrar o “povo” como o verdadeiro herói da manifestação. Povo que, 20 anos atrás também havia recolocado o país nos trilhos da “democracia”. Mas aqui o jornal não relembra o conturbado momento em que apoiara a Marcha da Família. Por mais que tenha apoiado ambas, procura “lembrar” dos eventos de forma diferente uma vez que, como afirma Silva (2011), para a empresa a questão crucial em seu novo processo de formação da identidade agora não era mais “quem apoiou” o regime, mas sim “quem se engajara” nas mudanças a favor de sua queda.

Assim, o comício das diretas é construído como uma manifestação que passara a constar nos “anais da história política do Brasil”, ao manifestar um dos mais “raros e belos momentos de concentração dos interesses da sociedade em torno de uma única demanda.”<sup>170</sup> Povo que aderiu ao movimento em “ordem e paz” e acabara por evidenciar que este não mais poderia ser associado à “falsa tese” de que multidão era sinônimo de desordem e bagunça. Este é o mesmo discurso construído pela *Folha* que acabou por legitimar a “revolução democrática” em 1964. O “povo” da Marcha da Família era uma resposta à insubordinação do Comício e as reformas de Goulart que, sob um espírito ordeiro e pacífico, iria restituir a legalidade da nação, abalada pela possibilidade de “golpe” que partia da esquerda. Mas não cabia à empresa lembrar este momento, pelo contrário, era preciso que ficasse claro ao leitor que aquele regime - que antes apoiara - se encontrava agora praticamente em ruínas.<sup>171</sup> Uma matéria interna, presente na mesma edição e escrita pelo jornalista Ricardo Kotscho, relata de forma clara como o comício fora construído naquele momento pelas páginas do jornal:

O brado *engasgado na garganta durante vinte anos* explodiu na praça da Sé. [...] Foram quatro horas de discursos, que poderiam ter sido resumidos num só - *chega desse regime*, queremos o Brasil de volta para os brasileiros decidirem sobre o seu próprio destino. [...] *o Brasil acordara definitivamente*. Ninguém que tenha visto esta festa na praça ou pela televisão esquecerá tão cedo a cena final do comício: os principais líderes da oposição brasileira (só Tancredo Neves não apareceu) reunidos no

<sup>170</sup> DEPOIS DA PRAÇA. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.021, p. 02, 26 de janeiro de 1984.

<sup>171</sup> É desta forma que, no dia 18 de março, o jornal rememora o acontecimento em suas páginas, na véspera de a Marcha da Família completar 20 anos. A Marcha que, para o jornal tornou politicamente viável o levante das Forças Armadas é rememorada pelos depoimentos de seus próprios participantes que, descontentes com a situação, agora apoiavam a campanha das diretas. “Nós fizemos a Marcha para combater a corrupção, mas hoje há muito mais corruptos que em 1964” (Alice de Souza, presidente do Movimento de Arregimentação Feminina) ; “A situação está pior que em 1964” (Julieta Nunes Pereira, primeira-secretaria). Assim, a narrativa do acontecimento procura legitimar a ideia de que eram os líderes da Marcha que haviam mudado de opinião e não o próprio jornal. Mais uma vez a narrativa vai afastando o jornal de cúmplice das manifestações populares que deflagraram o golpe naquele momento. (BRICKMANN, Carlos. Passeata que derrubou Jango faz 20 anos, sem festa. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.073, p. 04, 18 de março de 1984.)

proscênio do grande palanque, que quase desabou de tanta gente, diante do povo encharcado, mas feliz, cantando o Hino com um gosto novo de amanhã que não demora [...] Nos metrôs que a essa hora carregavam a alegre multidão mais parecendo torcida de futebol em dia de final de campeonato, gritava-se em coro todos os palavrões imagináveis, *como se o regime tivesse, de fato, acabado*. [...] Havia muita alegria, sim, mas sentia-se também um *ódio enorme contra o regime*. [...] Violência, porém, só se via quando a massa carregava e destruía os caixões que apareceram. O comício começa a pegar fogo às três horas, quando é arrebatado a socos e pontapés um caixão em que se lê “O enterro da ditadura militar”, ao mesmo tempo em que se ouvia o coro: “Fora a Globo, fora a Globo”.<sup>172</sup>

A tentativa de apagamentos dos rastros do passado é evidente na narrativa do acontecimento. Ao afirmar que esta era uma manifestação contra o regime que estava há vinte anos “engasgada” no brado da multidão, o jornal procurava evidenciar um regime que sempre caminhara em oposição aos preceitos da nação. Não só apaga um passado, como isenta sua atuação durante o momento em que apoiava ferrenhamente o espírito implantado pela “revolução democrática”. Novamente o jornal assume aquilo que Charadeau (2008) denomina de enunciação “delocutiva”, colocando o discurso como portador de uma verdade quase que soberana, pois era o Brasil quem acordara, era o povo quem sentia ódio contra o regime e não necessariamente o jornal. Povo que, afinal, pedia o “enterro da ditadura” e gritava em coro ataques à Rede Globo. Declarar que havia apenas uma emissora inimiga da população neste momento é, supõe-se aqui, uma tentativa clara de a empresa se isentar do momento em que fora cúmplice do regime. A *Folha* assumia outra identidade, que só poderia se tornar possível trabalhando com um caráter seletivo da lembrança e do esquecimento. Se antes se presenciou um abuso de memória que procurou direcionar a narrativa dos acontecimentos, aqui o “abuso” que o jornal se utilizará será em relação ao esquecimento.<sup>173</sup> A memória discursiva construída pela *Folha* neste momento procurava trabalhar numa espécie de re-significação de sentidos ao ocultar e revelar significados. O momento é de otimismo, por isso evita-se lembrar do passado. Quando os primórdios do golpe são lembrados é apenas para evidenciar que aquele era um tempo obscuro, de truculências e incertezas.

Nos dias seguintes, há inúmeros editoriais e textos - presentes na seção “Tendências/Debates” - que discutem a questão, enquadrando o acontecimento como uma

<sup>172</sup> KOTSCHO, Ricardo. Na sé, um brado retumbante pede eleições diretas. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.021, p. 05, 26 de janeiro de 1984. grifo nosso.

<sup>173</sup> O editorial do dia seguinte já nem chega a citar a Marcha de 1964, ao comentar que “Nunca, no passado, o país terá conhecido tamanha demonstração pública de vontade popular”. LIÇÕES DA SÉ. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.022, p. 02, 27 de janeiro de 1984.

espécie de prelúdio às “comemorações” de um regime já fadado a ruir.<sup>174</sup> A tonalidade dos discursos é praticamente a mesma, como podemos exemplificar no texto de Alberto Goldman. Comentando as negociações propostas nas manifestações, o então deputado federal pelo PMDB afirmava que se “não tivéssemos fé e vontade consciente, não estaríamos lutando, há vinte anos, contra o regime ditatorial/autoritário, com a certeza de que o poder que surgiu com o golpe de 64 não seria eterno.”<sup>175</sup> Ao que parece é que nunca houve uma “revolução democrática” por parte dos militares. O país vivia agora sobre uma ditadura militar autoritária, que implantara um “golpe” há vinte anos. Em nenhum momento o texto cita ou rememora um passado primoroso do regime. Este, se não foi criticado desde o início, mostrava evidentes sinais de ilegitimidade “e se agrava, sobremaneira, a partir do esgotamento do regime, visível desde 1973.”<sup>176</sup> O momento de euforia que o próprio jornal legitimara em exaustão ainda no ano de 1974 não é citado. Até porque, ao dar voz a outras pessoas, o jornal acabava se camuflando no discurso das testemunhas, ao mesmo tempo em que os assumia em suas páginas como pertencentes a si. Por mais que os artigos assinados na seção “Tendências/Debates” venham estampados com o aviso de que “não traduzem necessariamente a opinião do jornal”, é possível supor que ao enquadrar e direcionar a temática dos debates, a *Folha* estaria evidenciando aquilo que não era “necessariamente” sua opinião, mas que deveria ao menos ser mostrado a seus leitores como digno de lembrança. São rastros apagados, esquecidos, pela forma como a narrativa é condicionada.

Mas ao mesmo tempo em que os discursos do jornal indicam preocupação em evidenciar um tipo particular de regime, há a busca por legitimar uma política de pluralidade que este vinha incessantemente procurando construir a partir de então. Na mesma sessão “Tendências/Debates” do dia 10 de março, o jornal propõe uma pergunta a seus articulistas: “No final deste mês o regime de 1964 estará completando 20 anos. Que temas o sr. considera oportuno debater a propósito dessa data?”. Jarbas Passarinho, ex-ministro nos governo de

---

<sup>174</sup> Apenas a título de exemplificação quantitativa, vale citar alguns editoriais e textos que mencionavam as diretas naquele momento, enquadrando o acontecimento de uma maneira particular: “Mobilizar mais” (03 de fevereiro); “Diretas não podem parar” (09 de fevereiro); “Diretas, data marcada” (10 de fevereiro); “Amarelo, sim” (10 de fevereiro); “Tempo das diretas” (15 de fevereiro); “Na rota da democracia” (17 de fevereiro); “Entidades e diretas” (22 de fevereiro); “Coordenação das diretas” (23 de fevereiro); “O Brasil das diretas” (24 de fevereiro); “O senado e as diretas” (01 de março); “A força das diretas” (07 de março); “A caminho das diretas” (11 de março); “Diretas-já” (13 de março). Textos, “Tendências/Debates”: “Não me venham com indiretas” (08 de fevereiro - Helio Pelegrino); “O povo nas ruas e a negociação política” (10 de fevereiro - Alberto Goldman); “O negro e as eleições diretas (02 de março - Abdias do Nascimento); “A mulher e as diretas” (08 de março - Sílvia Pimentel); “Significado político das eleições diretas (21 de março - Florestan Fernandes).

<sup>175</sup> GOLDMAN, Alberto. O povo nas ruas e a negociação política. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.036, p. 03, 10 de fevereiro de 1984.

<sup>176</sup> Idem.

Costa e Silva e Médici, fazia um “balanço favorável” daqueles anos, no sentido da modernização do país que transformou uma nação em aparente desordem política e econômica. O “milagre” que muitos neste momento “aspeavam” deveria ser reconhecido, pois “quem os nega é capaz de negar a luz do sol.”<sup>177</sup> O texto do ex-ministro faz uma apologia ao regime, ao mesmo tempo em que propunha discutir em que ponto ele deslizou, tornando-se impopular e jogando fora os “trunfos” obtidos na década anterior. Por mais que o defenda, vê um regime fadado ao fracasso.

Já para Fábio Konder Comparato, jurista e professor da USP (o mesmo que seria severamente criticado pelo jornal durante o caso “ditabranda”), era preciso realizar uma análise crítica do período visto que, vinte anos decorridos “o regime de 1964 é um finado. No plano econômico, o sistema esgotou-se irremediavelmente. [...] Seja como for, o momento não é de celebrações, mas de reflexão crítica.”<sup>178</sup> Com a proposta de confrontar opiniões contraditórias sobre o regime, legitima-se a ideia de que, pelo menos neste momento, o jornal estava aberto ao debate. A empresa se assume plural e independente, ao mesmo tempo em que mantém evidente, a partir do discurso de ambos, que positivo ou não para a nação, este era um regime que tinha seus dias contados.

É sob esse clima que o regime será remorado nas páginas do jornal, ao mesmo tempo em que a campanha em apologia às diretas vai se intensificando. No dia 25 de março a *Folha* inicia uma série de reportagens e artigos especiais que buscam comemorar os 20 anos do “movimento revolucionário” de 1964. De acordo com o repórter Ruy Lopes, em uma chamada na capa da edição, esta data deveria ser lembrada de uma forma um tanto quanto particular: “Se não nos alimentássemos de fantasias, o convite para as comemorações de 31 de março deveria ter como fecho uma frase definitiva: o governo dispensa o envio de flores e coroas.”<sup>179</sup> Para o repórter, só “fantasias e lendas” poderiam manter vivo este movimento que havia morrido, ainda em “tenra infância”, com o decreto do Ato Institucional nº 5 em 1968. Mas esta não é apenas uma visão do repórter, construída pela narrativa do acontecimento, uma vez que logo em seguida afirmava que:

A nação inteira sabe que aquele movimento morreu. A começar pelos governantes que, por escrúpulo, há muito não incluem nos discursos oficiais a palavra revolução. O que falta é dar atestado de óbito e dar sepultura cristã aos restos mortais até hoje expostos na sala de visitas do regime. A semelhança dos homens, que são considerados clinicamente mortos quando

<sup>177</sup> PASSARINHO, Jarbas. Descompassos entre a economia e a política. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.065, p. 03, 10 de março de 1984.

<sup>178</sup> COMPARATO, Fábio Konder. Descompassos entre a economia e a política. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.065, p. 03, 10 de março de 1984.

<sup>179</sup> 20 ANOS DEPOIS, sem flores nem coroas. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.080, capa, 25 de março de 1984.

cessa a atividade do cérebro, o centro das idéias, as revoluções falecem quando os ideais que lhe deram origem deixam de existir.<sup>180</sup>

Ao construir a ideia de um regime morto, ficava mais fácil para o repórter fazer uma análise sobre o passado, visto que o futuro já estava praticamente certo e definido. Esta era, vale enfatizar, a opinião da “nação inteira” e não apenas do jornalista e/ou da *Folha*. Assim, a matéria rememorava tranquilamente o período que precedeu ao golpe, afirmando que, em uma análise “desapaixonada” se verá que a revolução correspondeu a “largas faixas da população” naquele momento. Ao vivenciar um horizonte político carregado de “ameaças de reformas radicais”, a revolução surgia, portanto, como uma espécie de alternativa de “sobrevivência” que procurou restituir a ordem à nação. Por mais que o discurso não afirmasse quem era esta “larga faixa” da população, a narrativa pretendia evidenciar que o golpe era evidente, ou no mínimo necessário, apesar de que perdera a legitimidade logo em seus momentos iniciais. Os discursos eram direcionados para acabar com a legitimidade do regime, ao mesmo tempo em que procuravam “abrandar” seu processo de deflagração, pois, se a *Folha* não apoiava, pelo menos compreendia o período conturbado pelo qual vivenciara a nação.

As efemérides dos 20 anos do “movimento de 64” contavam também com um novo artifício memorativo. Durante praticamente toda a semana das comemorações o jornal estampou diariamente um “álbum de figurinhas”, com o intuito de construir uma espécie de “memória em imagens” daqueles anos (ver fig. 13). Os textos que apresentavam as fotografias eram escritos pelo jornalista Ruy Castro e evidenciavam um novo discurso que até então não fazia parte da postura da empresa frente a suas políticas de memória. Vale citar alguns exemplos:

Muitos dos protagonistas de 1964 estão aí até hoje - 20 anos mais velhos, alguns grisalhos, outros carecas. Houve os que viraram radicalmente a casaca e há os que nunca trocaram uma linha dos velhos discursos. Outros desses protagonistas não viveram para soprar as 20 velinhas do bolo - bolo, aliás, que o regime prometia “repartir” assim que ficasse grande. O Brasil esperou sentado e levou um bolo. Assim, como parte das comemorações dos 20 anos de 1964, inaugura-se hoje (e prossegue durante a semana) um álbum de figurinhas desse período, com fotos inéditas, exclusivas ou clássicas das personagens que, contra ou a favor, povoaram nossos sonhos ou pesadelos desde aquele “day after” ao 31 de março.<sup>181</sup>

<sup>180</sup> LOPES, Ruy. Só fantasias e lendas mantêm vivo o movimento. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.080, p. 04, 25 de março de 1984.

<sup>181</sup> CASTRO, Ruy. Nos flagrantes, os personagens de muitos sonhos e pesadelos. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.080, p. 04, 25 de março de 1984.

Um ano quente para todos. De um lado, os estudantes, artistas e intelectuais. Do outro, o governo do marechal Costa e Silva. A morte de um estudante e o recrudescimento das passeatas transformaram as ruas de todo o País numa praça de guerra. A repressão aos movimentos de protesto foi violenta, mas a tortura ainda não tinha se tornado um hábito. No dia 13 de dezembro, Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5, fazendo letra morta da Constituição que o próprio regime outorgara um ano antes. O ano de 1968 terminou ali, naquele dia. Mas, de alguma maneira, o espírito de 68 perdurou por muito tempo entre todos que o viveram e foi decisivo para o destino dos que se armaram para enfrentar o período seguinte: os anos Médici.<sup>182</sup>

“Brasil, ame-o ou deixe-o”. O último a sair apagaria a luz do aeroporto. O regime anunciava: “Este é um país que vai pra frente” passo no mínimo arriscado para um país que, segundo os próprios militares, estava “à beira do abismo” em 1964. O regime exibia suas obras faraônicas como emblemas de um “milagre econômico” - que, sabidamente, começava a endividar o país e só beneficiava a poucos e felizes. Tempos de censura feroz à imprensa. De repente, grupos armados, na cidade e no campo, levantaram-se ingenuamente contra o regime e foram esmagados depois de uma luta que caracterizou o período mais sangrento da história do Brasil. Sob Médici e seu radinho de pilha, a tortura tornou-se uma prática normal no país tricampeão mundial.<sup>183</sup>



**Fig. 13:** Folha – março de 1984 (20 anos do golpe - “álbum de figurinhas”) Memória em imagens: a comemoração dos 20 anos do regime por um “álbum de figurinhas”.

O álbum parece assumir um papel particular nesta nova política de memória do jornal. É interessante perceber que os momentos de crise mais aguda da política nacional foram, pela

<sup>182</sup> CASTRO, Ruy. O agitado 68, ano de protestos e graves mudanças institucionais. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.082, p. 04, 27 de março de 1984.

<sup>183</sup> CASTRO, Ruy. Ascensão e queda da lutar armada contra o regime. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.083, p. 04, 28 de março de 1984.

primeira vez em todas as efemérides, citados nesta ocasião. O período do “milagre econômico” que a empresa tanto apoiou e vangloriou no passado aqui é rememorado como um período “sangrento”, caracterizado por “protestos violentos” onde se havia deflagrado a tortura e a censura à imprensa. O jornal esquece o “milagre” e introduz na narrativa da lembrança a ideia de que aqueles anos foram sim os de “chumbo”. Para a *Folha* se tornava aparentemente mais fácil rememorar um passado conturbado apenas nas “figurinhas” de um álbum de memórias. Estas posições do jornal são importantes para dar continuidade a uma política de memória que procurava evidenciar ao leitor que este era um regime em ruínas e nos mostra como o discurso se constitui por diferentes pontos de vista que se entrecruzam a todo o momento. É assim que a memória discursiva se articula num processo de re-significação de dizeres, produzido por relações incompletas e conflituosas. Não havia a possibilidade de a *Folha* assumir estas posições em outro contexto. A condição de produção do discurso a fez remeter, neste momento, a um olhar particular sobre o passado.

O que o jornal vai buscar construir nas páginas seguintes é uma narrativa que procura, a partir de uma lembrança particular, colocar o regime sob o fardo do fracasso. Para isso, será preciso deslegitimar a ideia de que houve um período de “milagre econômico”. Pelo contrário, agora para a *Folha* aquele foi um momento de atrocidades e que serviu apenas para aumentar a desigualdade e os desequilíbrios socioeconômicos, deflagrando uma crise sem precedentes. Mas, ao mesmo tempo, há a preocupação do jornal em continuar mantendo sua política de pluralidade. É desta forma que seus discursos vão sendo construídos sempre por um emaranhando de vozes, testemunhos e comemorações que tem o intuito de mostrar aos leitores uma opinião diversificada sobre o período.

Na edição de 26 de março, a *Folha* inicia uma campanha ao evidenciar que ouviu uma série de personalidades que procuraram efetivar um “balanço crítico” sobre os 20 anos do Movimento de 64. Aquelas eram vozes, segundo o jornal, de “partidários e opositores”, mas que ainda assim lembravam o momento unanimemente: “Sem exceção, os cinco apontam o seu fracasso, indicam erros, lembram sua participação e mostram os caminhos a ser seguidos a partir de agora.”<sup>184</sup> Para Herbert Levy, presidente da UDN em 1964, a “revolução tem estado muito errada e é preciso corrigir os rumos. Embora tenha havido acertos, os erros são graves e precisam ser sanados.”<sup>185</sup> Cel. José Geraldo de Oliveira, ex-comandante da PM mineira em 1964, completava que o movimento só não foi um “fracasso total porque no seu

<sup>184</sup> UM BALANÇO crítico na voz de partidários e opositores. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.081, p. 04, 26 de março de 1984.

<sup>185</sup> LEVY, Herbert. É preciso mudar homens e rumos. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.081, p. 04, 26 de março de 1984.

nascimento houve participação popular”<sup>186</sup>, mas seus desempenhos no plano econômico evidenciaram um “retumbante fracasso”. Por isso, a revolução estava “morta, exauriu-se”, como afirmava o General Andrada Serpa, chefe de Pessoal do Exército no governo Geisel. Os testemunhos são focados na questão econômica do regime, enquadrando o acontecimento sob um aspecto negativo. Para que a *Folha* pudesse continuar com sua campanha em prol das eleições diretas, era preciso ficar claro – e a rememoração enfatizava isso muito bem – que não havia mais nada que pudesse ser feito. Os textos jogavam com um futuro que, na verdade, já caminhava independentemente rumo ao fim do regime militar.

No dia 28 de março, quando o jornal procura continuar com a série de testemunhos que rememoravam o movimento, as posições contrárias são bem mais perceptíveis. O título já afirmava o que iríamos encontrar: “Tancredo se esquiva, Amaral Neto defende, Julião critica.”<sup>187</sup> Mas ainda assim fica claro que até mesmo os discursos que defendiam o regime pretendiam deflagrá-lo como um processo que não mais tinha saída. Amaral Neto, deputado federal pela UDN em 1964, afirmava, por exemplo, que não se podia condenar necessariamente a Revolução em si, mas seus “erros e desvios” que pecaram principalmente pela “não institucionalização”: “Toda revolução tende a se cansar no poder e se elas não encontram saída na saída, no meio não encontram mais.”<sup>188</sup> Já quando a *Folha* procurava mostrar porque Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, se esquivara, acabava por aferir uma crítica à impassível posição do político que afirmara ao jornal: “Eu não fiz a Revolução, meu filho”. De acordo com a matéria, Tancredo ao não se manifestar sobre o período acabou escondendo seus ideais por trás do discurso, visto que procurou “evitar uma situação desagradável e delicada. Elogiar esses 20 anos o governador não admite, e criticá-los por criticar ou mesmo para fazer um balanço histórico, é petardo de balanço imprevisível.”<sup>189</sup>

Caminhando paradoxalmente à política de memória implementada pelo jornal, parece que é a própria empresa quem procurava se esquivar de uma posição mais firme sobre as comemorações do regime naquele momento. Talvez, por evitar uma “situação desagradável”, a *Folha* não tenha se manifestado de forma clara ao longo das rememorações, isso em um momento em que a própria empresa procurava passar a ideia de que era a grande “porta voz” da redemocratização. Ao que parece é que já estava claro, pela incessante campanha das

<sup>186</sup> OLIVEIRA, José Geraldo de. Participação popular salvou o movimento. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.081, p. 04, 26 de março de 1984.

<sup>187</sup> TANCREDO se esquiva, Amaral Neto defende, Julião critica. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.083, p. 04, 28 de março de 1984.

<sup>188</sup> NETO, Amaral. Sem pão na mesa, não se tem o que mostrar. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.083, p. 04, 28 de março de 1984.

<sup>189</sup> NEVES, Tancredo. Eu não fiz a Revolução, meu filho. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.083, p. 04, 28 de março de 1984.

diretas, como esta via o futuro e, portanto, era como se não houvesse necessidade de o jornal emitir uma opinião concreta sobre como encarava o passado. Era mais seguro para a empresa que as próprias testemunhas rememorassem o acontecimento. Sob o viés da comemoração, elas assumiriam os discursos com um tom de “verdade” sobre o passado e o jornal, ao confrontá-las, estaria passando a imagem de que era uma empresa plural e apartidária. Assim como o político, o jornal também preferia não falar, mas ao direcionar a narrativa das lembranças, usando e abusando de um passado da forma que melhor coubesse em seu processo de reformulação da identidade, acabava assumindo o discurso como pertencente a si.

Desta forma, não houve praticamente nenhum editorial que comentasse o assunto no momento das comemorações, sendo que as opiniões da empresa ganhavam respaldo apenas pelas inúmeras matérias e depoimentos que rememoram o acontecimento. É apenas no dia 31 de março que a *Folha* se manifesta oficialmente sobre o assunto. O editorial “Vinte anos depois” procurava efetivar uma avaliação do movimento “político militar” ao afirmar que passado este tempo, já se tornara possível fazer um “inventário” de seus resultados e desempenhos. Como que construindo praticamente uma retórica padrão de sua postura frente às lembranças do regime, o jornal inicia o texto argumentando que a agora “intervenção” das Forças Armadas em 1964 “correspondeu às exigências de significativos setores da sociedade brasileira, inseguros quanto ao destino do país”.<sup>190</sup> Intervenção que, feita pela “salvaguarda da democracia” buscou “pouco depois” tomar outro rumo:

mutilava-se a democracia, a ponto de torná-la o oposto de si mesma, já então em nome de uma revolução que deveria estruturar no País um regime democrático moderno, assentado sobre uma economia fortalecida e estável. Em verdade, apesar do batismo oficial de Revolução, o movimento não realizou uma obra digna desse conceito.<sup>191</sup>

Do batismo à exorção, os benefícios da “revolução” de 1964 são aos poucos apagados da narrativa do jornal. Revolução que o jornal, durante muitos anos, apoiara, mas que agora precisava a todo custo excluir de seus rastros memorativos. É por isso que o editorial procurava, ao menos, evidenciar que este foi um processo legitimado por setores “significativos” da sociedade. Mas, ao não deixar claro quais foram estes setores, apagando sua condição de cúmplice do golpe, o jornal auxiliava no redirecionamento dos rastros de um passado que não se dava necessariamente pelo abuso do esquecimento, mas por uma memória “manipulada” que enquadrava o acontecimento a partir de um condicionamento seletivo da lembrança. O apoio ao golpe ficava quase que abstrusamente camuflado em uma memória

---

<sup>190</sup> VINTE ANOS DEPOIS. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 02, 31 de março de 1984.

<sup>191</sup> Idem.

discursiva do acontecimento e, se os seus primórdios não eram revelados de forma clara, muito menos a apologia que o jornal fazia ao regime o era. Assim também vai se apagando o apoio da empresa nos momentos de maior euforia em que o “milagre econômico” era visto pela *Folha* como um dos grandes projetos da história nacional. Se o editorial afirmava que “anos depois” a “revolução” mostrava sua verdadeira cara, era porque havia aqui uma tentativa de mostrar que o “milagre” não passava de um projeto desvirtuado, de um regime autoritário que não fora capaz ao menos de realizar obras dignas. No entanto, foi possível ver de forma clara anteriormente como a *Folha* construía um discurso em franca apologia ao milagre econômico na década passada, o que nos evidencia mais uma vez como o discurso, em sua relação com a memória, se constitui pela constante intriga entre o presente, o passado (a ser lembrado) e o futuro (a ser conjecturado).

Era como se a lembrança do golpe neste momento procurasse efetivar um duplo apagamento dos rastros, ao esquecer a construção positiva do acontecimento em 1964 e a comemoração efusiva do “milagre econômico” dez anos depois. Feito este trabalho de forma correta, evidenciando ao leitor que o regime militar estava não só falido, mas que já se desvirtuara logo no início, a *Folha* parecia se sentir mais à vontade para dar continuidade à sua política de memória, que colocava em jogo sua própria identidade para os anos vindouros. O editorial era, portanto, enfático em mostrar que o regime, em um ciclo “por concluir”, deveria efetivamente acabar. Só cabia ao presidente João Batista Figueiredo, “a tarefa histórica de encerrá-lo em definitivo, desobstruindo o caminho para a efetiva democratização do País.”<sup>192</sup>

A memória, utilizada como um projeto para a campanha das diretas, ganhava ainda mais legitimidade pelos testemunhos que, nesta data, se aglomeravam pelas páginas do jornal. Não havia dúvida, o Brasil vivia a “maior crise de sua história”<sup>193</sup>. Eram “20 anos de desigualdade crescente”<sup>194</sup> presenciados pela visível inflação, dívida externa, desemprego e queda do PIB, que deixavam o país em um clima conturbado, “quase o mesmo de 64”.<sup>195</sup> Assim como em vinte anos atrás, não havia motivos para comemorar. “Não há muito o que festejar nesta data” de um “infeliz aniversário”<sup>196</sup>, afirmava Galeano de Freitas em sua coluna

<sup>192</sup> VINTE ANOS DEPOIS. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 02, 31 de março de 1984.

<sup>193</sup> MEISSNER, Teodoro. Brasil vive a maior crise de sua história. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 05, 31 de março de 1984.

<sup>194</sup> SUPLICY, Eduardo. Vinte anos de desigualdade crescente. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 06, 31 de março de 1984.

<sup>195</sup> CAVALCANTI, Sandra. O clima hoje é quase o de 64. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 02, 31 de março de 1984.

<sup>196</sup> FREITAS, Galeano de. Infeliz aniversário. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 02, 31 de março de 1984.

de opinião. Já para Paulo Sérgio Pinheiro, também colunista, a solução a se tomar deveria ser mais drástica, exigindo praticamente uma derrocada de um regime horroroso e terrorista:

estou fazendo o que não queria fazer. Falemos do presente e do futuro. O que os senhores do Poder têm de entender rapidinho é que eles foram derrotados, que perderam a guerra. E que devem retirar-se logo, de forma ordenada melhor. Ninguém está pedindo uma debandada. Nem se pretende tocá-los para fora ou levá-los para o banco dos réus. [...] Simplesmente esvaziem os locais, larguem as dachas da península. Fiquem calmos, não vai haver nenhuma queda de Brasília.<sup>197</sup>

A edição seguinte continua refletindo a ideia de um projeto de memória que o jornal procurava lançar. São inúmeros depoimentos que tentam ser enfáticos na postura de que o regime estava fadado a ruir. Mais uma vez os discursos chegam a se repetir, como se tentassem depositar à exaustão uma lembrança particular sobre aquele passado e construir o acontecimento sob o signo do fracasso. Mas vale lembrar novamente que a *Folha* ainda procurava manter a postura de que era uma empresa plural, apartidária e independente sendo que, para isso, ainda precisava dar espaço a testemunhos que faziam apologia ao regime. Mesmo assim ainda há um uso que “manipula” a memória, a partir do direcionamento da lembrança. A narrativa construída para rememorar o acontecimento faz com que se perceba uma inclinação muito mais contrária do que favorável ao regime.<sup>198</sup> Os discursos de oposição parecem apenas estar ali para balancear a situação. São discursos soltos, isolados, como se estivessem anacrônicos, em uma conjuntura desvirtuada. A *Folha* parecia estar completamente ciente de como utilizar os testemunhos para garantir legitimidade aos seus projetos. Era preciso que as lembranças mostrassem um regime esgotado e que, ao mesmo tempo, o jornal se passasse por uma empresa plural, aberta e que discutia de forma clara os destinos da nação.

Destinos que já se encontravam traçados. Não era esta apenas a opinião do jornal, mas de uma parcela da população que garantia à *Folha* a continuidade de sua campanha. Na capa

---

<sup>197</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. 20 anos de redentora, ufa. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 02, 31 de março de 1984.

<sup>198</sup> Em todo o processo de comemoração do acontecimento, apenas dois pequenos testemunhos de ex-ministros em apologia ao regime ganham destaque na página do jornal. Vale citar alguns trechos: “É claro que a Revolução de 64, como toda revolução, praticou injustiças, cometeu erros e enveredou episodicamente por desvio. [...] Mas o saldo global é altamente positivo e isso só não enxerga os que têm olhos e não querem ver.” (FALCÃO, Armando. O saldo global é altamente positivo. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.085, p. 04, 30 de março de 1984.); “O 20º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964 constitui singular oportunidade para que se rememorem as razões que motivaram, suas diversas fases e os êxitos obtidos, na realização do desenvolvimento nacional. [...] São inegáveis os êxitos obtidos, nesses 20 anos, na realização do desenvolvimento do país.” (ANDREAZZA, Mário. São inegáveis os êxitos. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.087, p. 09, 1º de abril de 1984.)

do dia 01 de abril, o jornal estampava o resultado de uma nova pesquisa de opinião realizada para discutir o processo de transição democrática, afirmando que “Só 10,8% acham bons os 20 anos”. Com resultados “favoráveis” aos seus objetivos, a empresa conclui que “O ciclo político-militar, que ontem completou 20 anos, está em fase de extinção, segundo a opinião de 45,3% dos entrevistados pela Pesquisa Folha desta semana”.<sup>199</sup> Foram 20 anos “ruins” que agora chegavam ao fim. Com a pesquisa, a *Folha* não precisava mais rememorar o acontecimento a partir de seu enquadramento particular. A própria forma como a pesquisa é colocada nas páginas do jornal já tem o intuito de articular uma política de lembrança que procurava evidenciar ainda mais um processo que chegara efetivamente ao fim. “64, rumo à posteridade”, escrevia o jornal em editorial do dia seguinte, ao comentar os resultados da pesquisa e afirmar que “não poderia haver sinal mais claro de que o movimento de 1964 se incorpora à história e deixa de ser um dado significativo para as opções políticas das novas gerações.”<sup>200</sup>

Assim, a *Folha* deixa incrustado no passado o acontecimento, como se não houvesse mais o que discutir. Era a própria população que não mais queria este regime, os olhares agora poderiam se voltar novamente ao futuro. As lembranças do golpe, neste momento, parecem ter sido utilizadas para dar ainda mais respaldo à continuidade da campanha das diretas que o jornal iria retomar até o fim do governo militar. O jornal utilizou a memória como um projeto claro para a construção de sua identidade, efetuando neste sentido um típico “abuso” da memória. A memória foi manipulada, pelo enquadramento da narrativa e obrigada, pelo dever que praticamente impedia de que se lembrasse de um passado primoroso do regime. Portanto, a comemoração se constituiu aqui por um jogo de poder legitimado pelo enraizamento do passado que inscreveu uma narrativa particular do acontecimento, pois, como nos alerta o historiador François Dosse, “todas as instituições contêm sua própria memória, verdadeira reconstrução histórica, que nunca é o simples registro do passado: é a fonte de identidade delas (DOSSE, 2001, p. 35).

Pela própria utilização de um passado no presente, a empresa conseguiu articular uma série de possibilidades que a fizeram sair do processo de transição política como o “jornal das diretas” e um dos grandes porta-vozes da redemocratização. Seu passado de cúmplice e apoiador do golpe, se não apagado, foi sendo gradativamente silenciado pela memória discursiva do jornal que soube trabalhar de forma eficiente com a seleção e enquadramento da lembrança e do esquecimento. A memória, como se procurou demonstrar até aqui, não é um

---

<sup>199</sup> SÓ 10,8% acham bons os 20 anos. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.087, capa, 1º de abril de 1984.

<sup>200</sup> 64, rumo à posteridade. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.088, p. 02, 02 de abril de 1984.

ato involuntário e está intrinsecamente relacionada à produção do discurso jornalístico. Com o ciclo praticamente fechado, o acontecimento estava agora “incorporado à história” e só voltaria a ser olhado pelas efemérides que o colocavam sob o viés da comemoração.

### 3.4.3.1994/2004: A volta da democracia e o período de prosperidade do jornal

Com a retomada do regime democrático a *Folha* teve um de seus momentos mais primorosos. A empresa, que iniciara a caminhada rumo a uma reformulação financeiro-administrativa no início dos anos 1960, soube trabalhar muito bem com o governo militar para que pudesse reestruturar seu jornal. Ganhou muito acatando o regime, se modernizou e ainda conseguiu encerrar o processo passando a seus leitores a imagem de que sempre fora contrária aos militares. Assim, a empresa adentra o final do século XX como um dos jornais diários mais modernos do país, de maior tiragem, de melhor estrutura e com grande credibilidade frente a sua política editorial. Neste momento o jornal era tido como um grande “modelo” do fazer jornalístico que, desde a concepção do Projeto Folha, foi visto como um dos “fenômenos mais importantes” do jornalismo brasileiro (SILVA, 2005) Considerada precursora, a *Folha* saiu do regime militar com a história praticamente construída, bastava apenas que continuasse lembrando a seus leitores quem ela era, para que caminhasse junto a seu processo identitário que a denominava uma empresa independente, plural e apartidária.

Desde o fim do regime, em meados da década de 1980, muita coisa mudara. O país havia entrado em uma frágil democracia, que chegou inclusive a derrubar seu primeiro presidente eleito por voto direto. O Brasil ia se reencontrando politicamente, mas uma coisa estava certa, a ditadura militar era vista como um tempo passado, truculento, que não deveria mais voltar. A nação caminhava junto à democracia que passara de um projeto para se tornar uma realidade, discutida e construída diariamente. Este é o momento, como já tratamos anteriormente, em que emerge com grande força as memórias ditas de esquerda, colocando o regime militar sob outras conjunturas. Os militares, silenciados, ganham pouca voz e, em especial na imprensa, o acontecimento volta a ser construído com força apenas nas situações de efemérides, visto que era um passado “cristalizado”, tema apenas da história e das lembranças. Com certa hostilidade, este tema ainda mais incomodava do que interessava a imensa maioria fazendo com que, de acordo com o historiador Daniel Aarão Reis (2004), a sociedade brasileira possuísse certa dificuldade para recordar o período nos momentos iniciais.

Em 1994, passados praticamente 10 anos da queda do governo militar e quando a deflagração do movimento completava 30 anos, a *Folha* enquadrava novamente o acontecimento de forma a rememorar aquele passado político da nação. Um dos primeiros textos que comentam o acontecimento já evidenciava de que forma este será retratado naquele momento. Gilberto Dimenstein, ao comentar sobre um possível aumento salarial dos deputados que causara furor na opinião pública, afirmava que alguns oficiais de reserva se aproveitaram do momento para pedir ao então presidente Itamar Franco o fechamento do congresso. De acordo com o texto, os oficiais tentaram se aproveitar da situação para transformar ilegitimamente a situação em uma questão militar, atitude que causou indignação ao colunista.

Melhor um Congresso cheio de ladrões, mas com uma minoria honesta do que um Congresso fechado por militares. É mais fácil tirar os ladrões através dos votos do que os militares – afinal, duro mesmo não é enfrentar as urnas para combater delinquentes, mas as armas que sustentam ditadores.  
201

O tom de hostilidade é evidente e, segundo a coluna, tinha muito a ver com o clima das comemorações dos 30 anos do “movimento militar” de 1964 que colocava os militares novamente no palco das discussões. Comemorações que aqui se tornam de certa forma ambíguas. Afinal, por mais que o regime fosse lembrado naquele momento como um passado encerrado, lembrado apenas como um “dever” para garantir continuidade à democracia, a política de pluralidade do jornal continuava e era preciso que se abrissem vozes contrárias àquela postura que prevalecia nas memórias ditas de esquerda. A sessão Tendências/Debates do dia 26 de março colocava o tema para discussão: “Aos 30 anos do movimento de 64, é possível uma avaliação positiva do regime militar?” Com a pergunta, a *Folha* colocava em confronto três opiniões diversas sobre o regime. Para Darcy Ribeiro, antropólogo e então senador do Rio de Janeiro, a resposta era, convictamente, não, pois “A ditadura fez com que perdêssemos o sentimento de que o Brasil é um país especial, singular mesmo.”<sup>202</sup> Jarbas Passarinho, ex-ministro e coronel da reserva, em apologia ao regime, citava seus benefícios no plano econômico e afirmava que “Para ver-se, sem possibilidade de contestação, o saldo favorável da contra-revolução de 64, basta comparar o Brasil de antes e depois desse marco histórico.”<sup>203</sup> Já para Roberto de Abreu Sodré, ex-governador do Estado de São Paulo, o saldo fora favorável, em termos, visto que a “revolução” de 64 “começou bem e terminou muito

<sup>201</sup> DIMENSTEIN, Gilberto. Melhor ladrões do que ditadores. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.729, p. 02, 22 de março de 1994.

<sup>202</sup> RIBEIRO, Darcy. O desastre da ditadura. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.733, p. 03, 26 de março de 1994.

<sup>203</sup> PASSARINHO, Jarbas. Brasil antes e depois. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.733, p. 03, 26 de março de 1994.

mal”: “Ao final do governo Castello Branco começava o desvirtuamento dos ideais do movimento de 1964”.<sup>204</sup>

Em uma mesma página a *Folha* propiciava um debate que colocou em evidência várias frações da sociedade e de como elas enxergavam o regime naquele momento particular. Para um, ele foi uma “ditadura”; para outro, uma “contra-revolução” ou meramente uma “revolução” militar. Ao proporcionar um embate de memórias, o jornal acabava por se colocar como apenas um intermediador dessas lembranças. Constrói uma narrativa que procura dar a possibilidade de o leitor analisar, tomar posições, até porque parecia não haver necessidade de a empresa condenar aquele passado uma vez que sua identidade já havia se firmado.<sup>205</sup>

Mas, logo no dia seguinte, o jornal se manifesta em editorial, mostrando mais uma vez que o processo de legitimação dessas lembranças é paradoxal, se dá por conflito, pela construção de uma memória discursiva tensionada por diferentes temporalidades que se relacionam diretamente com aquilo que o jornal pretende passar a seu leitorado. O editorial “Nunca Mais” aparentemente parece ser, pelo título, um texto que irá desferir severas críticas ao regime militar, mas não o é. O que o jornal apresenta aqui é uma análise detalhada daquele período, tentando explicar o porquê de uma maioria de brasileiros ter afirmado, em recente pesquisa publicada pela DataFolha, que vivia melhor durante o regime anterior do que agora. Para o jornal, este “saudosismo” não era de se surpreender, pois “em tempos de crise, o normal é que se idealize o passado [...] a ponto de as pessoas se esquecerem das reais condições em que viviam.”<sup>206</sup> A insatisfação da população se dava, segundo o editorial, pela “tumultuada” história recente da nação que passara por processos conturbados

Uma história tão carregada de inusitados que, se fosse contada pela pena de um Gabriel García Márquez ou qualquer outro autor do realismo mágico latino-americano, pareceria ficção e não mais a pura - e dura - realidade. É natural, portanto, que a seqüência de emoções fortes oferecida à sociedade durante o curto período democrático faça com que o ciclo militar pareça ter

<sup>204</sup> SODRÉ, Roberto de Abreu. A história é a grande conselheira. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.733, p. 03, 26 de março de 1994.

<sup>205</sup> O Manual Geral da Redação, lançado pela *Folha* em seu processo de reformulação editorial, possui uma série de normas e padronizações de estilo que procuram orientar seus jornalistas. Na segunda edição de 1987, o verbete “Ditadura” afirma o seguinte: “A palavra “ditadura” deve ser evitada. É preferível usar designações baseadas em fatos incontestáveis para caracterizar regimes autoritários: “Regime militar”, “regime cujo presidente está no poder há 25 anos”, “regime de partido único”. (*Folha de S. Paulo*. Manual Geral da Redação, 1987, p. 74) Fica evidente que a *Folha* não procurava ainda tomar uma posição clara com relação ao movimento. Em 1994 o jornal não se refere em nenhum momento à “ditadura” militar, deixando esta responsabilidade a terceiros, que não refletiam necessariamente a opinião da empresa. Apesar de toda sua campanha em repúdio ao regime que protagonizou anos atrás, parece que o jornal prefere não encarar terrenos arenosos e se dirigir apenas a “fatos incontestáveis”.

<sup>206</sup> NUNCA MAIS. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.734, p. 02, 27 de março de 1994.

sido melhor, mais tranqüilo, mais próspero. [...] O problema é que a liberdade, por si só, não enche barriga, não diminui a exclusão social, não abate a inflação. [...] A liberdade tem de ser, também, eficaz na resolução dos problemas que angustiam os cidadãos. A democracia brasileira, dói dizê-lo, não conseguiu ainda mostrar que é capaz de conciliar as liberdades públicas com a solução dos problemas básicos da maior parte da população. Trinta anos após 1964, esse é o grande desafio a enfrentar, para evitar que a democracia corra riscos.<sup>207</sup>

A tonalidade dos discursos da *Folha* para com o passado não é agressiva, uma vez que a empresa não se utilizava mais da memória como um projeto claro para a construção de sua identidade, como fizera por exemplo nas décadas passadas. Com uma história já construída, restava ao jornal rememorar-lo apenas como uma espécie de “dever”, lembrar aos seus leitores para que não mais se esqueçam daquele assombroso regime, para que não mais se cometam os mesmos erros do passado. Aqui, a memória está completamente direcionada a um futuro, que deveria caminhar praticamente sem olhar para trás. O passado acabava atuando como espécie de alternativa para a “cura” do presente, pois era do atual, do tempo vivido, que partiam os problemas que a nação deveria enfrentar daqui para frente.

É sob este clima que a *Folha* lançou, na mesma edição, um caderno especial que procurava efetivar uma série de análises, comentários e reportagens sobre os 30 anos do regime militar de 1964. Com certa distância temporal, o jornal se dizia mais seguro naquele momento para fazer uma análise “completa” do acontecimento ao mesmo tempo em que assumia os riscos de que, pelo texto, as “arbitrariedades” praticadas durante o regime pudessem surgir “tênuas, difusas, aceitáveis, “males necessários”, até. [...] É impossível saber ao certo. Importa mais agora não deixar de refletir sobre esse período. Não para remoer ódios, mas para evitar que se repita a situação que os gerou.”<sup>208</sup> As reflexões eram propostas a partir de uma “divisão” do período que o jornal caracterizara da seguinte forma: a primeira fase, correspondente aos governos de Castello Branco e Costa e Silva e às chamadas “reformas de base” do período militar; a segunda fase, iniciada em 1968 com a implantação do AI-5 fora o momento de “estrangulamento do espaço político”, de ampla censura e repressão, aliada a um grande desenvolvimento econômico; a terceira fase de Geisel e Figueiredo, etapa de crise e ampliação do movimento oposicionista, onde os supostos sucessos transformaram-se em fracassos.

Com base nesta divisão do regime em etapas, as matérias do caderno procuravam desvendar, discutir, explicar, mais do que julgar o passado. Como uma espécie de “dever” de

<sup>207</sup> NUNCA MAIS. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.734, p. 02, 27 de março de 1994.

<sup>208</sup> 30 ANOS DEPOIS. Caderno Especial. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.734, capa, 27 de março de 1994.

memória, procurava propiciar pela narrativa um tipo de retrospecto dos acontecimentos que, ao olhar do jornal, seriam os mais marcantes e que mereciam ser discutidos naquele momento. Em resumo, para o jornal aquele fora um regime que “modernizou economia e esmagou liberdades.”<sup>209</sup> Assim, os textos vão realizando um grande emaranhado de discussões dos “fatos que marcaram a era militar”, seguidos por uma linha cronológica dos eventos: desde os primórdios do golpe à criação dos Atos Institucionais, dos momentos de maior repressão às conquistas efetivadas durante o milagre econômico. Mas aqui não será nossa intenção nos deter no conteúdo dessas discussões. O que este estudo vem procurando realizar desde o princípio é uma avaliação das políticas de memória utilizadas pelo jornal em determinados momentos específicos de sua história que ajudaram, paralelamente, a constituir sua identidade frente ao período. O caderno especial, acredita-se aqui, evidencia apenas uma espécie de resumo dessas políticas e analisá-las neste momento seria repetir-se em exaustão.

Ainda assim há um conteúdo bastante interessante que pode ser articulado para se pensar em que sentido o jornal fazia lembrar o acontecimento naquele momento. Ocupando as duas páginas centrais do caderno há um debate realizado pela *Folha* entre o ex-ministro do governo Geisel, João Paulo dos Reis Velloso e o sociólogo Francisco de Oliveira “reduto intelectual mais definitivamente de oposição ao período autoritário”. Aqui também não vale explicitar a tonalidade do debate em si, mas perceber como ele foi utilizado pelo jornal. Com o confronto das ideias dos então opositores, o texto conclui que os “ódios e amores” que o regime militar despertava naquele momento “estão desbotados pela inexorável passagem do tempo”. Por mais que houvesse divergências entre os dois nas maneiras de pensar o período militar, a matéria era enfática em afirmar que “quando se trata de um projeto para o futuro do Brasil, as coincidências são importantes.”<sup>210</sup> O que o jornal procura desvendar, então, é que naquele momento havia “pontos de convergência” entre forças antes consideradas antagônicas e mais uma vez se coloca como mediador de um debate que procurava não apenas desvendar um passado, mas encará-lo como um “dever” de lembrança para seus leitores. Passado que, se antes era conturbado, hoje reflete um presente que caminha junto a um futuro comum. Com a passagem do tempo, era como se as “dificuldades” do passado fossem sendo silenciadas pelas lembranças seletivas que a empresa fazia daquele tempo. E, assim, novamente, a *Folha* ao se colocar entre o processo de lembrança, discutindo com ambos os lados, vai

---

<sup>209</sup> 30 ANOS DEPOIS. Caderno Especial. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.734, capa, 27 de março de 1994.

<sup>210</sup> 30 ANOS DEPOIS. Caderno Especial. Debate revela que o tempo amorteceu ódios e afetos criados em 64. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.734, p. b6-7, 27 de março de 1994.

intrinsecamente lapidando sua política de memória, passando a imagem de um jornal plural e apartidário.

Na mesma edição o jornal noticia outro debate promovido pela empresa, no próprio auditório da *Folha*, sob o tema: “A Herança do Regime Militar na Política Atual”. Com mediação do jornalista Gilberto Dimenstein, o evento contou com a presença de Fernando Henrique Cardoso (então Ministro da Fazenda), Jarbas Passarinho (militar, ex-ministro e senador), Mário César Flores (então ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos) e José Genoíno (então deputado). Novamente o jornal enfatiza que, apesar das possíveis divergências entre os membros do debate, os participantes declararam que “a democracia é um valor fundamental e sua preservação deve ser um esforço conjunto.”<sup>211</sup> Todos também haviam sido unânimes em concordar no aspecto “puramente histórico” do golpe que ocorrera em 1964 visto que “Não houve demonstrações de ressentimento político ou a defesa da tese segundo a qual o episódio poderia se repetir com outros atores sociais”.<sup>212</sup>

Ganhando o respaldo de quatro diferentes figuras políticas, o jornal constrói, pela própria rememoração dos testemunhos, a ideia de que o acontecimento estaria efetivamente esgotado, fenômeno datado e que seguramente não voltaria a ocorrer. Os debates, portanto, promoviam a discussão do presente, uma “herança” que, pelo tom discursivo do jornal, mostrava como o passado deveria ser visto, em uma espécie de orientação para o futuro. Não era a intenção da empresa se direcionar a um passado encerrado, as conjunturas agora eram outras. O próprio senador Jarbas Passarinho afirmava, ao se dirigir ao até então inimigo político José Genoíno, que lhe causava “imensa alegria pensar que podemos estar sentados aqui lado a lado.”<sup>213</sup>

Assim a *Folha* construiu seu “dever” de memória, legitimando-o por um debate plural sobre o assunto e demonstrando novamente que este parecia não ser o momento ideal para assumir claramente suas posições. O regime estava encerrado e mostrar um lado de forma mais declarada poderia prejudicar todo um processo de reformulação de identidade que a empresa procurou construir ao longo dos anos. Bastava que os testemunhos falassem por si. O jornal, promovendo e intermediando-os, já tentava propagar que estaria suficientemente cumprindo sua missão. Este era o momento em que a empresa, acima de tudo, relembrava o período com um “abuso” de memória que praticamente impedia o trabalho do esquecimento.

---

<sup>211</sup> MEMÓRIA de 64 reforça a democracia. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.734, p. 19, 27 de março de 1994.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem.

Uma memória “impedida” onde o passado acabava atuando como uma alternativa para a “cura” do presente.

“Lembrar para não esquecer” era, inclusive, o artigo assinado por Luiz Caversan que a *Folha* publicava no dia 29 de março. De acordo com o autor, seria de extrema importância que novos detalhes viessem à tona naquele momento crucial para “lembrar o que foram os anos de regime militar. No mínimo para que não se perca na poeira do tempo a escuridão sob a qual fomos obrigados a viver.”<sup>214</sup> Aqui o “dever” da lembrança assume características mais evidentes, uma vez que o autor procura, além de lembrar, realizar um julgamento moral sobre o passado.

Será revanchismo ficar revolvendo essas coisas? Creio que não. O sentimento que me assalta - no meu caso particular - é certamente bem mais brando do que os dos professores sequestrados e torturados. Claro, daqueles que sobreviveram. Não é o que sentem os pais que perderam filhos nem os filhos que perderam os pais. Mas é preciso que se diga que foi em nome de uma ideologia que não era a minha e a título de combater idéias que também não saíam da minha cabeça que eles - os militares - me relegaram por anos à escuridão, ao medo e ao atraso. A história os julgará melhor que eu. Mas eis, com o risco da arrogância, o meu veredicto: culpados.<sup>215</sup>

Os pedidos de lembrança com um caráter mais político partiam sempre de colaboradores do jornal. Por mais que ainda fosse um comentário de certa forma receoso, Caversan chegava a dar um veredicto aos militares, culpando-os. Claro, caberia à história julgá-los melhor, mas sua opinião já evidenciava como alguns atores encaravam aquele momento, que aos poucos ia ganhando mais voz na imprensa e na cena pública. Até que ponto este posicionamento refletia também a opinião do jornal? Pelo que procuramos discutir até aqui, pode-se pensar que pela própria construção seletiva do acontecimento, enquadrando determinados assuntos para serem lembrados e/ou esquecidos, a *Folha* estaria trabalhando implicitamente com a memória de seus leitores e reforçando sua identidade em relação àqueles anos. Encerrado um perigo iminente (que o jornal procurou combater na campanha das diretas) não era mais necessário assumir uma postura declarada, contrária à “ditadura”, mas a política de rememoração naquele momento possuía uma tonalidade clara de impedir o trabalho do esquecimento. Trabalho que ia sendo construído por terceiros, pois a *Folha* neste momento apenas abria espaço para que os embates se efetuassem. Como uma arena em que se travavam os embates pela memória, o jornal deixava que as lembranças de seus colaboradores ricocheteariam, assumindo o papel de sua (ambígua) identidade.

---

<sup>214</sup> CAVERSAN, Luiz. Lembrar para não esquecer. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.736, p. 02, 29 de março de 1994.

<sup>215</sup> Idem.

Com o acontecimento mais distante no tempo, se tornando cada vez mais um fato que deveria ser apenas interpretado sob o auspício da história, a *Folha* vai se sentindo mais segura para confrontar aqueles anos. Nas próximas grandes efemérides do acontecimento em 2004, o regime parece ter ficado definitivamente no passado. Agora se tornara assunto de amplos debates e reflexões, já podendo ser discutido de forma mais aberta e clara. É neste momento que surgem, como já se pontuou anteriormente, inúmeros estudos que ampliaram as versões e interpretações sobre o tema e que, em especial, davam respaldo às opiniões das ditas memórias de esquerda. Agora, assumia-se enfim que aqueles foram anos de uma “ditadura” militar, instaurada por um “golpe” de estado que destituiu a democracia e implantou um regime autoritário.<sup>216</sup>

A *Folha* procurou adentrar o século XXI, portanto, evidenciando que não só esquecerá aquele passado “glorioso”, mas que em nada poderia se assemelhar a ele. Suas políticas de memória construídas até então parecem ter sido eficientes e o jornal saíra de apoiador do golpe ao grande articulador dos preceitos democráticos nas décadas seguintes. Responsável pelas grandes articulações e confrontamentos de memórias que começaram a se consolidar a partir de meados da década de 1980, a empresa ganhava respaldo de suas testemunhas que, assumindo o papel de “comemoradores” colocavam aquele passado sob o signo de uma “verdade” praticamente irrefutável. Assim, não cabia muito à *Folha* julgar aquele passado, até porque isto já estava sendo muito bem feito por seus colaboradores. Desde que não interferissem em suas políticas de memória, o jornal as confrontava, solidificando assim sua imagem de empresa plural e apartidária.

As efemérides construídas no ano de 2004 são, em grande parte, pensadas como forma de ampliar ainda mais as discussões sobre aquele passado agora já longínquo. A *Folha* estava em situação privilegiada devido à sua postura assumida frente àqueles anos e se mostrava como uma empresa pronta para encarar o acontecimento com mais comprometimento. A maioria dos episódios analisados no capítulo anterior, construídos pela *Folha* de uma maneira bastante particular (o Comício de Jango, a Marcha da Família, a revolta dos Marinheiros, a

---

<sup>216</sup> O novo Manual da Redação da Folha, reeditado em 2001 já deixava clara a postura do jornal frente às lembranças que iria assumir naquele momento. Seu verbete “ditadura” agora afirmava que se poderia utilizar “com critério” o termo, mesmo sendo melhor nomeá-lo de forma “objetiva”. Mas ainda assim afirmava que “Em textos noticiosos, *pode-se usar a expressão ditadura militar* para designar o regime que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. *Não utilize a forma Revolução de 64* em referências ao mesmo período, que também pode ser designado como regime militar.” (Folha de S. Paulo. Manual da Redação, 2005, p. 63. grifo nosso.) Assim, a “Revolução” vai sendo gradativamente apagada dos rastros memorativos do jornal e a “ditadura”, emergindo do poço do esquecimento que o jornal outrora tanto tentou proteger. Mais uma vez fica claro como a memória se modifica, articulando-se paradoxalmente, divergindo e confluindo significados de acordo com a conjuntura em que é lembrada.

deflagração do golpe), agora são lembrados por uma busca de interpretação verdadeira dos fatos. (ver fig. 14) Isto não seria possível apenas pela construção narrativa das notícias, que precisavam ganhar respaldo das diversas interpretações que se proliferavam sobre o tema. A grande parte da narrativa dos acontecimentos será rememorada neste momento pelo jornalista Sérgio Dávila, atual editor executivo do jornal. Já no dia 13 de março daquele ano há início às comemorações do agora “golpe” de 64 que, desta vez, além das testemunhas, ganhavam o respaldo de historiadores que procuram garantir mais legitimidade à interpretação do passado. A edição daquele dia tinha o objetivo de comentar os 40 anos do Comício de Jango que, segundo o jornal acabou por precipitar o “golpe”. O texto inicia-se com o seguinte trecho:

Naquela noite, Maria Teresa escolheu um vestido azul-piscina e optou por prender os cabelos negros no alto da cabeça. Quando subiu ao pequeno palanque de 1,60 metro de altura postado na praça da República, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, fez-se silêncio entre os 100mil presentes. Era, 19h44 de 13 de março de 1964. Ela ainda não sabia, mas, aos 24 anos, a primeira-dama mais bonita que o país já teve participava do primeiro e último comício ao lado do marido, João Belchior Marques Goulart, 20 anos mais velho. Dezoito dias depois daquela noite, o presidente João Goulart, o Jango, seria apeado do poder por um golpe de generais que daria início à ditadura militar que vigeu até 1985.<sup>217</sup>

Esta matéria ilustra muito bem como o jornalista pretendia enquadrar o acontecimento, narrando-o como uma espécie de “estória” que se constrói pela rememoração. Com o auxílio da distância temporal que isolava o passado e tornava possível uma interpretação fidedigna do acontecimento, o jornalista constrói a narrativa aproximando o leitor daquele passado. Era como se ambos, jornalista e leitor, estivessem ali, presenciando o fato em seus mínimos detalhes. Pela descrição minuciosa do acontecimento, o jornalista revela as múltiplas facetas do Comício. Agora se sabia qual a cor do vestido da então primeira dama, o tamanho do palanque, a hora exata em que o discurso seria proferido e a data certa em que um inevitável golpe iria ser efetivado. O jornalista apenas rememora, deixando as interpretações para os historiadores e testemunhos que iriam acabar por validar seus devaneios memorativos. Se antes o acontecimento fora construído pelas próprias opiniões da empresa, agora restava ao jornal mediar um processo de interpretação dos fatos.

---

<sup>217</sup> DÁVILA, Sérgio. O dia em que Jango começou a cair. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.373, p. 08, 13 de março de 2004



**Fig. 14:** Folha – março de 2004 (40 anos do golpe)

Os dias decisivos, que culminaram com o “golpe de 1964”, agora rememorados pela *Folha* a partir da busca pela interpretação mais “correta” dos fatos.

Em apenas uma matéria o texto é ancorado pela interpretação de dois historiadores - Marco Antonio Villa e Thomas Skidmore - e de três testemunhos: João Pinheiro Neto (então presidente da SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária), José Serra (então presidente da UNE) e Leonel Brizola (então deputado federal e um dos protagonistas da esquerda naquele momento). O jornal procura se apresentar seguro para simplesmente conduzir o processo de rememoração. Aqui não havia mais a necessidade de um “dever” de memória. A ditadura era lembrada pela tentativa de explicar o passado, a memória articulada como discussão onde o jornal procurava construir um “mosaico de versões” sobre o acontecimento, “dando a impressão de que, a cada efeméride, a verdade estaria mais próxima de ser alcançada. [...] o veículo, aparentemente, exime-se de posições e apenas trabalha para que a verdade seja descoberta por baixo de toda a poeira das versões.” (SILVA, 2011, p. 232)

A *Folha* poderia muito bem ter contado com a colaboração de apenas um historiador para explicar o período. Mas, confrontando vozes, assumia a ideia de que buscou uma visão plural sobre aquele passado. Mas, por mais que as opiniões fossem diversas ainda assim o jornal pretendia direcionar seus leitores pela busca de uma espécie de verdade irrefutável do passado. De acordo com o texto, o golpe viria, “segundo alguns historiadores”, de qualquer maneira, só restava compreender como e de que forma ele fora efetivado. Sergio Davila assumia as comemorações e enquadrava o acontecimento de uma forma bastante característica, se pensar em todo o processo identitário que o jornal foi construindo ao longo do tempo com suas lembranças. Era preciso mais do que nunca inverter o jogo e apagar definitivamente os rastros de um passado de apoio ao regime. Pois agora não havia mais uma

“revolução” e/ou “movimento” democrático que colocou o país novamente nos trilhos do crescimento, e sim uma “ditadura militar” autoritária que instaurou um golpe de estado há 40 anos. Mais uma vez a memória se torna manipulada pela narrativa seletiva da lembrança, que não se direciona em nenhum momento ao apoio do jornal ao golpe. O jornalista apenas conta uma história “que já está escrita”, rememorada por depoimentos de testemunhos e historiadores. Não será importante novamente nos ater ao que efetivamente diziam os historiadores, mas sim perceber de que maneira eles foram usados para legitimar a história que a empresa queria construir naquele momento. História que reforçava a memória que o jornal ciente utilizara em todo o processo de construção de sua identidade.

Será possível problematizar de forma mais clara como o jornal procurou direcionar suas lembranças neste momento com dois exemplos particulares que auxiliaram à empresa assumir efetivamente para si a identidade que procurou construir com as lembranças do regime. O primeiro exemplo se deu com uma série de anúncios criados para a *Folha* comemorar sua campanha dos 20 anos das Diretas-Já. Em 14 de março o jornal noticia o início da campanha publicitária criada pela agência W/Brasil e inspirada na defesa que o jornal assumira frente à retomada da democracia. De acordo com Washington Olivetto, publicitário responsável pela criação da campanha, a escolha da temática estava ligada ao peso que o acontecimento tinha em relação à identidade construída pela empresa: “As diretas são muito simbólicas para Folha por ser o momento em que o jornal criou seus grandes diferenciais. [...] [a campanha] passa a gratidão da Folha com as diretas. Ela se mostra grata com o que o movimento representou pra ela.”<sup>218</sup> Uma das peças criadas, com o objetivo de trabalhar com a “memória afetiva” de seus leitores, evidenciava ao público, em um vídeo de menos de 1 minuto, figuras que teriam apoiado ou não a campanha das diretas naqueles anos. Dentre aqueles que apoiaram, o anúncio coloca personalidades aparentemente bem conhecidas como Regina Duarte, Tom Jobim, Sócrates, FHC e Lula. Já para representar aqueles que não teriam apoiado, o anúncio elege figuras menos emblemáticas como os políticos Ademar Ghisi, Flávio Marcílio e Mário Andreazza. A escolha foi deliberada intencionalmente pela campanha, que fechava com a seguinte narração: “É difícil reconhecer a cara de quem não apoiou a campanha das Diretas-Já. É fácil reconhecer a cara de quem apoiou. Sabe por quê? Porque ela mudou a cara do Brasil. Diretas Já, 20 anos. Folha de S. Paulo: em 84 o jornal das diretas, hoje o maior jornal do país.”<sup>219</sup> A campanha parece ter um

---

<sup>218</sup> MACHADO, Cassiano Elek. Peças da Folha lembram 20 anos das diretas. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.374, p. 06, 14 de março de 2004.

<sup>219</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=JaDXVFiRY3o> Acesso em 19 dez 2011.

objetivo bem claro: cristalizar por definitivo a imagem de que a *Folha* fora o (único) jornal que combateu o regime militar.<sup>220</sup> Quando a *Folha* se autodenomina o “jornal das diretas” está implicitamente dizendo que não foi o jornal que apoiou o golpe de 1964. Com a campanha, o jornal dá o mais legítimo exemplo de como memória e esquecimento caminham paralela e paradoxalmente juntas ao processo de construção de sua identidade.

O outro exemplo pode ser retirado da matéria publicada no dia 19 de março em que a *Folha* comemorava os 40 anos da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade (ver fig. 14). Pelo título, escrito novamente por Sérgio Dávila, já fica evidente de que forma o jornal iria tratar o acontecimento naquele momento: “O dia em que a direita foi às ruas” é articulado como uma espécie de continuação do texto que rememorava o Comício de Jango e um prelúdio para analisar a deflagração do golpe. O início da matéria logo enfatizava:

Minutos depois de acabar o Comício da Central do Brasil, naquele 13 de agosto de 1964 em que o presidente João Goulart defendeu suas reformas de base, desapropriou terras e encampou refinarias de petróleo, a direita começou a articular a reação. De fato, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que tomou as ruas do centro de São Paulo no dia 19 e foi a resposta conservadora ao comício, teve sua origem na Feira de Utilidades Domésticas, no Ibirapuera.<sup>221</sup>

Com o respaldo da historiadora Maria Aparecida Aquino, do jornalista Elio Gaspari e de Maria Paula Caetano da Silva, representante da União Cívica Feminina e testemunha ocular do acontecimento, o jornal procurava apagar definitivamente os rastros daquele passado em que o “povo” assumiu a Marcha contra as radicalizações de Jango. Não havia mais um povo e sim uma direita conservadora, comandada por donas de casa e líderes da Igreja Católica. Até a multidão, “alegre” e “consciente” que a própria *Folha* vangloriou 40 anos atrás é relativizada pela narrativa da matéria que agora se ancorava em novas interpretações: “Há um mar de gente nas ruas do centro de São Paulo, “meio milhão” de acordo com jornais da época. Este número foi caindo progressivamente com o passar dos anos, até estacionar em algo entre 100 mil e 200 mil manifestantes, segundo historiadores.”<sup>222</sup> Assim, o jornalista procurava evidenciar a importância dos estudos recentes de historiadores que buscavam ressignificar o acontecimento. Os “jornais da época” representavam o olhar de um passado equivocadamente e entravam na narrativa apenas como um contraponto necessário para

<sup>220</sup> Uma outra propaganda da campanha finalizava com a seguinte narração do locutor: “em 1984 não havia eleições diretas para presidente. E só havia um grande jornal brasileiro abertamente engajado na luta pelas eleições diretas. *Folha*, o jornal das diretas.” (MACHADO, Cassiano Elek. Peças da Folha lembram 20 anos das diretas. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.374, p. 06, 14 de março de 2004.)

<sup>221</sup> DÁVILA, Sérgio. O dia em que a direita foi às ruas. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.379, p. 12, 19 de março de 2004.

<sup>222</sup> Idem.

legitimar os novos olhares que o jornal pretendia incrustar. Aliás, o historiador ao assumir seu papel de “comemorador” estava divulgando à cena pública um discurso carregado de uma verdade que, com o auxílio de testemunhos, garantia um ar de incontestabilidade ao acontecimento.

Os acontecimentos estavam ligados como que em uma história construída cronologicamente. Seu início e fim já estavam certos e as memórias assumiam um caráter que procurava garantir legalidade àquele passado. O texto do jornalista apenas introduzia os fatos aos leitores, que seriam lembrados agora por personagens que efetivamente estavam autorizados para interpretar os eventos. Desta forma, não havia o que refutar. A história estava escrita. A memória, impedida, manipulada e obrigada, era “abusada” a partir da seleção das lembranças de um passado particular. Era o passado sombrio da ditadura militar que deveria ser efetivamente cristalizado na narrativa dos discursos. Os gloriosos anos da revolução democrática deveriam ser abruptamente jogados no poço do esquecimento.

Feito este processo, o jornal procurará efetuar uma análise do 31 de março de 1964 com uma série de editoriais e textos opinativos que procuravam rememorar o acontecimento. Pela primeira vez nesta efeméride, o jornal assume um discurso de “dever” de lembrança ao comentar o decreto 4.553 da Lei de Arquivos que barrava os arquivos considerados agora de “sigilo eterno”. O editorial afirmava que era “bom lembrar que nem tudo o que se passou naqueles tenebrosos anos entrou para a história - infelizmente. É que muitos documentos à época carimbados como secretos ainda não se tornaram públicos, o que dificulta sobremaneira o trabalho de historiadores.”<sup>223</sup> Por mais que tomasse uma posição, aqui parece que o jornal procurava realizar um discurso em defesa das novas interpretações dos historiadores que poderiam ainda mais favorecer uma análise “verdadeira” daqueles “tenebrosos” acontecimentos. A *Folha* procurava mostrar que não tinha “rabo-presos” com aquele passado, portanto era de se lutar por novas conquistas frente a esta política de memória, uma vez que não se poderia “privar um país de escrever sua própria história.”<sup>224</sup>

No dia 31 de março, exata data em que se comemoravam os 40 anos do “golpe” militar, outro editorial ganhava destaque nas páginas da *Folha* e logo justificava que, se havia um “dever” para lembrar aqueles anos, este se dava apenas para direcionar novos olhares a um passado já encerrado.

Se há algo a comemorar no aniversário dos 40 anos do golpe de 31 de março de 1964 é justamente o fato de podermos afirmar que o ciclo militar se encontra hoje encerrado num passado histórico. Se suas repercussões

---

<sup>223</sup> HISTÓRIA OCULTA. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.389, p. 02, 29 de março de 2004.

<sup>224</sup> Idem.

ainda se fazem sentir e se há facetas a merecer esclarecimentos, não há dúvida de que o fantasma da ditadura militar já não mais assombra a vida nacional.<sup>225</sup>

O texto parecia ter o objetivo de garantir aos leitores que não bastava mais à empresa assumir uma posição concreta sobre aqueles eventos. Passados 40 anos de um período tido como assombroso, o ciclo estava esgotado, à memória restava apenas esclarecer e interpretar. Era por isso que neste momento as lembranças do jornal se valiam da interpretação de historiadores e testemunhas que legitimavam ainda mais as comemorações. As posições da empresa serviam apenas para esclarecer os caminhos que se deveriam seguir. Seus “abusos” de memória eram condicionados pela lembrança dos outros, que supostamente procurava assumir o papel de uma memória coletiva, e não se relacionava diretamente com a memória particular que a empresa construía com suas opiniões. O acontecimento era lembrado e reconfigurado nas diferentes situações temporais e era desta forma que a memória discursiva do jornal deveria ser acionada, caminhando na ambiguidade.<sup>226</sup>

Um texto de Marcelo Coelho, publicado na coluna do caderno Ilustrada, parece pontuar de forma bem clara como se constituíam os embates de memória travados naquele período. Se ainda existiam vozes discordantes, agora era o momento de escorraçá-las. Não havia mais espaço para antagonismos. Uma vez que o regime estava encerrado, era preciso colocá-lo em seu devido lugar.

Lembro-me de ter escrito, em 1994, um artigo bem raivoso sobre os 30 anos do golpe militar. Na época, havia a tendência, a meu ver suspeita, de fazer uma espécie de balanço histórico - o famoso “por um lado... por outro lado”. “De um lado”, reconheciam-se os atentados aos direitos humanos e às liberdades civis. “Por outro lado” - e essa parte sempre vinha por último - houve inegáveis realizações econômicas, a modernização de nosso parque industrial etc. Essa visão “equilibrada” das coisas era muito enganosa e terminava, a meu ver, desculpando o regime. Foi Benedetto Croce, se não me engano, quem afirmou que toda história é sempre contemporânea - e

<sup>225</sup> 40 ANOS DEPOIS. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.391, p. 02, 31 de março de 2004.

<sup>226</sup> Não à toa, na mesma edição, o jornal abre espaço para o testemunho de um general reformado que relembra a data como um passado primoroso e que representou o anseio de grande parcela da população: “São passados 40 anos. Essa data merece ser lembrada em sua verdadeira significação e na sua real repercussão para a nossa sociedade. A vitória do movimento de 31 de março, que derrubou o governo do presidente João Goulart, representou um grande alívio para a enorme maioria do povo brasileiro [...] Toda a grande imprensa do Brasil saudou a derrubada do governo João Goulart como uma necessidade inarredável para a sociedade brasileira. Àqueles que quiserem conferir a veracidade dessa afirmação, basta que consultem os editoriais, artigos e noticiário dos dias que se seguiram à queda do governo de Goulart. [...] O dia 31 de março de 1964 foi, sim, o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, apoiada pelas Forças Armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.” (Carlos de Meira Matos, general reformado do Exército. *Folha de S. Paulo*. O 31 de março de 1964. ano 84, nº 27.391, p. 03, 31 de março de 2004 ). Ainda assim, ao que parece é que, ao dar voz a um general reformado de 90 anos, veterano da Segunda Guerra Mundial, o jornal tinha a intenção de implicitamente realizar uma analogia àquele passado esgotado, praticamente morto e que ecoava apenas em vozes dissonantes.

agora, em 2004, o regime militar parece estar sendo objeto de um tratamento diferente do que aquele que eu criticava dez anos atrás. A questão da tortura veio para primeiro plano. [...] Já as “realizações econômicas” do regime autoritário... Talvez ninguém se lembre mais delas. [...] Pode-se então falar com mais clareza que o regime militar foi um grande mal, um absoluto mal para o país.<sup>227</sup>

O momento agora era da interpretação “correta” dos fatos que não bastavam mais às lembranças, mas que deveriam ser construídos com estudos pontuais sobre o tema. Para a *Folha*, não havia mais a necessidade de ficar em cima do muro, realizar balanços, previsões. Otavio Frias Filho escrevia no dia seguinte em sua coluna que era cômodo “enquadrar situações complexas em julgamentos morais categóricos, mesmo quando eles se fazem necessários. E não há dúvida, como lembrou ontem Marcelo Coelho, de que a história é sempre contada com os olhos e valores de hoje.”<sup>228</sup> A memória assumia uma conjuntura particular no presente e era dele que deveriam partir os anseios para o futuro. Para uma empresa que tanto lutou para construir uma identidade de franca oposição ao regime, não seria sensato remexer o passado a partir de suas próprias lembranças. Agora era o momento de análises mais comprometidas sobre o tema que fugiam ao alcance interpretativo do jornal. Era o então presidente Lula que, em nota presente na mesma edição, encerrava o fato: “Devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia. [...] Cabe agora aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos.”<sup>229</sup>

Sob este olhar do presente a empresa poderia livremente rememorar o passado como um tempo assombroso, impensável, mas que felizmente já havia se encerrado. Os 40 anos do regime coincidiam com os 40 anos da reformulação financeira-administrativa-editorial da empresa. Mas enquanto um se encontrava encerrado, a outra enfrentava um aparente clima de prosperidade e maturidade frente a seu público. Depois de uma ampla campanha que procurou articular de forma particular sua política de memória, era como se não coubesse mais ao jornal a responsabilidade de rememorar estes feitos. Não eram só suas políticas de lembrança que haviam mudado, a própria *Folha* era outro jornal e as condições de produção de seu discurso caminhavam junto às memórias que se tornavam hegemônicas naquele momento. Parecia não mais haver espaço para lembranças que relativizassem aquele longínquo passado ditatorial e a empresa, com uma sólida imagem construída, aparentemente parecia ter sido

<sup>227</sup> COELHO, Marcelo. Um trauma político e moral. Ilustrada. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.391, p. E12, 31 de março de 2004.

<sup>228</sup> FRIAS FILHO, Otavio. Ecos de 64. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.392, p. 02, 1º de abril de 2004.

<sup>229</sup> LULA afirma que golpe é fato “encerrado”. *Folha de S. Paulo*, ano 84, nº 27.392, p. 14, 1º de abril de 2004.

reconhecida com a identidade que tanto buscou construir frente àqueles anos. A história da empresa, pela rememoração constante, havia se cristalizado e caminhava tranquilamente rumo às próximas efemérides.

#### 3.4.4. 2009: O caso “ditabranda” e a “crise de identidade” do jornal

Trabalhando cuidadosamente com suas políticas de memória, supunha-se não haver mais riscos de a empresa ser identificada como cúmplice de um passado que agora era escorraçado pelas memórias hegemônicas de esquerda, que o jornal passou a compactuar. Foi visto como suas articulações políticas, naquilo que a empresa construía como o que queria fazer ser visto e lembrado a seu leitorado, eram constantemente reforçadas pelos projetos editoriais, manuais de redação e pelas edições comemorativas que fizeram com que a *Folha* fosse identificada como um jornal plural, independente e apartidário. A sua história caminhava paralelamente à construção de uma identidade, cristalizada pela sutil utilização da memória e do esquecimento, cada vez mais atrelada à imagem de porta-voz dos preceitos democráticos e liberais. A *Folha* era supostamente identificada como o “jornal das diretas” que, portanto, nada teve a ver com aquele assombroso regime ditatorial, de um passado longínquo, praticamente não mais acessível por suas interpretações.

Mas pouco antes das comemorações dos 45 anos do golpe de 1964 e dos 90 anos da empresa, a *Folha* acabou por deflagrar – em próprio editorial - uma de suas maiores crises de credibilidade, colocando à prova todo seu processo de construção identitário. O editorial *Limites a Chávez*, que deu origem ao caso da “ditabranda”, surge em um contexto particular, que a princípio nada tinha relação com o regime militar brasileiro de décadas passadas. Havia um novo clima de “radicalização” que o jornal aparentemente não pactuava, partindo dos governos ditos “neopopulistas” da América Latina. Hugo Chávez, com um regime que completara 10 anos no poder, era habitualmente criticado pela empresa que realizava análises ácidas sobre seu governo. O jornal acompanhava ceticamente a emergência de um novo regime “ditatorial” naquele país e sob este contexto publicou, em 17 de fevereiro de 2009, o editorial que procurava aferir críticas ao referendo que deu possibilidade a reeleições ilimitadas ao governante. Vale novamente citar o trecho:

Mas, se as chamadas “ditabrandas” - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru,

faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente.<sup>230</sup>

O termo “ditabranda”, utilizado pelo jornal como uma espécie de comparativo entre os regimes autoritários, acabou tomando, por suas repercussões, o foco central do editorial. O neologismo não passou despercebido para uma parcela considerável de leitores, evidenciando que os embates pela memória da ditadura militar no Brasil ainda são evidentes e o quão delicado é o terreno que a *Folha* procurou semear aos seus cuidados durante todos esses anos. A empresa havia construído sua história sobre um período em que muitas lembranças silenciadas ainda fervilhavam, clamando por legitimação. O jornal caminhou junto a elas durante os últimos 20 anos, mas em um primeiro deslize abriu a oportunidade para que estas se manifestassem em seu repúdio. Dois dias após a publicação do editorial é divulgada a primeira carta na seção “Painel do Leitor” que afere críticas à opinião da empresa. O leitor Sérgio Pinheiro Lopes confronta a opinião do jornal, indignado:

A partir de que ponto uma “ditabranda”, um neologismo detestável e inverídico, vira o que de fato é? Quantos mortos, quantos desaparecidos e quantos expatriados são necessários para uma “ditabranda” ser chamada de ditadura? O que acontece com esse jornal? É a “novilíngua”? Lamentável, mas profundamente lamentável mesmo, especialmente para quem viveu e enterrou seus mortos naqueles anos de chumbo. É um tapa na cara da história da nação e uma vergonha para este diário.<sup>231</sup>

A carta evidencia a repulsa de um leitor que, aparentemente, vivenciou de perto aquele período. Em alusão à linguagem ficcional de George Orwell<sup>232</sup>, o leitor faz uma crítica ao novo termo criado pela empresa para relativizar um passado que, como se pode perceber, está ainda muito presente no imaginário coletivo nacional e que o jornal não teria o direito de relativizar. Atitude que acreditava ser inclusive “vergonhosa” para uma empresa que supostamente até então não tinha uma assumida relação de cumplicidade com aquele passado para tratá-lo desta forma. O jornal, em resposta à carta, apenas publicou uma pequena nota, afirmando pontualmente que, “Na comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional.”<sup>233</sup>

É majoritariamente pelo “Painel do Leitor” que os embates do caso serão travados, rediscutindo a identidade que a *Folha* procurou construir para si ao carregar ambigualmente os

<sup>230</sup> LIMITES A CHÁVEZ. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.175, p. A2, 17 de fevereiro de 2009.

<sup>231</sup> LOPES, Sérgio Pinheiro. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.177, p. A3, 19 de fevereiro de 2009.

<sup>232</sup> Termo criado pelo autor no clássico livro: 1984. A obra reporta a uma sociedade extremamente autoritária, onde a “novilíngua” havia sido criada para redirecionar a linguagem e a memória de seus cidadãos, apagando e/ou criando termos que fossem necessários à continuidade do regime.

<sup>233</sup> NOTA DA REDAÇÃO. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.177, p. A3, 19 de fevereiro de 2009.

rastros daquele passado. Durante semanas o jornal abre espaço para os leitores, dos mais indignados, àqueles (poucos) que o apoiaram, expressarem sua opinião. Ao dar lugar às vozes contrárias, a postura da empresa é a de aparentar que não tinha culpa com aquele passado, podendo muito bem denominá-lo da forma que melhor lhe convinha. O espaço estava aberto para os leitores se pronunciarem, mas, por mais que a empresa se retratasse, mantinha convicta sua opinião.

No dia seguinte o jornal abre novamente espaço às críticas, mas não há uma tentativa de, ao que parece, se isentar do termo utilizado em editorial. Pelo contrário, a postura da empresa é a de que pretende evidenciar aos seus leitores que não o usou indiscriminadamente. São cinco cartas publicadas, sendo uma de apoio ao jornal. O capitão reformado Paulo Marcos Lustoza faz uma apologia ao regime militar, uma das poucas manifestações em apoio à atitude editorial da *Folha* que será publicada durante o caso.

Com certeza o leitor Sérgio Pinheiro Lopes não entendeu o neologismo “ditabranda”, pois se referia ao regime militar que não colocou ninguém no “paredón” nem sacrificou com pena de morte intelectuais, artistas e políticos, como fazem as verdadeiras ditaduras. [...] Tivemos uma ditadura à brasileira, com troca de presidentes, que não vergaram uniforme e colocaram terno e gravata, alçando o país a ser a oitava economia do mundo, onde a violência não existia na rua, ameaçando a todos, indistintamente, como hoje. Só sofreu quem cometeu crimes contra o regime e contra a pessoa humana. [...] O senhor Pinheiro deveria agradecer aos militares e civis que salvaram a nação da outra ditadura, que não seria a “ditabranda”.<sup>234</sup>

A memória do militar, praticamente silenciada pela maioria de esquerda, surgia como uma voz dissonante, silenciada pela indignada retratação de seus opositores. Mas para o jornal seria fundamental colocá-las em confronto, mostrando que não estava sozinho nesta batalha pela legitimação das lembranças. Se houve em algum momento uma ditadura “branda”, esta não era um devaneio de um editorial inconsequente, mas um fato que ainda ganhava respaldo de uma parcela da população. Enquanto a opinião do militar era mais ponderada, defendendo o passado com supostos argumentos, os leitores que repudiavam o editorial eram muito mais enfáticos no tom de crítica e indignação. Vejamos algum dos trechos:

Lamentável o uso da palavra “ditabranda” [...] e vergonhosa a Nota da Redação à manifestação do leitor Sérgio Pinheiro Lopes. Quer dizer que a violência política e institucional da ditadura brasileira foi em nível “comparativamente baixo”? Que palhaçada é essa? Quanto de violência é admissível? [...] A Folha deveria ter vergonha em relativizar a violência. (Mauricio Cidade Broggiato - Rio Grande, RS)

---

<sup>234</sup> LUSTOZA, Paulo Marcos G. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.178, p. A3, 20 de fevereiro de 2009.

Inacreditável. A Redação da Folha inventou um ditadômetro, que mede o grau de violência de um período de exceção. Funciona assim: se o redator foi ou teve vítimas envolvidas, será ditadura; se o contrário, será ditabranda. Nos dois casos, todos nós seremos burros. (Luiz Serenini Prado - Goiânia, GO)

Mas o que é isso? Que infâmia é essa de chamar os anos terríveis da repressão de “ditabranda”? Quando se trata de violação de direitos humanos, a medida é uma só: a dignidade de cada um e de todos, sem comparar “importâncias” e estatísticas. [...] que horror. (Maria Victoria de Mesquita Benevides, professora da Faculdade de Educação da USP - São Paulo, SP)

O leitor Sérgio Pinheiro Lopes tem carradas de razão. O autor do vergonhoso editorial de 17 de fevereiro, bem como o diretor que o aprovou, deveriam ser condenados a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro, cuja dignidade foi descaradamente enxovalhada. Podemos brincar com tudo, menos com o respeito devido à pessoa humana. (Fábio Konder Comparato, professor universitário aposentado e advogado - São Paulo, SP)

<sup>235</sup>

Essas vozes, enfurecidas pela atitude do jornal, são na verdade aquelas que a *Folha* por anos não apenas apoiou, mas se utilizou deliberadamente para que uma imagem de cúmplice do regime militar fosse apagada de seus rastros identitários. Daí parece advir a grande indignação e surpresa de seus leitores que se sentiam praticamente traídos com o editorial. Além disso, o editorial colocou em jogo a relativização de um passado que ainda “resta” no imaginário coletivo do país. Em uma atitude paradoxal, o jornal acabou por colocar sob prova sua própria política de memória, construída, lapidada e resguardada por um laborioso processo de rememoração, delicadamente construída por anos, com o próprio respaldo das lembranças que agora a atacavam. O passado, como se procurou mostrar aqui inúmeras vezes, é visto, lembrado e interpretado sob conjunturas diversas, conforme os fatos são condicionados pelo presente. Mas se antes a *Folha* manteve uma postura ponderada, em contraposição aos tons agressivos dos leitores, agora assumia o embate, com um tom mais intimidador em seu discurso. Em nota, o jornal retratava a opinião de seus leitores, em especial a dos professores Comparato e Benevides:

A Folha respeita a opinião de leitores que discordam da qualificação aplicada em editorial ao regime militar brasileiro e publica algumas dessas manifestações acima. Quanto aos professores Comparato e Benevides, figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio às ditaduras de esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, sua “indignação” é obviamente cínica e mentirosa.<sup>236</sup>

<sup>235</sup> PAINEL DO LEITOR. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.178, p. A3, 20 de fevereiro de 2009.

<sup>236</sup> NOTA DA REDAÇÃO. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.178, p. A3, 20 de fevereiro de 2009.

Os professores, publicamente criticados pelo jornal, foram ativos colaboradores da empresa desde a campanha pelo processo de pluralidade editorial, que desencadeou com a campanha das diretas em fim dos anos 1980. Mas agora era como se estes – traidores - tivessem descoberto e revelado a identidade que a empresa tanto buscou silenciar em um passado inalcançável e, portanto, deveriam ser confrontados. Se pensarmos nestas lutas como um jogo de discurso político, pode-se inferir que o que está em questão aqui é aquilo que Charadeau (2008) denomina de “máscaras” da identidade, que se sobrepõem à imagem que temos em relação ao outro. As críticas, por mais que publicadas, estavam atingindo diretamente uma imagem que a empresa procurou por anos (des)construir. Sua máscara estava sendo retirada, sua face, a “verdadeira” identidade, revelada. Mas como em um jogo político várias máscaras são possíveis, o jornal procurou trabalhar com elas, conflituosamente. “Assim, sabendo-o, pode-se jogar com as máscaras, e o outro, que também o sabe, entrará no jogo. Tiramos a máscara e o que encontramos sob ela...? Outra máscara, depois outra e depois mais outra. A máscara é o que constitui nossa identidade em relação ao outro.” (CHARADEAU, 2008, p. 08)

Assumindo outra “máscara”, o jornal realizava uma volta ao passado, mas condicionada por uma identidade que assumia outras posições. Não era aquela de apoio ao regime, construída nos anos 1960-70, nem a que o aniquilava severamente, durante o processo de redemocratização. A “ditabranda” mostrava a ambígua identidade de uma empresa, construída paralelamente pela sua própria interpretação sobre o regime. Agora, para o jornal, este era um regime que oprimiu, mas oprimiu de forma branda. Assim, o jornal não apóia nem recrimina, fica em cima do muro, brincando com os dois lados. Uma postura que a empresa, apesar das críticas, não procurava se desvencilhar. Até porque, para o jornal, o regime não havia mesmo sido de todo uma ditadura. Para a empresa, o regime fora sim brando em muitos aspectos, só não sabiam alguns leitores que o jornal ganhou com aqueles anos e ainda compactuava com algumas dessas opiniões. Não sabiam também que seria a própria *Folha* que lhes iria revelar aquele passado de forma tão abruptamente petulante.

Com a retratação dada aos professores, os embates assumem outra conjuntura. Na edição seguinte as críticas continuam presentes, agora acompanhadas pela indignação à postura da empresa frente à opinião de seus leitores. Em apoio aos colegas de profissão, o então professor emérito da USP, Goffredo da Silva Telles Júnior, juntamente com sua esposa Maria Eugenia Raposo da Silva Telles, assina uma nota afirmando que a expressão “ditabranda” era “insuportável”. Sua relativização produzira um “impacto aterrador”, sendo que os professores Comparato e Benevides mereceriam “o respeito e a gratidão do povo

brasileiro pela luta pertinaz em defesa dos direitos humanos. Repudiamos com veemência os termos horríveis da resposta dada a eles no “Painel” de ontem.”<sup>237</sup>

Mas ainda assim aparecem as cartas de apoio, fundamentais para o jornal continuar mantendo no pêndulo – por mais que de forma desigual - a representação de suas identidades.<sup>238</sup> O leitor carioca Joel Rufino dos Santos escrevia com surpresa que “Há anos a linha da Folha tem sido crítica às ditaduras, especialmente à nossa. Fiquei na dúvida se o termo “ditabranda” [...] foi ato falho ou se é mesmo defesa do regime que foi de Castelo a Figueiredo.”<sup>239</sup> Já para Felipe de Amorim, de Santo André-SP, o termo “ditabranda” não havia soado como uma tentativa da *Folha* em defender ou relativizar o período, mas tinha sido lamentável a forma como o jornal lidou com o protesto dos professores: “Em vez de aproveitar a oportunidade para reiterar o seu compromisso com as instituições democráticas e repudiar qualquer forma de autoritarismo, o jornal adotou uma posição defensiva, ambígua e evasiva, indigna do maior jornal do país.”<sup>240</sup> O episódio fora, para o leitor, “particularmente inapropriado”, onde o jornal usou seu espaço indevidamente para atacar de forma pessoal os professores “rebaixando-se ao nível de um tablóide de aluguel e manchando a tradição de imparcialidade e a atitude profissional esperada pelos leitores.”<sup>241</sup>

Como portadora de um discurso particular sobre aquele passado, a *Folha* supostamente conseguiu incrustar de forma positiva na memória de seu leitorado a imagem de que fora um jornal sempre contrário à ditadura militar, independente e apartidário. Daí a surpresa de parte de seus leitores frente à atitude da empresa neste momento. “O que está acontecendo com este jornal? A *Folha* assumia outra identidade? Revelara quem de fato era?” Suas identidades vão sendo realocadas, máscaras que se sobrepõem de acordo com a conjuntura que lhe for mais conveniente. No balanço do pêndulo, as identidades vão sendo reconhecidas e rearticuladas pela própria forma como o jornal as lembrava. Foi o próprio jornal o responsável por jogar novamente ao lado oposto as memórias de um passado

---

<sup>237</sup> TELLES JÚNIOR, Goffredo da Silva; TELLES, Maria Eugenia Raposo da Silva. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.179, p. A3, 21 de fevereiro de 2009.

<sup>238</sup> O leitor paulista Carlos Eduardo Cunha chegou inclusive a afirmar que, de todas as manifestações, a “mais inteligente, mais holística, com menor conteúdo de raiva e de ódio veio exatamente de um militar (senhor Paulo Lustoza).” Já o leitor Edmar Damasceno Fonseca, de Belo Horizonte-MG advertia o jornal que, apesar de sua postura correta de retaliação aos professores, “a referida nota despertará a fúria da militância esquerdista. Logo a redação receberá mais um exemplar da mais profícua produção intelectual da esquerda brasileira: os abaixo-assinados.” (PAINEL DO LEITOR. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.179, p. A3, 21 de fevereiro de 2009)

<sup>239</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.179, p. A3, 21 de fevereiro de 2009.

<sup>240</sup> AMORIM, Felipe de. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.179, p. A3, 21 de fevereiro de 2009.

<sup>241</sup> Idem.

incrédulo, até então sedimentado pelo uso e abuso consciente do esquecimento. É a memória coletiva, acondicionada sempre a partir daquilo que nos é lembrado no presente.

A seção “Painel do Leitor” da edição de domingo, 22 de fevereiro, faz um cálculo dos temas mais comentados pelos leitores durante a semana. De um total de 806 mensagens recebidas, as que comentavam sobre a ditadura foram as mais numerosas, representando 105 delas, 13% do total. Desta parcela, apenas uma pequena quantidade veio a público. Mais uma vez o jornal se utilizou, seletivamente, daquilo que queria fazer ser visto a seus leitores. Provavelmente havia mais críticas, cartas de repúdio ou apoio, mas o jornal preferiu silenciá-las um pouco. Nos próximos dias prefere não publicá-las. O silêncio é interrompido com a coluna do jornalista Fernando de Barros e Silva, no dia 24, que comenta o episódio. Sob o título de “Ditadura, por favor”, o então editor do caderno “Brasil” vai direto ao ponto:

Certamente não é a primeira vez que um colunista da casa diverge de uma posição expressa pelo jornal em editorial. Mas é a primeira vez que este colunista se sente compelido a tornar pública sua discordância, inclusive em nome do que aprendeu durante 20 anos nesta Folha. O mundo mudou um bocado, mas “ditabranda” é demais. O argumento de que, comparada a outras instaladas na América Latina, a ditadura brasileira apresentou “níveis baixos de violência política e institucional” parece servir, hoje, para atenuar a percepção dos danos daquele regime de exceção, e não para compreendê-lo melhor. O que pretende ser um avanço analítico parece, mais do que um erro, um sintoma de regressão.<sup>242</sup>

A publicação da coluna evidencia a magnitude do impacto que o episódio causara, fazendo com que um importante colunista da empresa se manifestasse. Em virtude daquilo que “aprendeu” durante muitos anos de trabalho na *Folha* o autor procura revisitar o editorial, demonstrando repúdio à postura da empresa. O jornal abre espaço para que um próprio membro de sua empresa pudesse desaprovar sua atitude, remexendo ainda mais com as identidades que estavam sendo postas em jogo naquele momento. Mas por mais que o texto contenha críticas diretas à atitude do jornal, ao que parece é que o jornalista pretende, em nome da empresa, apaziguar ânimos. O texto, em seguida, irá também realizar comentários negativos às críticas do professor Comparato. Seu discurso de que os autores do editorial deveriam “ficar de joelhos em praça pública” acabava por conflitar ainda mais a questão e, controverso, era típico de ditadores, acreditava o jornalista. Fernando Barros esperava que este fosse apenas um palpite infeliz do professor que comentou os acontecimentos no calor da hora.

---

<sup>242</sup> BARROS E SILVA, Fernando de. Ditadura, por favor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.182, p. A2, 24 de fevereiro de 2009.

Parece que a análise do jornalista pretende, mais do que evidenciar sua opinião particular, assumir a voz da empresa em que trabalha, colocando um ponto final na história. Para ele, a *Folha* havia errado, cometeu um deslize, assim como os professores, que foram intolerantes. Ela abriu espaço às críticas, mas agora era um membro da própria empresa quem retratava o episódio, como se estivesse tentando reparar os erros. Afinal, ele havia aprendido com o próprio jornal como deveria se portar e é por ele que está respondendo. Apesar de o jornal não se pronunciar publicamente sobre o caso, o texto do jornalista parece ter sido bem recebido pelos leitores. Cassiano Barbosa, de Nova Marabá-PA escrevia aliviado: “Até que enfim!”. Para ele, o texto de Fernando de Barros quebrava um silêncio “aparentemente unânime” de um jornal que não havia ficado bem com o episódio. “A dissensão é fundamental para acreditarmos na liberdade de expressão dos jornalistas e, conseqüentemente, que não tenham um limite estreito de suas opiniões.”<sup>243</sup> Já para Marcos Strachicini, de São José do Rio Preto-SP, o jornal há tempos havia sendo “brando” em suas opiniões editoriais. Seu tradicional espaço na página A2, acreditava o leitor, estava recheado de artigos de políticos e ex-políticos que haviam “servido fielmente” à ditadura. O texto “Ditadura, por favor” foi portanto fundamental nesta conjuntura, pois “lavou a alma dos sofridos leitores.”<sup>244</sup>

O caso parecia ter sido abafado pela crítica interna feita pelo jornalista. A seção de cartas se esvazia das discussões nos próximos dias, o que para o jornal parece ter sido uma boa alternativa para silenciar um pouco as manifestações.<sup>245</sup> Manifestações que repercutiam com cada vez mais intensidade, mas como era o próprio jornal quem conduzia a temática das discussões, muita coisa acabava passando despercebida nas páginas, sem a sua devida publicação. Na próxima edição dominical, do dia 01 de março, o “Painel do Leitor” realizava um novo balanço sobre os assuntos mais comentados. Das 580 mensagens enviadas à redação durante a semana, agora aquelas que comentavam o caso representavam 20%, totalizando 116 mensagens, ainda o assunto mais comentado durante toda a semana.

Com a situação um pouco mais abrandada pela empresa, uma nova coluna é publicada no dia 05 de março. Agora quem escrevia era o historiador Marco Antonio Villa, professor da

<sup>243</sup> BARBOSA, Cassiano. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.183, p. A3, 25 de fevereiro de 2009.

<sup>244</sup> STRACHICINI, Marcos. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.183, p. A3, 25 de fevereiro de 2009.

<sup>245</sup> Em uma semana, o jornal publicou apenas o direito de resposta dos professores, isolados em um canto do “Painel do Leitor” de 26 de fevereiro: “Em resposta aos insultos a mim dirigidos na Nota da Redação de 20 de fevereiro próximo passado (“cínico e mentiroso”), reitero meu protesto contra o editorial, que considerou brando o regime militar brasileiro, cujos agentes mataram mais de 400 pessoas e torturaram milhares de presos políticos.” (Fábio Konder Comparato); “As injúrias da Redação da Folha não me intimidam. Continuarei denunciando os crimes da ditadura, seus responsáveis civis e militares, bem como seus aliados - ontem e hoje.” (Maria Victoria de Mesquita Benevides). (PAINEL DO LEITOR, *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.184, p. A3, 26 de fevereiro de 2009.)

Universidade Federal de São Carlos e autor de diversos livros. O autor procurava realizar uma análise ponderada sobre o regime de exceção no Brasil. Seu texto “Ditadura à brasileira” afirmava que era “rotineira” a associação que se fazia entre o regime militar brasileiro com seus congêneres do Cone Sul: “Nada mais falso”, em sua opinião. Para ele, o Brasil do governo militar havia construído “características próprias”, sendo que o regime brasileiro “não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições para os governos estaduais em 1982.”<sup>246</sup>

O texto do historiador parece ter o intuito de amenizar o impacto negativo causado pelo editorial do último dia 17, que ameaçava colocar em ruínas a construção da identidade da empresa. O jornal abriu espaço às críticas, mas era preciso mostrar também que ele não estava de todo errado e que não caminhava sozinho. Mostrar o apoio de apenas alguns leitores não era suficiente, uma vez que as críticas não paravam de crescer. Agora era um historiador quem garantia legitimidade à opinião da empresa. Se o jornalista Fernando Barros assumia que a empresa cometera erros, o historiador procurava os relativizar. Mas uma coisa se tornara incontestável: correta ou não, a interpretação da *Folha* sobre o período havia colocado à prova a identidade da empresa e muitos leitores já não mais aceitavam as tentativas do jornal em tentar apaziguar ainda mais a situação. No dia seguinte, a sessão “Painel do Leitor” volta com mensagens críticas e também de apoio à atitude do jornal. Para o leitor João Ramos de Souza de São Paulo-SP, a estratégia do jornal estava clara. Seu texto ironiza o historiador:

Não é que a Folha arranjou alguém com respeitável carreira acadêmica para chancelar a sua tese de que o regime militar brasileiro foi uma “ditabranda”? Como o professor Villa ainda envergava cueiros em 1968, penso que ele precise melhorar suas fontes de pesquisa sobre o regime militar, que matou, banuiu e deu sumiço em muita gente.<sup>247</sup>

Para Sérgio Ribeiro, também morador de São Paulo-SP, a *Folha* vinha decepcionando “cada vez mais seus leitores” ao tentar argumentar “de todo jeito que a ditadura brasileira foi mesmo branda perto das outras. Pelo menos é o que se entende lendo o artigo de Villa. [...] Nem parece mais aquele jornal que teve problemas na era Collor.”<sup>248</sup> A mensagem evidencia mais um leitor aparentemente surpreso frente à nova postura da empresa, que antes, para ele, era caracterizada pela imagem plural e democrática. Mas além das críticas ainda era necessário abrir espaço às mensagens de apoio ao jornal, numa tentativa de balancear o

<sup>246</sup> VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.191, p. A3, 05 de março de 2009.

<sup>247</sup> SOUZA, João Ramos de. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.192, p. A3, 06 de março de 2009.

<sup>248</sup> RIBEIRO, Sérgio P. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.192, p. A3, 06 de março de 2009.

pêndulo de uma identidade já evidentemente colidente. O também paulistano Daniel Moreno afirmava que “A Folha deveria dar uma coluna semanal, fixa, para o historiador Marco Antonio Villa.” Sua análise, ponderava o leitor, “não perde tempo defendendo torturadores e golpistas”, analisando um ponto fundamental que não se costumava propagar: “a democracia era inimiga de boa parte das correntes políticas em 1964.”<sup>249</sup>

O jornal agora precisava das memórias ditas de direita, que apoiavam ou relativizavam o regime. Memórias que o jornal procurou não só silenciar, mas apagar definitivamente durante seu processo de reformulação da identidade, ao longo do período de redemocratização. Já as memórias de esquerda, fundamentais até então, agora atacavam diretamente esta identidade e eram elas que precisavam ser silenciadas. Em nenhum momento se evidenciou de forma tão clara como a construção de sua identidade caminhou ambigualmente a essas lembranças e, invertendo mais uma vez o jogo, dependia cada vez mais delas para se firmar. Mas que fique claro: não se procura aqui julgar a interpretação do historiador, do jornal ou de seus leitores frente àqueles anos. Interessa saber – e aqui estamos procurando percorrer estas questões - de que forma as análises sobre o caso foram apropriadas no presente para garantir (i)legitimidade à(s) identidade(s) que o jornal foi carregando consigo ao longo dos anos.

As pressões cresciam com o passar dos dias. Mas os ataques mais contundentes à *Folha* não apareciam dentro do jornal, até porque era a própria empresa quem filtrava a amplitude das repercussões. As mensagens enviadas ao “Painel do Leitor” só aumentavam e parecia não haver mais lugar a elas. O próprio Ombudsman do jornal, Carlos Eduardo Lins da Silva (o mesmo do livro *Mil Dias*, analisado anteriormente), criticara a atuação da empresa, que deveria ter dado mais visibilidade às manifestações dos leitores para que pudesse se reproduzir com mais “fidelidade” suas reações ao editorial.<sup>250</sup> Fora do controle da empresa, uma manifestação pública estava sendo organizada pelo *blogueiro* Eduardo Guimarães e seu “Movimento dos Sem Mídia”, realizada no dia 07 de março, em frente ao prédio da empresa.

<sup>251</sup> Ao mesmo tempo, circulava pela internet um abaixo-assinado em repúdio ao editorial e

<sup>249</sup> MORENO, Daniel. Painel do Leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.192, p. A3, 06 de março de 2009.

<sup>250</sup> Nas próximas duas semanas o tema é ainda um dos mais comentados na seção de cartas, por mais que não tenha sido devidamente publicado. A edição de 08 de março revela que, das 757 mensagens recebidas durante aquela semana, 50 delas, o equivalente a 6,6% do total eram relacionadas à ditadura, terceiro assunto mais comentado. Já na edição de 15 de março, praticamente um mês após a publicação do editorial, das 971 mensagens enviadas à redação, 98 delas (10%) ainda comentavam o caso, ocupando o segundo lugar dos assuntos mais reivindicados. Desta forma, podemos pensar que a *Folha* possivelmente filtrou muito bem as manifestações, publicando aquelas que melhor lhe conviessem ao momento.

<sup>251</sup> Para as repercussões do caso na imprensa alternativa e, em especial, no blog de Eduardo Guimarães, consultar DIAS (2010).

apoio aos professores.<sup>252</sup> Acuada, a empresa se manifestou pela primeira vez em nota oficial, escrita por Otavio Frias Filho, diretor de redação, e publicada no dia 08 de março pela *Folha*: “O uso da expressão “ditabranda” em editorial de 17 de fevereiro passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis.”<sup>253</sup>

O jornal pela primeira vez assume publicamente que errou ao relativizar aquele passado. Mas logo em seguida procura mais uma vez se esquivar das acusações e confrontar a opinião dos professores que o haviam atacado. Para a *Folha* a ditadura brasileira fora, “do ponto de vista histórico”, com toda sua “truculência” particular,

menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena - ou que a ditadura cubana, de esquerda. A nota publicada juntamente com as mensagens dos professores Comparato e Benevides na edição de 20 de fevereiro reagiu com rispidez a uma imprecação ríspida: que os responsáveis pelo editorial fossem forçados “de joelhos”, a uma autocrítica em praça pública. Para se arvorar em tutores do comportamento democrático alheio, falta a esses democratas de fachada mostrar que repudiam, com o mesmo furor inquisitorial, os métodos das ditaduras de esquerda com as quais simpatizam.<sup>254</sup>

Com o novo posicionamento da empresa o clima estava, ao menos para o jornal, apaziguado e devidamente encerrado. A *Folha* não irá mais dar voz aos leitores, apesar das manifestações continuarem chegando à redação. No dia seguinte há a publicação de outro texto que procura fazer um balanço do regime militar a partir de um renomado pesquisador. Marcelo Ridenti, sociólogo e professor da Unicamp, escrevia em seu texto “Ditadura: nunca mais” que: “Reconhecer que a “ditadura à brasileira” teve ambiguidades e fases distintas - envolvendo um complexo jogo de forças políticas e militares e tendo desempenhado um papel modernizador - não a torna menos ditadura.”<sup>255</sup>

A *Folha* havia avaliado que errou e colocava um outro pesquisador para confrontar a opinião do historiador. A atitude fez com que o Ombudsman novamente se pronunciasse, agora elogiando o posicionamento do jornal. O pedido de desculpas, oficializado em nota, fora, de acordo com o profissional, uma atitude louvável da empresa, pois há tempos os

---

<sup>252</sup> O abaixo-assinado “Repúdio e solidariedade” ainda está disponível na rede e conta, até o momento, com mais de 8 mil assinaturas. O documento pode ser acessado pelo endereço: <http://www.ipetitions.com/petition/solidariedadeabenevidesecomparat/>. Para uma análise mais detalhada do documento consultar Toledo (2009).

<sup>253</sup> FOLHA avalia que errou, mas reitera críticas. *Folha de S. Paulo*. ano 88. n° 29.194, p. A6, 08 de março de 2009.

<sup>254</sup> FOLHA avalia que errou, mas reitera críticas. *Folha de S. Paulo*. ano 88. n° 29.194, p. A6, 08 de março de 2009.

<sup>255</sup> RIDENTI, Marcelo. Ditadura: nunca mais. *Folha de S. Paulo*, ano 88. n° 29.195, p. A3, 09 de março de 2009.

veículos de comunicação no país não assumiam seus erros. A *Folha* “foi o primeiro no Brasil a ter seção fixa para eles”<sup>256</sup>, afirmava o Ombudsman em apologia à sua função na empresa. Durante as manifestações “pela primeira vez que eu tenha memória, um jornal admitiu erro de opinião. Foi a *Folha*, neste episódio.”<sup>257</sup> Mais uma vez o jornal sai de uma situação conflituosa assumindo a imagem de pioneirismo. Mas neste momento suas identidades já haviam sido trocadas, confluídas e misturadas. O jornal não seria mais lembrado com aquela primorosa imagem que tanto procurou ostentar.

Atualmente a *Folha*, pode-se inferir aqui, passa por uma grande crise de credibilidade, que não está relacionada à suposta perda de legitimidade da tradicional imprensa escrita, questão que perpassa discussões técnicas e mercadológicas. Sua crise é, acima de tudo, pautada por questões de identidade. Identidade que a empresa construiu e moldou a partir de sua própria lembrança e atitudes frente ao passado. Por mais que continue tentando reverter a situação, - como, por exemplo, na ampla campanha comemorativa dos 90 anos da empresa que foi analisada anteriormente -, a identidade do jornal não é mais a mesma frente a seu público, principalmente aquele de “esquerda” com quem ela tanto dialogou durante anos.

A imagem da *Folha* “não saiu bem na foto” como afirmou o pesquisador Caio Navarro de Toledo (2009) em análise sobre o caso. Hoje o jornal é alvo de inúmeras críticas que partem em grande parte das mídias alternativas, espalhadas em sites pela internet. Em 2010 o *blog* “Falha de S. Paulo”, que realizava uma série de sátiras e críticas bem humoradas ao periódico, foi retirado do ar e processado judicialmente pelos donos do jornal, que alegaram “uso indevido da marca”. As discussões a respeito do processo ainda circulam pela rede e podem ser acessadas no *blog* criado para divulgar os andamentos do caso. “Desculpe a nossa Falha”, gerado a partir de novo endereço, reforçou as discussões sobre a imprensa e a censura no país, que já circulavam pela rede intensamente desde o caso da “ditabranda”.<sup>258</sup>

Outras publicações hoje também ridicularizam a atuação do jornal, como sendo aquele que mantém um “rabo-presos” frente aos anos da ditadura. Além do site de Eduardo Guimarães - um dos maiores articuladores contra o caso da “ditabranda”, o *blog* “Conversa Afiada”, do jornalista Paulo Henrique Amorin, uma das páginas de jornalismo político mais

---

<sup>256</sup> SILVA, Carlos Eduardo Lins da. De empastamentos a reconhecimento de erros. Ombudsman. *Folha de S. Paulo*, ano 88. nº 29.201, p. A8, 15 de março de 2009

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> O site, hoje retirado do ar pelo processo da *Folha*, era acessado pelo endereço [www.falhadespaulo.com.br](http://www.falhadespaulo.com.br). Para mais detalhe sobre o caso, consultar a atual hospedagem: <http://desculpeanossafalha.com.br/>

acessadas do país<sup>259</sup>, chega a colocar a seguinte nota no final de toda matéria em que a *Folha* é mencionada:

Folha é um jornal que não se deve deixar a avó ler, porque publica palavrões. Além disso, Folha é aquele jornal que entrevista Daniel Dantas DEPOIS de condenado e pergunta o que ele achou da investigação; da “ditabranda”; da ficha falsa da Dilma; que veste FHC com o manto de “bom caráter”, porque, depois de 18 anos, reconheceu um filho; que matou o Tuma e depois o ressuscitou; e que é o que é, porque o dono é o que é; nos anos militares, a Folha emprestava carros de reportagem aos torturadores.<sup>260</sup>

Mas não cabe a este estudo analisar as reverberações do caso. Buscou-se aqui perceber como este foi preponderante para remodelar as estruturas de uma identidade que a empresa procurou construir a partir de sua própria utilização seletiva do passado. Seu processo memorativo havia fugido de controle. Sua memória particular sobre o período, remoldurada pelas próprias lembranças. A empresa, como lugar de memória particular, havia depositado dispositivos próprios para que seus leitores criassem uma imagem sobre ela. Alvo de seu próprio trunfo, hoje paga pelo deslize que cometeu. O “jornal das diretas” já não é mais tão diretamente identificado àquele passado glorioso, plural e democrático.

---

<sup>259</sup> O *blog*, acessado pelo endereço [www.conversaafiada.com.br](http://www.conversaafiada.com.br) havia realizado, em setembro de 2010, um levantamento de suas visitas que, naquela época, computavam uma média de 5 milhões e 600 mil acessos mensais. O site de monitoramento de visitas Alexa ([www.alexa.com](http://www.alexa.com)) coloca o *blog* como um dos 500 mais acessados em todo o país (454º), ficando à frente por exemplo, dos sites do SBT (463º) e Correio Braziliense (492º). Já a *Folha* é cotada como sendo o 119º site mais acessado no Brasil.

<sup>260</sup> Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/politica/2011/12/20/safatle-na-folha-mensalao-tucano-alstom-e-privataria/>. Acesso em 07 dez 2011.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da “ditabranda”, eixo central das reflexões aqui propostas, foi utilizado como um exemplo fundamental para se pensar de que forma o discurso do passado na imprensa está íntima e diretamente relacionado à constituição de uma memória discursiva acionada em um presente particular. Memória que é instituída, armazenada e interpretada junto aos leitores em um constante processo de refiguração. A *Folha*, com o editorial que procurou abrandar o regime militar, mexeu com um imaginário coletivo ainda muito presente na memória nacional e, enquanto agente fundamental na propagação da memória coletiva, acabou por deflagrar a reconfiguração de suas próprias memórias e identidades.

Se a memória coletiva, naquilo que problematizou Halbwachs (2004), só pode ser compartilhada na comunhão entre os grupos, foi evidente que o caso, mais do que colocar à prova toda uma política de memória construída por décadas pela empresa, mostrou que supostamente alguns leitores também compactuavam com aquelas lembranças cuidadosamente lapidadas por seu processo identitário. Daí a grande surpresa de parte do leitorado frente à “nova” postura adotada pelo jornal durante o episódio. Mas a memória não é apenas aquela “instituição” que promove a coesão entre os grupos, ela também está passível à evidência de tensões e confrontamentos e foi possível ver, neste estudo, como a *Folha* acabou se tornando palco – e, de certo modo, alvo - de um embate que perpassou a própria história da empresa em relação ao período militar. A memória daquele período era constituinte de sua história. A *Folha* caminhou paralelamente a uma memória coletiva, mas suas lembranças, articuladas das mais diversas formas de acordo com a conjuntura que era acionada, também estavam carregadas de opinião e significações particulares.

Foi visto como a empresa “enquadrou” e selecionou diversas lembranças sobre o período. Desta forma, se tornou essencial percorrê-las ao longo das mais variadas décadas, entender que esta não se constituiu de forma estável e unânime. Partiu-se de algumas “etapas” da lembrança, selecionadas, interpretadas e também “aproveitadas” em um passado para garantir sua melhor inteligibilidade ao longo do(s) presente(s) que este estudo buscou percorrer.

O presente da memória é constituído por um emaranhado de fluxos de significação que se contrapõe a todo o momento de acordo com a conjuntura em que é acionado. Os rastros de um passado nunca se organizam por unanimidade. Procurou-se, em vários momentos do estudo, contrapor os “usos” que diversos agentes fizeram do passado em seus presentes para pensar de que forma a memória foi, muitas vezes, utilizada para objetivos

particulares, sob um viés da comemoração que acabava por “abusar” da interpretação em uma busca da “verdade” legítima daqueles anos. A presente dissertação procurou percorrer alguns desses caminhos. Revisitar o passado a partir de seus vestígios em uma busca pelas “metamorfoses da memória”, inscritas em particular por um veículo de comunicação preocupado, muitas vezes, em se afirmar como um próprio agente de construção da história. Propôs-se aqui buscar uma “historicização” da memória numa acepção já discutida pelo historiador Pierre Nora, que procura perceber:

não mais os determinantes, porém seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o vestígio dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos por si mesmos, porém sua construção no tempo, o desaparecimento e a ressurgência de suas significações; não o passado tal como se passou, mas suas reutilizações permanentes, seus usos e seus abusos, sua pregnância sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira como ela se constitui e transmitiu. (NORA, Piera. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1993.v. 1, t III, p.24, apud DOSSE, 2001, p. 65)

Tentou-se deixar claro como a memória age em uma função seletiva, pelas indagações do presente. Assim, a partir das preocupações desta pesquisa, foi selecionado e enquadrado um acontecimento particular para pensar sua construção ao longo do tempo e como este foi se resignificando na duração. Portanto, não se partiu aqui por uma busca da história da *Folha de S. Paulo* ao longo do período militar no Brasil, mas sim por uma “história das memórias” do jornal no e sobre o período. Analisamos as comemorações e lembranças do “golpe de 1964” e da própria empresa para pensar não as suas utilizações em si, mas para melhor compreender de que forma os “vestígios” e os “jogos” dessas comemorações se relacionavam no tempo, re-acionadas e re-atualizadas em presentes sucessivos que garantiam maior inteligibilidade às constantes ressignificações da memória e do esquecimento. Memória que, ambígua e conflitante, em geral se inscrevia sempre a partir de como o jornal lembrava e se utilizava do passado para garantir legitimidade às narrativas do acontecimento.

Isso porque apreender como um jornal se utiliza do passado para construir suas narrativas cotidianas é entender os seus jogos políticos para a construção de uma imagem própria frente a seu público. Em uma espécie de “agendamento da lembrança”, a imprensa trabalha seletivamente com aquilo que pretende fazer ser visto, reconhecido e lembrado. Relação complexa, ambígua e conturbada, uma vez que, no caso da *Folha* em particular, estes “usos” do passado foram sendo apropriados das mais diversas formas ao longo dos anos. Procurou-se, assim, desconstruir os discursos de um período pela própria forma como a empresa lembrava sua atuação.

Como em um pêndulo, a *Folha* perpassou diversas identidades, construindo discursos que se constituíam pelas condições de produção em que eram acionados. Daí a necessidade de percorrer a história do jornal. Por isso, primeiramente o estudo percorreu alguns rastros de atores envolvidos diretamente com a atuação do jornal no período. Memórias *sobre a Folha* que, lembradas em um presente particular, legitimaram diversas interpretações sobre o periódico naquele momento. Estabelecidos estes fatos, foi essencial contrapô-los àqueles construídos e rememorados diretamente *pela Folha*. Como o jornal construiu e celebrou sua história a partir das comemorações e como o acontecimento “golpe de 1964” foi sendo lembrado em uma sutil associação à história que a empresa procurava construir pela seleção particular da memória e do esquecimento?

Para melhor pensar estas questões, a memória foi problematizada aqui como um ato político, que pode ser acionada a partir de seus “abusos” (RICOEUR, 2007). Pela lembrança e esquecimento a empresa, seja impedindo, obrigando ou manipulando a memória, ajudou a consolidar a construção de uma história própria sobre sua atuação durante o regime militar. As memórias *sobre a Folha*, analisadas durante o segundo capítulo foram importantes para se pensar de que forma a empresa partiu em uma tentativa de construção de história particular que se iniciou com a entrada de Octavio Frias de Oliveira na direção do jornal em meados da década de 1960, coincidindo com a instauração do regime militar no Brasil. Momento tido como o de reorganização financeiro-administrativa e tecnológica da empresa, as análises referentes ao tema pouco discutiram sobre suas “reais” intenções políticas naquele conturbado processo político por que passava a nação. Suas lembranças se legitimaram como muito mais econômicas do que políticas, fazendo com que um passado de apoio ao regime militar naquele período inicial fosse praticamente apagado.

Assim, o jornal adentrou o período de redemocratização procurando passar a imagem de que era o “jornal das diretas” que em nada teve relação com o regime militar de décadas passadas. Suas memórias lembravam um jornal que primeiramente apenas se preocupou em reformular-se financeiramente, sair de uma “esclerose administrativa” e depois avançar em suas políticas editoriais de forma mais aberta. Este era um discurso que fora inclusive legitimado por grande parte das interpretações sobre o tema, que contavam com o respaldo de historiadores, sociólogos e de jornalistas influentes que atuaram no jornal.

Mas com a análise da construção e rememorações do golpe de 1964 nas páginas do jornal realizada no terceiro capítulo foi possível perceber alguns contrapontos fundamentais entre os “presentes” da memória articulados pela empresa. O período inicial de sua reestruturação financeira não foi tão passivo como a *Folha* e as diversas memórias *sobre* ela

procuravam incessantemente afirmar. O jornal construiu o acontecimento sob forte teor político, em apologia aos preceitos “democráticos” dos militares que temiam as insubordinadas radicalizações. Mantinha quase que diariamente espaço para veicular editoriais, denotando que havia sim uma preocupação por parte da empresa quanto aos rumos políticos da nação, uma vez que para manter seu crescimento empresarial, era evidente que o jornal precisou caminhar de forma passiva frente àquele governo. As radicalizações poderiam desvirtuar não apenas os rumos da nação, mas a própria empresa, que necessitava de investimentos que em muito partiam do Estado.

Uma década após a deflagração do golpe, em 1974 – e no início do período que Mota e Capelato (1981) afirmavam ser o de “definição de um projeto político-cultural” – a empresa ainda caminhava juntamente ao “milagre econômico” dos militares, evidenciando que sua política editorial mais aberta ainda estava longe de se concretizar. O jornal naquele momento ainda fazia grande apologia ao “modelo brasileiro” instaurado pelo governo Médici, e rememorava o acontecimento como algo primoroso, que recolocara a nação nos trilhos da prosperidade democrática. Fazendo com que testemunhas em sua grande maioria favoráveis ao regime se manifestassem, o jornal apagava das lembranças o passado de um dos momentos mais sangrentos dos ditos “anos de chumbo”. Mas, para a empresa, que muito cresceu no período, o milagre era mais que evidente e assim que ela fazia enxergar o passado a seu leitorado.

Foi apenas em fins da década de 1970, mais precisamente no início dos anos 1980, que o jornal começava a assumir uma postura pró-redemocratização, postura que, vale relembrar, se deu por um “acordo tácito” entre os próprios donos de jornais e os militares. A empresa vai, aos poucos, experimentando o processo de abertura, mas é com a campanha das Diretas (em 1984) que o jogo muda de cena efetivamente e o jornal utiliza a memória como uma espécie de projeto. Mas aqui ela é utilizada e “abusada” pelo caráter seletivo das lembranças que procuravam apagar – ou ao menos silenciar – os rastros de um passado de colaboração ao regime. Regime que, por sinal, encontrava-se praticamente esgotado. O que se visava agora, a partir de um enquadramento particular do acontecimento, era um futuro a se conjecturar e, para isso, a *Folha* precisava mais do nunca ser identificada como o “jornal das diretas” e não mais como aquele jornal que outrora apoiou o “movimento democrático” de 1964.

As rememorações do “golpe” caminhavam paralelamente com uma ideia de reformulação de identidade do periódico. Com a política de pluralidade adotada de forma efusiva pelo Projeto Folha e respaldada pelas edições comemorativas a partir dos 60 anos da empresa em 1981, a *Folha* passa a se vangloriar por sua atitude de jornal plural, independente

e apartidário. Findo o regime, o passado agora era olhado apenas por uma busca interpretativa dos fatos, por uma espécie de “dever” de memória que acabava por manipular as lembranças. Mas neste momento a memória se direcionava diretamente ao futuro. Com a distância temporal, o jornal se sentia mais à vontade para realizar análises, discutir o acontecimento. Era preciso lembrar aquele passado como uma espécie de “cura” para o presente. Mas não havia mais a necessidade de condená-lo veementemente, uma vez que já se encontrava escorraçado. A *Folha* com a suposta imagem de credibilidade frente a seu público procurou apenas conduzir as discussões, com intelectuais e diversas versões sobre o tema que se ricocheteavam em uma arena da memória, reforçando assim a identidade “plural” construída pela empresa.

Assim, durante as comemorações do golpe em 1994, agiu como uma espécie de porta-voz das lembranças conflitantes que, por mais que ambíguas, mostravam um regime acabado, incrustado no passado. Em 2004 os debates aumentavam, mas não competia ao jornal opinar de forma clara, até porque isto já estava sendo muito bem realizado por seus colaboradores, testemunhas, intelectuais e historiadores que procuravam efetivar uma análise mais “fidedigna” sobre aqueles anos. Neste momento, o diário apenas “celebrou” o golpe, relegando à sombra do esquecimento o caráter conflituoso das lembranças. Com uma postura consolidada, a *Folha* assumia a imagem de um lugar privilegiado para as discussões. Discussões essas que acabaram por se inverter drasticamente a partir da própria utilização seletiva do passado alguns anos depois.

O que este trabalho procurou foi percorrer alguns rastros do passado do periódico, confrontando-os a todo o momento sob um presente particular. Foram vários presentes que relembavam o passado de formas diversas, mas que caminhavam juntamente à conturbada constituição da(s) identidade(s) do jornal. Se em 1964, por exemplo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade representava um “povo” que lutava pelas necessidades “democráticas”, em 1984 este povo se convertera em outra parcela que agora queria o fim de um regime “autoritário”, sendo que em 2004 o “povo” tão apoiado pela *Folha* chegou a ser representado como uma parcela “conservadora” da população. Com o “golpe” temos o exemplo máximo. Em 1964, o que houve para o jornal foi na verdade uma “revolução democrática” que partiu dos militares para instituir novamente a ordem à nação. Com o passar dos anos, a “revolução” metamorfoseou-se em um “movimento” militar e depois em uma truculenta “ditadura”. Foi assim que o jornal acabou construindo sua imagem frente àqueles anos. Imagem severamente abalada pelo “abrandamento” do regime, em um momento em que as ditas memórias de esquerda se tornaram hegemônicas. O jornal foi caminhando de forma

complexa e conturbada a essas memórias, lembrando o acontecimento de acordo com as condições de produção do seu presente. Mas não foi apenas o jornal que perpassou estas ambíguas identidades, as próprias memórias sobre o período se reformulavam com o tempo e o jornal as carregava da forma como queria fazer ser visto a seu leitorado.

Para entender a história e a(s) identidade(s) do periódico, construídas por suas próprias memórias e interpretações sobre o passado, foi preciso estar atento a esses vários presentes que moldaram a tonalidade dos discursos. O presente da memória, constituinte dos atores sociais inseridos naquele processo e o presente da pesquisa, que, como bem alertou Todorov (2002), também deve ser utilizado pelo pesquisador. O presente desta pesquisa é marcado pelas recentes discussões a respeito da implantação da Comissão da Verdade no Brasil. Mais recentemente, os debates vêm se ampliando na cena midiática e - vale inferir aqui - cabe aos veículos de comunicação um papel fundamental na tentativa de “reoxigenar” a memória coletiva das sociedades em que estão inseridos. E o trabalho discutiu, portanto, um pouco das relações entre a imprensa escrita neste país e aquele conturbado período para evidenciar a importância que um grande veículo como a *Folha de S. Paulo* teve na deflagração de um inflado embate pela legitimação dessas memórias. A imprensa carrega consigo essas lembranças – pois é também um importante “lugar” de memória – e deve encará-las com comprometimento.

Mas este trabalho não teve a pretensão de buscar uma “verdade” sobre aqueles anos. Conjecturou-se apenas a possibilidade de tirar debaixo do tapete alguns rastros de pó de um passado muitas vezes impedido de aparecer pelo uso, abuso e manipulação da memória e do esquecimento. Procurou-se, assim, caminhar junto a uma política da “justa memória” de Ricoeur (2007), política que não procura julgar, denunciar ou punir. Pelo contrário, busca ampliar um leque de possibilidades interpretativas, diagnosticar, refletir. Espera-se que as análises aqui propostas possam contribuir para pensar a - cada vez mais - intrínseca relação entre o campo de poder midiático e a questão da memória e da temporalidade que permeiam o discurso do acontecimento jornalístico. Fecha-se aqui um parêntese, com um ponto que se espera não ser o final.

## FONTES

Caros Amigos, ano XIII, nº 145, abril de 2009.  
Carta Capital, ano XVI, nº 640, 06 de abril de 2011.

Folha de S. Paulo. *Projeto Editorial 1981*. A Folha e alguns passos que é preciso dar.  
Folha de S. Paulo. *Projeto Editorial 1984*. A Folha depois da campanha das diretas-já.

Folha de S. Paulo. *Manual Geral da Redação*. 2ª ed., 1987.  
Folha de S. Paulo. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2005.

Folha de S. Paulo. *Primeira Página*. 1925-1985. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.  
Folha de S. Paulo. *20 textos que fizeram história*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1991.  
Folha de S. Paulo. *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003.

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.682, 06 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.683, 07 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.686, 10 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.689, 13 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.690, 14 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.695, 19 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.696, 20 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.697, 21 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.705, 29 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.706, 30 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.707, 31 de março de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.708, 1º de abril de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.709, 02 de abril de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.710, 03 de abril de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.712, 05 de abril de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.717, 10 de abril de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.718, 11 de abril de 1964.  
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.719, 12 de abril de 1964.

Folha de S. Paulo, ano LI, nº 15.223, 19 de fevereiro de 1971.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.327, 02 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.328, 03 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.330, 05 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.339, 14 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.340, 15 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.341, 16 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.342, 17 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.343, 18 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.348, 23 de março de 1974.  
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.356, 31 de março de 1974.

Folha de S. Paulo, ano 61, nº 18.950, 19 de fevereiro de 1981.  
Folha de S. Paulo, ano 61, nº 18.951, 20 de fevereiro de 1981.

Folha de S. Paulo, ano 61, nº 18.952, 21 de fevereiro de 1981.

Folha de S. Paulo, ano 63, nº 19.996, 1º de janeiro de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.003, 08 de janeiro de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.008, 13 de janeiro de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.020, 25 de janeiro de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.021, 26 de janeiro de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.022, 27 de janeiro de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.036, 10 de fevereiro de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.065, 10 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.073, 18 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.080, 25 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.081, 26 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.082, 27 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.083, 28 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.085, 30 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.086, 31 de março de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.087, 1º de abril de 1984.  
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.088, 02 de abril de 1984.

Folha de S. Paulo, ano 71, nº 22.602, 19 de fevereiro de 1991.  
Folha de S. Paulo, ano 74, nº 23.729, 22 de março de 1994.  
Folha de S. Paulo, ano 74, nº 23.733, 26 de março de 1994.  
Folha de S. Paulo, ano 74, nº 23.734, 27 de março de 1994.  
Folha de S. Paulo, ano 74, nº 23.736, 29 de março de 1994.

Folha de S. Paulo, ano 84, nº 27.373, 13 de março de 2004.  
Folha de S. Paulo, ano 84, nº 27.374, 14 de março de 2004.  
Folha de S. Paulo, ano 84, nº 27.379, 19 de março de 2004.  
Folha de S. Paulo, ano 84, nº 27.389, 29 de março de 2004.  
Folha de S. Paulo, ano 84, nº 27.391, 31 de março de 2004.  
Folha de S. Paulo, ano 84, nº 27.392, 1º de abril de 2004.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.175, 17 de fevereiro de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.177, 19 de fevereiro de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.178, 20 de fevereiro de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.179, 21 de fevereiro de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.182, 24 de fevereiro de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.183, 25 de fevereiro de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.184, 26 de fevereiro de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.191, 05 de março de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.192, 06 de março de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.194, 08 de março de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.195, 09 de março de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 88, nº 29.201, 15 de março de 2009.  
Folha de S. Paulo, ano 91, nº 29.907, 19 de fevereiro de 2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre. et al. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

ANTUNES, Elton. *Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais diários impressos*. Tese de doutorado em Comunicação. Salvador (BA): UFBA, 2007.

ALVIM, Thereza Cesário (org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo impresso e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

\_\_\_\_\_. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

\_\_\_\_\_. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo: vol. 6, n. 16. p. 11-27. jul. 2009.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Editora Insular Ltda., 2010.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Editora Insular Ltda., 2010.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaios da relação do corpo com o espírito. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Tessituras narrativas de O Globo e o acontecimento "Chacina da Candelária"*. Dissertação de mestrado em Comunicação. Niterói (RJ): UFF, 2006.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASADEI, Eliza Bachega. Para Além do Presente: a inserção do passado nas reflexões sobre o jornalismo. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR, 2009.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo e Reconstrução do Passado: os fatos históricos nas notícias de hoje*. Dissertação de mestrado em Comunicação. São Paulo (SP): USP, 2010.

\_\_\_\_\_. A evocação à História como estratégia de referencialidade no jornalismo. Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo – SP, 2011

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. *História* (São Paulo), v. 29, p. 328-344, 2010.

DIAS, André Bonsanto. Comunicação Alternativa como Espaço de Novos Lugares de Memória: um estudo do caso Ditabranda. *Revista Alterjor*. USP. Ano 01, vol. 02. jul-dez 2010.

\_\_\_\_\_. Mídia, poder e discurso: escândalos de poder e os embates entre Record e Folha durante o caso da “ditabranda”. In: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendry (orgs). *Mídia e política: caminhos cruzados*. Curitiba: UFPR-SCHLA, 2011.

DOSSE, François. *A história a prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zagar Ed. 1998.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRIAS FILHO, Otavio. O olhar do mundo. In: Folha de S. Paulo. *Primeira Página 1925-1985*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. O Jornal da Tarde e o pós-AI-5: o discurso da imprensa desmistificado. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosario V. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: GREGOLIN, Maria do Rosario V. (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003a.

\_\_\_\_\_. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2.ed. São Carlos-SP: Claraluz, 2003b.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

\_\_\_\_\_. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília (Orgs.) et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.
- MATHEUS, Letícia Cantarela. *Comunicação, tempo, história*. Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese de doutorado em Comunicação. Niterói (RJ): UFF, 2010.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. SP, nº 34, p. 9-24, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- NIETZSCHE, F. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações extemporâneas*. Lisboa: Ed. Presença/Martins Fontes, 1980.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- \_\_\_\_\_. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. nº 20. São Paulo: Educ, 1993.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. *Matrizes*. São Paulo. Ano 4 – nº 1 jul./dez. 2010.
- PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Editora Insular Ltda., 2010.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004

RESENDE, Fernando. Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no Jornalismo. *Revista Fronteira (UNISINOS)*, v. IX, p. 81-90, 2007.

\_\_\_\_. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

\_\_\_\_. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

\_\_\_\_. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. In: Folha de S. Paulo. *Primeira Página 1925-1985*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: seis mil dias depois*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 2011.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

\_\_\_\_\_. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a "ditabranda". *Revista de Sociologia Política*. Curitiba: v. 17, n. 34, out 2009.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. Brasília: Editora Ser, 2006

WAINBERG, Jacques Alkalai. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. *Intexto*. Porto Alegre: UFRGS, v.2, n. 23, p. 50-68, julho/dezembro 2010.

YATES, Frances. *A Arte da memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.